BRUNO DE MATOS FIUZA

A Ação Global dos Povos e o novo anticapitalismo

Versão Corrigida

Dissertação apresentada à Faculdade de
Filosofia, Letras e Ciências Humanas da
Universidade de São Paulo para a
obtenção do título de mestre em
História Econômica

Orientador: Prof. Dr. Osvaldo Luis
Angel Coggiola

São Paulo
2017

Autorizo a reprodução e divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

Catálogo na Publicação
Serviço de Biblioteca e Documentação
Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo

F565a Fiuza, Bruno de Matos
 A Ação Global dos Povos e o novo anticapitalismo /
 Bruno de Matos Fiuza ; orientador Osvaldo Luis Angel
 Coggiola. - São Paulo, 2017.
 248 f.

 Dissertação (Mestrado)- Faculdade de Filosofia,
 Letras e Ciências Humanas da Universidade de São
 Paulo. Departamento de História. Área de concentração:
 História Econômica.

 1. Globalização. 2. Antiglobalização. 3. Ação Global
 dos Povos. 4. Anticapitalismo. 5. Zapatismo. I.
 Coggiola, Osvaldo Luis Angel , orient. II. Título.

Nome: FIUZA, Bruno de Matos

Título: A Ação Global dos Povos e o novo anticapitalismo

Dissertação apresentada à Faculdade de
Filosofia, Letras e Ciências Humanas da
Universidade de São Paulo para a
obtenção do título de mestre em
História Econômica

Aprovado em:

Banca Examinadora:

Prof. Dr. _____

Instituição: _____

Julgamento: _____

Prof. Dr. _____

Instituição: _____

Julgamento: _____

Prof. Dr. _____

Instituição: _____

Julgamento: _____

À memória de Xavier Vinader, cronista
das revoluções esquecidas dos anos
1970

AGRADECIMENTOS

À minha mãe, Maria Beatriz Fortes de Matos, por ter me ensinado a ter espírito crítico e a não me resignar diante das injustiças do mundo.

Ao meu pai, José Fiuza Neto, por ter despertado e estimulado minha paixão pela cultura, pelo conhecimento e pelas viagens. E por ter me dado a possibilidade de conhecer o mundo.

Ao meu irmão, Marcelo Matos Medeiros, por ter me incentivado a embarcar nesse projeto em um momento especialmente difícil da minha vida. Sem você essa dissertação não existiria.

A Igor Felipe Santos, eterno companheiro de vida e de luta.

A Pedro Carrano, pelo aprendizado durante o tempo que passamos juntos no Equador e em Chiapas.

A José Arbex Jr., por ter me levado a participar de uma manifestação que mudaria minha vida para sempre.

A David Bleakney, do Sindicato dos Trabalhadores Postais do Canadá, pelo prazer da conversa e por ter me fornecido informações fundamentais sobre a Ação Global dos Povos.

À professora Lesley Wood, da Universidade York, no Canadá, por ter compartilhado comigo um material valiosíssimo fruto de suas pesquisas sobre a Ação Global dos Povos.

A Maurício Monteiro Filho, por ter me apresentado a Ação Global dos Povos.

A Zaca Zapata, por ter me apresentado o zapatismo.

A Alejandro Buenrostro y Arellano, por ter me aberto as portas das comunidades zapatistas de Chiapas.

A Dafne Melo, pela ajuda providencial com as traduções de última hora.

“Se você veio apenas para me ajudar, pode voltar para casa. Mas se você considera a minha luta uma parte da sua luta pela sobrevivência, então talvez nós possamos trabalhar juntos”.

Mulher aborígene citada na epígrafe do manifesto da Ação Global dos Povos (PEOPLES GLOBAL ACTION, 1997)

RESUMO

FIUZA, Bruno de Matos. **A Ação Global dos Povos e o novo anticapitalismo**. 2017. 248 f. Dissertação (Mestrado em História Econômica) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2017.

Este trabalho investiga a formação, na segunda metade da década de 1990, daquilo que alguns grupos ativistas denominaram anticapitalismo global. A pesquisa buscou acompanhar a emergência dessa nova forma de ativismo por meio da reconstituição do processo de construção da rede mundial de luta contra a globalização neoliberal que começou a se formar em solidariedade ao levante do Exército Zapatista de Libertação Nacional (EZLN) no México, em janeiro de 1994, ganhou corpo com a realização do Primeiro e do Segundo Encontros Intercontinentais pela Humanidade e contra o Neoliberalismo, em 1996 e 1997, respectivamente, e culminou na fundação, em 1998, da Ação Global dos Povos (AGP), rede de movimentos sociais que criou os dias de ação global e inspirou as grandes manifestações contra as reuniões de instituições multilaterais como a Organização Mundial do Comércio (OMC), o Fundo Monetário Internacional (FMI) e o Banco Mundial a partir do protesto que impediu a realização da abertura da terceira Conferência Ministerial da OMC em Seattle, em novembro de 1999. O objetivo deste trabalho é analisar o processo de emergência e descrever as características centrais de um novo tipo de anticapitalismo que surgiu a partir da articulação das lutas contra a globalização neoliberal em nível mundial e situá-lo na longa tradição das lutas anticapitalistas dos séculos XIX e XX, mostrando como as transformações do modo de produção capitalista deram origem a novas formas de resistência ao longo desse período. Para isso, conduzi uma pesquisa em dois planos, um teórico e outro empírico. A pesquisa empírica se baseou no levantamento e análise de documentos produzidos pelos movimentos que integraram a rede mundial de luta contra a globalização neoliberal entre 1994 e 1998. A pesquisa teórica consistiu na aplicação de um modelo teórico elaborado a partir da combinação de duas leituras contemporâneas da economia política marxiana para analisar as transformações do capitalismo e do anticapitalismo ao longo dos séculos XIX e XX. Esse modelo foi elaborado a partir da teoria do antagonismo de classe formulada pelos pensadores operaístas e autonomistas italianos, como Antonio Negri e Mario Tronti, e da teoria dos ajustes espaçotemporais via acumulação por espoliação de David Harvey. Ao aplicar esse modelo teórico à análise dos dados empíricos fornecidos pelas fontes textuais produzidas pelos movimentos que formaram a rede mundial de luta contra a globalização neoliberal foi possível constatar a emergência de um novo anticapitalismo que surgiu em resposta às transformações do modo de produção capitalista a partir da crise de acumulação iniciada na década de 1970 e que deu origem a uma nova estratégia de enfrentamento do capital e a uma nova concepção do sujeito revolucionário. Como a pesquisa se baseou nas declarações escritas dos movimentos envolvidos na construção da rede mundial de luta contra a globalização neoliberal, os resultados obtidos permitem falar em um novo discurso anticapitalista, mas não fornecem os elementos necessários para atestar a emergência de uma nova prática anticapitalista capaz de se enraizar no cotidiano dos movimentos envolvidos. Por isso, o trabalho conclui sugerindo que é necessário realizar pesquisas de história oral para verificar se e como esse discurso se refletiu na prática cotidiana dos movimentos integrantes da rede.

Palavras-chave: Anticapitalismo. Antiglobalização. Ação Global dos Povos. EZLN. Zapatismo. Globalização. Neoliberalismo. História do capitalismo.

ABSTRACT

FIUZA, Bruno de Matos. **Peoples' Global Action and the new anticapitalism**. 2017. 248 f. Dissertação (Mestrado em História Econômica) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2017.

This work investigates the formation, in the second half of the 1990s, of what some activist groups have called global anticapitalism. The research analyzed the emergence of this new form of activism by studying the building of the worldwide network of struggle against neoliberal globalization that began to take shape in solidarity to the uprising of the Zapatista Army of National Liberation (EZLN) in Mexico, in January 1994, strengthened itself with the organization of the First and Second Intercontinental Encounters for Humanity and Against Neoliberalism, in 1996 and 1997, and culminated in the foundation, in 1998, of Peoples' Global Action (PGA), a network of social movements that created the global days of action and inspired the big demonstrations against multilateral institutions such as the World Trade Organization (WTO), the International Monetary Fund (IMF) and the World Bank, starting with the protests that shut down the inauguration of the third Ministerial Conference of the WTO in Seattle, in November 1999. The aim of this work is to analyze the emergence and describe the main characteristics of a new kind of anticapitalism that grew out of the articulation of the struggles against neoliberal globalization in a global level and situate it within the long tradition of anticapitalist struggles of the 19th and 20th centuries, showing how the transformations of the capitalist mode of production gave birth to new forms of resistance. To do that, I have conducted a research in two levels, one theoretical and the other empirical. The empirical research was based on the analysis of documents produced by the movements that formed the worldwide network of struggle against neoliberal globalization between 1994 and 1998. The theoretical research consisted in the application of a theoretical model built upon the combination of two contemporary interpretations of the Marxian political economy in order to analyze the transformations of both capitalism and anticapitalism through the 19th and 20th centuries. This model was elaborated departing from the theory of class antagonism formulated by Italian workerist and autonomist intellectuals such as Antonio Negri and Mario Tronti, and from David Harvey's theory of spatiotemporal fixes through accumulation by dispossession. By applying this theoretical model to the analysis of the empirical data provided by the textual sources produced by the movements that formed the worldwide network of struggle against neoliberal globalization it was possible to see the emergence of a new anticapitalism that took shape in response to the transformations of the capitalist mode of production since the accumulation crisis started in the 1970s and that gave rise to a new strategy to confront capital and to a new conception of the revolutionary subject. Since the research was based on the written declarations of the movements that built the worldwide network of struggle against neoliberal globalization, the results allow us to identify a new anticapitalist discourse, but don't provide enough elements to prove the emergence of new anticapitalist practices rooted in the everyday life of the movements involved in the network. Thus, the work concludes suggesting the necessity of conducting oral history researches to verify if and how this discourse was reflected in the everyday practice of the movements that took part in the network.

Keywords: Anticapitalism. Antiglobalization. Peoples' Global Action. PGA. EZLN. Zapatism. Globalization. Neoliberalism. History of capitalism.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	11
O movimento anticapitalista e a Ação Global dos Povos	15
Um novo capítulo de uma longa tradição	19
 CAPÍTULO 1	
Desenvolvimento capitalista, antagonismo de classe e acumulação por espoliação	25
1.1 A contradição intrínseca ao desenvolvimento capitalista	27
1.2 O enigma da sobrevivência do capitalismo	33
1.3 Os operaístas italianos e a teoria do antagonismo de classe	35
1.4 Harvey e a acumulação por espoliação	40
 CAPÍTULO 2	
Do anticapitalismo clássico às revoltas dos anos 1960	49
2.1 O anticapitalismo clássico	49
2.2 A resposta do capital à Revolução Russa: o fordismo-keynesianismo	70
2.3 Anticapitalismo e anti-imperialismo	74
2.4 As revoltas dos anos 1960	81
 CAPÍTULO 3	
Crise e reestruturação a partir da década de 1970: a globalização neoliberal	98
3.1 A Era de Ouro do capitalismo	98
3.2 Bretton Woods e a ascensão das multinacionais	100
3.3 A crise do fordismo-keynesianismo	105
3.4 A resposta capitalista à crise: reestruturação produtiva e acumulação flexível... ..	109
3.5 A nova geografia histórica do capitalismo	116
3.6 Revolução da informação e financeirização	119
3.7 Globalização, oligopólio mundial e produção em rede	123
3.8 A virada neoliberal	127
3.9 O novo imperialismo	133
 CAPÍTULO 4	
O zapatismo e a articulação da resistência à globalização neoliberal	143
4.1 O “Já basta!” zapatista	147
4.2 O surgimento da rede transnacional de solidariedade ao zapatismo	152
4.3 A dimensão global de um conflito local	156
4.4 A humanidade contra o neoliberalismo	159
4.5 Mudar o mundo sem tomar o poder	170
4.6 Um mundo onde caibam todos os mundos	171
4.7 A internacional da esperança	176
 CAPÍTULO 5	
A Ação Global dos Povos e a emergência das lutas anticapitalistas em rede	180
5.1 A rede contra a globalização neoliberal como processo de recomposição de classe	183
5.2 Os movimentos autônomos e de ação direta do Norte	188
5.2.1 A <i>Autonomia</i> italiana	188
5.2.2 Os <i>Autonomen</i> na Alemanha Ocidental	191

5.2.3 Movimentos autônomos em outros países europeus.....	193
5.2.4 Os movimentos de ação direta nos Estados Unidos	195
5.3 Os movimentos camponeses e indígenas do Sul	197
5.3.1 O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra no Brasil	198
5.3.2 A Confederação das Nacionalidades Indígenas do Equador	200
5.3.3 O movimento indígena e camponês na Bolívia	202
5.3.4 O Movimento Salve o Narmada na Índia	204
5.3.5 A Associação dos Agricultores do Estado de Karnataka na Índia.....	206
5.4 A fundação da AGP	209
5.5 O novo anticapitalismo.....	216
5.5.1 A nova arquitetura de poder global	217
5.5.2 O neoliberalismo e a “corrida rumo ao fundo do poço”	217
5.5.3 A luta pelo controle social da produção.....	218
5.5.4 A luta contra a opressão de gênero	219
5.5.5 As lutas dos povos indígenas e de outros grupos étnicos	220
5.5.6 As lutas em defesa da natureza e da agricultura não capitalista	221
5.5.7 As lutas em defesa da diversidade cultural, científica e tecnológica.....	221
5.5.8 Lutas contra a militarização e a discriminação social e a favor da migração	223
5.5.9 Uma resistência tão transnacional quanto o capital.....	224
CONCLUSÃO.....	226
A hipótese anticapitalista	231
REFERÊNCIAS.....	234
APÊNDICE A	
Algumas organizações que participaram do Primeiro Encontro Intercontinental pela Humanidade e contra o Neoliberalismo	243
APÊNDICE B	
Algumas organizações que participaram do Segundo Encontro Intercontinental pela Humanidade e contra o Neoliberalismo	245
APÊNDICE C	
Algumas organizações que participaram da conferência de fundação da Ação Global dos Povos	247

INTRODUÇÃO

No dia 30 de novembro de 1999 um levante público paralisou a Organização Mundial do Comércio e tomou conta do centro de Seattle, transformando-o em um festival de resistência. Dezenas de milhares de pessoas participaram de uma ação direta não-violenta de bloqueio que cercou o local da conferência da OMC, mantendo a mais poderosa instituição do mundo paralisada durante o dia inteiro, apesar de um exército de policiais federais, estaduais e locais lançando gás lacrimogêneo, spray de pimenta, balas de plástico, borracha e madeira, granadas de concussão e veículos blindados. A 81ª Brigada de Infantaria da Guarda Nacional de Washington, o Batalhão Armado 1-303 e o 898º Batalhão de Engenheiros de Combate foram mobilizados. As pessoas continuaram a resistir ao longo da semana apesar da repressão que incluiu cerca de 600 prisões e a proclamação de um “estado de emergência” e a suspensão das liberdades civis básicas no centro de Seattle. Estivadores paralisaram todos os portos da Costa Oeste desde o Alasca até Los Angeles. Muitos taxistas de Seattle entraram em greve. Durante toda a semana o sindicato dos bombeiros se recusou a atender à solicitação das autoridades de lançar jatos d’água sobre os manifestantes. Dezenas de milhares de trabalhadores e estudantes faltaram ou saíram mais cedo do trabalho ou da escola.

Pessoas ao redor do mundo organizaram ações em solidariedade. Na Índia, milhares de agricultores em Karnataka marcharam até Bangalore, e mais de mil moradores da vila de Anjar realizaram uma procissão no Vale do Narmada. Milhares foram às ruas nas Filipinas, em Portugal, no Paquistão, na Turquia, na Coreia [do Sul] e em várias partes da Europa, dos Estados Unidos e do Canadá. 75 mil pessoas marcharam em 80 cidades francesas e 800 mineiros entraram em confronto com a polícia. Na Itália, a sede do Comitê Nacional de Biossegurança foi ocupada. No período que antecedeu a Conferência Ministerial da OMC a resistência foi aumentando; a sede mundial da OMC em Genebra foi ocupada; camponeses, sindicalistas e ambientalistas turcos marcharam na capital Ankara; uma festa de rua parou o trânsito na Times Square em Nova York; ativistas ocuparam o escritório da representante de Comércio dos Estados Unidos, Charlene Barshefsky; e 3 mil trabalhadores e estudantes se manifestaram em Seul, na Coreia do Sul.¹

O texto acima foi publicado pelo militante libertário norte-americano David Solnit no periódico anarquista *Fifth Estate* alguns dias depois que cerca de 50 mil manifestantes impediram a abertura da terceira Conferência Ministerial da Organização Mundial do Comércio (OMC), marcada para o dia 30 de novembro de 1999 na cidade de Seattle, nos Estados Unidos. Solnit foi um dos organizadores da *Direct Action Network* (Rede de Ação Direta, ou DAN, na sigla em inglês), rede norte-americana de coletivos de ação direta que planejou e executou um bem-sucedido bloqueio das ruas do centro de Seattle em torno do local onde seria realizada a conferência da OMC. A ação pegou os delegados da conferência de surpresa e, pela primeira vez na história, uma campanha de ação direta conseguiu impedir, ainda que temporariamente, a realização de uma reunião de cúpula de uma das principais instituições multilaterais do planeta.

A “Batalha de Seattle”, como ficariam conhecidos os protestos contra a OMC em Seattle em 1999, surpreendeu não apenas os delegados da conferência como o mundo inteiro.

¹ SOLNIT, David; SOLNIT, Rebecca. **The battle of the story of the Battle of Seattle**. Edinburgh; Oakland; Baltimore: AK Press, 2009, p. 10-11. Tradução minha.

Atônitos, políticos, empresários e jornalistas dos principais centros de poder do planeta tentavam entender como um grupo de manifestantes desarmados conseguiu resistir aos ataques da polícia e das Forças Armadas do país mais poderoso do planeta e expor ao mundo suas críticas ao sistema de livre-comércio global que até então os poderosos do mundo julgavam praticamente um consenso entre a opinião pública internacional.

Desafiada, a elite econômica e política mundial inventou uma etiqueta para identificar aquele estranho grupo de dissidentes: tratava-se do movimento “antiglobalização”, uma coalizão de radicais que se opunham aos benefícios da globalização e do livre-comércio para defender estruturas sociais arcaicas e ameaçadas pela modernização econômica. O que os poderosos não imaginavam, porém, era que estavam lidando com um movimento muito mais amplo e complexo do que o grupo que havia se reunido em Seattle. O bloqueio da abertura da conferência da OMC era apenas a ponta do iceberg de um movimento muito mais amplo, que nos anos seguintes obrigaria instituições multilaterais como a própria OMC, o Fundo Monetário Internacional (FMI) e o Banco Mundial a se esconderem no deserto ou em verdadeiras fortalezas para realizarem suas reuniões de cúpula.

A partir de Seattle, aquilo que a mídia corporativa batizou de “movimento antiglobalização” ganhou as manchetes dos grandes jornais mundiais e passou a ser conhecido por aqueles que até então não tinham contato com os debates sobre a “globalização”. O nome, no entanto, mais confunde do que explica a natureza e as origens desse novo tipo de ativismo que surgiu na segunda metade dos anos 1990. Como afirma Pablo Ortellado², a própria mobilização que barrou os delegados da OMC em Seattle não foi obra de uma ampla e sólida coalizão de movimentos, mas sim a convergência de ações organizadas por três esferas distintas: as ONGs que se mobilizaram para reivindicar um canal de diálogo com os delegados da conferência, os sindicatos que organizaram uma passeata tradicional para reivindicar a inclusão de cláusulas sociais nos acordos da OMC e os movimentos de ação direta reunidos na DAN que organizaram o bloqueio não-violento para impedir a realização da conferência – aos quais se somou uma ala declaradamente anarquista, organizada em um black bloc, que realizou ações diretas de destruição de propriedade privada ligada a símbolos do capitalismo mundial. Os coletivos reunidos na DAN e os integrantes do black bloc não queriam negociar com os delegados da OMC. Eles reivindicavam – pura e simplesmente – o fim da organização.

² ORTELLADO, Pablo. Aproximações ao movimento “antiglobalização”. 2002. Disponível em: http://arteeanarquia.xpg.uol.com.br/aproximacoes_ao_movimento_antiglobalizacao_pablo_ortellado.htm. Acesso em 23 out. 2016. Sem paginação.

A partir dessa primeira aproximação, Ortellado sugere uma tipologia de movimentos envolvidos nos protestos de Seattle baseada nas diferentes esferas de atuação de cada grupo. Dessa perspectiva, aquilo que a mídia corporativa chamou inicialmente de um único movimento “antiglobalização” deve ser visto, na verdade, como um “movimento de movimentos” composto por basicamente quatro tipos de organizações: 1) ONGs; 2) sindicatos; 3) movimentos autônomos e de ação direta; 4) movimentos camponeses e indígenas. É importante deixar claro, no entanto, que essa tipologia é puramente analítica, pois, como afirma Ortellado, as diferentes esferas de atuação têm vários pontos de contato umas com as outras, e muitos militantes circulavam entre elas.

Feita essa ressalva, partirei da tipologia analítica proposta por Ortellado para investigar neste trabalho a formação da vertente especificamente anticapitalista do “movimento antiglobalização”, que reuniu movimentos autônomos e de ação direta, de um lado, e camponeses e indígenas, de outro, em uma rede que os membros do coletivo Notes From Nowhere chamam simplesmente de movimento anticapitalista global.³

O anticapitalismo que emerge das lutas contra a globalização neoliberal, no entanto, não é uma simples retomada das tradições de luta contra o capital estabelecidas pelo movimento operário europeu entre a metade do século XIX e as primeiras décadas do século XX, cujo paradigma foi a teoria leninista de organização do partido revolucionário. Em vez de uma organização hierarquizada e rigidamente centralizada, como recomendava Lenin,⁴ as lutas anticapitalistas surgidas na década de 1990 adotaram uma forma de organização em rede extremamente flexível e descentralizada, muito diferente da tradição dos sindicatos e partidos operários tradicionais.

Este projeto de pesquisa foi motivado pela curiosidade em identificar os processos históricos que estão por trás da emergência deste novo anticapitalismo. A pesquisa partiu da hipótese de trabalho de que a organização em rede, surgida com o declínio das formas tradicionais de organização política da classe trabalhadora (como sindicatos e partidos), representa uma nova etapa da luta anticapitalista por ser uma resposta da população mundial explorada pelo capital às reorganizações sociais, econômicas e produtivas promovidas pelo sistema capitalista a partir da década de 1970.

Essa hipótese de trabalho se apoiou, em grande medida, em um enunciado teórico apresentado por Michael Hardt e Antonio Negri no livro *Multidão* segundo o qual em cada

³ NOTES FROM NOWHERE (Ed.). **We are everywhere**: the irresistible rise of global antipitalism. London; New York: Verso, 2003.

⁴ Cf. LENIN, Vladimir Ilich. **Que fazer?** : a organização como sujeito político. São Paulo: Martins, 2006.

período histórico “o modelo de resistência mais eficaz tem a mesma forma que os modelos dominantes de produção econômica e social”.

Na realidade quando pusermos a genealogia em movimento, as formas de resistência em evolução revelarão três princípios orientadores – princípios que se encontram na verdade engastados na história e determinam seu movimento. O primeiro princípio que orienta a genealogia refere-se à oportunidade histórica, vale dizer, à forma de resistência mais eficaz no combate a uma forma específica de poder. O segundo princípio estabelece uma correspondência entre formas de resistência em evolução e as transformações da produção econômica e social: em cada era, em outras palavras, verifica-se que o modelo de resistência mais eficaz tem a mesma forma que os modelos dominantes de produção econômica e social. O terceiro princípio a se manifestar refere-se simplesmente à democracia e à liberdade: cada nova forma de resistência destina-se a atacar as qualidades antidemocráticas das formas anteriores, criando uma cadeia de movimentos cada vez mais democráticos. Em última instância, essa genealogia de guerras de libertação e movimentos de resistência permitir-nos-á identificar a forma mais adequada de organização para a resistência e as lutas de libertação na situação material e política contemporânea.⁵

Partindo desse enunciado, procurei investigar como as transformações sofridas pelo modo de produção capitalista se refletem em transformações correspondentes nas formas de organização das lutas anticapitalistas. Para isso, parti da análise que David Harvey faz das transformações político-econômicas do capitalismo no final do século XX⁶ para averiguar se seria possível estabelecer relações entre as novas lutas anticapitalistas que ganharam visibilidade a partir de Seattle e a nova configuração do sistema capitalista mundial surgida a partir da crise de acumulação da década de 1970.

A pesquisa, portanto, se situa em dois planos, um teórico e outro empírico. No plano teórico, procurei realizar uma análise de longo prazo das transformações sofridas pelo modo de produção capitalista durante os séculos XIX e XX e de como essas transformações se refletiram em novas formas de lutas anticapitalistas em nível mundial.

No plano empírico, analisei a formação e o desenvolvimento do movimento anticapitalista global que começou a se formar com o surgimento da rede de solidariedade internacional ao levante armado promovido pelo Exército Zapatista de Libertação Nacional (EZLN) no México, em 1994, e deu origem, em 1998, à Ação Global dos Povos (AGP), rede de movimentos sociais que criou os dias de ação global contra o livre-comércio e que coordenou as ações contra a OMC que ocorreram ao redor do mundo simultaneamente à Batalha de Seattle, em novembro de 1999.

⁵ HARDT, Michael; NEGRI, Antonio. **Multidão: guerra e democracia na era do Império**. Rio de Janeiro: Record, 2005, p. 103.

⁶ HARVEY, David. **Condição pós-moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural**. 22. ed. São Paulo: Loyola, 2012a, p. 115-184.

O movimento anticapitalista e a Ação Global dos Povos

O marco inicial do movimento anticapitalista global foi o levante armado que o EZLN promoveu no dia 1º de janeiro de 1994 contra o governo mexicano e a entrada em vigor do Tratado de Livre Comércio da América do Norte (NAFTA, na sigla em inglês), assumindo o controle de sete municípios do estado mexicano de Chiapas e exigindo autonomia para os povos indígenas da região.⁷ A imagem de um exército rebelde indígena se levantando em armas contra um tratado de livre-comércio em uma das regiões mais pobres do México inspirou milhares de pessoas ao redor do mundo, lançando a semente do que mais tarde se tornaria o “movimento antiglobalização”:

Esse levante dos mais oprimidos e necessitados, com práticas exemplares de democracia direta, igualdade entre os gêneros e autonomia, inspiraram a esquerda em todo o mundo. Quase que imediatamente e espontaneamente, comitês de solidariedade aos zapatistas se espalharam pelos quatro cantos. Se um evento realmente merece aparecer como pioneiro do “movimento antiglobalização” esse evento foi o levante zapatista.⁸

Com a queda do Muro de Berlim e o colapso da União Soviética e do chamado “socialismo real” no Leste Europeu, a burguesia mundial havia decretado a morte de todas as formas de luta anticapitalista. O ambiente ideológico era tal que Francis Fukuyama, um funcionário do Departamento de Estado do governo norte-americano, se sentiu autorizado a proclamar o fim da história e o triunfo definitivo do capitalismo em escala mundial.⁹ Nesse clima de derrota generalizada da esquerda, o levante zapatista representou um sopro de esperança para todos aqueles que se recusavam a aceitar a vitória final do capitalismo e introduziu um novo vocabulário nas lutas contra a exploração e a espoliação capitalistas.

Nesse capítulo da história entraram em cena os zapatistas, mascarados e com sua pele da cor da terra, as mulheres usando roupas multicoloridas, alguns carregando armas improvisadas, e todos com um discurso de resistência bastante diferente – falando de terra, poesia, cultura indígena, diversidade, ecologia, dignidade. Os zapatistas entenderam o poder da subjetividade, falaram a língua dos sonhos, não apenas a da economia. Apesar de o seu exército ter uma estrutura de comando, as comunidades que eles representavam não tinham líderes, apenas aqueles que mandavam seguindo a vontade do povo, que exigiam o fim da guerra, e que levaram o exército a buscar um caminho incomum rumo à paz – uma paz verdadeira que incluísse dignidade e justiça, em que não houvesse espaço para a fome, para a morte por militares ou paramilitares ou para a perda de terras. Eles não marcharam rumo à capital para tomar o poder de Estado, assim como não promoveram a secessão [com o Estado mexicano]. O que eles queriam era autonomia, democracia, “nada para nós mesmos, tudo para todos”.¹⁰

⁷ NOTES FROM NOWHERE, 2003, p. 22-23.

⁸ ORTELLADO, 2002.

⁹ FUKUYAMA, Francis. **O fim da história e o último homem**. Rio de Janeiro: Rocco, 1992.

¹⁰ NOTES FROM NOWHERE, 2003, p. 23. Tradução minha.

Esse novo vocabulário da revolução chamou a atenção de rebeldes do mundo inteiro conforme as imagens e as notícias do levante zapatista corriam o mundo, transmitidas tanto pela mídia corporativa quanto por grupos independentes que se aproveitavam do início do uso comercial da Internet para construir uma rede mundial de solidariedade com o zapatismo. E o interesse pela rebelião em Chiapas só aumentou conforme os zapatistas começaram a divulgar seus comunicados nos quais não reivindicavam a tomada do poder no México, como as organizações revolucionárias tradicionais, mas sim a criação de espaços democráticos nos quais todos pudessem participar para construir um mundo em que as necessidades básicas de todos os seres humanos fossem atendidas. Além disso, os zapatistas apresentavam sua luta como apenas uma batalha em uma guerra que deveria ser travada por toda a humanidade: a guerra contra o neoliberalismo, a nova face do capitalismo. Assim, o movimento mostrou para o mundo que o combate ao capitalismo não havia acabado, apenas se apresentava de outra forma.

Com o seu levante, os zapatistas nomearam um velho inimigo em uma nova roupagem – a globalização neoliberal. Seu grito rebelde de “Já basta!” anunciou o fim do fim da história. Esse grito e seus comunicados publicados na Internet ecoaram ao redor do mundo. Eles foram ouvidos por ativistas urbanos em Londres que reivindicavam as ruas para as pessoas e não para os carros; por camponeses que ocupavam terras no Brasil; por agricultores indianos que queimavam plantações de transgênicos; por hackers, cuberpunks, guerrilhas midiáticas; por anarquistas de Seattle; por africanos protestando contra o FMI; por dissidentes italianos de macacões brancos. Não um grupo homogêneo de proletários revolucionários, mas um bando variado de marginalizados – vagabundos, trabalhadores superexplorados em precárias oficinas têxteis, imigrantes ilegais, coletivos de ocupação urbana, intelectuais, operários, abraçadores de árvores e camponeses.¹¹

Em 1996, os zapatistas convidaram seus apoiadores e todos aqueles que lutavam contra o neoliberalismo no mundo inteiro para se reunirem no Primeiro Encontro Intercontinental pela Humanidade e contra o Neoliberalismo, realizado entre os dias 27 de julho e 3 de agosto em cinco comunidades zapatistas no estado de Chiapas. Ao final do encontro foi proposta a criação de uma rede mundial de lutas contra o neoliberalismo, que ganhou contornos mais concretos durante o Segundo Encontro Intercontinental pela Humanidade e contra o Neoliberalismo, realizado na Espanha exatamente um ano depois.

Ao final do Segundo Encontro Intercontinental representantes de dez movimentos se reuniram para discutir a criação de um instrumento de coordenação para planejar ações conjuntas contra a OMC, que realizaria sua segunda conferência ministerial em maio de 1998, em Genebra. Essas organizações lançaram uma convocatória no fim de 1997, convidando movimentos e pessoas do mundo inteiro para se reunirem em Genebra entre 23 e 25 de

¹¹ NOTES FROM NOWHERE, 2003, p. 24. Tradução minha.

fevereiro, no intuito de construir um instrumento de coordenação de lutas chamado Ação Global dos Povos (AGP). Nessa reunião em Genebra, os movimentos integrantes da AGP criaram um novo tipo de mobilização, os “dias de ação global”,¹² que dariam origem às manifestações “antiglobalização” que se tornariam famosas a partir de Seattle. Pablo Ortellado e Martín Bergel, dois integrantes da rede de movimentos inspirados pela AGP no Brasil e na Argentina, respectivamente, definem a iniciativa da seguinte forma:

A Ação Global dos Povos (AGP) é uma rede mundial de movimentos sociais, responsável pela invenção dos “dias de ação global”. Foi criada para combater o livre-comércio e a Organização Mundial do Comércio (OMC). Não é uma organização formal, com sócios membros regulares ou porta-vozes oficiais, mas uma rede de comunicação e coordenação de lutas em escala global, baseada apenas em princípios comuns: a rejeição ao capitalismo e a todas as formas de dominação e opressão. Tem uma filosofia organizacional fundamentada na descentralização, na autonomia, na desobediência civil e na ação direta. A organização da AGP se limita a um secretariado rotativo e a um grupo de convocantes, também rotativos, encarregados de lançar os chamados para os dias de ação global, que se tornaram famosos pelas siglas compostas da inicial do mês, em inglês, e do dia das manifestações.¹³

O primeiro dia de ação global convocado pela AGP foi 16 de maio de 1998, quando foram realizadas ações em mais de 70 cidades ao redor do mundo contra a segunda Conferência Ministerial da OMC, em Genebra.¹⁴ O segundo foi 18 de junho de 1999, quando aconteceram ações simultâneas em 40 países contra a reunião do grupo dos sete países mais industrializados do mundo mais a Rússia (G8), realizada em Colônia, na Alemanha. O “J18”, como ficaria conhecido, foi um marco para os movimentos anticapitalistas contra a globalização neoliberal, pois pela primeira vez uma mobilização do gênero se apresentou não como um protesto contra uma determinada instituição multilateral, mas contra o sistema capitalista como um todo:

Desejando fortalecer as redes de resistência globais após o sucesso do primeiro dia de ação global em maio de 1998, vários grupos britânicos incluindo Reclaim the Streets, Earth First! e membros do London Greenpeace (não a ONG!) que estiveram envolvidos nos anos 1980 com as ações *Stop the City* [Pare a Cidade], circularam uma proposta de um “dia internacional de protesto, ação e carnaval voltados para o coração da economia global: os centros financeiros e distritos bancários” marcado para acontecer na sexta-feira, 18 de junho, dia de abertura da reunião de cúpula de 1999 do G8 em Colônia, Alemanha. A proposta identifica o capitalismo, e não apenas o “livre” comércio e as instituições multilaterais, como “a raiz de nossos problemas sociais e ecológicos”, e é encampada pela Ação Global dos Povos,

¹² Para relatos e análises dos dias de ação global ver: LUDD, Ned (Org.). **Urgência das ruas: black block, reclaim the streets e os dias de ação global**. São Paulo: Conrad, 2002; e DI GIOVANNI, Julia Ruiz. **Seattle, Praga, Gênova: política anti-globalização pela experiência da ação de rua**. 2007. 149 f. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.

¹³ BERGEL, Martín; ORTELLADO, Pablo. AGP (Ação Global dos Povos). In: NOBILE, Rodrigo; SADER, Emir; MARTINS, Carlos Eduardo (Orgs.). **Latinoamericana**: enciclopédia contemporânea da América Latina e do Caribe. São Paulo: Boitempo, 2006, p. 16.

¹⁴ NOTES FROM NOWHERE, 2003, p. 102.

traduzida em sete línguas e distribuída por e-mail e correio para milhares de grupos ao redor do mundo. Na falta de um nome com mais apelo para o dia, é usada simplesmente a sigla J18, uma prática que continua em cada dia de ação global, N30, S26, A20, e assim por diante. Do Brasil a Malta, do Nepal ao Zimbábue, ações acontecem em 40 países diferentes. Na City de Londres um Carnaval Contra o Capital que conta com a participação de 10 mil manifestantes vira o maior centro financeiro da Europa de cabeça para baixo.¹⁵

Finalmente, o terceiro dia de ação global foi convocado para 30 de novembro de 1999, para protestar contra a terceira Conferência Ministerial da OMC, em Seattle. A partir desse momento, os dias de ação global ganharam as manchetes da imprensa global. Em 26 de setembro de 2000, milhares de manifestantes cercaram a reunião do FMI e do Banco Mundial em Praga, na República Tcheca, acompanhados por ações em 110 cidades ao redor do mundo.¹⁶ Em 20 de abril de 2001 a história se repetiu em Québec, no Canadá, onde delegados de governos de toda a América que se preparavam para discutir a criação da Área de Livre Comércio das Américas (ALCA) foram saudados por uma multidão de manifestantes, enquanto protestos simultâneos ocorriam em vários países do continente. Finalmente, a mobilização contra a globalização neoliberal culminou na maior de todas as manifestações do gênero, que reuniu cerca de 300 mil ativistas para protestar contra a reunião de cúpula do G8 em Gênova, na Itália, no dia 20 de julho de 2001.¹⁷

Gênova, porém, marcou tanto o auge quanto o início do declínio das grandes manifestações de rua contra a globalização neoliberal. Os ataques de 11 de setembro de 2001 contra o World Trade Center em Nova York e a posterior caça às bruxas lançada pelo governo dos Estados Unidos contra qualquer grupo que pudesse representar uma ameaça aos interesses estratégicos do país colocaram os grupos mais radicais que se opunham à globalização neoliberal na defensiva e vários deles se desmobilizaram. A partir desse momento, o chamado “movimento antiglobalização” entrou em uma nova fase, marcada pela busca de uma maior institucionalização por meio do Fórum Social Mundial, cuja primeira edição foi realizada em Porto Alegre em janeiro de 2001.

Além disso, a AGP parece ter entrado em um período de refluxo a partir desse momento. De acordo com os princípios organizacionais da rede, ela deveria funcionar como um instrumento de comunicação e coordenação de lutas cujas principais ferramentas seriam a publicação de um boletim regular, a realização de conferências a cada dois anos,

¹⁵ NOTES FROM NOWHERE, 2003, p. 184-185. Tradução minha.

¹⁶ Ibid., p. 286. Para um relato detalhado das manifestações em Praga, ver: CHRISPINIANO, José. **A guerrilha surreal**. São Paulo: Conrad; Com-Arte, 2002.

¹⁷ Ibid., p. 352.

aproximadamente, e a manutenção de um site e de listas de e-mail.¹⁸ A última conferência global da rede foi realizada em 2001, mesmo ano em que foi publicado o último número do boletim.¹⁹ A rede continuou a existir depois de 2001, mas a partir de então se restringiu basicamente à Europa, onde os encontros regionais continuaram a acontecer até 2006.²⁰

Um novo capítulo de uma longa tradição

Este trabalho não é uma história da AGP e muito menos do “movimento antiglobalização”. Para quem busca uma história da AGP, a referência obrigatória é *We are everywhere: the irresistible rise of global anticapitalism*, que reúne histórias e relatos dos vários movimentos que integraram a rede organizados pelo coletivo Notes From Nowhere, grupo de ativistas que participou diretamente da construção da rede e dos principais eventos promovidos por ela. Ainda que os organizadores não digam com todas as letras, o livro é basicamente uma história da AGP escrita por seus protagonistas, como fica claro no próprio título do livro: “*we are everywhere*” (“nós estamos em toda parte”) era o principal lema da rede.²¹ Já para quem busca histórias e análises do “movimento antiglobalização” como um todo, a literatura é vasta.²²

Meu objetivo foi basicamente testar três hipóteses: 1) a de que as mobilizações surgidas nos anos 1990 podem ser entendidas como uma nova etapa das lutas anticapitalistas; 2) a de que a AGP teria sido a primeira articulação surgida após a queda do Muro de Berlim capaz de articular uma crítica global às condições de exploração que o regime capitalista impôs às classes trabalhadoras por meio das políticas de neoliberalização; e 3) a de que o

¹⁸ PEOPLES’ GLOBAL ACTION. Organisational Principles. Disponível em: <https://www.nadir.org/nadir/initiativ/agp/cocha/principles.htm>. Acesso em 23 out. 2016.

¹⁹ PEOPLES’ GLOBAL ACTION. PGA Bulletin 6. 2001. Disponível em: <https://www.nadir.org/nadir/initiativ/agp/free/bulletin.htm>. Acesso em 23 out. 2016.

²⁰ PEOPLES’ GLOBAL ACTION. 4th Peoples’ Global Action Conference in Europe. 2006. Disponível em: <https://www.nadir.org/nadir/initiativ/agp/pgaeurope/pgaconference2006/index.html>. Acesso em 23 out. 2016.

²¹ Ver NOTES FROM NOWHERE, 2003, p. 98. Para uma história da AGP no Brasil, ver: RYOKI, André; ORTELLADO, Pablo. **Estamos vencendo!**: resistência global no Brasil. São Paulo: Conrad, 2004; e LIBERATO, Leo Vinicius Maia. **Expressões contemporâneas de rebeldia**: poder e fazer da juventude autonomista. 2006. 270 f. Tese (Doutorado em Sociologia Política) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2006.

²² Alguns exemplos: AZZI, Diego. **Sujeitos e utopias nos movimentos antiglobalização**. São Paulo: Hucitec, 2011; AGUITON, Christophe. **O mundo nos pertence**. São Paulo: Viramundo, 2002; SEOANE, José; TADDEI, Emilio (Orgs.). **Resistências mundiais**: de Seattle a Porto Alegre. Petrópolis: Vozes, 2001. DELLA PORTA, Donatella. **O movimento por uma nova globalização**. São Paulo: Loyola, 2007; DELLA PORTA, Donatella (Ed.). **The global justice movement**: cross-national and transnational perspectives. Boulder: Paradigm Publishers, 2007; STARR, Amory. **Global revolt**: a guide to the movements against globalization. London; New York: Zed Books, 2005; MERTES, Tom (Ed.). **A movement of movements**: is another world really possible? London; New York: Verso, 2004; YUEN, Eddie; BURTON-ROSE, Daniel; KATSIAFICAS, George (Eds.). **Confronting capitalism**: dispatches from a global movement. New York: Soft Skull Press, 2004;

novo tipo de organização em rede, descentralizada e flexível, adotada pela AGP, representa uma resposta das classes trabalhadoras à reorganização produtiva imposta pelo capital a partir da crise de acumulação surgida na década de 1970.

A metodologia que utilizei para verificar a validade dessas hipóteses foi uma análise de fontes textuais produzidas durante três eventos fundamentais para o processo de formação da AGP – o Primeiro Encontro Intercontinental pela Humanidade e contra o Neoliberalismo, realizado em Chiapas, em 1996; o Segundo Encontro Intercontinental pela Humanidade e contra o Neoliberalismo, realizado na Espanha, em 1997; e a conferência de fundação da AGP, realizada em Genebra, em 1998 –, além dos boletins da AGP e de análises e relatos de militantes que participaram da construção da AGP reunidos em coletâneas de textos publicados posteriormente, com destaque para o livro *We are everywhere*. A partir do levantamento dessas fontes textuais, busquei analisá-las à luz de uma combinação de elementos da teoria do antagonismo de classe formulada por intelectuais operaístas e autonomistas italianos, como Mario Tronti e Antonio Negri, com elementos da teoria dos ajustes espaçotemporais via acumulação por espoliação de David Harvey. O objetivo era utilizar os conceitos fornecidos por esses referenciais teóricos – que buscam explicar as transformações históricas do capitalismo e do anticapitalismo como resultados das constantes reconfigurações produtivas e espaciais produzidas pelas lutas de classes – para verificar se seria possível relacionar a emergência do novo tipo de ativismo representado pela AGP com as transformações sofridas pelo sistema capitalista nas últimas décadas do século XX, de forma a situar historicamente a emergência daquilo que entendo ser uma nova forma de anticapitalismo.

É preciso alertar o leitor, desde já, que a metodologia adotada impôs certas limitações a este trabalho de pesquisa. Como me restringi a estudar relatos e documentos escritos, a análise apresentada aqui se baseia em grande medida na narrativa sobre o processo de formação da AGP construída por aqueles que redigiram esses documentos e relatos. Ou seja: trata-se da análise de um certo discurso sobre o processo de formação da AGP produzido pelos grupos e indivíduos que redigiram esses documentos escritos, que não necessariamente reflete eventuais tensões internas à rede e contradições entre discurso e prática.

Além disso, a metodologia adotada impôs outras dificuldades práticas à pesquisa. Meu objetivo inicial era fazer um mapeamento o mais completo possível de todos os movimentos envolvidos na construção da AGP para fazer uma análise da composição de classe dos movimentos que formaram a rede. Essa tarefa, no entanto, se revelou extremamente difícil e tive que me contentar com algo que deve ser visto apenas como um levantamento preliminar.

Apesar de entrar em contato com pessoas que participaram diretamente dos eventos mencionados, não consegui obter qualquer tipo de ata ou lista completa dos movimentos participantes de nenhuma dessas reuniões.

A pesquisa se revelou ainda mais difícil pois a maioria das listas de e-mail por onde circulavam as mensagens da rede de lutas contra a globalização neoliberal não está mais no ar – nem as da AGP, nem as mantidas por plataformas de solidariedade ao zapatismo, como a famosa lista Chiapas 95, criada pelo professor Harry Cleaver, da Rede de Ação Zapatista de Austin e do Departamento de Economia da Universidade do Texas em Austin.²³ Diante da incapacidade de localizar listas completas de participantes, recorri a registros parciais e fragmentários – compilados a partir das fontes textuais a que tive acesso – e a ativistas e pesquisadores envolvidos com a AGP que me forneceram informações valiosíssimas.

Nesse sentido, gostaria de registrar minha enorme gratidão à professora Lesley Wood, da Universidade York, no Canadá, que me forneceu a mais completa lista de participantes do Segundo Encontro Intercontinental a que tive acesso, compilada por ela a partir de suas próprias pesquisas sobre a AGP e a rede internacional de solidariedade ao zapatismo; e a David Bleakney, diretor do Sindicato dos Trabalhadores Postais do Canadá (CUPW, na sigla em inglês) que tive o enorme prazer de conhecer pessoalmente e que participou das duas primeiras conferências da AGP. David não só me forneceu informações preciosas sobre a história da AGP como fez um relato emocionante da força da solidariedade internacional produzida pelos encontros da rede. Sem dúvida, o contato com ele foi um dos pontos altos desta pesquisa.

Dito isso, as listas de participantes desses três encontros que usei como matéria-prima para identificar os principais movimentos que participaram da construção da AGP é um mosaico que está longe de estar completo. Para compô-lo, parti da lista fornecida por Lesley Wood para identificar – entre as centenas de nomes de coletivos, ONGs, sindicatos, partidos, movimentos camponeses e indígenas, plataformas de solidariedade com o zapatismo e outros tipos de organizações que participaram do Segundo Encontro Intercontinental –, os grupos citados por outras fontes ou que eu sabia que eram representativos de certas culturas militantes, como os centros sociais italianos e espanhóis e os grupos autônomos alemães, por exemplo. Complementei a lista enviada pela professora Lesley com os grupos relacionados ao

²³ Entrei em contato diretamente com o professor Cleaver para perguntar se era possível recuperar alguma lista de participantes do Primeiro Encontro Intercontinental, mas infelizmente ele não conseguiu localizar nenhum documento do gênero.

final do livro publicado na Itália em 1998 que reúne os documentos do Segundo Encontro Intercontinental.²⁴

Assim, a partir desse núcleo de grupos que consegui identificar na lista de participantes do Segundo Encontro Intercontinental, fui capaz de identificar os movimentos citados de forma genérica nos documentos da AGP, mas não nomeados diretamente. A lista de participantes da conferência de fundação da AGP foi montada basicamente a partir desse cruzamento de dados e da lista de movimentos que convocaram a conferência, publicada no boletim número 0 da AGP.²⁵

Já a lista de participantes do Primeiro Encontro Intercontinental foi montada a partir de duas fontes textuais: os relatórios e conclusões finais de cada mesa reunidos e publicados no livro *Crônicas intergalácticas*²⁶ e o material reunido no site do projeto *Chiapas para el mundo, por la Humanidad y contra el Neoliberalismo*.²⁷

Apesar de não fornecerem informações suficientes para realizar um mapeamento completo das organizações que participaram da construção da AGP, os documentos analisados apresentam um rico registro do processo de construção de um novo discurso anticapitalista e de uma nova forma de organização das lutas anticapitalistas por meio da articulação de diferentes movimentos em uma rede global de comunicação e cooperação. Foi com base nessas informações que elaborei a análise histórica do processo de formação da rede mundial de luta contra a globalização neoliberal que culminou na fundação da AGP.

No entanto, como o meu objetivo era identificar a especificidade disso que acredito ser um novo anticapitalismo que emerge das lutas contra a globalização neoliberal, não bastava descrever o processo de formação da rede de solidariedade com o zapatismo e da AGP, era preciso situar essas supostas inovações na longa tradição das lutas anticapitalistas que remonta aos primórdios do movimento operário europeu. Por isso, antes de entrar na história da AGP propriamente dita apresento uma visão panorâmica das lutas anticapitalistas ao longo dos séculos XIX e XX e analiso as transformações pelas quais o sistema capitalista passou a

²⁴ SIMONCINI, Alessandro (Org.). **Percorsi di liberazione dalla Selva Lacandona all'Europa**: itinerari documenti testimonianze dal Secondo Incontro Intercontinentale per l'Umanità e contro il Neoliberalismo di Madrid. Palermo: Edizioni Della Battaglia, 1998. Ver lista de organizações participantes do Segundo Encontro Intercontinental no Apêndice B.

²⁵ PEOPLES' GLOBAL ACTION. PGA Bulletin 0. 1997. Disponível em: <http://www.nadir.org/nadir/initiativ/agp/en/pgainfos/bulletin0.htm>. Acesso em: 10 mai. 2015. Ver lista de organizações participantes da conferência de fundação da AGP no Apêndice C.

²⁶ CRÓNICAS intergalácticas EZLN: Primer Encuentro Intercontinental por la Humanidad y contra el Neoliberalismo. 2. ed. Barcelona: Collectiu de Solidaritat amb la Rebellio Zapatista, 1997.

²⁷ CHIAPAS para el mundo, por la Humanidad y contra el Neoliberalismo. Disponível em: <http://gatitonegro.fortunecity.ws/EncuentroIntercontinental/ChiapMunIng/invitado.html>. Acesso em 3 out. 2016. Ver lista de organizações participantes do Primeiro Encontro Intercontinental no Apêndice A.

partir da década de 1970, dando origem à globalização neoliberal. Busco, assim, demonstrar como essas transformações colocaram em xeque o paradigma clássico das lutas anticapitalistas, ao mesmo tempo em que criaram as condições para a emergência das novas lutas anticapitalistas em rede, características desse novo anticapitalismo representado pela AGP.

A estrutura da dissertação reflete o esforço de situar esse novo anticapitalismo na longa tradição das lutas de classes. No primeiro capítulo apresento o referencial teórico que orientou a análise histórica desenvolvida ao longo do resto do trabalho. O segundo capítulo apresenta a visão panorâmica das lutas anticapitalistas ao longo dos séculos XIX e XX. O terceiro capítulo é dedicado à análise das transformações do sistema capitalista provocadas pela crise da década de 1970 e que deram origem à globalização neoliberal. No quarto capítulo apresento a história da formação da rede de solidariedade internacional com o zapatismo e mostro como esse processo começou a articular várias lutas contra a globalização neoliberal até então isoladas. No quinto capítulo por fim analiso a história compartilhada dos diferentes movimentos e culturas militantes que viriam a se encontrar para formar a AGP e apresento uma leitura dos documentos de fundação da AGP para tentar mostrar de que maneira eles podem ser considerados registros históricos da emergência disso que chamo de novo anticapitalismo.

Como o leitor poderá notar pela organização dos capítulos, essa dissertação termina onde a maioria dos trabalhos sobre o “movimento antiglobalização” costuma começar: às vésperas de Seattle. O recorte temporal não é aleatório. A maioria das publicações sobre o tema passa rapidamente pelo período que vai do levante zapatista à fundação da AGP, dedicando alguns poucos parágrafos – quando o fazem – para essa fase que normalmente é encarada como uma espécie de “pré-história” do verdadeiro movimento, que só começa de fato em Seattle. Neste trabalho busquei jogar luz justamente sobre esse período para tentar desmontar o mito de que Seattle surgiu do nada. Por isso, adotei deliberadamente uma perspectiva retrospectiva tentando identificar as origens das supostas novidades que surpreenderam o mundo em Seattle e que, curiosamente, continuam sendo apresentadas como novidades mais de uma década depois, como demonstraram os debates sobre as manifestações de junho de 2013 no Brasil.

O que a pesquisa revelou foi a rica história de uma subjetividade anticapitalista que, apesar dos silêncios impostos pelas narrativas dominantes, teima em vir à tona de tempos em tempos, como demonstram as rebeliões populares que nos últimos anos se insurgiram contra os ajustes impostos às populações mais vulneráveis pela crise capitalista mundial iniciada em

2008. Por isso, não considero um exagero traçar linhas de continuidade – ainda que indiretas – entre movimentos como os Indignados na Espanha, Occupy Wall Street e as manifestações de junho de 2013 no Brasil e as rebeliões contra a globalização neoliberal da segunda metade dos anos 1990 e do início dos anos 2000.

A AGP pode não existir mais, mas o espírito por trás dela continua a rondar – e agora não mais apenas a Europa, como no tempo de Marx. Afinal, como afirma Mario Tronti na introdução à edição em castelhano de seu clássico *Operai e capitale*, “existe uma história da subjetividade anticapitalista que não terminou com a queda do muro. Como dotar de continuidade a voz viva dessa história constitui um problema não resolvido de nosso tempo”.²⁸

²⁸ TRONTI, Mario. **Obreros y capital**. Madrid: Akal, 2001, p. 13.

CAPÍTULO 1

Desenvolvimento capitalista, antagonismo de classe e acumulação por espoliação

Entre as várias redes e coalizões de movimentos sociais que deram origem ao chamado “movimento antiglobalização”, a AGP foi a única a se declarar abertamente anticapitalista. No entanto, o anticapitalismo da AGP era muito diferente do paradigma clássico das lutas anticapitalistas estabelecido pelo movimento operário europeu entre a segunda metade do século XIX e as primeiras décadas do século XX. Portanto, se a AGP foi uma rede anticapitalista, como afirma em sua carta de princípios,²⁹ precisamos compreender que anticapitalismo é este.

Minha análise vai se apoiar basicamente em dois referenciais teóricos: a teoria do antagonismo de classe desenvolvida pelos intelectuais operaístas e autonomistas italianos, como Mario Tronti e Antonio Negri; e a teoria dos ajustes espaçotemporais via acumulação por espoliação de David Harvey. Sei que à primeira vista misturar Negri e Harvey pode parecer estranho e incoerente para o leitor pouco familiarizado com a obra do primeiro. De fato, Negri ficou famoso no Brasil e em boa parte do resto do mundo a partir da publicação, no início dos anos 2000, de *Império*, livro escrito em parceria com Michael Hardt que se baseia em uma combinação eclética de três matrizes teóricas – a economia política de Marx, a filosofia política de Spinoza e a filosofia pós-estruturalista de Foucault, Deleuze e Guattari – para analisar a nova arquitetura de poder mundial instaurada pela globalização neoliberal. A partir dessa análise, os autores propõem a polêmica tese de que o imperialismo tal como foi concebido pelos marxistas da Segunda Internacional seria um conceito ultrapassado, incapaz de explicar a situação atual.³⁰ Já Harvey continua a trabalhar com a perspectiva do imperialismo, ainda que fale de um novo imperialismo.³¹

Por isso, para evitar confusões, esclareço desde já que o Negri ao qual recorri não é o autor de *Império*, pois isto demandaria um domínio da filosofia de Spinoza, Foucault, Deleuze e Guattari que não tenho, e exigiria fazer uma longa discussão teórica sobre as teses defendidas no livro – tarefa que extrapola totalmente o escopo deste trabalho. O Negri ao qual faço referência é o teórico da autonomia operária italiana, autor de uma série de ensaios sobre as lutas de classes nos anos 1960 e 1970 a partir de uma perspectiva propriamente marxista. Parte desses escritos foi traduzida para o inglês e publicada em um volume publicado na

²⁹ PEOPLES’ GLOBAL ACTION. Hallmarks. Disponível em:

<https://www.nadir.org/nadir/initiativ/agp/free/pga/hallm.htm>. Acesso em: 11 set. 2016.

³⁰ HARDT, Michael; NEGRI, Antonio. *Império*. Rio de Janeiro; São Paulo: Record, 2001.

³¹ HARVEY, David. *O novo imperialismo*. 7. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2013.

década de 1980.³² Esta foi a principal fonte que utilizei para recolher os elementos da teoria do antagonismo de classe desenvolvida por Negri e seus companheiros na Itália dos anos 1960 e 1970.³³

A opção de combinar essa teoria com a teoria dos ajustes espaçotemporais via acumulação por espoliação que fundamenta a análise que Harvey faz do novo imperialismo se baseia no fato de que considero esses dois modelos analíticos complementares na medida em que partem de uma mesma matriz teórica – uma análise do desenvolvimento capitalista baseada na teoria das crises de Marx – e seguem um mesmo princípio metodológico: o de analisar o desenvolvimento capitalista como uma sucessão de metamorfoses resultantes das lutas de classes.

Por um lado, a teoria do antagonismo de classe dos operaístas e autonomistas italianos é um poderoso instrumento para explicar como os embates entre as estratégias opostas da classe trabalhadora e do capital estão continuamente moldando e transformando os dois polos do conflito nas regiões do planeta onde as relações sociais de produção capitalistas se desenvolveram plenamente e se tornaram o modo de produção dominante. Por outro, a teoria dos ajustes espaçotemporais via acumulação por espoliação de Harvey mostra que as lutas anticapitalistas variam de acordo com a geografia histórica do capitalismo, de forma que as lutas na esfera da reprodução ampliada do capital nas regiões onde o capitalismo se tornou o modo de produção dominante são acompanhadas pelas lutas contra a acumulação por espoliação naquelas regiões onde relações sociais de produção capitalistas convivem com outros tipos de relações sociais de produção. Considero fundamental recorrer a um arcabouço teórico capaz de articular essas duas dimensões das lutas anticapitalistas, pois a AGP se propôs justamente a construir pontes entre lutas aparentemente muito diferentes no Norte e no Sul globais, apresentando-as como partes de uma mesma e única luta contra o sistema capitalista em escala planetária.

Começo expondo de forma breve os elementos da teoria marxista que embasam os modelos dos operaístas e autonomistas italianos e de Harvey: a análise que Marx faz da acumulação primitiva de capital e a teoria das crises que Marx elaborou a partir da lei da queda tendencial da taxa de lucro. Em seguida, apresento uma síntese tanto da teoria operaísta

³² NEGRI, Toni. **Revolution retrieved**: writings on Marx, Keynes, capitalist crisis and new social subjects. London: Red Notes, 1988.

³³ Parte das reflexões apresentadas nesses ensaios dos anos 1960 e 1970 é retomada por Negri em *Multidão*, livro que dá sequência a *Império*, também escrito em parceria com Michael Hardt. Os trechos de *Multidão* que utilizei nesta pesquisa são aqueles que acredito estarem de acordo com a teoria do antagonismo de classe desenvolvida por Negri e seus companheiros nas décadas de 1960 e 1970.

do antagonismo de classe quanto da teoria dos ajustes espaçotemporais via acumulação por espoliação de Harvey.

1.1 A contradição intrínseca ao desenvolvimento capitalista

A divisão da sociedade entre donos dos meios de produção e subsistência, de um lado, e trabalhadores que não têm nada além de sua própria força de trabalho, de outro, não é um dado da natureza, mas o resultado de um longo processo histórico que deu origem ao modo de produção capitalista. Partindo da análise de Adam Smith, Marx afirma que a acumulação capitalista depende de uma acumulação prévia, “que não é resultado do modo de produção capitalista, mas seu ponto de partida”.³⁴ A esse processo ele deu o nome de acumulação primitiva.

Nos relatos dos economistas políticos clássicos – como o próprio Smith – esse processo de acumulação prévia que cria as condições para o desenvolvimento do modo de produção capitalista é apresentado como o resultado, de um lado, do enriquecimento de “uma elite laboriosa inteligente e sobretudo parcimoniosa”³⁵ que acumulou riquezas; e, do outro, do empobrecimento “de uma súcia de vadios a dissipar tudo o que tinham e ainda mais”, e que assim “acabaram sem ter nada para vender, a não ser sua própria pele”.³⁶ Segundo Marx, esse relato desempenha na economia política clássica aproximadamente o mesmo papel do pecado original na teologia. “E desse pecado original datam a pobreza da grande massa, que ainda hoje, apesar de todo seu trabalho, continua a não possuir nada para vender a não ser a si mesma, e a riqueza de poucos, que cresce continuamente, embora há muito tenham deixado de trabalhar”.³⁷

Na história real o enredo foi bem diferente. A acumulação primitiva foi um violento processo de espoliação por meio do qual a maioria da população foi expropriada de seus meios de produção e subsistência e obrigada a vender no mercado a única propriedade que lhes restou: sua força de trabalho. Segundo Marx, esses foram os métodos utilizados pela burguesia para criar as condições fundamentais da produção capitalista:

Num primeiro momento, dinheiro e mercadoria são tão pouco capital quanto os meios de produção e subsistência. Eles precisam ser transformados em capital. Mas essa transformação só pode operar-se em determinadas circunstâncias, que contribuem para a mesma finalidade: é preciso que duas espécies bem diferentes de

³⁴ MARX, Marx. **O capital**: crítica da economia política. Livro I: o processo de produção do capital. São Paulo: Boitempo, 2013, p. 785.

³⁵ Ibid., idem.

³⁶ Ibid., idem.

³⁷ Ibid., idem.

possuidores de mercadorias se defrontem e estabeleçam contato; de um lado, possuidores de dinheiro, meios de produção e meios de subsistência, que buscam valorizar a quantia de valor de que dispõem por meio da compra de força de trabalho alheia; de outro, trabalhadores livres, vendedores da própria força de trabalho e, por conseguinte, vendedores de trabalho. Trabalhadores livres no duplo sentido de que nem integram diretamente os meios de produção, como os escravos, servos etc., nem lhes pertencem os meios de produção, como no caso, por exemplo, do camponês que trabalha por sua própria conta etc., mas estão, antes, livres e desvinculados desses meios de produção. Com esta polarização do mercado estão dadas as condições fundamentais da produção capitalista. A relação capitalista pressupõe a separação entre os trabalhadores e a propriedade das condições da realização do trabalho. Tão logo a produção capitalista esteja de pé, ela não apenas conserva essa separação, mas a reproduz em escala cada vez maior. O processo que cria a relação capitalista não pode ser senão o processo de separação entre o trabalhador e a propriedade das condições de realização de seu trabalho, processo que, por um lado, transforma em capital os meios sociais de subsistência e de produção e, por outro converte os produtores diretos em trabalhadores assalariados. A assim chamada acumulação primitiva não é, por conseguinte, mais do que o processo histórico de separação entre produtor e meio de produção. Ela aparece como “primitiva” porque constitui a pré-história do capital e do modo de produção que lhe corresponde.³⁸

Historicamente, esse processo se desenrolou inicialmente na Europa Ocidental entre o fim da Idade Média e o século XIX e teve a Inglaterra como modelo.

A expropriação da terra que antes pertencia ao produtor rural, ao camponês, constitui a base de todo o processo. Sua história assume tonalidades distintas nos diversos países e percorre as várias fases em sucessão diversa e em diferentes épocas históricas. Apenas na Inglaterra, e por isso tomamos esse país como exemplo, tal expropriação se apresenta em sua forma clássica.³⁹

Assim, ao focar sua análise na Europa Ocidental, Marx afirmou que a acumulação primitiva estava basicamente concluída no século XIX,⁴⁰ o que o fez situá-la como uma etapa restrita a um determinado período histórico do desenvolvimento do modo de produção capitalista. Uma vez concluída a separação entre trabalhador e meios de produção e subsistência, os conflitos sociais deixavam de girar em torno dos processos de espoliação e passavam a se dar em torno da luta contra a exploração no âmbito da reprodução ampliada do capital. O campesinato, protagonista das lutas contra a espoliação na Europa entre os séculos XV e XVIII, cedia lugar à classe operária, a nova classe social nascida da transformação dos antigos camponeses espoliados em empregados das fábricas surgidas com a Revolução Industrial, primeiro na Inglaterra, a partir do fim do século XVIII, e depois no resto da Europa, ao longo do século XIX.

A partir desse momento, o modo de produção capitalista adquire um dinamismo próprio, e a acumulação passa a se dar por meio da reprodução ampliada do capital, processo no qual o capitalista amplia o valor inicialmente investido na produção ao extrair mais-valia

³⁸ MARX, 2013, p. 786.

³⁹ Ibid., p. 787-788.

⁴⁰ Ibid., p. 835.

dos trabalhadores diretamente responsáveis pela fabricação de uma mercadoria. O processo de reprodução ampliada do capital, no entanto, é marcado por uma tensão fundamental que faz com que o modo de produção capitalista se desenvolva de maneira intrinsecamente contraditória.

O objetivo de toda produção capitalista é a valorização do capital em uma escala cada vez mais ampla e o meio para atingir essa meta é o permanente desenvolvimento das forças produtivas. No entanto, a contradição inerente ao modo de produção capitalista, que sempre produz ao mesmo tempo valores de uso e valores de troca, faz com que sob determinadas circunstâncias o desenvolvimento das forças produtivas coloque em risco a acumulação do capital, criando uma profunda contradição entre meios e fins que culmina na deflagração de crises.

A contradição fundamental do desenvolvimento capitalista se expressa, segundo Marx, na lei da queda tendencial da taxa de lucro. Todo capital investido no processo de produção se divide em duas partes, pois compra dois tipos qualitativamente diferentes de mercadoria: o capital constante, que adquire os meios de produção (edifícios, máquinas, matérias-primas, etc), e o capital variável, que compra força de trabalho. No entanto, só um desses tipos de mercadoria, a força de trabalho, agrega um valor adicional ao capital investido. Esse valor adicional é a mais-valia – a quantidade de trabalho não remunerado que o capitalista extrai do trabalhador durante o processo de produção. O salário que o capitalista paga ao trabalhador corresponde sempre a uma porcentagem menor do que o total de valor que o trabalhador cria no processo de produção. Esta é a origem do lucro que o capitalista vai obter ao vender a mercadoria.

O problema para o capitalista é que quanto mais os métodos de produção se sofisticam, maior é a parcela do capital que ele gasta com máquinas, instalações e matérias-primas (capital constante), que não produzem mais-valia; e menor a parcela do capital que ele gasta comprando força de trabalho (capital variável), única mercadoria que produz mais-valia. Isso acontece porque o aperfeiçoamento dos métodos de produção faz com que o mesmo trabalho possa ser executado em menor tempo e por um número menor de trabalhadores. Ou seja: o desenvolvimento das forças produtivas (tecnologia, métodos de produção, etc) aumenta a produtividade do trabalho, provocado assim um aumento do capital constante. Esta é a lei do aumento crescente do capital constante.⁴¹

⁴¹ MARX, 2013, p. 699.

Marx utiliza o conceito de *composição orgânica do capital* para designar a razão entre o capital constante e o capital variável na composição do capital total investido na produção. Por isso, o desenvolvimento das forças produtivas sempre faz aumentar a composição orgânica do capital, o que cria um problema para o capitalista, pois a taxa de lucro é medida pela proporção da mais-valia em relação ao valor total do capital investido. Como a mais-valia é sempre uma proporção do capital variável, quanto menor a proporção do capital variável na composição total do capital investido, menor será a taxa de lucro. O que faz, segundo Marx, com que o desenvolvimento capitalista seja regido pela lei da queda tendencial da taxa de lucro:

[C]om o progressivo decréscimo relativo do capital variável em relação ao capital constante, [a tendência real da produção capitalista] gera uma composição orgânica crescentemente superior do capital global, cuja consequência imediata é que a taxa de mais-valia, com grau constante e até mesmo crescente de exploração do trabalho, se expressa numa taxa geral de lucro em queda contínua. [...] A tendência progressiva da taxa geral de lucro a cair é, portanto, apenas uma expressão peculiar ao modo de produção capitalista para o desenvolvimento progressivo da força produtiva social de trabalho. Com isso [...] está provado, a partir da essência do modo de produção capitalista, como uma necessidade óbvia, que em seu progresso a taxa média geral de mais-valia tem de expressar-se numa taxa geral de lucro em queda. Como a massa de trabalho vivo empregado diminui sempre em relação à massa de trabalho objetivado, posta por ele em movimento, isto é, o meio de produção consumido produtivamente, assim também a parte desse trabalho vivo que não é paga e que se objetiva em mais-valia tem de estar numa proporção sempre decrescente em relação ao volume de valor do capital global empregado. Essa relação da massa de mais-valia com o valor do capital global empregado constitui, porém, a taxa de lucro, que precisa, por isso, cair continuamente.⁴²

Essa tendência à queda da taxa de lucro está na base das crises capitalistas, pois provoca desequilíbrios que ameaçam todo o processo de reprodução ampliada do capital. Esses desequilíbrios se expressam no caráter cíclico do processo. Como Marx explica nos capítulos iniciais do Livro II de *O Capital*,⁴³ o movimento de reprodução do capital é um processo cíclico ao longo do qual o valor passa por uma série de metamorfoses e assume diversas formas: dinheiro (capital monetário), meios de produção e força de trabalho (capital produtivo) e mercadoria (capital-mercadoria), antes de voltar à forma de dinheiro com um valor ampliado. As condições de realização dessas metamorfoses, por sua vez, variam ao longo do tempo de acordo com variáveis que incidem sobre as esferas da produção e da circulação de mercadorias. Dessa forma, o desenvolvimento capitalista se dá ao longo de sucessivos ciclos industriais, períodos ao longo dos quais o ritmo da produção passa por fases de expansão, crise e retomada.

⁴² MARX, Karl. **O capital**: crítica da economia política. Livro III: o processo global da produção capitalista. Tomo I. 2. ed. São Paulo: Nova Cultural, 1986, p. 164.

⁴³ Cf. MARX, Karl. **O capital**: crítica da economia política. Livro II: o processo de circulação do capital. São Paulo: Boitempo, 2014, caps. 1, 2 e 3.

Durante a fase de expansão, marcada pelo desenvolvimento das forças produtivas, há um aumento inevitável da composição orgânica de capital. Durante um certo tempo, esse aumento pode não afetar a taxa de lucros se for acompanhado de uma grande elevação da taxa de mais-valia, de uma queda relativa dos preços de matérias-primas e do aumento do investimento em países ou setores com uma composição orgânica de capital mais baixa.⁴⁴ A partir de um determinado momento, no entanto, a própria expansão elimina essas condições de estabilidade: o aumento da demanda por força de trabalho cria condições favoráveis para os trabalhadores reivindicarem aumentos de salários; o aumento da demanda por matérias-primas leva ao encarecimento destas; e o desenvolvimento generalizado torna cada vez mais raros os países e setores com uma composição orgânica de capital mais baixa.⁴⁵

Essa virada na conjuntura gera, a partir de um certo momento, uma tendência para a queda da taxa de lucro, na medida em que o aumento da composição orgânica de capital deixa de ser compensado pelos antigos elementos estabilizadores. Os salários aumentam, diminuindo a taxa de mais-valia, ao passo que as matérias-primas se tornam mais caras, elevando ainda mais o valor do capital constante, o que resulta em queda na taxa de lucro.

Essa queda acentua a concorrência entre os capitalistas. A partir do momento em que obtêm menos lucro em cada unidade vendida, os capitalistas buscam compensar essa perda aumentando a quantidade de mercadorias comercializadas. Com o aperfeiçoamento tecnológico promovido pelo aumento da composição orgânica de capital, as fábricas produzem cada vez mais, aumentando a massa de mercadorias fabricadas para compensar a queda na taxa de lucro. Com isso, a partir de um determinado momento, os capitalistas passam a produzir mais do que o mercado é capaz de absorver, configurando um quadro de superprodução.

A superprodução significa sempre que o capitalismo produziu tantas mercadorias que não havia poder de compra disponível para adquiri-las ao preço de produção, isto é, a um preço que fornecesse a seus proprietários o lucro médio esperado. Quaisquer que sejam os meandros profundos da análise, o primeiro fenômeno a se compreender é o dessa ruptura brutal do equilíbrio instável que existe em “tempos normais” entre a oferta e a procura de mercadorias. Bruscamente, a oferta ultrapassa a demanda solvável, a ponto de provocar massivamente um recuo das encomendas e uma redução importante da produção corrente.⁴⁶

Quando a queda da taxa de lucros se generaliza para o conjunto do capital social, ela provoca um quadro de superacumulação de capitais na medida em que os investidores preferem acumular recursos na forma de dinheiro ou aplicá-los em empreendimentos cada vez

⁴⁴ MANDEL, Ernest. **A crise do capital**: os fatos e sua interpretação marxista. São Paulo: Ensaio; Campinas, SP: Editora da Universidade Estadual de Campinas, 1990, p. 214.

⁴⁵ Ibid., idem.

⁴⁶ Ibid., p. 212.

mais arriscados em vez de investi-los nos ramos tradicionais da produção, pois estes já não oferecem as taxas de rentabilidade esperadas.

Manifesta-se, em primeiro lugar, sob a seguinte forma: uma fração do capital recentemente acumulado não pode mais ser investida produtivamente nas condições de rentabilidade “normais esperadas”; é cada vez mais retida para atividades especulativas, arriscadas, menos rentáveis. A massa absoluta de investimentos não retrocede em razão disso; pode até aumentar. O emprego e a massa salarial não retrocedem também; estão até em um nível bastante elevado, se não máximo. Mas os investimentos, o emprego e a produtividade (produção de mais-valia relativa) não crescem mais em proporção suficiente para sustentar por si próprios a expansão.⁴⁷

Para continuar a financiar sua expansão no contexto da queda generalizada da taxa de lucro, as empresas recorrem cada vez mais a empréstimos bancários, tornando-as vulneráveis a qualquer incidente.

Quanto mais se tem capitais não-aplicados, mais o crescimento da massa de mais-valia produzida se atrasa em relação à acumulação de capital; quanto mais a taxa de lucro baixa, mais cresce a defasagem entre a taxa de lucros esperada e realizada para um número crescente de empresas, entre seus encargos financeiros e os seus rendimentos reais. Tanto mais vulneráveis elas se tornam, portanto, ao primeiro incidente, que pode levar à falência.⁴⁸

Dessa maneira, a queda da taxa de lucro cria as condições para a eclosão das crises capitalistas, que por algum tempo permanecem encobertas pela continuidade da expansão. “Assim, se passa imperceptivelmente do *boom* ao superaquecimento, que encobre ainda mais, no imediato, as forças que preparam inexoravelmente o *crash*”.⁴⁹ Criadas as condições para a eclosão da crise, esta pode ser detonada por qualquer acontecimento fortuito.

O acontecimento detonador que precipita as crises de superprodução distingue as suas formas de aparição. Este pode ser um escândalo financeiro, um brusco pânico bancário, a bancarrota de uma grande empresa, como pode ser simplesmente a mudança da conjuntura (venda insuficiente generalizada) em um setor-chave do mercado mundial. [...] Mas o detonador não é a causa da crise. Apenas a precipita no sentido em que desencadeia o movimento cumulativo descrito acima. Para que ele possa desencadeá-lo, é necessário que coincida toda uma série de pré-condições que não decorrem em medida alguma da influência autônoma do detonador.⁵⁰

A eclosão de crises periódicas de superprodução e superacumulação de capitais se tornou um traço intrínseco do capitalismo a partir do momento em que ele se tornou o modo de produção dominante na Europa Ocidental e na América do Norte, na segunda metade do século XIX. Inicialmente, essas crises se dão no âmbito das economias nacionais e se expressam na forma de recessões periódicas locais. No entanto, em alguns momentos da história, os ciclos industriais dos principais países capitalistas se sincronizam, produzindo

⁴⁷ MANDEL, 1990, p. 214-215.

⁴⁸ Ibid., p. 216.

⁴⁹ Ibid., p. 215.

⁵⁰ Ibid., p. 212.

crises estruturais de alcance mundial que colocam em risco o funcionamento de todo o sistema.

Assim, ao relacionar o desenvolvimento capitalista e o movimento cíclico do capital à lei da queda tendencial da taxa de lucro, Marx demonstrou pela primeira vez que as crises não são uma anomalia, mas um elemento intrínseco e necessário ao desenvolvimento capitalista, pois derivam da contradição inerente a esse modo de produção.

A verdadeira barreira da produção capitalista é o próprio capital, isto é: que o capital e sua autovalorização apareçam como ponto de partida e ponto de chegada, como motivo e finalidade da produção; que a produção seja apenas produção para o capital e não inversamente, que os meios de produção sejam meros meios para uma estruturação cada vez mais ampla do processo vital para a sociedade dos produtores. As barreiras entre as quais unicamente podem mover-se a manutenção e a valorização do valor-capital, que repousam sobre a expropriação e pauperização da grande massa dos produtores, essas barreiras entram portanto constantemente em contradição com os métodos de produção que o capital precisa empregar para seu objetivo e que se dirigem a um aumento ilimitado da produção, à produção como uma finalidade em si mesma, a um desenvolvimento incondicional das forças produtivas sociais de trabalho. O meio – desenvolvimento incondicional das forças produtivas sociais de trabalho – entra em contínuo conflito com o objetivo limitado, a valorização do capital existente. Se, por conseguinte, o modo de produção capitalista é um meio histórico para desenvolver a força produtiva material e para criar o mercado mundial que lhe corresponde, ele é simultaneamente a contradição constante entre essa sua tarefa histórica e as relações sociais de produção que lhe correspondem.⁵¹

1.2 O enigma da sobrevivência do capitalismo

Ao longo dos séculos XIX e XX, em três momentos o sistema capitalista se defrontou com um nível de contradição que colocou em risco sua existência: durante as crises mundiais iniciadas em 1873, 1929 e 1973. A crise de 1873 foi tão profunda que deu início a um período de mais de duas décadas de estagnação econômica batizado de “Grande Depressão” e levou os principais pensadores marxistas do fim do século XIX e início do XX, como Lenin e Rosa Luxemburgo, a acreditarem que o colapso final do capitalismo estava próximo. Essa convicção se reforçou ainda mais com o início daquilo que Hobsbawm chamou de “Era da Catástrofe”,⁵² período de 31 anos que começou com a eclosão da Primeira Guerra Mundial, em 1914, e se estendeu até o fim da Segunda Guerra Mundial, em 1945, passando pela Revolução Russa de 1917 e pelo início de uma nova “Grande Depressão” em 1929 – sucessão de eventos que de fato levou o sistema capitalista mundial à beira do precipício.

Ao contrário dos prognósticos dos revolucionários do mundo inteiro, no entanto, o capitalismo não morreu. Pelo contrário. A partir do fim da Segunda Guerra Mundial entrou

⁵¹ MARX, 1986, p. 189.

⁵² HOBBSAWM, Eric. **Era dos extremos: o breve século XX (1914-1991)**. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

em uma nova fase que Hobsbawm chamou de “Era de Ouro”, quando atingiu níveis inéditos de prosperidade.⁵³ A nova fase se estendeu até o início da década de 1970, quando o sistema novamente mergulhou em uma crise de proporções mundiais.

Por isso, a partir da década de 1960, uma nova geração de pensadores se debruçou sobre as obras de Marx para buscar respostas para um dos maiores enigmas da história do século XX, como afirma Harvey: “A sobrevivência do capitalismo durante tão longo período, em meio a múltiplas crises e reorganizações, acompanhadas de sinistras previsões, vindas tanto da esquerda quanto da direita, de sua queda iminente, é um mistério que requer esclarecimento”.⁵⁴

Para tentar esclarecer esse mistério, os marxistas da segunda metade do século XX propuseram vários esquemas teóricos para explicar as sucessivas crises e reorganizações do modo de produção capitalista. A maioria desses esquemas analisava apenas as transformações do capital, negligenciando as mudanças nas próprias formas de luta anticapitalista. No entanto, algumas correntes marxistas heterodoxas que Harry Cleaver agrupou sob a denominação de marxismo autonomista⁵⁵ se dedicaram a teorizar sobre as transformações sofridas pelas próprias lutas operárias.

Cleaver identificou três vertentes no interior do que ele chama de marxismo autonomista: o grupo norte-americano reunido na chamada Tendência Johnson-Forest, batizada a partir dos pseudônimos utilizados por seus dois principais representantes – C. L. R. James e Raya Dunayevskaya; o grupo francês articulado em torno da revista *Socialisme ou Barbarie*, dirigida por Cornelius Castoriadis e Claude Lefort; e o grupo dos operaístas e autonomistas italianos, que teve entre seus expoentes Mario Tronti, Raniero Panzieri, Sergio Bologna, Romano Alquati e Antonio Negri. Neste trabalho restringirei minha análise ao pensamento dos operaístas e autonomistas italianos, pois, como afirma Cleaver,⁵⁶ eles foram os únicos a formular uma teoria que mostrou como as lutas de classes moldam o desenvolvimento capitalista, provocando crises e obrigando o sistema a se reorganizar periodicamente.

⁵³ HOBBSBAWM, 1995.

⁵⁴ HARVEY, 2013, p. 77.

⁵⁵ CLEAVER, Harry. **Reading Capital politically**. 2nd ed. Oakland: AK Press, 2000, p. 23-80.

⁵⁶ Ibid., p. 66.

1.3 A teoria do antagonismo de classe dos operaístas e autonomistas italianos

A principal contribuição dos operaístas e autonomistas italianos foi apresentar uma análise da história do desenvolvimento capitalista baseada em uma teoria do antagonismo de classe, como afirma César Altamira:

De acordo com a concepção do operaísmo e do autonomismo, o sistema capitalista se desenvolve segundo uma dinâmica sustentada no enfrentamento permanente entre capital e trabalho, dinâmica que confere ao capitalismo uma determinada “racionalidade”. Trata-se de uma lógica que provém do choque permanente entre as necessidades de valorização do capital e os desejos e manifestações políticas dos trabalhadores que se expressam nas lutas sociais e políticas. Do choque entre ambas as dinâmicas surgem resultantes socioeconômicas que conferem uma marca particular às etapas do desenvolvimento capitalista.⁵⁷

A teoria operaísta do antagonismo de classe parte de uma inversão do ponto de vista a partir do qual se deve analisar a história do desenvolvimento do capital e da classe operária. Essa inversão foi proposta por Mario Tronti em um artigo publicado originalmente em 1964:

A sociedade capitalista tem suas leis de desenvolvimento: os economistas as inventaram, os governos as aplicaram e os trabalhadores as sofreram. Mas quem vai descobrir as leis de desenvolvimento da classe trabalhadora? [...]. Nós também temos visto, primeiro, o desenvolvimento capitalista, depois as lutas operárias. É preciso transformar radicalmente o problema, mudar o sinal, recomeçar do princípio: e o princípio é a luta de classes operária. Da perspectiva do capital socialmente desenvolvido, o desenvolvimento capitalista se encontra subordinado às lutas operárias, vem a reboque delas e a elas deve adaptar o mecanismo político da própria produção.⁵⁸

Ao propor essa inversão, Tronti fez da classe operária o elemento ativo do desenvolvimento capitalista, como afirma Altamira:

Com base na ideia original de Mario Tronti sobre a necessidade de inverter a polaridade na análise da sociedade capitalista que vinha sendo desenvolvida até aquele momento, ou seja, começar pelas lutas da classe trabalhadora, o operaísmo resgatou a ideia de que, longe de ser um elemento passivo dos desígnios capitalistas, o trabalhador é, de fato, o agente ativo da produção, a fonte da inovação, cooperação e qualificação das quais o capital depende.⁵⁹

A partir dessa concepção, os operaístas vão afirmar que a história do desenvolvimento capitalista é a história das diferentes estratégias adotadas pelo capital para fazer frente à ameaça representada pela classe trabalhadora quando ela consegue se organizar como um sujeito social autônomo. Nesse sentido, os momentos cruciais da história do desenvolvimento capitalista são os períodos de crise, quando a luta da classe trabalhadora obriga o capital a se transformar para fazer frente a esse antagonismo. Essa análise se baseia, em boa medida, em

⁵⁷ ALTAMIRA, César. **Os marxismos do novo século**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008, p. 57-58.

⁵⁸ TRONTI, 2001, p. 93. Tradução minha.

⁵⁹ ALTAMIRA, 2008, p. 65-66.

uma leitura da teoria das crises de Marx apresentada por Negri em um artigo publicado originalmente em 1968.⁶⁰

A teoria das crises derivada da lei da queda tendencial da taxa de lucro de Marx permite ver o desenvolvimento capitalista como um processo marcado por uma contradição constante. E a origem dessa contradição, segundo Negri, é o antagonismo presente na relação entre capital e força de trabalho, que está na base da produção capitalista. “Isso significa”, afirma Negri, “que a lei que governa o desenvolvimento [capitalista] tem que ser a mesma que governa a produção capitalista em geral”.⁶¹ Partindo dessa premissa, ele afirma que a lei da queda tendencial da taxa de lucro é uma função direta do processo de exploração.

Mas o que de fato diz a lei? Ela diz que a taxa social média de lucro tem uma tendência relativa a cair na proporção da necessária e progressiva concentração do capital, na medida em que – no interior e por causa da relação antagônica de classe – o capital total é forçado a aumentar proporcionalmente mais do que o capital variável ao longo do desenvolvimento. Agora, essa realidade contraditória do desenvolvimento precisa ser vista como uma função direta da exploração, das exigências do processo de exploração, e essa é exatamente a maneira como Marx vê a questão.⁶²

Consequentemente, quando a lei da queda tendencial da taxa de lucro é analisada do ponto de vista da classe trabalhadora, ela revela que o desenvolvimento capitalista é resultado do antagonismo de classe:

Então, do nosso ponto de vista, qual é a importância da associação que Marx faz entre a lei do desenvolvimento e a lei da queda tendencial da taxa de lucro? A importância é que, dessa forma, dentro do desenvolvimento, podemos identificar o funcionamento da relação fundamental [entre capital e classe trabalhadora]. Assim, o desenvolvimento assume a forma de um conflito entre o fato de a classe trabalhadora existir no interior do capital, e a necessidade contraditória do capitalismo de tanto conter quanto reprimir essa presença.⁶³

Dessa perspectiva, a relação de classe aparece como o determinante básico da taxa de lucro,⁶⁴ pois, como o próprio Marx afirma, capital e força de trabalho são variáveis independentes que se limitam mutuamente:

Na repartição entre mais-valia e salário, na qual se baseia essencialmente a determinação da taxa de lucro, atuam de modo determinante dois elementos inteiramente diversos, força de trabalho e capital; são funções de duas variáveis independentes que se fixam mutuamente limites; e de sua diferença qualitativa surge a repartição quantitativa do valor produzido.⁶⁵

⁶⁰ NEGRI, 1988, p. 46-89.

⁶¹ Ibid., p. 61. Tradução minha.

⁶² Ibid., p. 62. Tradução minha.

⁶³ Ibid., p. 63-64. Tradução minha.

⁶⁴ Ibid., p. 65.

⁶⁵ MARX, 1986, p. 273.

Nesse jogo de soma zero, sempre que a classe trabalhadora consegue organizar lutas capazes de limitar a exploração ou abrir caminho para abolir a dominação do capital sobre o trabalho, o capital é obrigado a desenvolver novas tecnologias e métodos de produção para fazer frente à ofensiva dos trabalhadores e retomar o controle sobre a força de trabalho, o que faz com que o aumento do capital constante seja uma consequência direta da luta de classes:

[Q]uando o capital, em resposta à luta da classe trabalhadora, é forçado a atingir altos níveis de concentração, e, nesse estágio, chega ao ponto máximo de uma equalização geral de sua composição orgânica, então [...] a classe trabalhadora terá forçado o capital a ser inteiramente ele mesmo, para ser capaz de se opor totalmente a ela.⁶⁶

Tudo isso leva Negri a concluir que o desenvolvimento capitalista é fruto do conflito permanente entre as estratégias antagônicas do capital e da classe trabalhadora, ou seja, do antagonismo de classe:

Isso nos leva de volta à noção geral de um desenvolvimento cujo ciclo funciona por meio de – e é articulado em termos de – um conflito entre duas estratégias: a estratégia da classe trabalhadora, que avança do patamar da mera subsistência até o ponto de limitar os lucros por meio de aumentos no salário necessário; e a estratégia do capitalista coletivo, que é obrigado a responder em termos estratégicos a esse ataque da classe trabalhadora, e, portanto, mobilizar todo o potencial político e econômico do capital para esse conflito.⁶⁷

Esse conflito nunca se resolve definitivamente, pois, enquanto existir capitalismo, o capital sempre vai precisar da força de trabalho para se autovalorizar. E periodicamente essa contradição se aprofunda em momentos de acirramento da luta de classes, em que uma ofensiva da classe trabalhadora obriga o capital a revolucionar seus métodos de produção, culminando em períodos de crise que abrem a possibilidade de revoluções – caso a classe trabalhadora seja capaz de se organizar como sujeito social autônomo e romper a dominação do capital sobre o trabalho – ou de reestruturações por meio das quais o capital vai conseguir impor seu domínio sobre o trabalho em um novo patamar.

Por isso, nem o capitalismo nem o anticapitalismo são sempre os mesmos. Eles estão em permanente transformação. Mas os momentos de transformação ocorrem em épocas específicas, justamente quando a classe trabalhadora consegue se organizar como um sujeito social antagônico, capaz de fazer frente ao domínio do capital. Nestes momentos, segundo os operaístas e autonomistas, atinge-se um determinado grau de *composição de classe* que reflete o grau de desenvolvimento da classe trabalhadora, da mesma forma como o capital atinge determinados graus de *composição orgânica* ao longo de seu desenvolvimento.

⁶⁶ NEGRI, 1988, p. 65. Tradução minha.

⁶⁷ Ibid., p. 66. Tradução minha.

A *composição de classe* constitui, na realidade, o ponto decisivo da inversão das categorias de classe já mencionadas. Enquanto Marx enfatizava as mudanças na composição orgânica do capital, derivadas das modificações e inovações tecnológicas – a maneira pela qual o capital fortalece seu poder na produção –, os autonomistas invertem a análise, buscando determinar, através da categoria *composição de classe*, o fortalecimento do poder do trabalho vivo para disputar e retirar definitivamente do capital sua dominação sobre o trabalho.⁶⁸

O conceito de *composição de classe* permite analisar as diferentes configurações assumidas pela classe trabalhadora em diversos momentos históricos, pois expressa a combinação de características políticas e materiais que lhe são próprias em cada etapa de seu desenvolvimento, como explica Negri:

Por composição de classe me refiro à combinação de características políticas e materiais – tanto históricas quanto físicas – que constituem: (a) por um lado, a estrutura da força de trabalho em um determinado momento histórico, em todas as suas manifestações, tal como produzida por um determinado nível de forças produtivas e relações; e (b) por outro lado, a classe trabalhadora como um nível determinado de solidificação de necessidades e desejos, como um sujeito dinâmico, uma força antagônica, que caminha rumo à sua própria identidade em termos histórico-políticos. Todos os conceitos que definem a classe trabalhadora devem ser interpretados em termos dessa tendência à transformação histórica da composição de classe. Isso deve ser entendido no sentido geral de sua sempre mais ampla e refinada capacidade produtiva, a crescente abstração e socialização de sua natureza e a crescente intensidade e peso do desafio político que representa para o capital.⁶⁹

Segundo Negri, em determinados períodos históricos, a classe trabalhadora atinge um determinado grau de composição que se torna incompatível com a dominação capitalista. Nesses momentos, o capital entra em crise.

O capital entra em crise toda vez que a força de trabalho se transmuta para se tornar classe trabalhadora – por classe trabalhadora entendo um nível de composição incompatível com o comando, em um determinado nível histórico de maturidade das forças produtivas.⁷⁰

A ofensiva da classe trabalhadora obriga, então, o capital a transformar seus métodos de controle e de produção para neutralizar esse ataque. A tentativa do capital de restabelecer seu domínio sobre a força de trabalho (*decompor* a organização da classe trabalhadora) se traduz em movimentos de *reestruturação*, quando inovações tecnológicas e organizacionais periodicamente transformam os métodos de produção capitalistas e alteram a composição orgânica do capital.

A luta da classe trabalhadora constrangeu o capitalista a modificar a forma de seu domínio. O que quer dizer que a pressão da força de trabalho é capaz de constranger o capital a modificar sua composição interna; intervém no interior do capital como componente essencial do desenvolvimento capitalista; a partir de dentro, força a

⁶⁸ ALTAMIRA, 2008, p. 67. Itálicos do autor.

⁶⁹ NEGRI, 1988, p. 206. Tradução minha.

⁷⁰ Ibid., p. 209. Tradução minha.

produção capitalista a avançar, até fazê-la penetrar completamente em todas as relações externas da vida social.⁷¹

Essa nova composição do capital, por sua vez, vai retroagir sobre a classe trabalhadora, obrigando-a também a se adaptar à nova situação.

Se é verdade que a classe operária obriga objetivamente o capital a fazer escolhas claras e precisas, também é verdade que o capital então faz essas escolhas se voltarem contra a classe operária. O capital, neste momento, está melhor organizado que a classe operária: as escolhas que esta impõe ao capital correm o risco de fortalecê-lo. Daí o interesse imediato da classe operária em se opor a essas escolhas.⁷²

As ofensivas e contraofensivas da classe trabalhadora e do capital geram, nos dois polos do enfrentamento, um processo contínuo de *composição, decomposição e recomposição* que dá origem a sucessivos *ciclos de lutas*.

Quando os assalariados, no seu processo de questionar o controle e o domínio do capital, se mobilizam e alcançam um certo grau de unidade, ou seja, algum grau de composição de classe, o capital responde mediante inovações tecnológicas, organizacionais e políticas, desenhadas para decompor estes movimentos, seja por cooptação, seja por eliminação. Como o capitalismo é essencialmente um sistema de dominação de uma classe por outra, o capital, enquanto dependente do trabalho assalariado, não pode, pura e simplesmente, eliminar o sujeito antagonista, ele precisa constantemente recriar um novo proletariado, cujo desenvolvimento e movimento virão a ameaçar, por sua vez, a dinâmica capitalista mediante processos de ataque e resistência parciais e conjunturais, no marco do surgimento de novos modos de resistência. Desta maneira, a *composição de classe* como tal encontra-se em permanente mudança, na medida em que, diante da resistência operária, o capital tenta *decompor* a composição de classe mediante a chamada *reestruturação* capitalista, ou seja, aquelas mudanças organizacionais na produção resultantes das inovações tecnológicas que eliminam, desqualificam e debilitam os núcleos de trabalhadores mais dinâmicos. Por sua vez, cada reestruturação capitalista, como não pode acabar definitivamente com o sujeito antagonista assalariado, provoca uma nova *recomposição* de classe que incorpora novas camadas e estratos de trabalhadores, com renovadas capacidades de resistência e contra-iniciativas. Desta maneira, é gestado um processo de *composição, decomposição e recomposição* como momentos do *ciclo de lutas*.⁷³

A partir da análise desses *ciclos de lutas* é possível fazer uma história das metamorfoses do capitalismo e do anticapitalismo e identificar as especificidades da luta de classes em cada etapa do desenvolvimento capitalista.

O conceito de *ciclo de lutas* é importante porque permite distinguir, entre um ciclo e outro, as qualidades das diferentes lideranças que são exercidas por distintos setores de trabalhadores no processo de luta, as estratégias particulares assumidas, enfim, a organização particular alcançada. A classe operária, nesse sentido, não se constitui de uma vez e para sempre, mas encontra-se em uma permanente constituição, mediada por um processo de transformação constante de sua cultura, de seus costumes e capacidades estratégicas e táticas. É um processo matizado pelo

⁷¹ TRONTI, 2001, p. 51. Tradução minha.

⁷² Ibid., p. 95. Tradução minha.

⁷³ ALTAMIRA, 2008, p. 68-69. Itálicos do autor.

enfrentamento permanente entre o capital e o trabalho, considerado um processo de uma espiral dentro da outra, desenhando um implacável duplo helicoidal.⁷⁴

1.4 Harvey e a acumulação por espoliação

Apesar de extremamente útil, a teoria do antagonismo de classe dos operaístas e autonomistas italianos fornece apenas parte dos elementos necessários para a construção de uma história das metamorfoses do capitalismo e do anticapitalismo, pois essas transformações não se dão apenas no tempo, mas também no espaço, como afirma David Harvey. Segundo ele, a produção de espaço é um aspecto fundamental e intrínseco da dinâmica da acumulação do capital e da geopolítica da luta de classes. Por isso, ele propõe uma perspectiva teórica que batizou de “materialismo histórico-geográfico” para incorporar a dimensão espacial ao materialismo histórico.⁷⁵

Baseado nessa premissa, ele afirma que, além das reestruturações organizacionais e tecnológicas, o capitalismo conta com outro poderoso instrumento para enfrentar as crises de acumulação: as reconfigurações espaciais. Para analisar esses processos ele propôs a teoria dos ajustes espaçotemporais,⁷⁶ formulada a partir de uma releitura geográfica da lei da queda tendencial da taxa de lucros e da teoria das crises de Marx.⁷⁷ Segundo Harvey, as crises capitalistas podem ser interpretadas como crises de sobreacumulação de capital que se expressam da seguinte maneira:

Essas crises são tipicamente registradas como excedentes de capital (em termos de mercadoria, moeda e capacidade produtiva) e excedentes de força de trabalho lado a lado, sem que haja aparentemente uma maneira de conjugá-los lucrativamente a fim de realizar tarefas socialmente úteis.⁷⁸

Diante desse impasse, os capitalistas podem resolver – ou pelo menos atenuar – essa contradição por meio de deslocamentos do investimento no tempo ou no espaço, promovendo o que ele chama de ajustes (ou ordenações) espaçotemporais:

Sendo a falta de oportunidades lucrativas o cerne da dificuldade, o principal problema econômico (em oposição a social e político) está no lado do capital. Se se deve evitar a desvalorização, é imperativo descobrir maneiras lucrativas de absorver os excedentes de capital. A expansão geográfica e a reorganização espacial proporcionam tal opção. Não é contudo possível divorciar essa opção de mudanças temporais em que o capital excedente é deslocado para projetos de longo prazo que precisam de muitos anos para devolver seu valor à circulação mediante a atividade

⁷⁴ ALTAMIRA, 2008, p. 69. Itálicos do autor.

⁷⁵ HARVEY, David. **Espaços de esperança**. 5. ed. São Paulo: Loyola, 2012b, p. 81.

⁷⁶ Originalmente, Harvey utilizou os termos “spatio-temporal fix” para se referir a deslocamentos do investimento no tempo e no espaço e “spatial fix” para se referir apenas a deslocamentos espaciais. Em algumas das edições brasileiras de suas obras o termo foi traduzido para “ajustes espaciais” ou “ajustes espaçotemporais”; em outras, foi traduzido para “ordenações espaciais” ou “ordenações espaçotemporais”.

⁷⁷ HARVEY, 2013, p. 77-78.

⁷⁸ Ibid., p. 78.

produtiva que sustentam. Como a expansão geográfica com frequência envolve investimento em infraestruturas físicas e sociais de longa duração (por exemplo, em redes de transporte e comunicações, bem como em educação e pesquisa), a produção e a reconfiguração das relações espaciais oferecem um forte meio de atenuar, se não de resolver, a tendência à formação de crises no âmbito do capitalismo.⁷⁹

Segundo Harvey, o capitalismo necessita continuamente de ajustes espaciais:

O capitalismo tem recorrido repetidas vezes à reorganização geográfica (tanto em termos de expansão como de intensificação) como solução parcial para suas crises e seus impasses. Assim, ele constrói e reconstrói uma geografia à sua própria imagem e semelhança. Constrói uma paisagem geográfica distintiva, um espaço produzido de transporte e comunicações, de infraestruturas e de organizações territoriais que facilita a acumulação do capital numa dada fase de sua história, apenas para ter de ser desconstruído e reconfigurado a fim de abrir caminho para uma maior acumulação num estágio ulterior.⁸⁰

Este é o processo que está por trás das diferentes etapas de configuração e reconfiguração do capitalismo enquanto sistema mundial. Ao contrário do que defendem certos propagandistas da globalização neoliberal, o mercado mundial não surgiu na segunda metade do século XX, mas sim no século XV, e foi, segundo Marx, uma das pré-condições para o desenvolvimento do modo de produção capitalista.⁸¹ A mundialização, portanto, é um processo que vem se desenvolvendo há mais de 500 anos e passou por diversas etapas ao longo do tempo.⁸²

[A]lgo assemelhado a “globalização” tem uma longa presença na história do capitalismo. Não há dúvida de que desde 1492, e mesmo antes disso, a internacionalização das trocas e do comércio estava em pleno florescimento. O capitalismo não pode sobreviver sem seus “ajustes espaciais”.⁸³

Essas sucessivas reconfigurações espaciais marcam as diferentes etapas da mundialização do capitalismo. Dessa forma, é possível interpretar o colonialismo mercantilista dos séculos XVI a XVIII, o imperialismo da segunda metade do século XIX e da primeira metade do século XX, e a globalização neoliberal do fim do século XX como diferentes ondas de mundialização do capitalismo⁸⁴ e diferentes fases do processo de produção capitalista do espaço.⁸⁵

Inicialmente, entre os séculos XVI e XVIII, a mundialização se apresentou na forma do colonialismo mercantilista⁸⁶ e se caracterizou pelo fato de as relações capitalistas se

⁷⁹ HARVEY, 2013, p. 78.

⁸⁰ HARVEY, 2012b, p. 80-81.

⁸¹ MARX, 2013, p. 223.

⁸² MICHALET, Charles-Albert. **O que é a mundialização?** : pequeno tratado para uso dos que ainda não sabem se devem ser a favor ou contra. São Paulo: Loyola, 2003, p. 15.

⁸³ HARVEY, 2012b, p. 80.

⁸⁴ IANNI, Octavio. **A sociedade global**. 14. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011, p. 51-67.

⁸⁵ HARVEY, 2012b, p. 81.

⁸⁶ NOVAIS, Fernando A. **Portugal e Brasil na crise do Antigo Sistema Colonial (1777-1808)**. São Paulo: Hucitec, 1979, p. 57-58.

restringirem à esfera da circulação de mercadorias e a pequenas ilhas de produção manufatureira na Europa Ocidental. Nesse período, o mercado mundial capitalista convivia com os mais variados modos de produção no interior dos diferentes espaços geográficos que conectava.⁸⁷ A partir da Revolução Industrial na Inglaterra, no fim do século XVIII, as relações sociais de produção capitalistas se tornaram dominantes no conjunto da sociedade inglesa, e a partir desse país se difundiram por todo o planeta.

É contra esse pano de fundo histórico que os ajustes espaçotemporais de Harvey devem ser entendidos. A partir de sua gênese na Inglaterra, o capitalismo industrial começou a criar novos espaços para se expandir, moldando, paulatinamente, o mundo inteiro de acordo com suas necessidades.

[O] que pode ser derivado teoricamente, e que é compatível com o registro histórico-geográfico do capitalismo, é um incessante impulso de redução, se não de eliminação, de barreiras espaciais, associado a impulsos igualmente incessantes de aceleração da taxa de giro do capital. A redução do custo e do tempo do movimento provou ser uma necessidade vital de um modo de produção capitalista. A tendência à “globalização” é inerente a esse esforço, e a evolução da paisagem geográfica da atividade capitalista tem sido impelida sem remorsos por etapa após etapa de compressão do espaço-tempo. Uma das consequências adicionais desse processo é um impulso perpétuo de transformação da escala geográfica em que se define a atividade capitalista. Assim como o advento das vias férreas e do telégrafo no século XIX reorganizou por inteiro a escala e a diversidade das especializações regionais, bem como da urbanização e da “regionalidade” em geral, assim também a onda mais recente de inovações (de aviões a jato e do uso de contêineres à Internet etc.) alterou a escala de articulação da atividade econômica.⁸⁸

Esses processos de produção e reconfiguração do espaço se baseiam em dois mecanismos principais: a construção de infraestruturas de transporte e comunicação – como estradas, canais, ferrovias, portos, aeroportos, cabos telegráficos e de fibra ótica, satélites, etc. – para facilitar o deslocamento de mercadorias, pessoas e informações; e a organização territorial por meio de estruturas de poder – Estados nacionais, governos regionais ou municipais, organismos internacionais – capazes de regular as relações sociais de acordo com as necessidades do capitalismo.⁸⁹

Foi por meio desses processos que na segunda metade do século XIX os capitalistas ingleses começaram a recorrer a ajustes espaçotemporais para fazer frente às lutas de classe em seu país e criaram as condições para a disseminação das relações sociais de produção propriamente capitalistas nas colônias e países dependentes da América Latina, África e Ásia.

⁸⁷ FIUZA DE MELLO, Alex. **Marx e a globalização do capitalismo**. 1998. 351 f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1998, p. 79-80.

⁸⁸ HARVEY, 2013, p. 86.

⁸⁹ HARVEY, 2012b, p. 87-88.

As primeiras lutas operárias na Inglaterra, na primeira metade do século XIX, impuseram limites à jornada de trabalho, o que obrigou o capital a introduzir novas máquinas para intensificar o ritmo de trabalho nas fábricas. Esse processo provocou um intenso desenvolvimento das forças produtivas, que culminou em um enorme aumento da produtividade e da acumulação de capital na indústria têxtil britânica. A partir de meados do século XIX, a Grã-Bretanha se tornou pequena demais para os capitalistas locais, que começaram a aplicar seus recursos no exterior em busca de taxas mais altas de retorno, sobretudo na construção de ferrovias e obras de infraestrutura nos quatro cantos do mundo.

O investimento externo direto inglês em obras de infraestrutura de transporte e comunicações possibilitou um aumento vertiginoso da integração entre as diversas partes do globo e inaugurou uma nova era do desenvolvimento capitalista.⁹⁰ Até a primeira metade do século XIX, as nações capitalistas exportavam apenas mercadorias para as colônias e países periféricos. A partir daquele momento, elas passaram a exportar o próprio capital.

Esse movimento ganhou um novo e poderoso impulso a partir da eclosão da primeira crise mundial capitalista, detonada pela quebra da Bolsa de Viena em 1873. Conforme previsto pela lei da queda tendencial da taxa de lucros de Marx, a partir do fim da década de 1860 as taxas de lucro começaram a cair nos principais países capitalistas em virtude do enorme desenvolvimento das forças produtivas e de uma nova onda de agitação operária que fez com que pela primeira vez os trabalhadores ingleses conquistassem aumentos reais de salários.⁹¹ A combinação desses dois elementos produziu uma queda na taxa de lucro dos principais países capitalistas da época, detonando a primeira crise mundial capitalista.

A saída para a crise foi uma profunda reestruturação produtiva e espacial em nível mundial. Com a queda das taxas de lucro, a concorrência entre os capitalistas individuais se acirrou, dando início a um grande processo de centralização do capital que culminou na formação de associações monopolistas articuladas por meio da fusão entre os capitais industrial e bancário – processo que deu origem ao capital financeiro.

A reorganização da propriedade capitalista em bases monopolistas nos países centrais, no entanto, não era suficiente para recuperar, por si só, a lucratividade dos investimentos. Era preciso abrir novas frentes de investimento em regiões onde até então o modo de produção capitalista era inexistente ou muito incipiente. Assim teve início a corrida pela partilha do

⁹⁰ HOBBSBAWM, Eric J. **A era do capital (1848-1875)**. 24. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2016, p. 60-61.

⁹¹ COGGIOLA, Osvaldo. **História do capitalismo**: das origens até a Primeira Guerra Mundial. Porto Alegre: Pradense, 2016, p. 704.

mundo pelas nações capitalistas. Com isso, o capitalismo entrou em seu estágio imperialista, caracterizado da seguinte maneira por Lenin:

- 1) a concentração do capital alcançou um grau tão elevado de desenvolvimento que criou os monopólios, os quais desempenham um papel decisivo na vida econômica;
- 2) a fusão do capital bancário com o capital industrial e a criação, baseada nesse “capital financeiro”, da oligarquia financeira;
- 3) a exportação de capitais, diferentemente da exportação de mercadorias, adquire uma importância particularmente grande;
- 4) a formação de associações internacionais monopolistas de capitalistas, que partilham o mundo entre si;
- 5) conclusão da partilha territorial do mundo entre as potências capitalistas mais importantes. O imperialismo é o capitalismo no estágio de desenvolvimento em que ganhou corpo a dominação dos monopólios e do capital financeiro; em que a exportação de capitais adquiriu marcada importância; em que a partilha do mundo pelos trustes internacionais começou; em que a partilha de toda a terra entre os países capitalistas mais importantes terminou.⁹²

A exportação de capitais, no entanto, não criou da noite para o dia as condições necessárias para o desenvolvimento do capitalismo em regiões onde ainda imperavam relações de produção essencialmente pré-capitalistas. Assim como ocorrera na Europa entre o fim da Idade Média e o século XIX, era preciso criar nas colônias e semicolônias as “condições fundamentais para a produção capitalista” por meio de processos análogos àqueles que Marx descreveu como característicos da acumulação primitiva de capital. Por isso, Harvey defende que a acumulação primitiva não deve ser vista como uma característica de uma etapa específica do desenvolvimento capitalista, mas sim como um processo contínuo e intrínseco a esse modo de produção. É com base nesse pressuposto que ele formulou o conceito de acumulação por espoliação, fundamental para a compreensão do desenvolvimento que o capitalismo e o anticapitalismo tiveram nos países periféricos.

A etapa do desenvolvimento capitalista efetivamente analisada por Marx foi aquela em que as relações sociais de produção capitalistas ainda estavam basicamente restritas à Europa Ocidental e à América do Norte e em que o processo de acumulação primitiva parecia estar terminando nessas regiões. O autor de *O Capital* não viveu para ver o surto de mundialização das relações sociais de produção capitalistas promovido pelo imperialismo no fim do século XIX, que deu um novo e gigantesco impulso à expropriação de populações inteiras, em uma escala muito maior do que aquela descrita em sua análise da acumulação primitiva na Europa.

Coube aos seguidores de Marx, como Lenin, Rosa Luxemburgo e Bukharin, analisar a nova etapa em que o capitalismo entrou a partir da década de 1870. E foi ao analisar esse processo que Rosa Luxemburgo sugeriu, pela primeira vez, que os processos de acumulação primitiva descritos por Marx talvez não fossem um fenômeno exclusivo do período de

⁹² LENIN, Vladimir Ilitch. **Imperialismo, estágio superior do capitalismo**: ensaio popular. São Paulo: Expressão Popular, 2012, p. 124-125.

formação do modo de produção capitalista, mas sim um aspecto complementar à reprodução ampliada do capital. Segundo ela, a acumulação do capital apresentaria um duplo aspecto:

Um deles concerne ao mercado de bens e ao lugar em que é produzida a mais-valia — a fábrica, a mina, a propriedade agrícola. Vista desta ótica, a acumulação é um processo econômico puro, tendo como fase mais importante uma transação entre o capitalista e o trabalhador assalariado... Aqui, ao menos formalmente, a paz, a propriedade e a igualdade prevalecem, e foi necessária a aguda dialética da análise científica para revelar que o direito de propriedade se transforma, no curso da acumulação, em apropriação da propriedade alheia, que a troca de mercadorias se torna exploração e a igualdade vem a ser regime de classe. O outro aspecto da acumulação do capital se refere às relações entre o capitalismo e modos de produção não-capitalistas, que começam a surgir no cenário internacional. Seus métodos predominantes são a política colonial, um sistema internacional de empréstimos — uma política de esferas de interesse — e a guerra. Exibem-se abertamente a força, a fraude, a opressão, a pilhagem, sem nenhum esforço para ocultá-las, e é preciso esforço para discernir nesse emaranhado de violência política e lutas pelo poder as leis férreas do processo econômico.⁹³

Partindo dessa análise, Harvey conclui que um possível desdobramento da argumentação de Luxemburgo é que a sobrevivência do capitalismo depende da preservação de territórios não capitalistas:

Um possível corolário desse argumento (embora Luxemburgo não o extraia diretamente) é que, para o sistema durar qualquer intervalo de tempo, tem-se de manter os territórios não-capitalistas (à força se necessário) em condição não-capitalista. Isso poderia explicar as qualidades implacavelmente repressivas que muitos dos regimes coloniais desenvolveram na segunda metade do século XIX.⁹⁴

Isso significa, segundo Harvey, “que o capitalismo tem de dispor perpetuamente de algo ‘fora de si mesmo’ para estabilizar-se”⁹⁵ e que essa necessidade cria uma dialética “interior-exterior” que estabelece uma relação orgânica entre a reprodução ampliada do capital, de um lado, “e os processos muitas vezes violentos de espoliação, do outro, [que] tem moldado a geografia histórica do capitalismo”.⁹⁶

Harvey argumenta que essa tese é respaldada pela análise que Hannah Arendt faz do imperialismo:

Arendt, o que é interessante, apresenta um argumento que segue linhas semelhantes. As depressões dos anos 1860 e 1870 na Inglaterra, alega ela, foram o catalisador de uma nova forma de imperialismo [...]. Os burgueses perceberam, alega ela, “pela primeira vez, que o pecado original do simples roubo, que séculos antes tornara possível ‘a acumulação do capital’ (Marx) e dera início a toda a acumulação ulterior, tinha eventualmente de se repetir para que o motor da acumulação não morresse de repente. Os processos que Marx, seguindo Adam Smith, chamou de acumulação “primitiva” ou “original” constituem, ao ver de Arendt, uma importante e contínua força na geografia histórica da acumulação do capital por meio do imperialismo. Tal como no caso da oferta de trabalho, o capitalismo sempre precisa de um fundo de ativos fora de si mesmo para enfrentar e contornar pressões de sobreacumulação. Se

⁹³ LUXEMBURGO, 1968 apud HARVEY, 2013, p. 115.

⁹⁴ HARVEY, 2013, p. 116.

⁹⁵ Ibid., p. 118.

⁹⁶ Ibid., idem.

esses ativos, como a terra nua ou novas fontes de matérias-primas, não estiverem à mão, o capitalismo tem de produzi-los de alguma maneira.⁹⁷

Com base nessas observações, Harvey afirma que é preciso fazer uma reavaliação do conceito de acumulação primitiva de Marx, deixando claro que este é um processo contínuo na história do desenvolvimento capitalista, e não um fenômeno restrito ao período de formação desse modo de produção. Para dar conta da atualidade dos processos de expropriação como parte intrínseca do funcionamento do capitalismo contemporâneo, ele propõe o conceito de acumulação por espoliação:

Uma reavaliação geral do papel contínuo e da persistência das práticas predatórias da acumulação "primitiva" ou "original" no âmbito da longa geografia histórica da acumulação do capital é por conseguinte muito necessária, como observaram recentemente vários comentadores. Como parece estranho qualificar de "primitivo" ou "original" um processo em andamento, substituirei a seguir esses termos pelo conceito de "acumulação por espoliação".⁹⁸

E para demonstrar a validade do conceito, Harvey apresenta uma comparação entre os processos de acumulação primitiva descritos por Marx e os mecanismos contemporâneos empregadas pelo capital para criar novos espaços para o investimento lucrativo de capital nos países periféricos. Primeiro ele examina os processos que Marx descreveu no século XIX:

Um exame mais detido da descrição que Marx faz da acumulação primitiva revela uma ampla gama de processos. Estão aí a mercadificação e a privatização da terra e a expulsão violenta de populações camponesas; a conversão de várias formas de direitos de propriedade (comum, coletiva, do Estado, etc.) em direitos exclusivos de propriedade privada; a suspensão dos direitos dos camponeses às terras comuns; a mercadificação da força de trabalho e supressão de formas alternativas (autóctones) de produção e de consumo; processos coloniais, neocoloniais e imperiais de apropriação de ativos (inclusive de recursos naturais); a monetização da troca e a taxação, particularmente da terra; o comércio de escravos; a usura, a dívida nacional e em última análise o sistema de crédito como meios radicais de acumulação primitiva. O Estado, com seu monopólio da violência, e suas definições da legalidade, tem papel crucial no apoio e na promoção desses processos, havendo [...] consideráveis provas de que a transição para o desenvolvimento capitalista dependeu e continua a depender de maneira vital do agir do Estado.⁹⁹

Em seguida enumera processos empregados pelo capital nos países periféricos nas últimas décadas do século XX:

Todas as características da acumulação primitiva que Marx menciona permanecem fortemente presentes na geografia histórica do capitalismo até os nossos dias. A expulsão das populações camponesas e a formação de um proletariado sem terra tem se acelerado em países como o México e a Índia nas três últimas décadas; muitos recursos antes partilhados, como a água, têm sido privatizados (com frequência por insistência do Banco Mundial) e inseridos na lógica capitalista da acumulação; formas alternativas (autóctones e mesmo, no caso dos Estados Unidos, mercadorias de fabricação caseira) de produção e consumo têm sido suprimidas. Indústrias

⁹⁷ HARVEY, 2013, p. 119.

⁹⁸ Ibid., p. 120-121.

⁹⁹ Ibid., p. 121.

nacionalizadas têm sido privatizadas. O agronegócio substituiu a agropecuária familiar. E a escravidão não desapareceu (particularmente no comércio sexual).¹⁰⁰

Diante dessa comparação, fica difícil refutar a tese de Harvey de que os mecanismos de acumulação primitiva descritos por Marx continuam em plena vigência. Por isso, o conceito da acumulação por espoliação de Harvey é fundamental para complementar a teoria do antagonismo de classe dos operaístas e autonomistas italianos em uma análise das metamorfoses do capitalismo e do anticapitalismo em escala global, pois muitas vezes a saída que o capital encontra para fazer frente às crises de sobreacumulação que ameaçam o sistema é justamente uma combinação entre reestruturações produtivas na esfera da reprodução ampliada do capital e estratégias de acumulação por espoliação para criar novas oportunidades de investimentos lucrativos em ramos econômicos ou territórios ainda pouco explorados. Essa foi a tônica tanto na era do imperialismo clássico, entre o final do século XIX e as primeiras décadas do século XX, quanto na atual fase da globalização neoliberal.

Assim sendo, como a acumulação por espoliação ajuda a resolver o problema da sobreacumulação? A sobreacumulação, lembremos, é uma condição em que excedentes de capital (por vezes acompanhados de excedentes de trabalho) estão ociosos sem ter em vista escoadouros lucrativos. O termo-chave aqui é, no entanto, excedentes de capital. O que a acumulação por espoliação faz é liberar um conjunto de ativos (incluindo força de trabalho) a custo muito baixo (e, em alguns casos, zero). O capital sobreacumulado pode apossar-se desses ativos e dar-lhes imediatamente um uso lucrativo. No caso da acumulação primitiva que Marx descreveu, isso significava tomar, digamos, a terra, cercá-la e expulsar a população residente para criar um proletariado sem terra, transferindo então a terra para a corrente principal privatizada da acumulação do capital. A privatização (da habitação social, das telecomunicações, do transporte, da água etc. na Inglaterra, por exemplo) tem aberto em anos recentes amplos campos a ser apropriados pelo capital sobreacumulado.¹⁰¹

Portanto, além do antagonismo de classe, o desenvolvimento capitalista também é moldado por reconfigurações espaciais periódicas que promovem profundas transformações das paisagens geográficas em diferentes partes do globo para garantir as condições necessárias para a continuação da acumulação capitalista. Essas reconfigurações implicam na criação de variadas relações entre regiões onde as relações sociais de produção capitalistas já estão plenamente desenvolvidas, regiões onde essas relações ainda convivem com relações sociais de produção pré-capitalistas e regiões onde as relações sociais de produção capitalistas são praticamente inexistentes.

Essas diferentes combinações têm uma profunda implicação sobre a forma como as lutas anticapitalistas se expressam em cada lugar. Enquanto em regiões como a Europa

¹⁰⁰ HARVEY, 2013, p. 121.

¹⁰¹ Ibid., p. 124.

Ocidental e a América do Norte essas lutas tenderam a se expressar, durante boa parte do século XX, na forma de lutas da classe operária contra a exploração na esfera da reprodução ampliada do capital, nos países periféricos essas lutas tenderam a se expressar na forma de lutas na esfera da acumulação por espoliação, como lutas anti-imperialistas, lutas contra a expropriação de populações camponesas ou povos originários, lutas contra a exploração de recursos naturais e muitas outras modalidades de enfrentamento.

Com a disseminação de ideias e práticas políticas marxistas por todo o globo (num processo paralelo de globalização da luta de classes), foram produzidos inúmeros relatos locais/nacionais de resistência às invasões, às disrupções e aos projetos imperialistas do capitalismo. Temos por conseguinte de reconhecer a dimensão e o fundamento geográficos da luta de classes. Como sugere Raymond Williams (1989, p. 242), a política está sempre intrinsecamente presente em “modos de vida” e “estruturas de sentimento” peculiares a lugares e comunidades. O universalismo a que o socialismo aspira tem portanto de ser construído por meio da negociação entre diferentes exigências, preocupações e aspirações vinculadas a lugares específicos.¹⁰²

No próximo capítulo analiso como essas diversas configurações das lutas anticapitalistas se apresentaram em diferentes partes do mundo e como foram transformadas pelas metamorfoses do próprio capitalismo ao longo do século XX.

¹⁰² HARVEY, 2012b, p. 82.

CAPÍTULO 2

Do anticapitalismo clássico às revoltas dos anos 1960

Ainda que, retrospectivamente, um historiador do século XXI possa olhar para as lutas contra a acumulação por espoliação na Europa e em outras partes do mundo ao longo dos séculos XVI, XVII e XVIII, e classificá-las como lutas anticapitalistas, fazer isso significa um terrível anacronismo. Mesmo que esses grupos resistissem contra processos que contribuíram para a formação do modo de produção capitalista, um camponês alemão no século XVI ou um indígena peruano no século XVIII certamente não lutavam conscientemente contra algo que eles identificavam como “capitalismo”. Por isso, não faz nenhum sentido falar em lutas anticapitalistas antes do século XIX.

O anticapitalismo nasceu na Inglaterra, nas primeiras décadas do século XIX, quando os antigos camponeses e artesãos independentes, expropriados de suas terras e instrumentos de trabalho e obrigados a trabalhar nas fábricas criadas pela Revolução Industrial começaram a se ver como um grupo com interesses e experiências compartilhados que se opunham aos interesses dos proprietários dos meios de produção. Ou seja: quando começaram a se ver como membros de uma nova classe, a classe operária, e a se organizar politicamente para defender seus interesses de classe, dando origem ao movimento operário. Segundo Thompson, a formação de uma consciência de classe que esteve na base do surgimento do movimento operário foi um processo lento, que se desenrolou ao longo de cerca de 50 anos, entre o início da Revolução Industrial na Inglaterra, na década de 1780, e a consolidação do capitalismo industrial no país, na década de 1830.¹⁰³

2.1 O anticapitalismo clássico

Apesar de as primeiras revoltas operárias contra o trabalho mecanizado datarem do início do século XIX, e dos primeiros sindicatos clandestinos terem começado a se organizar já na década de 1810, foi só na década de 1830 que surgiu a primeira organização operária de massas na Inglaterra, o movimento cartista.¹⁰⁴ Nessa mesma época, surgiram as primeiras associações operárias na França, país que também começava a se industrializar, ainda que em um ritmo mais lento que a Inglaterra.

¹⁰³ THOMPSON, E. P. **A formação da classe operária inglesa**. Volume 3: A força dos trabalhadores. 2. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2012, p. 561-562.

¹⁰⁴ COGGIOLA, 2016, p. 445-446.

A crescente organização da classe operária nesses dois países culminou no protagonismo da nova classe nas revoluções que varreram a Europa em 1848. Na Inglaterra, esse ano marcou o ápice da agitação cartista pelo sufrágio masculino, mas foi a França o palco da “primeira grande batalha entre ambas as classes em que se divide a sociedade moderna”, segundo as palavras de Marx.¹⁰⁵ As Jornadas de Junho de 1848, quando os operários parisienses se levantaram contra o governo burguês da Segunda República Francesa, marcam, segundo Negri, o momento em que “o moderno proletariado industrial descobriu, pela primeira vez, sua autonomia de classe, seu antagonismo independente em relação ao sistema capitalista”.¹⁰⁶

Junho de 1848 foi o marco simbólico do nascimento das lutas declaradamente anticapitalistas. Foi nesse ano que Marx e Engels publicaram o *Manifesto Comunista*, conclamando os operários de todo o mundo a se unirem para lutar pela emancipação da classe trabalhadora e lançando a semente do marxismo como doutrina política do movimento operário. Foi também nesse ano que Proudhon se desiludiu definitivamente com as promessas da república burguesa e formulou as bases do federalismo, germe da outra grande ideologia do movimento operário internacional, o anarquismo.

Um novo passo decisivo na organização autônoma da classe operária foi dado em 1864, com a fundação da Associação Internacional dos Trabalhadores (AIT) – que mais tarde ficaria conhecida como Primeira Internacional –, a primeira organização anticapitalista transnacional, que em seus estatutos afirmava “que a emancipação das classes trabalhadoras tem de ser conquistada pelas próprias classes trabalhadoras” e “que a luta pela emancipação das classes trabalhadoras significa não a luta por privilégios e monopólios, mas por iguais direitos e deveres e pela abolição de todo domínio de classe”.¹⁰⁷

Foi também na década de 1860 que surgiram as primeiras organizações permanentes da classe operária europeia, como a central sindical britânica, o *Trades Union Congress* (TUC), fundado em 1868, e os dois primeiros partidos operários na Alemanha, a Associação Geral dos Trabalhadores Alemães (ADAV, na sigla em alemão), fundado em 1863, e o Partido Social-Democrata dos Trabalhadores (SDAP, na sigla em alemão), fundado em 1869. Em 1875 os dois partidos se fundiram em uma única agremiação, rebatizada de Partido Social-Democrata da Alemanha (SPD).

¹⁰⁵ MARX, Karl. **As lutas de classe em França**. Lisboa; Moscou: Edições Progresso, 1984, p. 60.

¹⁰⁶ NEGRI, 1988, p. 10. Tradução minha.

¹⁰⁷ MARX, Karl. Estatutos da Associação Internacional dos Trabalhadores (Excertos). In: MARX, Karl. **Crítica do programa de Gotha**. São Paulo: Boitempo, 2012, p. 79.

A AIT se organizou por meio de um Conselho Geral, instalado em Londres, e de seções formadas por associações e federações operárias locais nos principais centros industriais da Europa na época. A entidade reuniu representantes de diferentes linhas políticas no interior do movimento operário, o que refletia o surgimento das primeiras doutrinas políticas próprias da classe operária.

Inicialmente, o pensamento anticapitalista se dividiu em duas escolas: o mutualismo de Pierre-Joseph Proudhon, hegemônico entre os operários franceses; e o comunismo de Karl Marx e Friedrich Engels, dominante entre os revolucionários alemães inicialmente reunidos na Associação dos Operários Alemães, organização criada por imigrantes alemães que se estabeleceram na Inglaterra na década de 1840.

A escola proudhoniana se apoiava em cinco princípios.¹⁰⁸ O primeiro era o princípio do mutualismo, segundo o qual a livre associação entre os trabalhadores, sem o comando de um capitalista e não submetida ao regime de propriedade privada, era a forma mais adequada, eficiente e justa de produção, pois se baseava na reciprocidade (*mutuum*, em latim) entre produtores. O segundo princípio era a cooperação, que decorria diretamente do primeiro. Para Proudhon, a reciprocidade entre produtores se expressaria na prática por meio da formação de cooperativas autogeridas pelos próprios trabalhadores.

O terceiro princípio era o federalismo, desenvolvido por Proudhon a partir da desilusão com a revolução de 1848. Eleito deputado constituinte em maio daquele ano, ele logo se desencantou com a Segunda República ao assistir ao massacre de operários nas ruas de Paris em junho. A partir dessa experiência traumática, ele concluiu que a democracia parlamentar priva o cidadão comum do poder político, que se encontra naturalmente nas mãos do povo. Foi a partir dessa premissa que ele desenvolveu sua concepção de federalismo: para ele, a unidade básica da vida política deve ser a comuna, uma comunidade relativamente pequena, formada por cerca de mil cidadãos responsáveis e bem informados. Uma cidade média (para a época) seria formada por dez ou 15 comunas, que se agrupariam em uma federação de comunas. Estas, por sua vez, se articulariam em confederações de federações, e assim por diante. As federações de comunas seriam uma alternativa ao Estado centralizado opressor, tal como ele vinha se constituindo por toda a Europa desde o século XVII. Para Proudhon, o Estado centralizado deveria ser destruído.

O federalismo, porém, demanda uma comunidade de cidadãos instruídos politicamente, e por isso o quarto princípio do sistema proudhoniano é a educação.

¹⁰⁸ BORDET, Gaston. Proudhon et ses cinq piliers. **Historia Thématique**, Paris, n. 118, p. 18-19, mar.-avr. 2009.

Finalmente, mutualismo e cooperação econômica de um lado, e federalismo político de outro são apenas duas faces da mesma moeda, e o elemento que articula essas duas dimensões é o quinto princípio, o da livre associação, que se expressaria na prática por meio dos sindicatos de trabalhadores.

Ao criticar a propriedade privada e o Estado, Proudhon foi o primeiro pensador a se reivindicar abertamente “anarquista”. Por isso, apesar de não usar o termo “anarquismo” para designar seu sistema de pensamento, ele é considerado o pioneiro intelectual dessa doutrina revolucionária que vai se consolidar como uma das vertentes do movimento operário a partir da década de 1870.¹⁰⁹

A escola marxista compartilhava com a proudhoniana a luta pela abolição da propriedade privada, mas divergia desta em relação à organização política para atingir esse fim. Marx defendia que os trabalhadores deveriam expropriar a burguesia para abolir o regime de propriedade privada e criar uma sociedade cooperativa fundada na propriedade comum dos meios de produção, onde o produtor individual passaria a receber da sociedade exatamente aquilo que lhe dava na forma de dispêndio de força de trabalho. Dessa forma, seria eliminada a mais-valia, que é a base de toda a exploração no modo de produção capitalista. Para Marx, no entanto, a transformação da ordem social não se daria por meio da destruição imediata do Estado, como propunha Proudhon, mas sim por um processo em duas etapas: primeiro, o movimento revolucionário precisaria converter o Estado “de órgão que subordina a sociedade a órgão totalmente subordinado a ela”,¹¹⁰ para só então, em uma segunda etapa, eliminá-lo definitivamente.

Da mesma forma que o trauma do massacre dos operários franceses nas ruas de Paris em 1848 estava na base do federalismo de Proudhon, a experiência também contribuiu decisivamente para moldar o pensamento político de Marx. Mas, ao analisar os motivos da tragédia, ele chegou a uma conclusão oposta à de seu colega francês. Para fazer frente à repressão que a burguesia lança contra qualquer ação revolucionária dos trabalhadores, argumenta Marx, a transição da sociedade capitalista para a comunista exige a instauração de uma ditadura revolucionária do proletariado:

Entre a sociedade capitalista e a comunista, situa-se o período da transformação revolucionária de uma na outra. A ele corresponde também um período político de transição, cujo Estado não pode ser senão a *ditadura revolucionária do proletariado*.¹¹¹

¹⁰⁹ CORRÊA, Felipe. **Bandeira negra**: discutindo o anarquismo. Curitiba: Prismas, 2015, p. 78-80.

¹¹⁰ MARX, Karl. **Crítica do programa de Gotha**. São Paulo: Boitempo, 2012, p. 42.

¹¹¹ MARX, 2012, p. 43. Itálicos do autor.

Finalmente, além das vertentes revolucionárias inspiradas em Marx e Proudhon, a AIT também reunia uma terceira vertente do movimento operário, o reformismo, representada pelos líderes do sindicalismo britânico, como Robert Applegarth, e pelos seguidores de Ferdinand Lassale, fundador da Associação Geral dos Trabalhadores Alemães (ADAV). Os primeiros viam os sindicatos de forma bastante pragmática, como instrumentos para a melhoria das condições de vida dos trabalhadores desvinculados da luta política de longo prazo para a transformação radical das relações de poder entre as classes.¹¹² Já os segundos pregavam uma estratégia de transição ao socialismo com a ajuda de cooperativas criadas com o apoio do Estado burguês.¹¹³

Na década de 1860, no entanto, essa diversidade de linhas políticas no interior do movimento operário não era vista como uma fraqueza, mas como uma virtude da AIT.

As divergências internas presentes na AIT não eram consideradas uma ameaça à sua constituição. Ao contrário, a intenção de seus fundadores era criar uma organização democrática aberta a todos os trabalhadores, das mais diversas tendências. Esta iniciativa tinha como objetivo fazer avançar a unidade das “multiformes divisões do trabalho”. Embora a Internacional desestimulasse as práticas conspirativas e sectárias de grupos operários, colocava como principal meta prepará-los para constituírem uma frente conjunta em suas lutas pela emancipação, assumindo o papel de instrumento de impulsão das lutas dos trabalhadores. A AIT não seria a “planta de estufa de uma seita ou de uma teoria” ou “obra de um punhado de políticos hábeis”, mas uma organização que visava, a partir de um amplo e permanente debate entre uma pluralidade de tendências, delimitar um campo de ação comum.¹¹⁴

Assim, na metade da década de 1860 a AIT já estava presente nos países mais industrializados da Europa, e começou a participar das lutas travadas pelas várias organizações locais a ela filiadas, o que deu um novo impulso às lutas operárias no continente. Essa agitação culminou, em 1871, na fundação da Comuna de Paris, que Marx qualificou como o primeiro governo operário da história, “o produto da luta da classe produtora contra a classe apropriadora, a forma política enfim descoberta para se levar a efeito a emancipação econômica do trabalho”.¹¹⁵ A Comuna durou apenas dois meses, mas demonstrou ao mundo que a classe operária era capaz de reorganizar a sociedade sobre novas bases, o que representou um gigantesco salto qualitativo na evolução das lutas anticapitalistas. A partir de 1871, a burguesia sabia que o proletariado poderia, de fato, criar um novo mundo.

A experiência da Comuna, no entanto, teve um efeito contraditório sobre o movimento operário europeu. No longo prazo, este sairia fortalecido por ter demonstrado sua capacidade

¹¹² SEWELL, Rob. **In the cause of labour**: a history of British trade unionism. Disponível em: https://www.marxist.com/hbtu/article_socapp.html. Acesso em: 4 ago. 2016.

¹¹³ MARX, 2012, p. 41.

¹¹⁴ COGGIOLA, 2016, p. 499-500.

¹¹⁵ MARX, Karl. **A guerra civil na França**. São Paulo: Boitempo, 2011, p. 59.

de organização. Mas os anos imediatamente posteriores à derrota da Comuna foram tempos difíceis para as lutas anticapitalistas na Europa. Em primeiro lugar, porque a repressão brutal aos rebeldes parisienses praticamente acabou com qualquer possibilidade de organização operária na França por mais de uma década e também provocou uma onda repressiva em outras partes da Europa. Em segundo lugar, porque a derrota da Comuna levou à primeira cisão do movimento operário internacional.

Apesar de inicialmente saudada como uma virtude, a diversidade de doutrinas políticas no interior da AIT começou a gerar tensões na organização a partir de 1868, quando parte dos seguidores de Proudhon passou a radicalizar suas posições federalistas e mutualistas, dando origem à corrente coletivista que se reuniu na Aliança da Democracia Socialista (ADS), agrupamento independente que ingressou na AIT em 1868 e que tinha como principal representante o revolucionário russo Mikhail Bakunin. A partir desse momento, teve início uma disputa de hegemonia no interior da AIT entre os seguidores de Marx e Engels, de um lado, e os de Bakunin, de outro.

Com a derrota da Comuna, em 1871, as divergências entre os dois grupos atingiram um ponto de ruptura. O ponto da discórdia dizia respeito ao modo de organização da luta operária. Enquanto Marx e Engels defendiam a centralização das lutas por meio da criação de partidos operários para a tomada do poder do Estado e a instauração de uma ditadura provisória do proletariado, Bakunin e seus seguidores se opunham a qualquer tipo de participação na política representativa burguesa por meio de organizações centralizadas, defendendo a criação de espaços de organização independentes e descentralizados em nível local para se opor ao domínio do Estado. Assim, enquanto Marx e Engels pregavam “a supremacia do partido sobre o sindicato e a participação operária nas eleições”,¹¹⁶ os bakuninistas afirmavam que “a destruição de todo poder político é o primeiro dever do proletariado”.¹¹⁷ Foi em meio a esse debate que os bakuninistas passaram a chamar seus adversários de “marxistas” e estes passaram a se referir a seus rivais como “anarquistas”.

A ruptura final entre os dois grupos aconteceu no congresso da AIT realizado em 1872 na cidade de Haia, na Holanda. Na ocasião, o grupo de Marx e Engels conseguiu aprovar a seguinte resolução: “Em sua luta contra o poder coletivo das classes possuidoras, o proletariado não pode agir como classe senão se constituindo a si mesmo em partido político

¹¹⁶ ENCKELL, Marianne. A A.I.T.: a aprendizagem do sindicalismo e da política. In: COLOMBO, Eduardo et al. **História do movimento operário revolucionário**. São Paulo: Imaginário; São Caetano do Sul: IMES, Observatório de Políticas Sociais, 2004, p. 38.

¹¹⁷ Ibid., p. 41.

distinto, oposto a todos os antigos partidos formados pelas classes possuidoras”.¹¹⁸ Alguns dias depois, o grupo liderado por Bakunin se reuniu separadamente no vilarejo de Saint Imier, na região do Jura, na Suíça, e proclamou a ruptura com o Conselho Geral da AIT que havia se reunido em Haia, justificando a cisão pelo fato de que “a autonomia e a independência das federações e seções operárias são a primeira condição da emancipação dos trabalhadores”.¹¹⁹

Ao declarar sua independência em relação ao Conselho Geral da AIT, as federações reunidas em Saint Imier proclamaram a fundação da Internacional antiautoritária. Por isso, o congresso de Saint Imier é considerado o local simbólico de nascimento do movimento anarquista,¹²⁰ o que se expressa na resolução final aprovada pelos participantes:

[T]oda organização de um poder político pretensamente provisório e revolucionário para levar a essa destruição [do poder político] só pode ser mais uma enganação, e seria tão perigosa para o proletariado quanto todos os governos hoje existentes [...] os proletários de todos os países devem estabelecer, fora de toda política burguesa, a solidariedade da ação revolucionária.¹²¹

Após a cisão, os dois ramos da AIT ainda sobreviveram por uns poucos anos, mas acabaram se dissolvendo quase ao mesmo tempo. O ramo marxista reunido em torno do Conselho Geral proclamou o fim da associação em 1876, em um congresso realizado na Filadélfia, nos Estados Unidos. Já o ramo anarquista fez o mesmo em 1877, em um congresso realizado em Verviers, na Bélgica.

Assim, a partir da década de 1870, as diferentes vertentes do movimento operário europeu passaram a seguir caminhos diversos em distintos lugares. A vertente marxista se tornou hegemônica na Alemanha e teve como grande símbolo o SPD, que serviu de modelo para os vários partidos social-democratas que surgiram nos países europeus a partir da década de 1880 e que em 1889 se agruparam na Internacional Socialista, ou Segunda Internacional. Ao mesmo tempo, a vertente reformista se consolidou na Grã-Bretanha, dando origem a uma corrente que ficaria conhecida como “*trade-unismo*” em referência à tática centrada apenas na luta sindical como busca de melhorias pontuais na vida dos trabalhadores, sem qualquer perspectiva revolucionária. Em 1884, a prática dessa vertente foi sistematizada como doutrina pela obra do casal Sidney e Beatrice Webb, expoentes da Sociedade Fabiana, “primeiro movimento político socialista reformista, que renunciava e se opunha à via revolucionária para se opor ao capitalismo”.¹²²

¹¹⁸ ENCKELL, 2004, p. 40.

¹¹⁹ Ibid., idem.

¹²⁰ Ibid., idem.

¹²¹ Ibid., idem.

¹²² COGGIOLA, 2016, p. 763.

Finalmente, a vertente anarquista se consolidou na Suíça e nos países latinos da Europa, como Espanha, França, Itália e Portugal, onde o movimento operário passou a atuar principalmente à margem da política partidária, seja por meio da luta sindical com viés revolucionário, seja por meio da tática insurrecional, promovendo atentados contra símbolos do poder capitalista. Devido à forte onda de emigração do sul da Europa para a América no fim do século XIX, o anarquismo se tornou a primeira ideologia anticapitalista a inspirar as nascentes lutas operárias em países como Brasil, Argentina, Uruguai, México, Cuba e Chile. Além disso, também foi a principal ideologia nos primórdios do movimento operário nos Estados Unidos.¹²³

No começo do século XX, essas três tendências do movimento operário europeu se cristalizaram em torno de três teorias da organização e da ação política: a teoria do partido revolucionário de Lenin, o revisionismo de Eduard Bernstein e a teoria do sindicalismo revolucionário desenvolvida inicialmente pela Confederação Geral do Trabalho (CGT) francesa e mais tarde sistematizada por Georges Sorel.

Após a cisão entre marxistas e anarquistas em 1872, uma nova tensão surgiu no interior do próprio campo marxista quando Eduard Bernstein publicou, em 1899, *As premissas do socialismo e as tarefas da social-democracia*. Bernstein era um militante do poderoso SPD alemão, o maior bastião do marxismo em toda a Europa, e causou furor ao afirmar que algumas das principais teses de Marx e Engels não se aplicavam mais à realidade do fim do século XIX, e, portanto, a social-democracia deveria se adaptar aos novos tempos renunciando à luta revolucionária, “reduzindo o movimento operário e a luta de classes a um trade-unismo tacanho e à luta ‘realista’ por reformas pequenas e graduais”.¹²⁴ Ao propor essa reavaliação, Bernstein se tornou o pai do revisionismo, principal expressão ideológica do reformismo no interior do movimento operário a partir de então.

Apoiando-se na análise de Umberto Cerroni, Atílio Boron afirma que as ideias de Bernstein sobre a inadequação de parte da teoria marxista diante das transformações sofridas pelo capitalismo no fim do século XIX se baseiam em três teses principais: 1) a sobrevivência do sistema após a Grande Depressão iniciada em 1873 teria refutado a tese de Marx segundo a qual o capitalismo entraria em colapso por causa de suas próprias contradições internas; 2) a melhoria nas condições de vida do proletariado e o aparecimento das “classes médias” seriam uma refutação da tese marxiana da tendência à progressiva pauperização do proletariado; 3) o

¹²³ CORRÊA, 2015, p. 269-274.

¹²⁴ LENIN, 2006, p. 120.

avanço da democratização e do sufrágio universal teria desmentido a tese marxiana de que o caminho para o socialismo passaria necessariamente pela insurreição e pela revolução.¹²⁵

Em suma: o capitalismo chegara a configurar uma estrutura com capacidade de auto-regulação que rebatia um argumento central da análise marxista: a natureza cíclica da produção capitalista e sua tendência crônica às crises periódicas. Por outro lado, a consolidação das liberdades públicas e da democracia burguesa apareciam como um contrapeso efetivo às tendências polarizantes e pauperizadoras do capitalismo originário, o que abria o promissor caminho de um socialismo que, para triunfar, podia prescindir do banho de sangue revolucionário, utilizando de forma inteligente o gradualismo parlamentar.¹²⁶

Desde o momento de sua publicação, o livro de Bernstein abriu um enorme debate primeiro no interior do SPD, e na sequência no interior da Internacional Socialista, que reunia os partidos operários de filiação marxista. Entre eles estava o Partido Operário Social-Democrata Russo (POSDR), fundado em 1898, e que tinha entre seus quadros Vladimir Ilich Lenin, autor da mais contundente refutação do revisionismo. Três anos após o lançamento do livro de Bernstein, Lenin publicou *Que fazer?*, livro no qual busca combater a influência do revisionismo no interior do partido russo e reafirmar o caráter revolucionário do movimento social-democrata internacional, defendendo a atualidade das teses de Marx.

As ideias de Bernstein chegaram à Rússia em um momento extremamente delicado para o marxismo local, pois logo após o congresso de fundação do POSDR, “os organismos centrais do partido foram desmantelados pela polícia e não puderam ser reorganizados”, como afirma Lenin.¹²⁷ Diante dessa situação, o futuro líder bolchevique se viu diante de um duplo desafio: por um lado, reconstruir o partido a partir de bases mais sólidas para enfrentar a repressão da polícia czarista; por outro, combater o revisionismo entre os próprios socialistas russos no exílio, tendência que segundo Lenin era “uma forma peculiar de oportunismo socialdemocrata que ficou conhecido pelo nome de ‘economicismo’”.¹²⁸ Diante desse duplo desafio, Lenin propôs um modelo de organização que fosse capaz, ao mesmo tempo, de sustentar uma luta de longo prazo contra o czarismo e preparar a revolução social para a implantação do socialismo na Rússia.

O primeiro passo para a implantação desse modelo, de acordo com Lenin, era combater o economicismo nas fileiras do próprio partido, pois esta tendência reduzia a ação do movimento operário ao terreno da luta puramente econômica por melhores salários e condições de trabalho, abandonando a perspectiva da transformação revolucionária do sistema

¹²⁵ BORON, Atílio A. Estudo introdutório: Atualidade de *Que fazer?* In: LENIN, Vladimir Ilich. **Que fazer? A organização como sujeito político**, op. cit., p. 26-27.

¹²⁶ Ibid., p. 27.

¹²⁷ LENIN, 2006, p. 81.

¹²⁸ Ibid., idem.

político.¹²⁹ Essa defesa da restrição das lutas operárias ao campo puramente econômico era acompanhada, segundo Lenin, de um culto à espontaneidade que rebaixava essas lutas ao nível de consciência do operário médio, que por conta própria só conseguia desenvolver uma consciência *trade-unista*. Por isso, um partido socialista realmente revolucionário deveria contar com militantes capazes de fazer a mediação entre o elemento espontâneo das lutas operárias e a consciência propriamente socialista, que só poderia ser introduzida de fora, a partir da educação das massas para que estas se familiarizassem com teorias originalmente elaboradas pela intelectualidade burguesa:

Também durante a década de 1870, e também na de 1860 (e até na primeira metade do século XIX), houve greves na Rússia que foram acompanhadas da destruição “espontânea” de máquinas etc. [...] Isso nos mostra que o “elemento espontâneo”, no fundo, não é senão a *forma embrionária* do consciente. Aqueles primitivos motins já refletiam certo despertar da consciência: os operários iam perdendo sua fé tradicional na imobilidade da ordem das coisas; começavam... não direi a entender, mas a sentir a necessidade de uma resistência coletiva e a romper decididamente com a submissão servil às autoridades. [...] Dissemos anteriormente que, na época, os operários *não podiam ter* consciência socialdemocrata. Esta só poderia ser introduzida de fora. A história de todos os países demonstra que, contando apenas com as próprias forças, a classe operária só está em condições de atingir um nível de consciência trade-unista, isto é, a convicção de que é preciso agrupar-se em sindicatos, lutar contra os patrões, reivindicar ao governo a promulgação desta ou daquela lei necessária aos operários etc. A doutrina socialista, ao contrário, nasceu das teorias filosóficas, históricas e econômicas elaboradas pelos representantes instruídos das classes proprietárias, pelos intelectuais. Por sua origem e posição social, também os fundadores do socialismo científico contemporâneo, Marx e Engels, pertenciam à intelectualidade burguesa.¹³⁰

Diante dessa constatação, Lenin define a primeira tarefa dos socialistas revolucionários: “Devemos empreender ativamente a tarefa da educação política da classe operária, do desenvolvimento de sua consciência política”.¹³¹ E essa tarefa exigia militantes muito bem preparados, capazes de compreender e difundir o socialismo científico, como já alertava o próprio Engels em um trecho citado por Lenin:

Principalmente os chefes deverão instruir-se cada vez mais sobre todas as questões teóricas, desvencilhando-se cada vez mais da influência da fraseologia tradicional, própria da velha visão de mundo, sem nunca esquecer que o socialismo, desde que se tornou uma ciência, exige ser tratado como tal, ou seja, ser estudado. A consciência assim conquistada, e cada vez mais lúcida, deverá ser difundida entre as massas operárias com zelo cada vez maior, cada vez mais fortemente alicerçado na organização do partido e dos sindicatos [...].¹³²

Partindo dessa premissa, Lenin afirma que o principal problema dos militantes socialistas russos na virada do século XIX para o XX era justamente sua falta de preparo para

¹²⁹ LENIN, 2006, p. 121.

¹³⁰ Ibid., p. 134-135. Itálicos do autor.

¹³¹ IBID, p. 166.

¹³² ENGELS, 1875 apud LENIN, 2006, p. 131.

fazer avançar as lutas espontâneas do movimento operário e criar uma organização capaz de dar continuidade a essas várias lutas espontâneas e dirigir todo o movimento:

Vimos, portanto, que o erro fundamental da “nova tendência” no interior da socialdemocracia russa consiste em render culto à espontaneidade, em não entender que a espontaneidade das massas exige de nós, socialdemocratas, uma elevada consciência. Quanto mais forte for o impulso espontâneo das massas, quanto mais amplo for o movimento, maior e mais urgente será a necessidade de uma elevada consciência, tanto no trabalho teórico, como no político e de organização da socialdemocracia. O impulso espontâneo das massas, na Rússia, foi (e continua sendo) tão avassalador que a juventude socialdemocrata se mostrou despreparada para fazer frente a essas tarefas gigantescas. [...] os revolucionários foram *superados* por esse movimento ascendente, tanto em suas “teorias” como em sua atividade, sem conseguirem criar uma organização permanente, que funcionasse sem solução de continuidade, capaz de *dirigir* todo o movimento.¹³³

Ao identificar o problema, Lenin propõe a solução para o fortalecimento da luta pelo socialismo na Rússia czarista: um partido formado por um pequeno núcleo de revolucionários profissionais muito bem preparados e capazes de sustentar a luta política da classe trabalhadora mesmo nas condições mais adversas, uma organização qualitativamente diferente dos sindicatos, que deveria necessariamente atuar na clandestinidade para não se tornar um alvo fácil para a polícia política czarista:

A luta política da socialdemocracia é muito mais ampla e mais complexa que a luta econômica dos operários contra os patrões e o governo. Do mesmo modo (e em consequência disso), a organização de um partido socialdemocrata revolucionário deve ser *de outro gênero* que a organização dos operários para a luta econômica. A organização dos operários deve ser, em primeiro lugar, profissional; em segundo lugar, deve ser o mais extensa possível; em terceiro lugar, deve ser o menos clandestina possível (aqui e a seguir me refiro, claro, apenas à Rússia autocrática). Ao contrário, a organização dos revolucionários deve incluir, acima de tudo e principalmente, homens cuja profissão é a ação revolucionária (por isso, quando falo de uma organização de *revolucionários*, penso nos revolucionários socialdemocratas). Em face dessa característica geral dos membros de tal organização, *deve desaparecer por completo toda distinção entre operários e intelectuais*, sem falar da distinção entre as várias profissões de uns e outros. Essa organização de modo algum pode ser muito extensa e deve ser o mais clandestina possível.¹³⁴

Para Lenin, seria justamente esse pequeno núcleo de revolucionários profissionais que criaria as condições para o desenvolvimento de uma luta revolucionária continuada contra a autocracia na Rússia, da qual poderiam participar pessoas das mais variadas origens e graus de comprometimento, já que apenas uma organização altamente centralizada como esse partido de vanguarda seria capaz de canalizar as energias do conjunto do movimento para lançar uma ofensiva bem-sucedida contra o regime czarista:

Somente uma organização de combate centralizada, que aplique com firmeza a política socialdemocrata e satisfaça, por assim dizer, a todos os instintos e aspirações

¹³³ LENIN, 2006, p. 161-162. Itálicos do autor.

¹³⁴ Ibid., p. 230-231. Itálicos do autor.

revolucionárias, estará em condições de preservar o movimento de um ataque irrefletido e preparar um ataque com possibilidades de êxito.¹³⁵

Com base nessa argumentação, Lenin enumera os princípios que orientam o modelo de partido revolucionário de vanguarda que ele propõe que seja adotado pelo POSDR:

Pois bem, eu afirmo que: 1) é impossível um movimento revolucionário sólido sem uma organização de dirigentes estável, capaz de garantir sua continuidade; 2) quanto mais numerosa a massa espontaneamente integrada à luta, massa que constitui a base participante do movimento, mais premente será a necessidade dessa organização e mais sólida terá de ser (do contrário, será mais fácil para os demagogos de todo tipo arrastar os setores atrasados da massa); 3) essa organização deve ser formada principalmente por homens dedicados profissionalmente às atividades revolucionárias; 4) na pátria da autocracia, quanto mais *restrito* for o contingente dessa organização, a ponto de incluir apenas os filiados dedicados profissionalmente às atividades revolucionárias e adestrados na arte de enfrentar a polícia política, mais difícil será “caçar” essa organização; e 5) *maior* será o número de pessoas, tanto da classe operária quanto das demais classes sociais, que poderão participar do movimento e colaborar para ele de forma ativa.¹³⁶

Enquanto isso, praticamente ao mesmo tempo em que Bernstein elaborava sua revisão do marxismo e Lenin respondia com sua proposta de partido revolucionário de vanguarda, um grupo de militantes franceses majoritariamente anarquista formulava uma nova teoria revolucionária que se opunha tanto ao reformismo do primeiro quanto ao centralismo do segundo. O sindicalismo revolucionário começou a ganhar forma a partir da fundação, em 1895, da Confederação Geral do Trabalho (CGT) francesa, que defendia um modelo de sindicalismo diferente tanto do modelo *trade-unista* britânico quanto das centrais sindicais filiadas à Segunda Internacional, intimamente vinculadas aos partidos social-democratas. Apesar de seu fundador e primeiro dirigente, Fernand Pelloutier, ser anarquista, a CGT pregava a autonomia dos sindicatos em relação a todos os partidos e correntes ideológicas do movimento operário, recusando a delegação de poder a qualquer representante político e exaltando a capacidade de autogoverno dos trabalhadores.¹³⁷

Dessa forma, como afirma Edilene Toledo, o sindicalismo revolucionário vinculava o princípio da autonomia operária, já presente na obra de Proudhon, à ação sindical, fazendo do sindicato um instrumento tanto da luta cotidiana por melhorias nas condições de vida dos trabalhadores quanto da luta futura pela destruição do capitalismo e pela instauração de um “sistema de propriedade coletiva dos meios de produção, geridos pelos próprios trabalhadores

¹³⁵ LENIN, 2006, p. 260.

¹³⁶ Ibid., p. 245. Itálicos do autor.

¹³⁷ TOLEDO, Edilene. **Anarquismo e sindicalismo revolucionário**: trabalhadores e militantes em São Paulo na Primeira República. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2004, p. 59. A autora alerta que o sindicalismo revolucionário não deve ser confundido com o anarcossindicalismo, termo que só seria usado muito mais tarde. Segundo ela, apesar de muitos militantes do sindicalismo revolucionário terem origem anarquista, nem todos eram adeptos dessa corrente e em alguns países eles não eram sequer maioria.

por meio dos sindicatos”.¹³⁸ Esta concepção foi inicialmente formalizada pela resolução final do 9º congresso da CGT, realizado em 1906 na cidade de Amiens. O documento, conhecido como Carta de Amiens, definiu as bases do sindicalismo revolucionário:

A CGT agrupa, à margem de toda escola política, todos os trabalhadores conscientes da luta que é preciso travar para a desapareição do trabalho assalariado e do patronato.

O Congresso considera que esta declaração é um reconhecimento da luta de classes que opõe, no terreno econômico, os trabalhadores em revolta contra todas as formas de exploração e de opressão, tanto material quanto moral, utilizadas pela classe capitalista contra a classe operária.

O Congresso especifica, por meio dos pontos seguintes, esta afirmação teórica:

Em sua obra reivindicatória cotidiana, o sindicalismo busca a coordenação dos esforços operários, o aumento do bem-estar dos trabalhadores por meio da conquista de melhorias imediatas, como a diminuição das horas de trabalho, o aumento dos salários, etc.

Mas esta tarefa é apenas uma parte da obra do sindicalismo: ele prepara a emancipação integral, que só pode se realizar por meio da expropriação capitalista; preconiza como meio de ação a greve geral e considera que o sindicato, hoje uma associação de resistência, será no futuro o núcleo da produção e da distribuição, base da reorganização social.

O Congresso declara que esta dupla tarefa, cotidiana e futura, parte da condição de assalariado que pesa sobre a classe operária e que faz com que todos os trabalhadores, sejam quais forem suas opiniões ou suas tendências políticas ou filosóficas, tenham o dever de pertencer à associação essencial que é o sindicato.

Como consequência, no que concerne aos indivíduos, o congresso afirma a total liberdade para o associado de participar, fora da associação corporativa, de qualquer forma de luta que corresponda à sua concepção filosófica ou política, limitando-se a exigir, em contrapartida, que não introduza no sindicato as opiniões que professa fora do mesmo.

No que concerne às organizações, o Congresso decide que para que o sindicalismo atinja sua máxima eficiência, a ação econômica deve ser exercida diretamente contra o patronato, não tendo as organizações confederadas, enquanto entidades sindicais, de se preocupar com os partidos e as seitas que, fora e à margem [do sindicato], podem perseguir, em absoluta liberdade, a transformação social.¹³⁹

Em 1908, o sindicalismo revolucionário ganharia uma teorização mais completa com a publicação de *Reflexões sobre a violência*, obra na qual o militante francês Georges Sorel definiu esse tipo de sindicalismo a partir de quatro elementos: “a exigência moral de separação da classe operária dos outros grupos sociais; a luta de classes como força motriz; a violência como método de luta; e uma ideologia, o mito da greve geral”.¹⁴⁰

Assim, a partir da França, o sindicalismo revolucionário começou a se expandir pelo mundo. Em 1901 foi fundada a Federação Operária Argentina (FOA), que em 1904 seria rebatizada de Federação Operária Regional Argentina (FORA). Em 1905 surgiram nos Estados Unidos os *Industrial Workers of the World* (IWW). Em 1906 foi criada a Confederação Operária Brasileira (COB). Em 1907 apareceu na Espanha a *Solidaridad*

¹³⁸ TOLEDO, 2004, p. 57.

¹³⁹ CGT. La Charte D’Amiens. Disponível em: http://www.ihs.cgt.fr/IMG/pdf_Charte_d_amiens.pdf. Acesso em: 1 out. 2016. Tradução minha.

¹⁴⁰ TOLEDO, 2004, p. 58.

Obrera, que em 1911 daria origem à Confederação Nacional do Trabalho (CNT). E em 1912 foi criada a União Sindical Italiana (USI).

Enquanto isso, os partidos marxistas da Segunda Internacional começavam a se dividir em correntes reformistas e revolucionárias. Foi o que aconteceu com o POSDR russo, que em 1903 se cindiu em uma ala revolucionária majoritária liderada por Lenin – os bolcheviques (“maioria”, em russo) – e em uma ala reformista minoritária liderada por Martov – os mencheviques (“minoria”, em russo). Em 1912, cada corrente se tornou um partido independente. O mesmo ocorreu com o SPD alemão, onde os opositores das teses reformistas de Bernstein se agruparam em uma ala revolucionária sob a liderança de Karl Liebknecht e Rosa Luxemburgo que em 1915 também se transformaria em uma organização independente, a Liga Espartaquista.

A tensão foi aumentando e culminou na implosão da Internacional Socialista quando os líderes reformistas da maioria dos partidos social-democratas europeus se alinharam às burguesias de seus países, apoiando a Primeira Guerra Mundial. O marco simbólico da ruptura foi o apoio dos deputados do SPD ao esforço de guerra alemão em 1914.

Nesse momento, Lenin, Karl Liebknecht e Rosa Luxemburgo encabeçaram um movimento de ruptura das alas revolucionárias dos partidos social-democratas com a Internacional Socialista. Em 1915, os social-democratas que se opunham à guerra se reuniram na cidade de Zimmerwald, na Suíça, e Lenin começou a trabalhar pela criação de uma nova Internacional que reunisse os marxistas revolucionários em oposição aos social-democratas reformistas.

A postura de oposição à guerra ajudou os bolcheviques a conquistarem a hegemonia entre a classe operária russa, que nessa altura já estava farta do conflito. Assim, Lenin e seus companheiros souberam se apresentar como lideranças para o movimento popular que em fevereiro de 1917 derrubou o regime czarista, proclamou a fundação de uma república parlamentarista na Rússia e organizou conselhos de operários (soviets) em todo o país. Sob a liderança de Lenin, os bolcheviques começaram a trabalhar pela realização de uma segunda revolução, que transferisse o poder do Parlamento dominado pelos social-democratas reformistas e pelos partidos burgueses para os conselhos operários. Sob o lema “Todo poder aos soviets”, os bolcheviques lideraram um novo levante popular em outubro de 1917 que derrubou o regime parlamentarista e fundou um governo operário sobre as ruínas do antigo Império Russo.

Mais do que um simples evento nacional, a Revolução Russa seria, segundo Lenin, o início de uma revolução mundial. Logo após o triunfo da revolução, os membros do governo

provisório deposto e a burguesia russa começaram a organizar uma ofensiva contra os bolcheviques para retomar o poder com o apoio das elites dos demais países capitalistas europeus, dando início a uma guerra civil que se estenderia até 1922. Para o líder bolchevique, a sobrevivência do socialismo na Rússia dependia do triunfo da revolução primeiro no resto da Europa e na sequência em todo o mundo, e por isso se dedicou a tirar o mais rápido possível do papel o seu projeto de uma nova Internacional, que finalmente foi fundada em Moscou, em março de 1919. A tarefa da Internacional Comunista, ou Terceira Internacional, era atuar como um partido comunista mundial nos moldes leninistas para promover a revolução em todos os países.

Apesar de ambicioso, o projeto parecia possível nos primeiros anos após a Revolução Russa e o fim da Primeira Guerra Mundial, quando levantes operários se espalharam pela Europa, com a criação de governos revolucionários na Alemanha e na Hungria; formação de conselhos operários na Itália e na Polônia; e greves gerais na Espanha, Escócia, Eslováquia e Croácia. Todos esses movimentos fracassaram, mas os bolcheviques venceram a guerra civil e consolidaram seu poder sobre os territórios do antigo Império Russo, fundando a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS) em dezembro de 1922. Pela primeira vez na história, a utopia socialista se materializava em um Estado permanente.

A verdade já demonstrada em 1848 – a possibilidade de que a classe trabalhadora pode aparecer como uma variável independente no processo de desenvolvimento capitalista, até o ponto de impor sua própria autonomia política – agora atinge sua realização completa [...]. A terra dos soviets se apresenta como o ponto onde o antagonismo da classe trabalhadora agora está estruturado na forma de um Estado. Como tal, ela se torna um foco de identificação para a classe trabalhadora internacionalmente, pois simboliza a possibilidade de classe presente, imediatamente real e objetiva. Nesse ponto, o socialismo deixou de ser utopia e se transformou em realidade.¹⁴¹

A Revolução Russa foi um divisor de águas para as lutas anticapitalistas, tanto do ponto de vista da classe operária quanto da burguesia. Como afirma Negri, para o movimento operário ela representou o ponto culminante de um processo iniciado em 1848. Por isso, ela marcou, ao mesmo tempo, o fim de uma era e o início de outra. A partir de 1917, a relação entre as tendências no interior do movimento operário passou por uma grande transformação. Em primeiro lugar, o marxismo revolucionário se separou definitivamente da social-democracia reformista. A partir desse momento, a primeira vertente vai se agrupar nos partidos comunistas de estilo leninista filiados à Internacional Comunista e a segunda, nos partidos socialistas reformistas filiados à Internacional Socialista.

¹⁴¹ NEGRI, 1988, p. 11. Tradução minha.

Em segundo lugar, o marxismo assumiu a hegemonia no campo revolucionário na maior parte dos países, substituindo a antiga diversidade de táticas por um quase monopólio do leninismo como ideologia revolucionária. Mesmo em países com forte tradição anarquista, como França e Itália, os elementos mais combativos do movimento operário vão passar a integrar os partidos comunistas locais a partir do início da década de 1920. O único país em que o anarquismo seguirá hegemônico no movimento operário será a Espanha, onde a CNT – que adota o anarcossindicalismo como doutrina em 1919 – vai liderar a Revolução Espanhola de 1936, quando os operários de Barcelona e os camponeses de Aragão coletivizaram inúmeras indústrias e propriedades rurais no início da guerra civil contra o franquismo. Mas com exceção da experiência espanhola, a partir da década de 1920, anticapitalismo se tornou sinônimo de bolchevismo.

Esse processo de universalização do modelo de organização inicialmente proposto por Lenin, no entanto, se revelaria extremamente problemático no longo prazo, a ponto de a própria interpretação do termo “leninismo” gerar inúmeras controvérsias hoje em dia. Isso porque a disseminação do “leninismo” não foi promovida pelo próprio Lenin, que morreu em janeiro de 1924, pouco mais de um ano após a fundação da União Soviética, mas sim por seu sucessor à frente do Partido Comunista da União Soviética (PCUS), Josef Stalin.

Após a morte de Lenin, Stalin estabeleceu a leitura oficial dos pensamentos de Lenin e de Marx que deveria ser seguida a partir de então na União Soviética e entre os militantes dos partidos filiados à Internacional Comunista, criando o chamado “marxismo-leninismo”. O cânone estabelecido por Stalin, no entanto, não era uma interpretação fiel das obras dos dois teóricos socialistas, mas sim um amontoado de distorções e falsificações para justificar o governo extremamente autoritário que ele implementou a partir do momento em que assumiu o poder na União Soviética.

[É] preciso organizar uma espécie de expedição arqueológica que nos permita recuperar a herança leninista subjacente a este amontoado de falsificações, tergiversações e manipulações perpetuadas pelos ideólogos stalinistas e seus epígonos, conhecido como “marxismo-leninismo”. Não é segredo para ninguém que Lenin sofreu nas mãos de seus sucessores soviéticos um duplo embalsamento. O de seu corpo, exposto por longos anos como uma relíquia sagrada na entrada do Kremlin, e o de suas ideias, “codificadas” por Stalin em *Os fundamentos do leninismo* (1924) e na *História do Partido Comunista (Bolchevique) da URSS* (1953) porque, segundo ele mesmo dizia, a obra que Lenin deixara inacabada devia ser concluída por seus discípulos, e ninguém mais preparado do que ele para empreender semelhante tarefa. O certo é que a codificação do leninismo, sua transformação de marxismo vivo e “guia para a ação” em um manual de auto-ajuda para revolucionários confusos, teve lamentáveis consequências para várias gerações de ativistas e lutadores sociais.¹⁴²

¹⁴² BORÓN, 2006, p. 18.

Como afirma Borón, o autoritarismo do cânone stalinista deu margem para que os críticos do marxismo no século XX vissem no “marxismo-leninismo” apenas um desdobramento natural do pensamento supostamente autoritário de Lenin e do próprio Marx.

Os críticos do marxismo, e em geral de qualquer proposta de esquerda, não poupam esforços para assinalar que as deformações cristalizadas no “marxismo-leninismo” são apenas o produto inevitável das sementes fortemente dogmáticas e autoritárias contidas na obra de Marx e potencializadas pelo “despotismo asiático” supostamente alojado na personalidade de Lenin. Para eles, o stalinismo, com todos os seus horrores, é apenas o resultado natural do totalitarismo inerente ao pensamento de Marx e à teorização e à obra prática de Lenin. Nada mais distante da verdade. Na realidade, o “marxismo-leninismo” é um produto antimarxista e antileninista por natureza.¹⁴³

Se aceitarmos o ponto de vista de Borón como verdadeiro, o que permitiu que o pensamento exposto por Lenin em *Que fazer?* fornecesse as bases ideológicas para o “marxismo-leninismo” stalinista? O próprio Borón dá a resposta: a abstração do contexto histórico em que Lenin formulou originalmente sua proposta de organização para o POSDR nos primeiros anos do século XX. O argumento de Borón se baseia nos escritos do próprio Lenin, que em um prefácio para *Que fazer?* escrito 12 anos após a publicação original do texto responde àqueles que na época criticavam o centralismo excessivo defendido no texto afirmando que seus adversários se equivocavam justamente por não levarem em conta o contexto de produção da obra:

O principal erro dos que hoje polemizam com *Que fazer?* reside em dissociá-lo por completo de determinadas condições históricas, de determinada fase do desenvolvimento do nosso partido que já foi superada há muito tempo. [...] Dissertar nesse momento sobre os excessos do *Iskra* [nome do jornal editado pelo grupo de Lenin no interior do POSDR] (de 1901 a 1902!) no que tange à idéia de organização dos revolucionários profissionais equivale a, depois da guerra russo-japonesa, recriminar os nipônicos por superestimarem as forças armadas russas, por se preocuparem exageradamente com elas antes do confronto. Para vencer, os japoneses tinham de mobilizar todo o seu contingente contra o máximo possível das forças russas. Infelizmente, muitos tecem juízos sobre nosso partido de maneira leviana, sem conhecerem o problema, sem verem que *hoje* a idéia de organização dos revolucionários profissionais *já* triunfou por completo. Mas tal vitória teria sido impossível se, na época, a própria idéia do partido não fosse colocada em *primeiro plano*, não fosse “exageradamente” inculcada àqueles que duvidavam de sua realização. *Que fazer?* é um resumo da tática do *Iskra*, da política de organização do *Iskra* em 1901 e 1902. É apenas isso, um *resumo*, nem mais, nem menos.¹⁴⁴

Uma das principais fontes de distorção do pensamento de Lenin, portanto, é a transformação, promovida pelo stalinismo, de um modelo de organização formulado especificamente para o contexto de luta de um pequeno partido clandestino contra a monarquia absolutista russa do começo do século XX em um modelo universal a ser aplicado em qualquer lugar e em qualquer tempo. Esse processo de universalização de uma proposta

¹⁴³ Ibid., p. 20.

¹⁴⁴ LENIN, 2006, p. 82-83. Itálicos do autor.

formulada para um contexto histórico e geográfico específico foi facilitado por um fato para o qual Borón chama a atenção: o silêncio de Lenin sobre o tema após a publicação de *Que fazer?*

Como bem se sabe, logo depois de ter redigido um texto tão importante sobre os problemas de organização das forças populares, Lenin nunca retomou explicitamente essa problemática. Esse silêncio é tão significativo quanto suas palavras.¹⁴⁵

Na interpretação de Borón, esse silêncio se deve ao fato de que o próprio desenvolvimento das lutas de classes na Rússia teria tornado o modelo proposto por Lenin em 1902 obsoleto diante do aparecimento dos soviets na revolução de 1905:

Quando do estouro da revolução de 1905, e da modesta abertura política decretada pelo czarismo, a simples ideia de um partido clandestino e organizado de maneira ultracentralizada caiu na obsolescência. A dialética histórica russa deu origem ao aparecimento de uma nova forma política, os soviets, que assumiram uma centralidade insuspeitada poucos anos antes e acabaram por deslocar a que até então estava reservada ao partido.¹⁴⁶

De acordo com essa linha de pensamento, o suposto autoritarismo de Lenin desde os primórdios do Partido Bolchevique seria um mito. Baseando-se na análise tanto de fontes primárias da época quanto em estudos acadêmicos posteriores sobre o tema, Paul Le Blanc afirma que o partido não só não era autoritário como foi bastante democrático até o triunfo da Revolução Russa, em 1917. Para respaldar suas afirmações, Le Blanc cita tanto declarações em que o próprio Lenin ressalta a importância da democracia no interior do movimento operário quanto análises de importantes estudiosos do Partido Bolchevique, como Moshe Lewin.

O que marca a abordagem de muitos críticos de Lenin é uma chocante ignorância ou uma recusa quase inexplicável em lidar com um considerável volume de fontes primárias e importantes estudos que fundamentalmente questionam suas interpretações de o que Lenin e seu partido revolucionário de fato representaram. Pense no trabalho facilmente acessível de um historiador respeitado como Moshe Lewin. Lewin oferece uma narrativa diametralmente oposta ao quadro que [o feroz crítico do leninismo Stephen Eric] Bronner pinta dos bolcheviques em 1917. [...] “Os documentos relativos a esse período mostram de maneira convincente que as facções – esquerda, direita e muitas entre elas – eram não apenas ativas, mas também aceitas como parte do *modus operandi* do partido, inclusive por Lenin. A decisão de tomar o poder foi tomada apenas depois de uma longa e séria batalha política interna. Quase todos os principais líderes do partido admiravam Lenin e aceitavam sua liderança. No entanto, eles não hesitavam em confrontá-lo em pequenas e mesmo em grandes questões políticas e estratégicas. Lenin precisava conquistar o que queria por meio dos procedimentos normais no interior das instituições partidárias: conquistando a maioria dos votos. Ele tinha que aceitar a derrota, ou ameaçar renunciar, se as maiorias não o apoiassem” [LEWIN, 1985, p. 22-23]. Isto não tem nada em comum com o leninismo “hierárquico e militarista” descrito por Bronner, que supostamente “nunca prestou contas àqueles que o partido

¹⁴⁵ BORÓN, 2006, p. 56.

¹⁴⁶ Ibid., *idem*.

deveria representar”. Aqueles que defendem essa visão de um Lenin autoritário antes de 1918 têm todo o direito de discordar das interpretações de Lewin e de outros, mas têm a responsabilidade de indicar por quê – de refutar a interpretação de Lewin e demonstrar os problemas nas evidências [que ele apresenta] (em vez de agir como se nenhuma dessas evidências existisse).¹⁴⁷

O próprio Le Blanc, no entanto, afirma que essa atmosfera democrática que teria imperado no interior do Partido Bolchevique até a Revolução Russa não sobreviveu às ameaças impostas à pátria dos soviets a partir da eclosão, em 1918, da guerra civil patrocinada pelas potências capitalistas para sufocar o governo revolucionário. A militarização imposta pela necessidade de defender a revolução transformou o recém-fundado Partido Comunista da Rússia em uma organização de fato autoritária, como explica Le Blanc, mais uma vez apoiando-se na análise de Moshe Lewin:

O argumento de que Lenin era autoritário encontra claro respaldo apenas no que aconteceu depois de 1917. Em 1921 (ainda no período da liderança de Lenin e Trotski) a natureza do Partido Comunista da Rússia era inegavelmente autoritária. Este aspecto também é amplamente discutido por Lewin, que descreve a transformação da política Comunista e Soviética neste “período de guerra cruel e de métodos particularmente truculentos e coercitivos de resolver problemas”, como um processo que introduziu nas fileiras Comunistas novos contingentes de militantes que “não tinham a cultura, geral ou política, compartilhada pela maior parte da velha guarda, e o que eles trouxeram para as fileiras do partido foi necessariamente uma cultura política nova e diferente, caracterizada por traços fortemente militaristas e, naturalmente, por um profundo autoritarismo” [LEWIN, 1985, p. 23].¹⁴⁸

Foi nesse contexto que Lenin propôs, durante o Segundo Congresso da Internacional Comunista, realizado em 1920, as 21 condições para os partidos que desejassem se filiar à organização. Entre as exigências para a adesão à Internacional havia alguns pontos de forte viés autoritário, que às vezes remetiam a formulações já presentes em *Que fazer?*

Por exemplo, a terceira condição exigia que os partidos interessados em ingressar na Internacional Comunista deveriam manter aparatos clandestinos paralelos para apoiar o partido em seu dever de fazer a revolução; a 12ª condição exigia que os partidos filiados à Internacional Comunista fossem construídos de acordo com o princípio do centralismo democrático, organizando-se da forma mais centralizada possível, com uma disciplina de ferro interna e com uma liderança que gozasse da mais ampla autoridade; e a 13ª condição dizia que os partidos dos países onde os comunistas podiam realizar seu trabalho de forma

¹⁴⁷ LE BLANC, Paul. **Marx, Lenin, and the revolutionary experience**: studies of communism and radicalism in the age of globalization. New York; London: Routledge, 2014, p. 105-106. Tradução minha.

¹⁴⁸ Ibid., p. 107. Tradução minha.

legal deveriam realizar expurgos (novos registros) de seus membros para limpar periodicamente seus quadros dos elementos pequeno burgueses.¹⁴⁹

Foi também nesse contexto que Stalin iniciou sua ascensão no interior do Partido Comunista da União Soviética, que culminou na tomada do poder da organização após a morte de Lenin, em 1924. Aproveitando-se da guinada autoritária do próprio Lenin durante a guerra civil, Stalin apropriou-se dos elementos da teoria leninista que lhe interessavam para justificar o autoritarismo do governo que implantou na União Soviética na década de 1920. Paul Le Blanc cita um trecho de uma entrevista de Stalin que exemplifica essa leitura. Segundo Stalin, a teoria de Lenin mostraria que:

(a) o Partido é uma forma superior de organização do proletariado em comparação com outras formas de organização proletária (sindicatos, cooperativas, organizações estatais) e, além disso, sua função é a de generalizar e dirigir o trabalho dessas organizações; (b) a ditadura do proletariado só pode ser realizada tendo o partido como sua força dirigente; (c) a ditadura do proletariado só poderá ser completa se liderada por um único partido, o Partido Comunista; e (d) sem uma disciplina de ferro no Partido, as tarefas da ditadura do proletariado de esmagar os exploradores e de transformar a sociedade de classes em uma sociedade socialista não podem ser cumpridas.¹⁵⁰

Dessa forma, ao selecionar determinados aspectos da teoria leninista e descontextualizá-los, tanto isolando-os do contexto mais amplo da obra do seu criador quanto universalizando propostas formuladas por Lenin para contextos históricos e geográficos específicos, Stalin e seus seguidores definiram a interpretação hegemônica do “leninismo” que vigorou durante a maior parte do século XX, como afirma Le Blanc: “A distorção ideológica e o modo de operar stalinistas se tornaram aspectos definidores dos partidos Comunistas ao redor do mundo, e moldaram a forma como milhares de pessoas viriam a interpretar o “leninismo” ao longo do século XX”.¹⁵¹

Por tudo isso, é difícil traçar uma fronteira clara entre o “leninismo de Lenin” e o “leninismo de Stalin”, e essa é uma tarefa que vai muito além do escopo deste trabalho. Quando falo em “leninismo” me refiro a uma determinada concepção de organização das forças populares que deve ser situada historicamente. Para além dos debates sobre as eventuais distorções stalinistas, acredito ser possível pensar o leninismo como uma determinada ideologia revolucionária própria de um determinado período histórico e fruto de uma determinada composição de classe. Nesse sentido, considero útil a descrição que Negri

¹⁴⁹ COMMUNIST INTERNATIONAL. Theses on the conditions of admission to the Communist International. 1920. Disponível em: <https://www.marxists.org/history/international/comintern/2nd-congress/index.htm>. Consulta em: 21 abr. 2017.

¹⁵⁰ STALIN, 1927 apud LE BLANC, 131-132.

¹⁵¹ LE BLANC, 2014, p. 134.

faz do modelo de organização bolchevique (ou seja, daquilo que chamo de “leninismo”): uma aliança entre as vanguardas operárias e as massas proletárias.¹⁵²

Seguindo a premissa teórica de Hardt e Negri, de que em cada período histórico “verifica-se que o modelo de resistência mais eficaz tem a mesma forma que os modelos dominantes de produção econômica e social”,¹⁵³ pode-se dizer que esse modelo bolchevique opunha à enorme centralização e concentração da produção capitalista – surgida com o advento do imperialismo entre o fim do século XIX e o começo do XX – organizações operárias igualmente concentradas e centralizadas, que buscavam unir os vários segmentos da classe operária em exércitos populares.

Além disso, os partidos organizados de acordo com o modelo leninista espelhavam a composição da classe trabalhadora europeia nas primeiras décadas do século XX, em que operários qualificados imbuídos de uma forte ideologia de autogestão conviviam lado a lado com operários menos qualificados nas fábricas. Essa aliança entre as vanguardas de trabalhadores e as massas proletárias era, segundo Hardt e Negri, a base sobre a qual se estruturavam as organizações de tipo bolchevique. E foi esse o modelo que orientou o paradigma clássico das lutas anticapitalistas centradas na tomada do poder de Estado.

A tradicional concepção moderna da insurreição, por exemplo, definida basicamente nos numerosos episódios ocorridos entre a Comuna de Paris e a Revolução de Outubro, caracterizava-se por um movimento da atividade insurrecional das massas para a criação de vanguardas políticas, da guerra civil para a construção de um governo revolucionário, da construção de organizações de contrapoder para a conquista do poder de Estado e da abertura do processo constituinte para o estabelecimento da ditadura do proletariado.¹⁵⁴

No entanto, como já foi dito, a Revolução Russa não representou um divisor de águas apenas para a classe operária, mas também para a burguesia. Mesmo tendo conseguido conter o avanço da revolução na Europa Ocidental, as classes dominantes agora sabiam que os movimentos revolucionários da classe operária eram capazes de operar uma ruptura real no sistema e que as armas tradicionais utilizadas para enfrentar a ameaça socialista já não funcionavam diante do crescimento do poder operário. Era preciso inovar para conter a ameaça vermelha.

¹⁵² NEGRI, 1988, p. 10.

¹⁵³ HARDT e NEGRI, 2005, p. 103.

¹⁵⁴ Ibid., p. 104.

2.2 A resposta do capital à Revolução Russa: o fordismo-keynesianismo

A resposta do capital à ofensiva da classe operária se organizou em duas frentes. Em países onde a burguesia era mais fraca e atrasada, como nos países do sul da Europa, a resposta imediata foi recorrer a movimentos fascistas ou autoritários para conter o avanço do movimento operário.¹⁵⁵ Mas em países onde a burguesia era mais forte e sofisticada, a reação veio na forma da reestruturação produtiva baseada nas técnicas de gerenciamento desenvolvidas inicialmente nos Estados Unidos por Frederick W. Taylor e Henry Ford. O objetivo da reestruturação capitalista era romper os laços de solidariedade política entre trabalhadores qualificados e desqualificados para quebrar a composição de classe que estava na raiz do modelo bolchevique de organização:

O objetivo geral do capital no período que se seguiu foi derrotar as vanguardas da classe trabalhadora e, mais especificamente, debilitar a base material do seu papel de liderança nessa fase: ou seja, uma composição de classe que continha um setor relativamente bastante “profissionalizado” (típico das engenharias), com a ideologia de autogestão que era seu corolário. Em outras palavras, o objetivo primordial era destruir a base da aliança entre a vanguarda dos trabalhadores e as massas proletárias, aliança esta que era a premissa da organização bolchevique. Remover a vanguarda da fábrica e a fábrica da classe – *erradicar o partido de dentro da classe*: esse foi o objetivo da reorganização capitalista, a forma específica de contra-ataque contra 1917 no Ocidente.¹⁵⁶

E o instrumento utilizado para colocar essa estratégia em prática foi o fordismo-taylorismo:

O taylorismo, a revolução fordista na produção e a nova “organização americana de trabalho” tinha precisamente essa função: isolar as vanguardas bolcheviques da classe e expulsá-las de seu papel hegemônico na produção por meio de uma massificação do processo produtivo e da desqualificação da força de trabalho. Isso, por sua vez, acelerou a injeção de novas forças proletárias na produção, quebrando o poder de fogo das velhas aristocracias da classe trabalhadora, neutralizando seu potencial político e evitando seu reagrupamento. [...] Como sempre, esse ataque tecnológico (um salto na composição orgânica em novos setores; linha de montagem; fluxo de produção; organização científica do trabalho; subdivisão/fragmentação de postos de trabalho etc) foi a primeira e quase instintiva resposta do capital à rigidez da composição de classe existente e a ameaça ao controle capitalista que ela engendrava.¹⁵⁷

Havia, no entanto, uma diferença entre o fordismo e o taylorismo. Enquanto o primeiro era apenas uma teoria da organização da produção, o segundo revelou-se uma verdadeira doutrina social que buscava harmonizar as relações entre patrões e empregados por meio de uma combinação de controle e recompensa. Por um lado, um rígido disciplinamento da força de trabalho que visava a elevação da produtividade por meio da introdução da linha

¹⁵⁵ NEGRI, 1988, p. 10.

¹⁵⁶ Ibid., p. 9-10. Tradução de Dafne Melo.

¹⁵⁷ Ibid., p. 10. Tradução de Dafne Melo.

de montagem; por outro, o salário de cinco dólares por oito horas de trabalho, que transformava o trabalhador em consumidor, abrindo caminho para o surgimento da sociedade de consumo de massas. Partindo do conceito de regime de acumulação, formulado pelos teóricos da Escola da Regulação francesa, Harvey descreve o fordismo como um novo regime de acumulação que surge na década de 1910:

O que havia de especial em Ford (e que, em última análise, distingue o fordismo do taylorismo) era a sua visão, seu reconhecimento explícito de que produção de massa significava consumo de massa, um novo sistema de reprodução da força de trabalho, uma nova política de controle e gerência do trabalho, uma nova estética e uma nova psicologia, em suma, um novo tipo de sociedade democrática, racionalizada, modernista e populista. [...] O propósito do dia de oito horas e cinco dólares só em parte era obrigar o trabalhador a adquirir a disciplina necessária à operação do sistema de linha de montagem de alta produtividade. Era também dar aos trabalhadores renda e tempo de lazer suficientes para que consumissem os produtos produzidos em massa que as corporações estavam por fabricar em quantidades cada vez maiores.¹⁵⁸

O fordismo promoveu uma verdadeira revolução nos índices de produtividade do trabalho nos Estados Unidos, o que provocou uma onda de euforia econômica no país que saía da Primeira Guerra Mundial como a nova grande potência capitalista do mundo. O problema foi que, mais uma vez, o forte desenvolvimento das forças produtivas detonou os mecanismos da lei da queda tendencial da taxa de lucros. Assim, a euforia dos anos 1920 terminou de forma dramática quando a quebra da Bolsa de Nova York, em 1929, marcou o início de uma nova crise global de sobreacumulação de capitais, de proporções ainda maiores do que a anterior, iniciada em 1873. O sucesso da reestruturação produtiva, então, revelou as contradições políticas representadas pela entrada em cena da classe operária como sujeito político autônomo.

A grande crise pós-1929 foi o momento da verdade, o rebote, na estrutura do capital, do ataque tecnológico prévio contra a classe trabalhadora, e a prova de suas limitações: a lição de 1917 agora se impunha devido a essa “reação tardia” do sistema como um todo. A iniciativa política da classe trabalhadora de 1917 com toda sua precisão e destrutividade feroz, controlável apenas a curto prazo, agora se manifestava em uma crise de todo o sistema, mostrando que não poderia ser ignorada ou evitada. [...] Essa crise estourou mais profundamente onde o capital era mais forte e onde a conversão tecnológica havia sido mais completa (nos EUA).¹⁵⁹

A crise de 1929 mostrou que a simples reestruturação produtiva não era suficiente para resolver as contradições colocadas pelo novo protagonismo adquirido pela classe operária em todo o mundo a partir de 1917. Era preciso buscar também uma solução política para o problema.

¹⁵⁸ HARVEY, 2012a, p. 121-122.

¹⁵⁹ NEGRI, 1988, p. 10. Tradução de Dafne Melo.

A Revolução de Outubro introduziu, de uma vez por todas, uma qualidade política de subversão nas necessidades materiais e nas lutas da classe trabalhadora, um espectro que não poderia ser exorcizado. Dada essa nova situação, a solução tecnológica se revelaria um tiro pela culatra no final. Ela apenas relançaria a recomposição política da classe em um nível superior. Ao mesmo tempo, essa resposta/contra-ataque não era suficiente para confrontar o problema real que o capitalismo enfrentava: como *reconhecer a emergência política da classe trabalhadora* e, ao mesmo tempo, encontrar novos meios (através de uma completa reestruturação do mecanismo social para a extração da mais-valia relativa) de *controlar politicamente essa nova classe dentro das engrenagens do sistema*. O reconhecimento da autonomia da classe trabalhadora teria de ser acompanhado pela habilidade de controlá-la politicamente.¹⁶⁰

E essa solução veio na forma de uma proposta de reformulação do papel do Estado nas economias capitalistas elaborada pelo mais lúcido teórico da reestruturação capitalista no pós-Revolução Russa: John Maynard Keynes.¹⁶¹

Foi necessário conceber um novo modo de regulamentação para atender aos requisitos da produção fordista; e foi preciso o choque da depressão selvagem e do quase-colapso do capitalismo na década de 30 para que as sociedades capitalistas chegassem a alguma nova concepção da forma e do uso dos poderes do Estado. [...] à luz do fracasso evidente dos governos democráticos em fazer qualquer coisa além de parecer condescender com as dificuldades de um imenso colapso econômico, não é difícil ver o atrativo de uma solução política em que os trabalhadores fossem disciplinados em sistemas de produção novos e mais eficientes e em que a capacidade excedente fosse absorvida em parte por despesas produtivas e infraestruturas muito necessárias para a produção e o consumo. [...] O problema, tal como o via um economista como Keynes, era chegar a um conjunto de estratégias administrativas científicas e poderes estatais que estabilizassem o capitalismo, ao mesmo tempo que se evitavam as evidentes repressões e irracionalidades, toda a beligerância e todo o nacionalismo estreito que as soluções nacional-socialistas implicavam. É nesse contexto confuso que temos de compreender as tentativas altamente diversificadas em diferentes nações-Estado de chegar a arranjos políticos, institucionais e sociais que pudessem acomodar a crônica incapacidade do capitalismo de regulamentar as condições essenciais de sua própria reprodução.¹⁶²

Assim, a partir da década de 1930, pouco a pouco o keynesianismo foi se consolidando como a nova doutrina política dominante nos países capitalistas, o que marca, segundo Negri, o momento em que o Estado capitalista é obrigado a reconhecer o antagonismo da classe trabalhadora como uma característica intrínseca do sistema que devia, de alguma forma, ser acomodada pelas estruturas de poder.¹⁶³

Uma vez que o antagonismo foi reconhecido, o problema era fazer com que ele funcionasse de modo a evitar que um polo se libertasse em uma ação destrutiva independente. A revolução política da classe trabalhadora poderia apenas ser evitada por meio do reconhecimento e aceitação das novas relações de forças de classes, mas fazendo, ao mesmo tempo, a classe trabalhadora funcionar dentro de um mecanismo mais geral que “sublimaria” sua luta contínua por poder, transformando-a em um elemento dinâmico dentro do sistema. A classe trabalhadora deveria ser

¹⁶⁰ NEGRI, 1988, p. 10-11. Tradução de Dafne Melo. Itálicos do autor.

¹⁶¹ Ibid., p. 15.

¹⁶² HARVEY, 2012a, p. 124.

¹⁶³ NEGRI, 1988, p. 13.

controlada funcionalmente por meio de uma série de mecanismos de equilíbrio que seriam dinamicamente reajustados de tempos em tempos por uma gradual e regulada “revolução dos ingressos”. O Estado estava agora preparado, por assim dizer, para descer até a sociedade civil e a recriar continuamente a fonte de sua legitimidade em um processo de permanente reajuste das condições de equilíbrio. A nova “base material da constituição” tornou-se o *Estado como planejador*, ou melhor, o Estado como *o plano*.¹⁶⁴

A reconfiguração do Estado capitalista só foi concluída ao fim da Segunda Guerra Mundial, e implicou também em uma profunda reconfiguração da luta de classes nos países capitalistas avançados. Nos anos logo após o fim do conflito, as vertentes revolucionárias ou mais combativas do movimento operário na Europa Ocidental e nos Estados Unidos foram reprimidas pelos governos capitalistas. Ao mesmo tempo, as próprias organizações operárias contribuíram para domesticar suas bases e integrá-las ao sistema. Por um lado, a política negociada por Stalin com os líderes capitalistas ao fim da Segunda Guerra Mundial definia esferas de influência que deveriam ser respeitadas, o que implicou na contenção de movimentos comunistas revolucionários nos países ocidentais a partir de 1945. Por outro, os social-democratas reformistas, aliados das burguesias nacionais de seus países no esforço comum pelo crescimento econômico, se encarregaram de disciplinar o movimento sindical e transformá-lo em uma engrenagem do poder capitalista.

Por meio de mecanismos de “compromisso” foi se verificando durante o fordismo o processo de *integração* do movimento operário *social-democrático*, particularmente dos seus organismos de representação institucional e política, o que acabou por convertê-lo numa espécie de *engrenagem* do poder capitalista. O “compromisso fordista” deu origem progressivamente à subordinação dos organismos institucionalizados, sindicais e políticos, da era da prevalência social-democrática, convertendo esses organismos em “verdadeiros co-gestores do processo global de reprodução do capital”.¹⁶⁵

Essa reconfiguração das relações de classe abriu caminho para um compromisso histórico entre o trabalho organizado e o grande capital mediado pelo Estado reformado:

O Estado teve de assumir novos (keynesianos) papéis e construir novos poderes institucionais; o capital corporativo teve de ajustar as velas em certos aspectos para seguir com mais suavidade a trilha da lucratividade segura; e o trabalho organizado teve de assumir novos papéis e funções relativos ao desempenho nos mercados de trabalho e nos processos de produção. O equilíbrio de poder, tenso mas mesmo assim firme, que prevalecia entre o trabalho organizado, o grande capital corporativo e a nação-Estado, e que formou a base de poder da expansão de pós-guerra, não foi alcançado por acaso – resultou de anos de luta. A derrota dos movimentos operários radicais que ressurgiram no período pós-guerra imediato, por exemplo, preparou o terreno político para os tipos de controle do trabalho e de compromisso que possibilitaram o fordismo.¹⁶⁶

¹⁶⁴ NEGRI, 1988, p. 12. Tradução de Dafne Melo. Itálicos do autor.

¹⁶⁵ ANTUNES, Ricardo. **Os sentidos do trabalho**: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. 2. ed. São Paulo: Boitempo, 2009, p. 41. Itálicos do autor.

¹⁶⁶ HARVEY, 2012a, p. 125.

Nesse acordo tripartite, cada um fazia a sua parte: as burocracias sindicais garantiam a disciplina de seus membros em troca de ganhos reais de salários, as grandes corporações capitalistas garantiam um expressivo crescimento econômico em troca da colaboração do movimento operário e o Estado exercia seu papel de árbitro das relações entre capital e trabalho, garantindo as condições necessárias para o crescimento em troca da paz social:

O Estado, por sua vez, assumia uma variedade de obrigações. Na medida em que a produção de massa, que envolvia pesados investimentos em capital fixo, requeria condições de demanda relativamente estáveis para ser lucrativa, o Estado se esforçava por controlar ciclos econômicos com uma combinação apropriada de políticas fiscais e monetárias no período pós-guerra. Essas políticas eram dirigidas para as áreas de investimento público – em setores como o transporte, os equipamentos públicos etc. – vitais para o crescimento da produção e do consumo de massa e que também garantiam um emprego relativamente pleno. Os governos também buscavam fornecer um forte complemento ao salário social com gastos de seguridade social, assistência médica, educação, habitação etc. Além disso, o poder estatal era exercido direta ou indiretamente sobre os acordos salariais e os direitos dos trabalhadores na produção.¹⁶⁷

Assim, durante um breve período entre o fim da Segunda Guerra Mundial e a metade da década de 1960, a reorganização do modo de produção capitalista de acordo com os princípios do fordismo-keynesianismo produziu duas décadas de relativa estabilidade social e prosperidade econômica nos países centrais do sistema capitalista mundial. Nessa época, o palco da revolução havia se deslocado para a periferia do capitalismo global.

2.3 Anticapitalismo e anti-imperialismo

O fim da Segunda Guerra Mundial marcou o início do desmoronamento dos impérios coloniais europeus na Ásia e na África. Entre 1945 e 1960, antigas colônias e protetorados nos dois continentes deram origem a mais de 40 nações independentes. No mesmo período, ocorreu a segunda revolução socialista vitoriosa da história, a Revolução Chinesa, em 1949. Essa profunda transformação da periferia do capitalismo foi resultado da intensificação das lutas anti-imperialistas que haviam começado ao fim da Primeira Guerra Mundial, na esteira da repercussão da Revolução Russa no mundo colonial e semicolonial.

Na periferia do capitalismo, a Revolução Russa foi vista como um movimento anti-imperialista por meio do qual um país atrasado em relação aos seus vizinhos europeus afirmou sua autonomia e rompeu com a dependência das grandes potências para buscar um caminho de desenvolvimento próprio. Assim, partidos comunistas começaram a pipocar pela Ásia. Em 1920 foram fundados os partidos comunistas da Índia e da Indonésia, as duas

¹⁶⁷ HARVEY, 2012a, p. 129.

maiores colônias europeias no continente. No ano seguinte foi criado o Partido Comunista da China, país que, apesar de não ser uma colônia formal, tinha uma economia profundamente dependente das potências capitalistas. Dez anos depois, a terceira maior colônia europeia da região, a Indochina francesa, ganhou seu próprio partido comunista.

Entre os fundadores dos partidos comunistas asiáticos estavam vários militantes da Internacional Comunista, que, ao ver o fracasso das revoluções na Europa Ocidental a partir do início da década de 1920, se voltaram para a frente oriental da guerra pela revolução mundial. Nesse contexto, a Internacional Comunista elaborou, em seu segundo congresso, em 1920, uma política para o mundo colonial, vinculando diretamente as lutas de libertação nacional nas colônias com a luta que as repúblicas soviéticas naquele momento travavam contra os países capitalistas, interpretando os dois tipos de combate como aspectos complementares da luta contra o imperialismo e pela revolução em escala planetária. Depois de definir a linha de ação dos comunistas nos países coloniais e semicoloniais, os participantes do segundo congresso da Internacional Comunista concluem o documento sobre o tema afirmando que sem a aliança do proletariado e das classes populares de todos os países do mundo não será possível a vitória completa sobre o capitalismo.¹⁶⁸

Nesse momento, as lutas anticoloniais começavam a se transformar em movimentos de massa na Ásia e os comunistas tiveram uma participação importante em muitos lugares, mas nem sempre foram a principal força no interior da aliança nacionalista. Na Índia, por exemplo, desempenharam um papel secundário diante da liderança do Partido do Congresso de Gandhi e Nehru, e na Indonésia tampouco lideraram o processo. No entanto, tanto na Indochina quanto na China eles se converteram na principal força revolucionária durante a ocupação japonesa desses países durante a Segunda Guerra Mundial. Foi no combate às forças japonesas que Mao Tse-tung e Ho Chi Minh se converteram nos dois grandes líderes das lutas de libertação nacional que após o fim do conflito abriram caminho para o triunfo das revoluções socialistas na China em 1949 e no norte do Vietnã em 1954.

Foi em meio a esses combates que os comunistas asiáticos elaboraram uma releitura do marxismo para adaptá-lo à realidade do Terceiro Mundo. E o principal responsável por essa releitura foi o líder do Partido Comunista Chinês, Mao Tse-tung, que adaptou as teorias de Marx e de Lenin para o contexto de uma China essencialmente rural e dominada pelos interesses das potências imperialistas.

¹⁶⁸ COMMUNIST INTERNATIONAL. Theses on the national and colonial question. 1920. Disponível em: <https://www.marxists.org/history/international/comintern/2nd-congress/index.htm>. Acesso em: 31 ago. 2016.

O maoísmo foi além da Revolução Chinesa e se tornou uma vertente própria do marxismo adaptado às condições dos países do Terceiro Mundo. A teoria revolucionária de Mao se assenta sobre três pilares: o reconhecimento do campesinato como classe revolucionária, a utilização da tática de guerra de guerrilhas e uma análise de classes segundo a qual nas colônias e semicolônias a contradição principal não era entre o proletariado e burguesia nacionais, mas sim entre as classes populares locais e o imperialismo.

Mao recusava as leituras abstratas da teoria marxista-leninista e defendia que toda teoria revolucionária precisava ser formulada a partir da análise da realidade concreta de cada lugar. Foi partindo desse princípio que em 1925 ele passou a se dedicar à organização do movimento camponês em sua província natal na China, identificando o potencial revolucionário dessa classe em países coloniais e semicoloniais como o seu.

[N]o correr de toda sua obra, o campesinato aparece como força revolucionária de um modo que nenhum marxista antes tinha colocado. Ainda quando reconheciam um potencial revolucionário nele, os marxistas encaravam com desconfiança o seu “espírito pequeno burguês”. As tendências naturais para o coletivismo estariam apenas na classe operária. Mao não viu assim. Em primeiro lugar, porque, centrando-se numa “etapa da revolução” que teria “caráter democrático-burguês”, as aspirações camponesas seriam revolucionárias. Em segundo lugar, porque os camponeses estariam se incorporando a uma organização – o Exército Vermelho – liderada por uma “vanguarda proletária”.¹⁶⁹

Ao ver no campesinato o principal motor da revolução na China, Mao afirmou que “a luta armada do Partido Comunista da China é uma guerra camponesa sob a direção do proletariado”,¹⁷⁰ e o tipo mais apropriado de organização para realizar esse enfrentamento era a guerrilha de base camponesa.

[Mao] defendia a necessidade de uma atividade centrada no campo, através da ação guerrilheira, com o objetivo de criar bases para enfrentar o poder estatal inimigo. (...) É no correr dessas campanhas que Mao vai desenvolver suas técnicas de luta guerrilheira. Como enfrentava inimigos bem superiores em número e armamento, evitava os combates frontais. Buscava atraí-los para regiões mais propícias, seja do ponto de vista do terreno – que os obrigasse a se dividirem –, seja do ponto de vista social – onde houvesse uma população camponesa conquistada pela reforma agrária. Uma vez definido o campo de batalha, os guerrilheiros fustigavam até cansarem os inimigos, atacavam e perseguiam em situações particulares nas quais dispunham de superioridade local e momentânea.¹⁷¹

E estes inimigos nem sempre eram os representantes da burguesia de seu país, como acontecia nas lutas anticapitalistas nos países centrais. A análise de classes de Mao se baseava na sua teoria das contradições, segundo a qual toda situação concreta é uma articulação de

¹⁶⁹ SADER, Eder. A cultura de uma revolução. In: SADER, Eder (org.). **Mao Tse-tung**. Coleção Grandes Cientistas Sociais. Volume 30. São Paulo: Ática, 1982, p. 25.

¹⁷⁰ Ibid., p. 20.

¹⁷¹ Ibid., p. 15-16.

múltiplas contradições, e cabe ao revolucionário identificar qual é a contradição principal em cada conjuntura histórica e geográfica específica.

[Q]uando ele elaborou uma teoria das contradições, fê-lo levado pela necessidade de ressaltar a importância das particularidades de cada situação histórica e a importância das diferentes articulações de contradições. Contra os quadros que recitavam a doutrina, repetindo as fórmulas das contradições da sociedade capitalista em geral ou da “revolução democrático-burguesa” em geral, Mao opõe uma investigação sobre as contradições particulares da situação chinesa naquele período.¹⁷²

Partindo dessa premissa, Mao afirma que a contradição principal não é a mesma em todos os tempos e lugares. E em um país semicolonial como a China a contradição principal é aquela que opõe as classes populares ao imperialismo e à fração da burguesia nacional aliada ao imperialismo. Por isso, conjunturas como estas abrem espaço para alianças entre as várias classes que defendem o interesse nacional – como o campesinato, o proletariado urbano, a pequena burguesia e até frações nacionalistas da burguesia – contra o imperialismo e o setor da burguesia nacional aliado a ele.

No processo de desenvolvimento de uma coisa complexa existem muitas contradições e, destas, uma é necessariamente a principal, cuja existência e desenvolvimento determinam ou influem na existência e desenvolvimento das demais contradições. Por exemplo: na sociedade capitalista, as duas forças contraditórias – o proletariado e a burguesia – constituem a contradição principal. As outras contradições, como as que existem entre os remanescentes da classe feudal e da burguesia, entre a pequena burguesia camponesa e a burguesia, entre o proletariado e a pequena burguesia camponesa, entre a burguesia não-monopolista e a monopolista, entre a democracia e o fascismo no seio da burguesia, entre os diversos países capitalistas, entre o imperialismo e as colônias etc., são todas determinadas por esta contradição principal, ou estão sujeitas à sua influência. Num país semicolonial como a China, a relação entre a contradição principal e as contradições não-principais nos oferece um quadro complexo. Quando o imperialismo desencadeia uma guerra de agressão contra um país assim, as diferentes classes deste, exceto um pequeno número de traidores, podem unir-se temporariamente numa guerra nacional contra o imperialismo. Então, a contradição entre o imperialismo e o país em questão passa a ser a contradição principal, enquanto todas as contradições entre as diferentes classes dentro do país (inclusive a contradição, antes principal, entre o sistema feudal e as grandes massas populares) ficam relegadas temporariamente a uma posição secundária e subordinada.¹⁷³

Dessa forma, o maoísmo forneceu as bases teóricas para que nos países dominados pelo imperialismo as lutas anticapitalistas fossem assimiladas como parte das lutas anti-imperialistas mais amplas e tornou-se a vertente mais influente do marxismo no Terceiro Mundo a partir do triunfo da Revolução Chinesa.

A mensagem maoísta falava mais diretamente do que qualquer outra aos comunistas do mundo não ocidental, recuperando a antiga sugestão da metrópole capitalista assediada pelo campo revolucionário. O modelo político do maoísmo, forjado nos

¹⁷² SADER, 1982, p. 26-27.

¹⁷³ TSE-TUNG, Mao. Sobre a contradição. In: SADER, Eder (org.). **Mao Tse-tung**. Coleção Grandes Cientistas Sociais. Volume 30. São Paulo: Ática, 1982, p. 111-112.

anos 1930 e 1940, era de todo modo a fonte originária de inspiração dos movimentos revolucionários não europeus: uma variante do modelo bolchevique igualmente disciplinada, mas menos elitista, adaptada às condições da guerrilha permanente em sociedade pré-moderna.¹⁷⁴

O próprio maoísmo, aliás, era um sintoma do fenômeno mais amplo de incorporação de ideias de inspiração socialista pelos mais variados movimentos de libertação nacional a partir da década de 1920. Durante a grande onda de descolonização dos anos 1940 e 1950, inúmeros regimes que chegaram ao poder nos países recém-independentes se declaravam de alguma forma inspirados pelo socialismo, mesmo não tomando medidas para abolir as relações de produção capitalistas dentro de suas fronteiras. Este era o caso de governos como os de Nehru na Índia, de Nasser no Egito, de Nkrumah em Gana, de Sukarno na Indonésia e de tantos outros que se espalharam pela Ásia e pela África nessa época.

Diante das afinidades ideológicas, em 1955 os líderes de 29 países nascidos das lutas de libertação nacional na Ásia e na África – além de Chipre, que na época era uma colônia inglesa – se reuniram na Conferência de Bandung, na Indonésia, para fundar o Movimento dos Países Não Alinhados. Com o início da Guerra Fria, esses representantes do chamado mundo pós-colonial queriam marcar uma posição de independência em relação às duas superpotências – Estados Unidos e União Soviética – afirmando suas soberanias nacionais e o direito de seguirem rumos próprios para buscar o desenvolvimento econômico e social de seus cidadãos.

Na prática, a posição dos países da Conferência de Bandung não era exatamente de neutralidade. Eles estavam muito mais próximos da União Soviética do que dos Estados Unidos, que ao fim da Segunda Guerra Mundial e com o desmoronamento dos impérios coloniais europeus haviam se tornado o grande representante do imperialismo capitalista em todo o mundo. Mas ao formarem um bloco próprio os países não alinhados afirmavam, ao mesmo tempo, sua autonomia em relação à União Soviética, que interferia pesadamente na política interna dos países comunistas do Leste Europeu.

Na verdade, a Conferência de Bandung representou a formalização do campo de luta anti-imperialista, que apesar de conter certos elementos anticapitalistas era mais amplo do que o movimento comunista internacional. Tanto é que entre os participantes da conferência estavam tanto países declaradamente comunistas, como China e Vietnã do Norte, quanto países simpáticos ao socialismo, mas não comunistas, como Índia, Indonésia, os países árabes (Egito, Líbia, Síria, Líbano, Iraque, Jordânia) e Gana, entre outros. O que unia os governos de

¹⁷⁴ PONS, Silvio. **A revolução global**: história do comunismo internacional (1917-1991). Rio de Janeiro: Contraponto; Brasília: Fundação Astrojildo Pereira, 2014, p. 428.

todos esses países era um profundo nacionalismo. E esse sentimento ia além da Ásia e da África.

Na época, o nacionalismo econômico também era adotado por diversos governos na América Latina. Apesar de os países da região terem rompido com a dominação europeia já no século XIX, as nações independentes que tomaram o lugar das antigas colônias mantiveram, em boa medida, a dependência econômica em relação aos países centrais do capitalismo. Tanto que em sua análise do imperialismo Lenin classifica as nações latino-americanas como semicolônias, que estão tão sujeitas aos mecanismos da dominação imperialista quanto as colônias formais, com a única diferença de que mantêm uma autonomia política formal.¹⁷⁵ Portanto, o sentimento nacionalista que inspirou as lutas de descolonização na Ásia e na África também provocou importantes mudanças na América Latina.

A diferença é que na América Latina o inimigo era outro. Ao contrário de asiáticos e africanos, que lutavam contra metrópoles europeias, a partir do início do século XX os latino-americanos tiveram de lutar contra o imperialismo dos Estados Unidos, país que na segunda metade do século XIX se consolidou como potência capitalista industrial e que a partir da virada do século XIX para o XX passou a atuar como nação imperialista a partir da intervenção militar em Cuba e Porto Rico depois que esses territórios se tornaram independentes da Espanha, em 1898.

Por algum tempo, os Estados Unidos adotaram uma política colonialista na América Central e no Pacífico, ocupando militarmente países como Nicarágua e República Dominicana e colonizando as Filipinas, mas esta fase do imperialismo norte-americano foi passageira. Na verdade, como veremos adiante, os Estados Unidos investiram muito mais em um novo tipo de imperialismo, que se baseava na ingerência econômica em outros países sem a necessidade de conquista territorial e subordinação política.

Foi no contexto do breve período de imperialismo neocolonialista norte-americano que estourou o primeiro grande movimento anti-imperialista na América Latina, a Revolução Mexicana de 1910, que derrubou o governo do ditador Porfírio Díaz, subserviente aos interesses norte-americanos. A onda nacionalista ganhou mais força na região a partir da década de 1930, quando a crise de 1929 provocou uma enorme queda no comércio mundial, levando à falência dos setores das classes dominantes desses países que viviam da venda de produtos primários para os países centrais. A partir de então, governos nacionalistas como os

¹⁷⁵ LENIN, 2012, p. 119.

de Vargas no Brasil, Perón na Argentina e Cárdenas no México assumiram o poder com um discurso de modernização econômica por meio da industrialização autóctone.

Dessa forma, os governos nacionalistas dos vários países da periferia do sistema capitalista convergiram na adoção daquilo que Motta e Nilsen chamam de “estratégia de acumulação desenvolvimentista”:

O desenvolvimentismo tinha como seu objetivo primordial a promoção da modernização agrícola e o crescimento da indústria nacional (McMichael e Reynolds, 1994; Kiely, 2007). No centro dessa estratégia de acumulação estava o Estado desenvolvimentista como um “integrante do truste” (Cowen e Shenton, 1996) da nação, responsável por formular e implementar estratégias de desenvolvimento e mobilizar fundos para iniciativas de modernização (Evans, 1995; Chibber, 2003, 2005; Kohli, 2005). As relações estado-mercado dessa estratégia de acumulação têm como premissa o Estado como promovedor do desenvolvimento de uma burguesia industrial. A acumulação foi, portanto, incorporada ao território nacional; materialmente e politicamente. O setor econômico nacional foi colocado nas mãos do Estado ou recebeu subsídios substanciais, e foi protegido por tarifas em importações e regulações, restringindo estrangeiros de investirem diretamente – ou fazer aquisições – na indústria nacional.¹⁷⁶

Assim como o fordismo-keynesianismo na Europa Ocidental e nos Estados Unidos, o desenvolvimentismo do Terceiro Mundo também se apoiava em uma aliança de classes, que nesse caso unia as classes populares às elites pós-coloniais que haviam chegado ao poder graças às lutas de libertação e a elites nacionais que começaram a florescer sob as asas dos governos desenvolvimentistas:

A burguesia que floresceu nesse período compartilhava a ideologia do desenvolvimentismo e sua conceituação do Estado como o co-coordenador chave e garante do desenvolvimento econômico e do espaço nacional como o local chave de acumulação (Cardoso e Faletto, 1979; Evans, 1979, 1995; Robinson, 1996, 2001; Kohli, 2005). Essa relação concedia uma autonomia relativa ao Estado em relação à burguesia nacional na tomada de decisões sobre a política econômica, promovendo as condições para uma aliança desenvolvimentista que incluía setores subalternos organizados. (...) O estado desenvolvimentista também foi, portanto, o pivô dos projetos hegemônicos que caracterizaram esse período e que tendiam a basear-se na reconfiguração das relações Estado-sociedade em torno de um compromisso entre as classes populares e grupos da elite que vieram a ocupar uma posição dominante nos Estados do Terceiro Mundo. Foi um compromisso no qual o Estado desenvolvimentista forneceu serviços e benefícios – por exemplo, subsídios nos preços, emprego, habitação e serviços públicos – à classe trabalhadora e aos pobres das regiões urbanas em troca de aquiescência política (Walton e Seddon, 1994). Esse compromisso formou uma ‘aliança desenvolvimentista’, que consistia em ‘agricultura comercial, burocracia estatal, capital industrial nacional, comerciantes urbanos, e classes médias e trabalhadoras urbanas’ (ibid.: 46).¹⁷⁷

Da mesma forma que a Revolução Russa havia provocado uma reconfiguração das relações de classe nos países capitalistas centrais para conter o avanço do movimento

¹⁷⁶ MOTTA, Sara C.; NILSEN, Alf Gunvald. Social Movements and/in the Postcolonial: Dispossession, Development and Resistance in the Global South. In: MOTTA, Sara C.; NILSEN, Alf Gunvald (Eds.). **Social movements in the Global South: dispossession, development and resistance**. Houndmills, Basingstoke, Hampshire; Nova York: Palgrave Macmillan, 2011, p. 5-6. Tradução de Dafne Melo.

¹⁷⁷ Ibid., p. 6. Tradução de Dafne Melo.

operário, nos países do Terceiro Mundo as lutas anti-imperialistas também produziram um novo equilíbrio das forças sociais. Assim, no início da década de 1960 a luta de classes parecia ter chegado a uma situação de “empate” em escala global. Em várias partes do planeta, elites e classes populares haviam estabelecido compromissos que se expressavam no compromisso keynesiano nos países centrais e no acordo desenvolvimentista na periferia. Era uma espécie de “pacto de não agressão” global em nome do desenvolvimento econômico nacional. O armistício, no entanto, não duraria muito.

2.4 As revoltas dos anos 1960

Terminada a Segunda Guerra Mundial e concluída a primeira onda descolonização do pós-guerra, na década de 1950 o mundo capitalista parecia ter se estabilizado em torno das grandes alianças de classes representadas pelo compromisso keynesiano no Norte e o pacto desenvolvimentista no Sul, mas por baixo do aparente consenso se escondiam tensões e contradições importantes, que explodiriam em um ciclo de revoltas globais na segunda metade dos anos 1960.

Tanto o fordismo-keynesianismo quanto o desenvolvimentismo haviam integrado parte das classes populares às estruturas de poder capitalistas, mas nos dois casos grupos sociais significativos ficaram de fora da aliança. No caso do fordismo-keynesianismo, o pacto de poder incluía o núcleo da classe operária, formado em sua grande maioria por homens brancos, mas excluía mulheres e determinados grupos étnicos – como os negros nos Estados Unidos e os imigrantes na Europa Ocidental – que ficavam com os empregos com remuneração mais baixa e menor garantia de estabilidade. Esse quadro começou a minar a credibilidade dos sindicatos, que, ao abandonarem a luta pela transformação radical da sociedade em nome da aliança de classes, “corriam o risco de ser reduzidos, diante da opinião pública, a grupos de interesse fragmentados que buscavam servir a si mesmos, e não a objetivos gerais”.¹⁷⁸ Além disso, o pacto fordista-keynesiano dependia de um gerenciamento estatal burocrático que não combinava com o espírito questionador de um exército de estudantes que chegaram à universidade na década de 1960 graças à expansão do ensino superior nos Estados capitalistas centrais.¹⁷⁹

Os regimes desenvolvimentistas do Sul global viviam uma situação semelhante. Os trabalhadores urbanos do setor formal estavam muito mais incorporados ao pacto de poder do

¹⁷⁸ HARVEY, 2012a, p. 133.

¹⁷⁹ Ibid., idem.

que os trabalhadores urbanos informais e os camponeses. As mulheres ainda estavam, em boa medida, excluídas do mercado formal de trabalho e as divisões das classes populares em termos étnicos, raciais e até de castas eram muito pronunciadas em alguns lugares, como nos países andinos da América do Sul, na África do Sul e na Índia. Todos esses fatores faziam com que as classes trabalhadoras nos países da periferia fossem extremamente heterogêneas, o que abria caminho para insatisfações com o desenvolvimentismo e para o surgimento de particularismos militantes.¹⁸⁰ Além disso, os países mais desenvolvidos da periferia também expandiram seus sistemas de ensino superior, criando as condições para o surgimento de grupos de jovens estudantes com espírito questionador equivalente ao de seus pares no Norte.

Foi por entre essas fissuras nas alianças de classes no Norte e no Sul global que começaram a se desenvolver movimentos de questionamento da ordem nos anos 1960, como o movimento pelos direitos civis dos negros nos Estados Unidos e movimentos feministas, estudantis e contraculturais em várias partes do mundo. Como muitos desses movimentos baseados em identidades sociais particulares se viam como parte de um movimento mais amplo de transformação global da sociedade, os anos 1960 foram um período de revitalização dos projetos revolucionários, mas sobre bases distintas daquelas que orientaram as lutas de emancipação no centro e na periferia do capitalismo durante a primeira metade do século XX. Por isso, a década de 1960 foi o momento de gestação de novos tipos de lutas anticapitalistas, que apareceram pela primeira vez como uma miríade de revoltas locais, porém simultâneas, na onda de protestos que varreu o mundo no ano de 1968.

No Norte global, o laboratório privilegiado dessa renovação das lutas anticapitalistas foi a Itália, país que viveu um intenso processo de aceleração da produção industrial nas duas décadas após o fim da Segunda Guerra Mundial, durante um período que ficou conhecido como “milagre italiano”. Em nenhum outro país capitalista a reestruturação fordista foi tão intensa, o que gerou um profundo processo de transformação da classe operária. Por isso, na Itália, as revoltas de 1968, inicialmente deflagradas pelos estudantes, se estenderam pelos cinco anos seguintes graças ao papel central desempenhado pelo movimento operário local.

A longa onda de movimentos sociais italianos começou com protestos estudantis esporádicos que atingiram um ponto alto em 1968. Diferentemente da maioria dos países, no entanto, conforme protestos em universidades retrocediam, os estudantes italianos encontraram apoio entre os trabalhadores fabris. Durante o Outono Quente de 1969, conflitos laborais intensos paralisaram a indústria e, por quatro anos, os trabalhadores e gerentes lutaram pelo controle da produção e dos lucros.¹⁸¹

¹⁸⁰ MOTTA e NILSEN, 2011, p. 6-7.

¹⁸¹ KATSIAFICAS, George. **The subversion of politics**: European autonomous movements and the decolonization of everyday life. Atlantic Highlands: Humanities Press International, 1997, p. 38. Tradução de Dafne Melo.

Ao longo do segundo semestre de 1969, mais de cinco milhões de trabalhadores italianos (o que correspondia a mais de um quarto da força de trabalho do país) entraram em greve.¹⁸² A Europa Ocidental não via mobilizações operárias desse tamanho havia décadas. Mas o mais importante da nova onda de lutas operárias na Itália não era seu aspecto quantitativo, mas o qualitativo. Essas mobilizações representaram uma ruptura em relação ao paradigma clássico das lutas anticapitalistas na medida em que não se organizavam mais em torno de partidos e sindicatos, mas sim a partir de organizações autônomas criadas no âmbito de cada fábrica ou local de trabalho. Essas novas formas de organização eram fruto de importantes transformações políticas e sociais ocorridas no seio do movimento operário italiano a partir de meados da década de 1950.

No campo da política, a legitimidade das organizações tradicionais do movimento operário, como o Partido Comunista Italiano (PCI) e a Confederação Geral Italiana do Trabalho (CGIL, na sigla em italiano), começou a ser abalada pelas denúncias dos crimes de Stalin no XX Congresso do Partido Comunista da União Soviética, em 1956, e pela adoção de uma política de conciliação de classes no âmbito do pacto fordista-keynesiano.

Na esteira do 20º Congresso do Partido Comunista da União Soviética, em 1956, a crítica ao stalinismo que se desenvolveu dentro do movimento operário italiano acima de tudo, pôs em questão a concepção tradicional de sindicato. Isso tornou-se uma área chave de preocupação. Em 1953, houve uma derrota retumbante do sindicato comunista na FIAT; nos anos que se seguiram, houve derrotas igualmente retumbantes em série para os sindicatos dos trabalhadores rurais e sindicatos do setor público (trabalhadores ferroviários, dos correios etc.). O desvanecimento (ou franco desaparecimento) de qualquer perspectiva imediata de uma tomada do poder e uma série de confusões a nível ideológico significava que os sindicatos estavam sendo debilitados como correia de transmissão do sistema; tanto a sua forma de organização como sua base ideológica foram lançados em uma crise.¹⁸³

Já no campo das relações sociais, as novas formas de organização do movimento operário italiano foram resultado de uma profunda transformação na composição da classe operária daquele país promovida pela reestruturação fordista e por outras transformações pelas quais a sociedade italiana passou durante as duas décadas após o fim da Segunda Guerra Mundial. A introdução das técnicas de produção fordistas rompeu os vínculos entre operários qualificados e desqualificados que estava na base do modelo leninista de organização centrado na interação entre vanguardas e massas. O fordismo gerou uma nova composição de classe marcada pela desqualificação e homogeneização dos processos de trabalho. Ao mesmo tempo, os anos após o fim da Segunda Guerra Mundial foram marcados por uma imigração em massa de trabalhadores do sul rural para o norte industrializado do país, o que levou a uma

¹⁸² Ibid., p. 38-39.

¹⁸³ NEGRI, 1988, p. 201. Tradução de Dafne Melo.

massificação do operariado, com a incorporação dos imigrantes semiqualeificados à mão de obra industrial.

Esses novos elementos da classe operária não estavam vinculados à tradição dos partidos e sindicatos, e por isso começaram a desenvolver formas de luta novas e radicais em contraste com a moderação do PCI e da CGIL.

Então começou a aparecer, de forma massiva, um comportamento que foi espontâneo, multiforme, violento, móvel e desordenado, mas que, no entanto, foi capaz de compensar a falta de liderança sindical de maneiras que eram igualmente originais e poderosas – e enquanto as lideranças sindicais estavam presas a uma repetição das velhas formas, a classe trabalhadora reagiu de maneiras que eram autônomas. O sindicato chamava uma greve e todos os trabalhadores compareciam ao trabalho – mas, em seguida, depois de uma semana, um mês, talvez um ano, essa mesma classe trabalhadora explodia em manifestações espontâneas. Os trabalhadores rurais do Sul também iniciaram lutas espontâneas. No entanto, eles haviam sido derrotados no movimento para tomar terras agrícolas; eles tinham sido vendidos pela reforma agrária do governo que os condenou à pobreza e a ter que trabalhar em pequenas propriedades. Como resultado, as vanguardas rurais escolheram o caminho da emigração em larga escala. Esse foi um fenômeno de massa – suas causas e efeitos eram complexos, certamente, mas a sua qualidade era política. Então, as coisas começaram a se mover: Milão em 1959, Gênova em 1960, Turim em 1962, e Porto Marghera em 1963 – uma série de lutas que se colocou no primeiro plano da cena política. Essa sucessão de lutas trabalhistas envolveu todos os principais setores da indústria e todas as grandes concentrações urbanas. Todos esses eventos eram mais ou menos espontâneos, em massa, e revelavam um grau de circulação geral dos modos de luta que não tinham sido previamente experimentados.¹⁸⁴

Foi a partir dessas experiências concretas de luta que os intelectuais operaístas, como Negri e Tronti, começaram a teorizar as novas características da classe operária surgida da reestruturação fordista. Como a reestruturação se baseava na massificação do operariado e na desqualificação dos processos de trabalho, esses pensadores elaboraram a teoria do operário-massa para descrever a nova subjetividade operária que emergia das transformações no processo produtivo. Pelo seu caráter massificado, a nova composição de classe não privilegiava mais as antigas formas de organização baseadas na articulação entre vanguardas e massas. Ela criava as condições para uma auto-organização espontânea das lutas pelos próprios membros da massa de trabalhadores. Mas essa espontaneidade era, ao mesmo tempo, extremamente bem estruturada.

Embora seja verdade que as lutas foram, em grande parte, independentes do controle e do comando dos sindicatos (e os sindicatos, às vezes, nem mesmo tinham conhecimentos delas), ao mesmo tempo, elas pareceram – e foram – fortemente estruturadas. Elas revelaram a existência de novas lideranças operárias que eram – como costumávamos dizer – "invisíveis". Em parte, porque muitas pessoas simplesmente não queriam vê-las. Mas também (e principalmente) por causa de seu caráter de massa; por causa dos novos mecanismos de cooperação que foram entrando em jogo no entendimento político da "formação dos trabalhadores"; por causa da extraordinária capacidade dessas novas formas de luta de circularem; e por

¹⁸⁴ NEGRI, 1988, p. 201-202. Tradução de Dafne Melo.

causa do grau de compreensão (compreensão do processo produtivo) que revelou. E enquanto essas novas formas de luta foram, em um primeiro momento, vistas pela maioria das pessoas como "irracionais", no curso de seu desenvolvimento, gradualmente, começaram a revelar um projeto coerente e uma inteligência tática que finalmente começou a problematizar o próprio conceito da racionalidade da classe trabalhadora [...]. O paradoxo da situação foi o fato de que essa espontaneidade de massa, altamente estruturada dentro de si mesma, negou, no princípio, a própria definição de espontaneidade. Tradicionalmente, a espontaneidade – ou espontaneísmo – foi usada para indicar um baixo nível de consciência da classe trabalhadora, uma redução da classe a uma mera força de trabalho. Aqui, porém, foi diferente. Essa espontaneidade representou um nível muito elevado de maturidade de classe. Foi uma negação espontânea da natureza da classe operária como força de trabalho.¹⁸⁵

As novas formas de organização foram acompanhadas de novas táticas e novas reivindicações, que em muitos casos diferiam radicalmente das tradicionais bandeiras socialistas. Esses novos operários não buscavam implantar uma organização aprimorada do processo de trabalho, eles queriam se libertar do próprio trabalho. Eles não lutavam por um mundo governado pelos operários. Eles lutavam pela abolição do trabalho assalariado.

Com efeito, foi possível identificar elementos na forma em que foram feitas essas lutas que eram diretamente contraditórias com toda a estrutura da ideologia sindical/socialista. As reivindicações salariais, e os extremos a que chegaram, colocaram em contradição a forma como, na prática sindical tradicional, o salário era usado como um instrumento político, como meio de mediação. A natureza sectária (egotismo) das lutas se deu de maneira fortemente contrária à ideologia socialista da homogeneidade dos interesses da classe trabalhadora, que havia prevalecido até então. O imediatismo e a natureza autônoma das lutas, que iam desde greves selvagens a sabotagens massivas, e seu poderoso efeito negativo sobre as estruturas do ciclo de produção, iam de encontro à visão tradicional de que o capital fixo é sacrossanto, e também contra a ideologia da libertação do (através do) trabalho – na qual o trabalho era fonte de libertação, e o stakhanovismo ou altos níveis de habilidade profissional a forma de libertação. Finalmente, a intensificação (seja em grupo ou individual) de formas elevadas de mobilidade, de absenteísmo, de socialização da luta, se opôs a qualquer concepção dos interesses da classe trabalhadora centrados na fábrica, como a tradição conselhistas dos trabalhadores. Tudo isso revelou, gradualmente, em formas cada vez mais socializadas, uma atitude de luta contra o trabalho, um desejo de libertação do trabalho – seja o trabalho em uma fábrica grande, com todas suas características alienantes, ou o trabalho em geral, concedido ao capitalista em troca de um salário.¹⁸⁶

Assim, as lutas do operário-massa começaram a romper as barreiras entre as esferas da produção e da reprodução, que em muitos momentos limitaram o alcance das organizações tradicionais do movimento operário. As lutas nascidas no chão de fábrica se abriam para englobar o combate às estruturas de poder e de opressão nos mais variados âmbitos da vida social, pois, como afirma Tronti, para fazer frente à ofensiva da primeira onda de lutas operárias, a reestruturação fordista havia feito as relações sociais de produção capitalistas

¹⁸⁵ NEGRI, 1988, p. 201-202. Tradução de Dafne Melo.

¹⁸⁶ Ibid., idem. Tradução de Dafne Melo.

penetrarem em todos os âmbitos da vida social.¹⁸⁷ Dessa forma, a luta contra o capital não podia mais se restringir à fábrica.

Assim como as relações sociais impostas pelo modo de produção capitalista haviam se disseminado por todos os âmbitos da vida social, as lutas anticapitalistas também precisavam se dar em todas as esferas da vida, integrando a luta de operários e operárias contra o despotismo dos patrões nas fábricas, o combate das mulheres contra a opressão patriarcal em casa, os protestos de estudantes contra o elitismo e o autoritarismo nas universidades, as ocupações de moradias e a criação de espaços culturais autônomos nas cidades... enfim, as mais diversas formas de combate às relações sociais impostas pelo capital e de criação de novos espaços e práticas cotidianas autônomas, liberadas das amarras do trabalho assalariado.

Foi assim que esse novo movimento operário italiano começou a criar pontes com as demais formas de luta que começavam a emergir em todo o mundo nos anos 1960, como os movimentos feminista, estudantil e contracultural.

Em 1968, trabalhadores da telecomunicação, em Milão, pediram “uma maneira humana e antiautoritária de trabalho que permitisse a valorização das capacidades profissionais”. Um grupo de estudo de mulheres na mesma unidade da Siemens registrou: “Ao final das oito horas na fábrica, as mulheres trabalham em casa (lavando, passando, costurando para o marido e filhos). Elas são, portanto, superexploradas no papel de dona de casa e mãe, sem que isso seja reconhecido como trabalho real”. [...] [Em 1969] os trabalhadores das fábricas, aos milhares, assumiram suas fábricas, não com a finalidade de geri-las, mas para transformá-las em bases para organizar, em conjunto com os seus novos aliados, – ex-alunos experientes nas lutas do ano anterior e trabalhadores de escritórios.¹⁸⁸

E mesmo dentro das próprias fábricas, as lutas não eram mais apenas pelas reivindicações tradicionais, como aumento de salário. O objetivo agora era criar um poder autônomo dos trabalhadores, capaz de mudar as regras que regiam as relações sociais de produção.

O ritmo frenético de trabalho, uma grande fonte de agonia que os sindicatos eram incapazes de mudar, foi diminuída por campanhas coordenadas de trabalhadores, reduzindo a velocidade em que trabalhavam. A duração da semana de trabalho foi igualmente reduzida (através do absenteísmo), ou simplesmente saindo do trabalho mais cedo, os trabalhadores eram protegidos de chefes agressivos por grupos de “lenços vermelhos”, nomeados devido ao adorno que usavam para cobrir o rosto quando foram chamados para intimidar capatazes e gerentes. [...] Tais ações minaram a hierarquia tradicional nas fábricas através da qual a gestão comandava e transformaram as tentativas do sindicato de controlar a força de trabalho em uma iniciativa espúria. Particularmente, quando os trabalhadores convocavam assembleias gerais durante as horas de trabalho e usavam esses momentos para se organizarem, às vezes fazendo uso livre de telefones dos patrões para se comunicarem dentro da fábrica, era evidente que a classe trabalhadora italiana havia se reconstituído como uma força autônoma que controlava as fábricas.¹⁸⁹

¹⁸⁷ TRONTI, 2001, p. 51.

¹⁸⁸ KATSIAFICAS, 1997, p. 39. Tradução de Dafne Melo.

¹⁸⁹ Ibid., p. 40. Tradução de Dafne Melo.

Enquanto as lutas anticapitalistas se transformavam nos países centrais do capitalismo, as lutas anti-imperialistas na periferia também entraram em uma nova etapa na década de 1960, quando uma segunda onda de lutas de libertação nacional radicalizou os vínculos entre anti-imperialismo e anti-capitalismo na África, na Ásia e agora também na América Latina. Os dois grandes símbolos dessa nova etapa foram a Revolução Cubana de 1959 e a Guerra do Vietnã, entre 1965 e 1975.

A Revolução Cubana foi o marco inicial dessa segunda fase de lutas de libertação nacional e a grande responsável por incluir a América Latina no movimento mundial de revoluções anti-imperialistas que começara na Ásia ao fim da Segunda Guerra Mundial. Pelo caráter peculiar de seu processo de descolonização, Cuba era um dos países latino-americanos cuja posição mais se assemelhava às das antigas colônias e protetorados europeus na África e na Ásia. Ao contrário dos demais países da América Latina, que haviam conquistado suas independências na primeira metade do século XIX, Cuba continuou a ser uma colônia espanhola até 1898, quando o movimento nacionalista liderado por José Martí finalmente conquistou a emancipação política do país.

No entanto, ao contrário dos demais países latino-americanos, que se tornaram independentes durante a crise do colonialismo mercantilista, Cuba se emancipou no auge da era do imperialismo capitalista, quando os Estados Unidos buscavam se apossar dos antigos domínios europeus, impondo-se como nova potência imperialista nas Américas e no Pacífico. Foi assim que a independência cubana se deu em meio à Guerra Hispano-Americana, e a saída dos colonizadores espanhóis foi imediatamente acompanhada pela chegada dos fuzileiros navais norte-americanos, que impuseram uma administração direta na ilha caribenha até 1902. Neste ano os norte-americanos entregaram o poder a um presidente cubano, mas ao preço de acordos que davam aos Estados Unidos o direito de interferir em vários aspectos da política local.

Dessa forma, Cuba permaneceria até a década de 1950 como uma espécie de protetorado informal norte-americano administrado por uma sucessão de governos locais subservientes. O mais famoso deles foi a ditadura militar instaurada por Fulgencio Batista em 1952. Nessa época, no entanto, o país já contava com diversos movimentos nacionalistas e em 26 de julho de 1953 um grupo encabeçado pelo líder estudantil Fidel Castro Ruz realizou um ataque contra o quartel Moncada em uma tentativa de derrubar Batista. A ação fracassou e os integrantes do movimento foram presos. Em 1955 foram anistiados e se exilaram primeiro nos Estados Unidos e depois no México.

O grupo de Castro, autodenominado Movimento 26 de Julho, era um agrupamento não partidário de orientação nacionalista e anti-imperialista, inspirado nos ideais de José Martí, mas, durante o exílio no México, Fidel conheceu um médico argentino que havia aderido ao marxismo graças à leitura de pensadores comunistas anti-imperialistas como o chinês Mao Tse-tung e o peruano José Carlos Mariátegui. Seu nome era Ernesto “Che” Guevara.¹⁹⁰

A partir do México, Fidel, Che e seus companheiros planejaram voltar a Cuba e instalar um foco guerrilheiro na Sierra Maestra inspirado no modelo maoísta. O grupo desembarcou em Cuba no dia 2 de dezembro de 1956 e ao final de apenas dois anos de combate derrubou o governo de Batista, proclamando o triunfo da Revolução Cubana com uma entrada triunfal em Havana no dia 1º de janeiro de 1959. Apesar de o marxismo já estar presente nas fileiras da guerrilha cubana desde o princípio graças às convicções de Che, o movimento não se declarou inicialmente comunista. Foi só em 1960 que o governo revolucionário cubano finalmente aderiu ao bloco socialista.

A Revolução Cubana inaugurou um novo capítulo das lutas anticapitalistas e anti-imperialistas, pois pela primeira vez um movimento revolucionário chegava ao poder sem se subordinar ao comando de um partido tradicional.

A revolução cubana foi uma das inspirações essenciais para a ressurgência das organizações guerrilheiras na década de 1960. Considerava-se que a novidade do modelo cubano estava na afirmação da primazia da experiência militar guerrilheira e na recusa de submeter as forças guerrilheiras ao controle de um partido político. A ortodoxia convencional pregava que os comandantes militares se subordinassem ao controle do partido: o general Giap a Ho Chi Minh, Ju De a Mao Tsé-tung durante a Longa Marcha, Trotski a Lenin durante a revolução bolchevique. Em contrapartida, Fidel Castro e as forças guerrilheiras cubanas não se subordinavam a qualquer líder político, e só constituíram um partido depois da vitória militar. [...] O modelo cubano foi considerado libertador por muitos, especialmente na América Latina, porque representava uma maneira de escapar à autoridade e ao controle dos tradicionais partidos comunistas e socialistas. A primazia da guerra de guerrilha foi vista como um convite para que muitos dessem início a uma atividade revolucionária militar própria. Qualquer um podia (e devia) ir para as montanhas como o Che e criar um foco, uma pequena unidade autônoma de guerrilha. Era o método faça-você-mesmo de revolução. O modelo cubano também era considerado libertador no que diz respeito à própria forma de organização da guerrilha. Pequenos focos guerrilheiros em quantidade indefinida podiam atuar de maneira relativamente independente uns dos outros, criando uma estrutura policêntrica e uma relação horizontal entre as unidades, em contraste com a estrutura de comando vertical e centralizada do exército tradicional. Sob esses dois aspectos, o modelo de guerrilha cubana parecia oferecer uma possibilidade menos autoritária e mais democrática para a organização revolucionária.¹⁹¹

O triunfo da Revolução Cubana deu novo impulso às lutas anti-imperialistas em todo o mundo e ao longo da década de 1960 guerrilhas socialistas se espalharam pela África, Ásia e América Latina. Na África Subsaariana o movimento de descolonização havia começado de

¹⁹⁰ ANDERSON, Jon Lee. **Che Guevara**: uma biografia. 2. ed. Rio de Janeiro: Objetiva, 2012, p. 155.

¹⁹¹ HARDT e NEGRI, 2005, p. 110-111.

maneira pacífica, com a retirada dos colonizadores britânicos e franceses de suas antigas colônias na África Ocidental, começando com as independências de Gana, em 1957, e da Guiné, em 1958, e continuando com a emancipação política em massa das antigas colônias francesas na região em 1960. No entanto, países imperialistas menores, como Bélgica e Portugal, se agarraram a suas colônias africanas, levando à formação de guerrilhas marxistas nessas regiões. A primeira foi o movimento organizado por Patrice Lumumba no Congo belga em 1960, que contou até com a participação de Che Guevara. A partir de 1961, começaram a surgir movimentos análogos em Angola, Moçambique, Guiné-Bissau, Cabo Verde e São Tomé e Príncipe. A guerrilha no Congo belga foi esmagada em 1965 pelo golpe militar do general Mobutu Sese Seko, apoiado pelos Estados Unidos, mas em 1974 as guerrilhas marxistas nas colônias portuguesas conquistaram as independências de seus países na esteira da Revolução dos Cravos em Portugal.

O impacto da Revolução Cubana, no entanto, foi muito maior na América Latina, região que até o fim da década de 1950 não havia sido atingida pela onda revolucionária que começara a varrer a periferia capitalista a partir do fim da Segunda Guerra Mundial. O movimento liderado por Che e Fidel mudou radicalmente esse panorama, levando a revolução para o quintal da nova potência imperialista, os Estados Unidos.

Assim como na Europa Ocidental e nos Estados Unidos do pós-Segunda Guerra Mundial, a década de 1950 havia sido um período de prosperidade econômica e relativa estabilidade social nos países mais desenvolvidos da região, como Brasil e México, onde vigorava o pacto desenvolvimentista implementado pelos governos nacionalistas a partir da década de 1930. No entanto, o equilíbrio político, econômico e social alcançado pelo desenvolvimentismo era frágil, e começou a se romper na década de 1960 devido à pressão simultânea de grupos sociais excluídos e de elites econômicas descontentes. Por um lado, a ampliação de direitos sociais, políticos e econômicos a setores das classes populares gerou expectativas e demandas crescentes entre os setores excluídos; por outro, esse mesmo processo de ampliação de direitos começou a colocar obstáculos às estratégias de acumulação das elites econômicas. Essas tensões resultaram em uma crise do pacto desenvolvimentista que abriria caminho para o acirramento da luta de classes na região a partir de meados da década de 1960.

O desenvolvimentismo foi um sucesso relativo em termos de manter certo grau de estabilidade social e política nos estados do Terceiro Mundo por mais de duas décadas após a Segunda Guerra Mundial [...]. No entanto, do final dos anos 1960 em diante, esse modelo foi atacado pelas classes subalternas e, em alguns casos, por forças da elite [...] conforme as contradições entre as demandas de acumulação e as demandas por participação política e por redistribuição vieram à tona [...]. A aliança

desenvolvimentista entre classes começou a se desfazer conforme a intensificação da industrialização exigiu quantidades substancialmente maiores de capital estrangeiro num momento em que os déficits comerciais e financeiros estavam aumentando, exigindo, assim, uma redução das garantias para o trabalho organizado, processo que foi particularmente agudo em partes da América Latina. No entanto, isso ocorreu em uma conjuntura em que as classes trabalhadoras, como resultado de sua institucionalização e articulação como uma força política da aliança desenvolvimentista, e um aumento da consciência das alternativas revolucionárias, como em Cuba, em 1959, estavam fazendo exigências de mais e não menos inclusão e redistribuição.¹⁹²

No Brasil, na Argentina e no Chile, movimentos populares começaram a radicalizar suas demandas. Com a memória da Revolução Cubana ainda fresca na memória, os Estados Unidos imediatamente interpretaram essas movimentações como um avanço do comunismo internacional na América do Sul e apoiaram ativamente golpes militares que derrubaram os governos democraticamente eleitos no Brasil, em 1964; na Argentina, em 1966; e no Chile, em 1973. No México, a crise do pacto desenvolvimentista se expressou na revolta estudantil de 1968, que pela primeira vez questionou a legitimidade do regime de partido único instituído pelo Partido da Revolução Institucional (PRI) após a Revolução Mexicana.

Os golpes militares na América do Sul levaram à formação de guerrilhas marxistas que começaram a combater os regimes autoritários por meio da luta armada no Brasil e na Argentina. Na mesma época, guerrilhas marxistas surgiram em outros países da região como Uruguai, Bolívia e Colômbia, onde nasceria, em 1964, a mais longeva de todas as guerrilhas latino-americanas: as Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia (FARC).

A crise do desenvolvimentismo não ficou restrita à América Latina. O fenômeno se repetiu nos dois maiores países do sul da Ásia: Indonésia e Índia. Os governos de Sukarno, na Indonésia, e de Nehru, na Índia, eram dois bastiões do desenvolvimentismo terceiro-mundista e contavam com amplo apoio popular por terem liderado as lutas de independência desses países, o que se refletia na participação dos partidos comunistas locais em suas coalizões de governo. No entanto, na década de 1960 os grupos mais radicais começaram a pressionar esses governos a aprofundar o processo de transformação social.

Aconteceu primeiro na Indonésia, quando o aumento da força dos comunistas dentro do governo serviu de pretexto para um sangrento golpe de Estado que em 1965 derrubou Sukarno e acabou com o Partido Comunista da Indonésia – até então um dos mais fortes da região. Dois anos depois foi a vez de o consenso em torno do governo Nehru ser rompido na Índia por um levante comunista na vila de Naxalbari, no estado de Bengala Ocidental. O movimento foi liderado por uma cisão maoísta do partido comunista local e deu início às

¹⁹² MOTTA e NILSEN, 2011, p. 7-8.

ações de luta armada dos vários grupos maoístas ativos até hoje no país, conhecidos como naxalitas por causa do nome da vila onde aconteceu o levante original.

Os exemplos da Índia e da Indonésia revelam claramente as tensões entre anticapitalismo e anti-imperialismo. Apesar de anti-imperialistas, os governos de Nehru e de Sukarno nunca foram anticapitalistas. O objetivo dessas administrações era transformar economias ainda com traços semifeudais em economias capitalistas minimamente desenvolvidas. A meta não era abolir as relações de produção capitalistas, mas sim desenvolvê-las. Por isso, por mais que as lutas anticapitalistas pudessem conviver por algum tempo com políticas anti-imperialistas de cunho desenvolvimentista, em algum momento elas entrariam em conflito com regimes que buscavam a superação do subdesenvolvimento por meio do desenvolvimento de algum tipo de capitalismo autóctone.

O enredo foi bem diferente nos países asiáticos que simbolizavam a alternativa comunista ao imperialismo: China e Vietnã. A Guerra do Vietnã foi a mais icônica das lutas anti-imperialistas do século XX por uma série de motivos.¹⁹³ Em primeiro lugar, fez convergir em um mesmo enfrentamento as lutas anticolonial, anti-imperialista e anticapitalista. Em segundo lugar, se estendeu por 30 anos, ao longo dos quais um país semifeudal enfrentou e derrotou três grandes potências imperialistas na sequência: Japão, França e Estados Unidos. Em terceiro lugar, foi o único lugar do mundo em que uma guerrilha comunista de fato entrou em combate com a mais poderosa máquina militar da história da humanidade: as forças armadas dos Estados Unidos.

A origem do conflito remete à luta pela libertação nacional do Vietnã, do Laos e do Camboja – as três regiões que formavam a colônia da Indochina – iniciada na década de 1930 pelo Partido Comunista da Indochina contra as forças coloniais francesas. Durante a Segunda Guerra Mundial, a Indochina foi invadida pelo Japão, e os comunistas, liderados por Ho Chi Minh, comandaram a resistência à ocupação nipônica no Vietnã. Com a derrota do Japão, em 1945, o líder comunista proclamou a fundação da República Democrática do Vietnã. Ao mesmo tempo, movimentos nacionalistas proclamaram as independências do Laos e do Camboja, mas sem adotar regimes comunistas.

Os franceses, no entanto, não estavam dispostos a abrir mão de suas antigas colônias e a partir de 1946 lançaram uma guerra de reconquista em toda a Indochina, restabelecendo seu domínio no sul do Vietnã e enfrentando a resistência de guerrilhas nacionalistas e comunistas no norte do Vietnã, no Laos e no Camboja. Em 1947, os franceses concederam autonomia

¹⁹³ A narrativa histórica da Guerra do Vietnã se baseia em VISENTINI, Paulo Fagundes. **A Revolução Vietnamita**. Coleção Revoluções do Século 20. São Paulo: Editora Unesp, 2007.

limitada ao Camboja e em 1949 reconheceram a independência do Laos, mas no Vietnã a luta seguiu, em boa medida por causa da entrada em cena de um novo ator: os Estados Unidos.

Assim como acontecera durante a guerra de independência de Cuba contra a Espanha no século XIX, o governo norte-americano também interferiu na guerra de independência da Indochina. Mas o contexto agora era outro. Os Estados Unidos não queriam herdar a colônia francesa, mas evitar que a revolução socialista vitoriosa na China em 1949 se expandisse pelo resto da Ásia. Dessa forma, os Estados Unidos começaram a fornecer apoio financeiro e militar aos franceses em sua luta contra os comunistas no Vietnã e instalaram um regime aliado no sul do país. Em 1954, os franceses são derrotados após a vitória dos comunistas na Batalha de Diem Bien Phu e é organizada uma conferência de paz em Genebra, que divide o Vietnã em dois, reconhecendo o governo comunista no Norte, com capital em Hanói, e o governo pró-Estados Unidos no Sul, com capital em Saigon.

Mesmo após a divisão, no entanto, os comunistas vietnamitas seguiram contando com amplo apoio da população no Sul, o que levou o governo de Saigon a lançar sucessivas perseguições contra os simpatizantes do regime do Norte. A repressão levou à organização da Frente Nacional de Libertação do Vietnã do Sul (FNL) em 1960, que adotou as táticas de guerrilha dos tempos da resistência aos japoneses e franceses para derrubar o governo de Saigon e reunificar o Vietnã sob o regime comunista.

Entre 1961 e 1964, os Estados Unidos forneceram constante apoio financeiro e militar ao governo de Saigon em sua luta contra a FNL, mas não se envolveram diretamente no conflito. Mas tudo mudou a partir de 1965, quando os norte-americanos perceberam que seus aliados locais não conseguiam mais enfrentar a guerrilha e decidiram enviar tropas, aviões e navios para o Sudeste Asiático. O conflito direto entre a guerrilha comunista e as forças armadas norte-americanas durou oito anos e terminou com a surpreendente vitória vietnamita sobre os Estados Unidos, que começou a ser pavimentada pela chamada Ofensiva do Tet, iniciada em 31 de janeiro de 1968, quando a FNL lançou uma ofensiva contra as bases norte-americanas em todas as cidades do Vietnã do Sul.

A Ofensiva do Tet se transformou em um evento global e deu início à onda de revoltas que varreu o mundo no ano de 1968. Desde o desembarque das tropas norte-americanas no Vietnã, em 1965, vinha crescendo, dentro dos próprios Estados Unidos, um potente movimento de oposição à guerra no Sudeste Asiático. As mobilizações eram encabeçadas pelos Estudantes por uma Sociedade Democrática (SDS, na sigla em inglês), organização de estudantes brancos surgida no norte do país em 1962, que ao longo da década de 1960

também se engajou profundamente na luta pelos direitos civis dos negros nos Estados Unidos iniciada por militantes do sul do país na década de 1950.

Com a ofensiva lançada pela FNL em janeiro de 1968, a campanha contra a Guerra do Vietnã se transformou em um movimento global e manifestações estudantis para denunciar a agressão imperialista norte-americana foram organizadas em diversos países centrais do capitalismo, com destaque para a Inglaterra e a Alemanha Ocidental. Simultaneamente, estudantes de países periféricos como Brasil e México também organizaram grandes mobilizações para denunciar o autoritarismo de seus próprios governos nacionais.

Em alguns países, essa onda de revoltas inicialmente organizadas por estudantes ganhou contornos que se aproximaram de situações revolucionárias, tanto no mundo capitalista quanto no socialista. Do lado capitalista, as manifestações estudantis se combinaram com poderosas lutas operárias na França e na Itália, assustando os governos dos dois países. Na Polônia e na Tchecoslováquia, esses movimentos se insurgiram contra o domínio soviético, denunciando o caráter autoritário dos regimes socialistas implantados de cima para baixo pela União Soviética nos países do Leste Europeu ao fim da Segunda Guerra Mundial.

Ao mesmo tempo, a China vivia uma experiência inusitada no campo socialista. Mao havia perdido poder dentro do Partido Comunista da China (PCC) após o fracasso do seu “Grande Salto para a Frente”, programa que pretendia fazer a economia chinesa transitar diretamente de condições pré-capitalistas para um modo de produção genuinamente comunista. Os excessos do programa haviam levado a nova direção do PCC a adotar políticas bem mais moderadas, e a partir de 1965, Mao começou a criticá-las, denunciando o que classificava como um movimento de restauração capitalista dentro do próprio partido. Com base nesse argumento, em 1966 ele lançou a Revolução Cultural, movimento que convocava os estudantes a se revoltarem contra as lideranças estabelecidas do próprio partido para retomar o caminho da revolução na China e que atingiu o ápice em 1968.

Na superfície, as revoltas de 1968 pareciam um conjunto desconexo de demonstrações de insatisfação com questões locais, que por acaso coincidiram no tempo eclodindo de forma sincronizada em todo o planeta. Uma análise um pouco mais profunda, no entanto, mostra que os diversos movimentos particulares eram expressões de questões muito mais gerais, que afloravam de formas diferentes em lugares diferentes. Por isso, Katsiaficas defende que as diversas revoltas de 1968 devem ser interpretadas como partes de um movimento social de dimensões globais, que representou um questionamento não só do conteúdo, mas também da própria forma como a política era vivenciada no cotidiano.

No meu ponto de vista, apesar da definição comum dessas sublevações populares como isoladas ou como movimentos nacionais, seus discursos e ações eram muitas vezes sistemáticos e universais e fizeram parte do movimento histórico social mundial de 1968. 1968 foi um ano crucial na história do mundo. Em quase todos os países, os movimentos gerados espontaneamente entraram em erupção, o que mudou profundamente essas sociedades, apesar da sua dispersão relativamente rápida. Embora entendidos como movimentos nacionais, eles existiam tanto em relação uns aos outros, quanto em relação aos seus contextos nativos. Tomado como um todo, eles constituíram um período duradouro de transformação global, marcando a crise do capitalismo industrial e a passagem [do capitalismo] para o que pode ser chamado de sua fase pós-moderna. Como em 1848 e 1905, 1968 foi um ano em que movimentos globais emergentes foram aparentemente derrotados apenas para ter um impacto, a longo prazo, de imenso significado.

O princípio animador do espírito mundial de 1968 era forjar novas identidades com base na negação das divisões existentes: no lugar de patriotismo e do chauvinismo nacional, a solidariedade internacional; ao invés de hierarquia e padrões de dominação/submissão, autogestão e autodeterminação individual; no lugar do patriarcado e racismo, o humanismo igualitário; em vez de competição, cooperação; no lugar da acumulação de riqueza, as tentativas de acabar com a pobreza; em vez da dominação da natureza, a harmonia ecológica. [...] Mesmo considerados isoladamente, separados de suas raízes na década de 1960, os movimentos feministas e ecológicos se basearam no impulso da Nova Esquerda para mudar a vida cotidiana. Precisamente porque foi na Nova Esquerda dos anos 1960 que essa lógica se desenvolveu pela primeira vez que eu a considero histórico-mundial – uma vez que inaugurou uma transvaloração de normas e valores.¹⁹⁴

Por conta de sua diversidade, as revoltas de 1968 não podem ser globalmente qualificadas como antcapitalistas, até porque várias delas foram contra o comunismo de estilo soviético. No entanto, elas colocaram novas questões que levaram a uma renovação das lutas antcapitalistas a partir de então, e até a uma redefinição do significado da expressão “antcapitalista”.

Como vimos, o paradigma clássico das lutas antcapitalistas definido pelo movimento operário europeu entre a metade do século XIX e as primeiras décadas do século XX restringia esse tipo de luta à esfera da produção. O sujeito revolucionário por excelência era a classe operária que lutava para melhorar suas condições de trabalho na fábrica ou se apropriar dos meios de produção e do poder de Estado para impor um novo regime de produção a toda a sociedade. Com a expansão das lutas antcapitalistas para a periferia do sistema capitalista, a noção de sujeito revolucionário foi ampliada para dar o devido espaço ao campesinato e a outras classes populares (pequenos artesãos e outros tipos de grupos subalternos) no processo de transformação social. No entanto, até o início da década de 1960, eram entendidas como lutas antcapitalistas apenas aquelas que se davam na esfera da produção.

A grande contribuição das revoltas da década de 1960, e, sobretudo, as do ano de 1968, foi ampliar o escopo dessas lutas também para a esfera da reprodução, mostrando que a

¹⁹⁴ KATSIAFICAS, 1997, p. 13. Tradução de Dafne Melo.

luta contra o capitalismo não se restringe às relações de poder no local de trabalho, mas se estende ao questionamento das relações de poder em todas as esferas da vida. É nesse sentido que as lutas pelos direitos das mulheres, dos negros, dos gays e da juventude, por exemplo, podem ser interpretadas como diferentes formas de questionamento do capitalismo enquanto um projeto global de organização da sociedade, que vai muito além da esfera econômica, ainda que parta dela. É nesse sentido também que a luta pela preservação do meio-ambiente – uma das grandes novidades dos anos 1960 – pode ser entendida como uma forma de luta anticapitalista, pois se trata de um questionamento do tipo de relação que o ser humano estabelece com a natureza para produzir.

Outra novidade que as revoltas dos anos 1960 representaram para as lutas anticapitalistas foi que pela primeira vez formas de luta surgidas na periferia do capitalismo passaram a influenciar os movimentos nos países centrais. Se na década de 1920 foi a Revolução Russa e as tradições do movimento operário europeu que levaram à formação dos primeiros partidos comunistas no Sul global, na década de 1960 o movimento se inverteu, e estratégias de luta e correntes de pensamento surgidas no Sul passaram a inspirar os jovens do Norte. O exemplo mais claro dessa circulação de lutas foi o impacto do pensamento de líderes comunistas do Terceiro Mundo – como Mao Tse-tung, Che Guevara e Ho Chi Minh –, sobre os movimentos radicais na Europa Ocidental e nos Estados Unidos nos anos 1960. Mas também é digna de nota a influência que o pensamento de Gandhi teve sobre os militantes do movimento pelos direitos civis dos negros nos Estados Unidos, e, a partir deles, sobre toda uma geração de movimentos de ação direta não-violenta que se desenvolveu nos Estados Unidos a partir da década de 1970.¹⁹⁵

Esse movimento de troca entre diferentes tradições de luta surgidas em diferentes partes do mundo contribuiu para desenvolver uma nova forma de anticapitalismo que derrubava as antigas barreiras que dividiam em blocos estanques as lutas contra a exploração no âmbito da reprodução ampliada do capital, de um lado, e as lutas contra a acumulação por espoliação, de outro.

A política derivada do local de trabalho e do eixo da produção dominava a política do espaço de vida. Movimentos sociais como o feminismo e o ambientalismo permaneciam fora do ângulo de visão da esquerda tradicional. E a relação entre as lutas internas em favor da melhoria social e os deslocamentos característicos do imperialismo tendia a ser ignorada (o que levou grande parte do movimento operário nos países capitalistas avançados a cair na armadilha de agir como a aristocracia do trabalho para preservar seus próprios privilégios, se necessário mediante o imperialismo). Lutas contra a acumulação por espoliação eram consideradas irrelevantes. Essa concentração obstinada de boa parcela da esquerda de inspiração

¹⁹⁵ EPSTEIN, Barbara. **Political protest and cultural revolution**: nonviolent direct action in the 1970s and 1980s. Berkeley; Los Angeles; London: University of California Press, 1991. p. 21-57.

marxista e comunista nas lutas proletárias, com a exclusão de tudo o mais, provou ser um erro fatal. Porque, se as duas formas de luta se acham organicamente ligadas no âmbito da geografia histórica do capitalismo, a esquerda não apenas se privava de poder como também prejudicava suas capacidades analíticas e programáticas ao ignorar por completo um dos lados dessa dualidade.¹⁹⁶

As revoltas dos anos 1960 abriram caminho para a superação dessa compartimentação das lutas anticapitalistas, criando as condições para que esses embates adquirissem uma dimensão verdadeiramente global nos dois sentidos da palavra – tanto no sentido geográfico, de abarcar todas as regiões do planeta, quanto no sentido sociológico, de abarcar todas as esferas da vida social. Não faltam exemplos concretos de movimentos que estabeleceram pontes entre essas diversas esferas das lutas anticapitalistas nos anos 1960. Comitês de solidariedade com as lutas anti-imperialistas na América Latina e na Ásia se multiplicaram pela Europa Ocidental e pelos Estados Unidos; setores do movimento operário construíram alianças com o movimento estudantil, principalmente na Itália e na França; e no seio das organizações de esquerda começaram a surgir grupos específicos de luta pelos direitos das mulheres, principalmente nos Estados Unidos, na França, na Alemanha Ocidental e na Itália.

O exemplo mais eloquente da fusão entre essas várias dimensões das lutas anticapitalistas, no entanto, foi o Partido dos Panteras Negras, surgido nos Estados Unidos em 1966. O nascimento da organização representou o início de uma nova etapa de radicalização do movimento pelos direitos civis da população negra no país. Agora não se tratava mais de utilizar métodos de luta não violentos para reivindicar direitos iguais aos dos brancos nos marcos do Estado burguês, como pregava o reverendo Martin Luther King, assassinado em junho de 1968 por um radical branco. Os Panteras Negras inseriam a luta dos negros norte-americanos no contexto mais amplo do combate contra a dominação capitalista e imperialista, estabelecendo vínculos entre a luta que eles travavam no interior dos Estados Unidos com as lutas de libertação nacional na África e nos demais países do Terceiro Mundo. Partindo dessa leitura, os Panteras Negras interpretaram a luta em torno de questões raciais como uma parte indissociável da luta geral contra o capitalismo e o imperialismo, inspirando-se no maoísmo e abraçando a luta armada.¹⁹⁷

A convergência dessas diferentes lutas levou a um questionamento generalizado da ordem global em diversas frentes. Por um lado, as lutas de descolonização e o nacionalismo econômico nos países dependentes obrigaram as burguesias imperialistas a mudarem seu

¹⁹⁶ HARVEY, 2013, p. 140.

¹⁹⁷ WALLACE, Aminah. Black Panthers. In: NESS, Immanuel; COPE, Zak (eds.). **The Palgrave Encyclopedia of Imperialism and Anti-Imperialism**. Houndmills, Basingstoke; New York: Palgrave Macmillan, 2016, p. 817-827.

padrão de investimento no exterior, dando início ao processo de internacionalização da produção que levou ao acirramento da concorrência intercapitalista em âmbito mundial. Por outro, a radicalização do movimento operário nos países centrais fez ruir o compromisso fordista-keynesiano. A combinação desses processos detonou a terceira crise mundial de acumulação capitalista no início da década de 1970.

CAPÍTULO 3

Crise e reestruturação a partir da década de 1970: a globalização neoliberal

No início da década de 1970, após mais de 20 anos de crescimento ininterrupto, as economias dos sete países mais ricos e industrializados do mundo (Estados Unidos, Canadá, França, Reino Unido, Alemanha Ocidental, Japão e Itália) entraram em recessão simultaneamente,¹⁹⁸ deflagrando a terceira grande crise global de acumulação. O detonador da crise foi a súbita elevação do preço do petróleo promovida pelos países árabes durante a Guerra do Yom Kippur, em outubro de 1973, mas, como afirma Mandel, as causas da turbulência estavam ligadas a “transformações econômicas mais profundas, que se produziram no curso do longo período de expansão que a precedeu; é de certo modo sua consequência inelutável”.¹⁹⁹

3.1 A Era de Ouro do capitalismo

Entre o fim da Segunda Guerra Mundial e o início da década de 1970, os países capitalistas desenvolvidos passaram por uma fase excepcional de suas histórias – talvez uma fase única, como afirma Hobsbawm – na qual viveram um período de mais de duas décadas de forte crescimento econômico, que passou a ser chamada de “Era de Ouro” pelos anglo-americanos e de “trinta anos gloriosos” pelos franceses.²⁰⁰

Entre 1950 e 1973, os sete países que formavam o núcleo do capitalismo avançado apresentaram expressivas taxas de crescimento econômico, sendo que alguns deles registraram números impressionantes. As taxas médias de crescimento anual do PIB per capita nesse período foram de 3,8% na França; 4,8% na Alemanha Ocidental; 5% na Itália; e 7,7% no Japão. Mesmo os países do mundo anglo-saxão – Estados Unidos, Canadá e Reino Unido –, que já eram os mais desenvolvidos ao final da Segunda Guerra Mundial, registraram taxas anuais médias de crescimento do PIB per capita de mais de 2% ao longo de 23 anos. O resultado foi que, ao fim desse período, a economia japonesa havia quintuplicado; a italiana e a da Alemanha Ocidental eram três vezes maiores do que ao fim da guerra; a da França havia

¹⁹⁸ THE MADDISON-PROJECT, 2013 version. Disponível em: <http://www.ggd.net/maddison/maddison-project/home.htm>. Acesso em: 16 set. 2016.

¹⁹⁹ MANDEL, 1990, p. 11.

²⁰⁰ HOBBSAWM, 1995, p. 253.

crescido duas vezes e meia; e as dos Estados Unidos, Canadá e Reino Unido haviam quase dobrado de tamanho.²⁰¹

Essa fase de prolongada prosperidade no núcleo do sistema capitalista foi resultado de um período que se estendeu aproximadamente de 1948 a 1968 e combinou um intenso desenvolvimento das forças produtivas com uma relativa estabilidade social graças à extensão do compromisso fordista-keynesiano a todos os países do núcleo do sistema capitalista mundial. A fase expansiva começou nos Estados Unidos no início da década de 1940, quando a combinação entre destruição de capitais excedentes provocada pela Grande Depressão nos anos 1930, consolidação das relações de produção fordistas, novo equilíbrio entre classes promovido pelo New Deal de Roosevelt (primeira aplicação prática dos princípios keynesianos), e o estímulo ao aumento da produção industrial dado pela entrada do país na Segunda Guerra Mundial criaram as bases para uma retomada do ciclo industrial após anos de crise.

Ao fim da Segunda Guerra Mundial, os Estados Unidos, cujo território saiu intacto do conflito, emergiram como a única grande potência capitalista, já que seus antigos concorrentes – Reino Unido, França, Alemanha e Japão – haviam sido devastados ou duramente castigados pela guerra. Tendo aprendido com os erros dos vencedores da Primeira Guerra Mundial, o presidente norte-americano Harry Truman sabia que a prosperidade dos Estados Unidos dependia da rápida recuperação dos demais países capitalistas e por isso a partir de 1948 seu governo passou a financiar a reconstrução dos países da Europa Ocidental por meio do Plano Marshall. Política semelhante foi adotada no Japão, ocupado pelas tropas norte-americanas ao final da guerra. Por um lado, a chamada “Doutrina Truman” buscava evitar a expansão do comunismo na Europa – impulsionada pela proliferação de regimes socialistas fundados com o apoio da União Soviética no Leste Europeu ao final da guerra – e na Ásia – com o fortalecimento de movimentos de libertação nacional inspirados pelo triunfo da Revolução Chinesa, em 1949. Por outro, essa política queria garantir a consolidação de regimes aliados que se converteriam em importantes parceiros comerciais. Foi assim, no contexto do alvorecer da Guerra Fria, que o fordismo-keynesianismo se espalhou pelo mundo.

²⁰¹ THE MADDISON-PROJECT, 2013.

3.2 Bretton Woods e a ascensão das multinacionais

O compromisso entre capital, trabalho e Estado garantiu um novo equilíbrio de forças interno em cada país que foi fundamental para o período de expansão do pós-guerra. Mas o fordismo-keynesianismo não se restringiu à esfera doméstica. Ele também foi a base para a reorganização da economia mundial a partir de 1944, quando os representantes dos dois países capitalistas que lideraram a coalizão aliada durante a Segunda Guerra Mundial – Estados Unidos e Reino Unido – se reuniram em Bretton Woods para discutir um acordo monetário internacional.

O chefe da delegação britânica era o próprio John Maynard Keynes, que buscou aplicar ao âmbito internacional os mesmos princípios que defendia para as economias nacionais: um sistema de regras que favorecesse o crescimento da produção e das trocas comerciais baseado na regulação estatal.

Instaurou-se um arcabouço internacional de comércio e desenvolvimento econômico no interior e entre [...] Estados [capitalistas] independentes por meio do Acordo de Bretton Woods, a fim de estabilizar o sistema financeiro mundial, o que se fez acompanhar por toda uma bateria de instituições, como o Banco Mundial, o FMI, o Banco Internacional de Compensações, na Basileia, e da formação de organizações como o GATT [Acordo Geral de Tarifas e Comércio] e a OCDE [Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico], projetadas para coordenar o crescimento econômico entre as potências capitalistas avançadas e levar o desenvolvimento econômico de estilo capitalista ao resto do mundo não comunista.²⁰²

Esse arcabouço institucional criou as condições para a disseminação do fordismo a boa parte do mundo capitalista.

O fordismo do pós-guerra também teve muito de questão internacional. O longo período de expansão do pós-guerra dependia de modo crucial de uma maciça ampliação dos fluxos de comércio mundial e de investimento internacional. De desenvolvimento lento fora dos Estados Unidos antes de 1939, o fordismo se implantou com mais firmeza na Europa e no Japão depois de 1940 como parte do esforço de guerra. Foi consolidado e expandido no período de pós-guerra, seja diretamente, através de políticas impostas na ocupação [...], ou indiretamente, por meio do Plano Marshall e do investimento direto americano subsequente. Este último, que começou aos poucos nos anos entreguerras, quando as corporações americanas procuravam mercados externos para superar os limites da demanda efetiva interna, tomou impulso depois de 1945. Essa abertura do investimento estrangeiro (especialmente na Europa) e do comércio permitiu que a capacidade produtiva excedente dos Estados Unidos fosse absorvida alhures, enquanto o progresso internacional do fordismo significou a formação de mercados de massa globais e a absorção da massa da população mundial fora do mundo comunista na dinâmica global de um novo tipo de capitalismo.²⁰³

²⁰² HARVEY, 2013, p. 52.

²⁰³ HARVEY, 2012a, p. 131.

Essa tendência, que começou a se esboçar já no fim da década de 1940, ganhou força durante a década de 1950 e se tornou um elemento central da economia mundial a partir da década de 1960. Ao contrário do que acontecia na época do imperialismo clássico, entre a segunda metade do século XIX e as primeiras décadas do século XX, agora não era mais apenas o capital monetário que era exportado para financiar obras de infraestrutura ou empreendimentos no setor primário da economia. Agora era o próprio capital produtivo que começava a se internacionalizar, de forma que industriais dos países capitalistas centrais – primeiro norte-americanos e em seguida dos demais países – passaram a investir na criação de unidades produtivas no exterior, dando início a um processo de internacionalização da produção que mudaria profundamente a dinâmica da economia global. Segundo Michalet, esse processo marcou o início de uma nova etapa da mundialização.

O tema principal que se esboça, desde o início dos anos 1960, não é somente o da dependência mútua, cada vez mais forte, das economias industriais. Ele é constituído, também, pelo movimento cada vez mais rápido de reorganização espacial da produção industrial. As nações industriais não se limitam mais a vender no exterior uma parte crescente de seus produtos, elas deslocam também seu próprio aparelho produtivo. Transferem indústrias inteiras, retiram certos setores do seu berço original para instalá-los em outras economias desenvolvidas e em regiões periféricas subdesenvolvidas.²⁰⁴

O grande símbolo dessa nova fase da mundialização foram as empresas multinacionais, companhias que a partir de um determinado momento decidem ampliar suas operações para além das fronteiras de seus países de origem por meio do investimento externo direto em empreendimentos no exterior. Como lembra o autor, as multinacionais não surgiram na segunda metade do século XX, mas sim na década de 1880, como parte das estratégias imperialistas de exportação do capital para fazer frente à crise de sobreacumulação iniciada na década de 1870. Havia, no entanto, uma importante diferença entre as primeiras multinacionais e as que surgiram a partir da década de 1950: aquelas eram empreendimentos voltados apenas para a exploração dos recursos naturais dos países dependentes, e não representavam de fato uma internacionalização da produção industrial. As primeiras multinacionais apenas introduziram relações de produção capitalistas nos setores da economia que cabiam às colônias e semicolônias na divisão internacional do trabalho: o fornecimento de produtos primários na forma de matérias-primas e alimentos para os países centrais.

As EMN [empresas multinacionais] mais antigas tiveram sua origem na necessidade de matérias-primas e alimentos dos países industrializados. Os recursos do solo e do subsolo da Europa, dos Estados Unidos e do Japão, são – para certos produtos – insuficientes para permitir uma produção rentável e em grande escala. As condições

²⁰⁴ MICHALET, Charles-Albert. **O capitalismo mundial**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983, p. 10.

climáticas, a localização dos lençóis petrolíferos e das riquezas minerais levaram à criação de EMN.²⁰⁵

Esse primeiro surto de multinacionalização se estendeu da década de 1880 até a eclosão da crise de 1929, que desencadeou uma onda de protecionismo em todo o mundo capitalista desenvolvido, reduzindo drasticamente os investimentos externos diretos. Esse movimento só seria retomado na década de 1950, com a revitalização do investimento direto norte-americano no exterior. Essa segunda onda de multinacionalização, no entanto, tinha características bem diferentes da anterior, em grande medida por causa das transformações ocorridas na periferia do capitalismo após o fim da Segunda Guerra Mundial, que levaram ao início da internacionalização da própria produção industrial.

Com os movimentos de independência dos anos sessenta e o esforço de certos Estados para alcançar uma real soberania política, numerosas filiais de EMN desta categoria [setor primário] foram nacionalizadas. Centraremos nossa análise nas EMN do setor industrial, e isso por duas razões. De um lado, só a natureza produtiva das unidades descentralizadas permite distinguir a EMN de uma firma exportadora; de outro, observa-se que a intensificação do fenômeno, a partir do início dos anos sessenta, esteve ligada principalmente às empresas industriais.²⁰⁶

Essa mudança de cenário provocou não só uma transformação da natureza do investimento externo direto, mas também uma reorientação geográfica desses investimentos. Durante a etapa do imperialismo clássico, o grosso dos investimentos das multinacionais norte-americanas e europeias se dirigia para as colônias e semicolônias – no caso das norte-americanas, principalmente para a América Latina; no caso das europeias, sobretudo para Ásia e África. Com a onda de descolonização e nacionalismo econômico que varreu a periferia capitalista entre as décadas de 1930 e 1960, esse cenário mudou. Nos anos que se seguiram ao final da Segunda Guerra Mundial, os antigos países imperialistas europeus perderam suas antigas colônias e estavam ocupados demais com a reconstrução interna para investir no exterior. Ao mesmo tempo, os Estados Unidos emergiram como a única potência imperialista e precisavam buscar aplicações rentáveis para o capital acumulado pela burguesia nacional graças ao crescimento iniciado na década de 1940.

Diante do crescente nacionalismo econômico no Terceiro Mundo, os norte-americanos redirecionaram parte de seus investimentos para a reconstrução da Europa, financiando obras de infraestrutura e exportando para abastecer países que tiveram parte de sua indústria destruída pela guerra. A partir de um determinado momento, no entanto, as indústrias dos países europeus começaram a se recuperar, e como esses países vinham de uma situação de relativa penúria, os custos de produção eram muito mais baixos, devido ao valor inferior de

²⁰⁵ Ibid., p. 26.

²⁰⁶ MICHALET, 1983, p. 26.

salários e matérias-primas. Assim, as exportações norte-americanas foram se tornando menos competitivas e a saída foi abrir filiais nos próprios países europeus para produzir localmente e disputar mercados com os concorrentes locais.

A sequência normal [de multinacionalização de uma empresa] comporta um certo número de fases: primeiro, a firma é exportadora; depois, ela instala no exterior suas próprias sucursais de comercialização para distribuir os produtos da empresa, em vez de fazê-lo por meio de uma sociedade import-export; finalmente, ela cria as unidades de produção no país em causa. [...] Cabe reconhecer, portanto, que a passagem à multinacionalidade é o término de um processo mais ou menos longo que tende a substituir a forma tradicional do crescimento no exterior – a exportação – pela nova estratégia do deslocamento do aparelho produtivo.²⁰⁷

Ao mesmo tempo em que passaram a aplicar recursos na Europa, os capitalistas norte-americanos não deixaram de investir na América Latina, mas mudaram a natureza do seu investimento na região. Como vimos, a queda da demanda internacional por produtos primários e a consequente escassez de moeda estrangeira provocada pela crise de 1929 havia levado alguns países latino-americanos, como Brasil, México e Argentina, a iniciarem um processo de industrialização nacional visando a substituição de importações que na década de 1950 tinha gerado uma infraestrutura razoável para o desenvolvimento do setor manufatureiro nesses lugares. Assim, as indústrias norte-americanas aproveitaram para também começar a instalar filiais nesses países.²⁰⁸

Esse processo de internacionalização da produção que ganhou força a partir da década de 1950 foi possibilitado por uma revolução da indústria dos transportes decorrente do início da utilização civil e comercial de inovações desenvolvidas no âmbito militar durante a Segunda Guerra Mundial. Se na segunda metade do século XIX as ferrovias e o navio a vapor haviam criado uma economia capitalista mundial unificada, como afirma Hobsbawm,²⁰⁹ o processo de interligação das várias partes do planeta entrou em uma nova e mais intensificada etapa a partir da década de 1950 com o início da aviação comercial, em 1952, e do processo de containerização propiciado pela padronização dos contêineres de carga a partir de 1955. Segundo Harvey, estas inovações foram fundamentais para as profundas transformações da geografia do capitalismo iniciadas na década de 1960.²¹⁰

Esse avanço tecnológico – que também possibilitou a revolução das tecnologias da informação, como veremos adiante – veio no bojo de um enorme desenvolvimento das forças produtivas que promoveu o maior surto de crescimento da produção industrial e do comércio

²⁰⁷ MICHALET, 1983, 145-146.

²⁰⁸ Ibid., p. 37.

²⁰⁹ HOBBSAWM, 2016, p. 66.

²¹⁰ HARVEY, 2012b, p. 91-92.

mundial na história do capitalismo a partir do fim da Segunda Guerra Mundial. Entre 1948 e 1971, a produção industrial mundial cresceu a uma média anual de 5,6%, ao passo que o comércio mundial cresceu a uma taxa média anual de 7,3% no mesmo período.²¹¹ Essa enorme expansão, no entanto, dependia de uma pré-condição: que um único país, os Estados Unidos, exercesse o papel de líder econômico, financeiro e militar do mundo capitalista.

Tudo isso se abrigava sob o guarda-chuva hegemônico do poder econômico e financeiro dos Estados Unidos, baseado no domínio militar. O acordo de Bretton Woods, de 1944, transformou o dólar na moeda-reserva mundial e vinculou com firmeza o desenvolvimento econômico do mundo à política fiscal e monetária norte-americana. A América agia como banqueiro do mundo em troca de uma abertura dos mercados de capital e de mercadorias ao poder das grandes corporações. [...] Assim, a expansão internacional do fordismo ocorreu numa conjuntura particular de regulamentação político-econômica mundial e uma configuração geopolítica em que os Estados Unidos dominavam por meio de um sistema bem distinto de alianças militares e relações de poder.²¹²

Enquanto os Estados Unidos reinaram absolutos, essa configuração do capitalismo mundial baseada no acordo fordista-keynesiano no plano interno e no acordo de Bretton Woods no plano externo funcionou bem. Durante esse período, uma eventual falta de demanda interna era compensada pelo aumento das exportações para os outros países capitalistas ou pela expansão do crédito, um mecanismo desenvolvido pelos governos keynesianos para fazer frente às crises cíclicas de superprodução.

A técnica principal utilizada pelos governos burgueses para tentar “controlar” o ciclo depois de 1945 foi a política de expansão e controle sucessivos do crédito, isto é, da moeda escritural e da massa monetária no seu conjunto (da demanda “global”). Assim, para frear a amplitude das crises periódicas contínuas de superprodução que vinham ocorrendo havia 25 anos, aplicaram a expansão do crédito e a expansão monetária (trata-se, bem entendido, de esforços para reduzir a amplitude das crises, não para impedir seu desencadeamento, para o que houve tanta incapacidade quanto no passado). A característica principal da longa fase de expansão do pós-guerra, do ponto de vista do funcionamento de conjunto da economia capitalista internacional, foi, portanto, o aparecimento de ciclos de crédito parcialmente autônomos com relação ao ciclo industrial, que procuravam “compensá-lo”.²¹³

Assim, por cerca de duas décadas os mecanismos de compensação das crises periódicas funcionaram porque os ciclos industriais de cada país eram dessincronizados, o que restringia o impacto das recessões globais. No entanto, a combinação entre desenvolvimento geral das forças produtivas e internacionalização da produção acabou culminando na sincronização dos ciclos industriais dos vários países capitalistas avançados a partir da segunda metade da década de 1960.

²¹¹ BEAUD, Michel. **História do capitalismo**: de 1500 até nossos dias. 4. ed. São Paulo: Brasiliense, 1999, p. 312.

²¹² HARVEY, 2012a, p. 131-132.

²¹³ MANDEL, 1990, p. 12.

Essa expansão tinha dado um impulso poderoso a um novo avanço das forças produtivas, a uma nova revolução tecnológica. Propiciou um novo salto para a concentração de capitais e a internacionalização da produção, as forças produtivas ultrapassando cada vez mais os limites do Estado burguês nacional [...]. Do ponto de vista da organização do capital [...] isso se traduz pelo desenvolvimento das empresas multinacionais, cada uma delas produzindo mais-valia simultaneamente em vários países. [...] A internacionalização da produção, que no regime capitalista toma necessariamente a forma de uma concentração e centralização internacionais do capital sempre mais avançada, resiste cada vez mais às tentativas de os Estados imperialistas nacionais aplicarem com sucesso uma política anticíclica, cujo alcance continua limitado, no essencial, às fronteiras nacionais.²¹⁴

3.3 A crise do fordismo-keynesianismo

A partir da metade da década de 1960, as bases da expansão capitalista do pós-guerra começam a ruir. Nessa época, as indústrias do Japão e dos principais países capitalistas na Europa Ocidental já haviam se recuperado plenamente e começavam a fazer concorrência às empresas norte-americanas, pois seus mercados internos já apresentavam sinais de saturação e suas empresas precisavam entrar na briga por mercados de exportação para os excedentes produzidos. Isso se refletiu na queda da parcela das exportações dos Estados Unidos no comércio entre os países da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), que passou de 35% em 1948 para 20% em 1965.²¹⁵ Ao mesmo tempo, o processo de internacionalização da produção tinha começado a criar novos polos industriais em países do Terceiro Mundo – como México, Brasil e Argentina, na América Latina, e alguns pequenos Estados no sul e no leste da Ásia, como Hong Kong, Taiwan, Cingapura e Coreia do Sul.

Nesse contexto de acirramento da competição intercapitalista, o acordo de Bretton Woods começou a fazer água, pois ele se baseava na premissa da liderança incontestada dos Estados Unidos como principal potência econômica mundial, cuja força da moeda seria capaz de garantir o bom funcionamento do comércio global. Em meados da década de 1960, no entanto, três fatores começaram a solapar a força do dólar como moeda internacional. Em primeiro lugar, a queda na produtividade da indústria norte-americana passou a gerar um problema na balança de pagamentos. Ao longo de 20 anos, os Estados Unidos haviam inundado o resto do mundo com dólares para que os outros países comprassem os produtos de suas empresas. No momento em que os norte-americanos começaram a comprar do resto do mundo, iniciou-se uma perigosa fuga de divisas do país. Em segundo lugar, a forte demanda interna nos Estados Unidos, que havia crescido continuamente ao longo das décadas de 1940 e 1950, começou a cair, situação que o governo norte-americano buscou compensar com o

²¹⁴ MANDEL, 1990, p. 11-12.

²¹⁵ HARVEY, 2012a, p. 136.

aumento dos gastos sociais. Por fim, o processo de internacionalização da produção havia criado o mercado do “eurodólar”, um mercado paralelo de dólares negociados nas praças financeiras europeias sem o controle de nenhum governo nacional. Esses três fatores minaram as bases do acordo de Bretton Woods, sobre as quais se assentava toda a organização da economia mundial do pós-guerra.

[A] queda da produtividade e da lucratividade corporativas depois de 1966 [...] marcou o começo de um problema fiscal nos Estados Unidos que só seria sanado às custas de uma aceleração da inflação, o que começou a solapar o papel do dólar como moeda-reserva internacional estável. [...] Daí por diante, a competição internacional se intensificou à medida que a Europa Ocidental e o Japão, seguidos por toda uma gama de países recém-industrializados, desafiaram a hegemonia estadunidense no âmbito do fordismo a ponto de fazer cair por terra o acordo de Bretton Woods e de produzir a desvalorização do dólar.²¹⁶

Além da situação interna nos Estados Unidos, o aumento da concorrência intercapitalista em âmbito mundial, produzido pelo enorme desenvolvimento das forças produtivas no conjunto dos países industrializados após o fim da Segunda Guerra, gerou um problema ainda mais sério para o sistema como um todo. A lei da queda tendencial da taxa de lucro de Marx entrou em funcionamento, e as taxas de lucro começaram a cair simultaneamente nos principais países capitalistas na segunda metade da década de 1960.

A partir da segunda metade dos anos 60, produtores de custos menores [Alemanha e especialmente Japão] expandiram rapidamente sua produção [...] reduzindo as fatias do mercado e taxas de lucro de seus rivais. O resultado foi o excesso de capacidade e de produção fabril, expresso na menor lucratividade agregada no setor manufatureiro das economias do G-7 como um todo. [...] Foi a grande queda de lucratividade dos Estados Unidos, Alemanha, Japão e do mundo capitalista adiantado como um todo – e sua incapacidade de recuperação – a responsável pela redução secular das taxas de acumulação de capital, que são a raiz da estagnação econômica de longa duração durante o último quartel do século.²¹⁷

Assim, a taxa média de lucro no conjunto dos países capitalistas avançados caiu de mais de 15% em 1966 para cerca de 10% em 1974.²¹⁸ Parte dessa queda sem dúvida foi causada pelo aumento da concorrência intercapitalista, mas esta é apenas parte da explicação. O outro elemento que provocou o declínio das taxas de lucro nos países avançados foi o espetacular aumento das lutas de classe no coração do sistema capitalista. Durante anos, o aumento da parcela do capital constante provocado pela incorporação de novas tecnologias ao processo produtivo pôde ser compensado por altas taxas de exploração nos países europeus que saíam da Segunda Guerra Mundial com um movimento operário debilitado por anos de luta contra o fascismo, como foi o caso na Itália, na Alemanha e na França ocupada pelos

²¹⁶ HARVEY, 2012a, p. 135.

²¹⁷ BRENNER, 1999 apud ANTUNES, Ricardo. **Os sentidos do trabalho**: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. 2. ed. São Paulo: Boitempo, 2009, p. 32.

²¹⁸ HARVEY, 2012a, p. 137.

nazistas. Nesses países, a primeira geração de trabalhadores que chegou às fábricas nas décadas de 1940 e 1950 confiava plenamente nos sindicatos e partidos operários que se incorporaram ao compromisso fordista-keynesiano pregando moderação nas lutas em troca de aumentos de salários moderados e crescimento econômico.

A situação começou a mudar a partir de meados da década de 1960, quando começou a chegar ao mercado de trabalho uma nova geração de operários que não havia vivido os anos de luta contra o fascismo e não via porque rezar pela cartilha da moderação pregada por lideranças que não tinham para eles a legitimidade que tinham para seus pais. Como já vimos, essa radicalização do movimento operário na segunda metade dos anos 1960 foi particularmente forte na Itália e na França. Na Itália, a média anual do número de grevistas pulou de 1,7 milhão entre 1956 e 1960 para 3,9 milhões entre 1966 e 1970. Nos mesmos períodos, esse contingente passou de 1,4 milhão para 3,3 milhão na França. Mas o crescimento das lutas operárias também foi acentuado em outros dois importantes centros do capitalismo mundial. Na Grã-Bretanha, o número médio de grevistas por ano pulou de 771 mil entre 1956 e 1960 para 1,2 milhão entre 1966 e 1970, e no coração do sistema, os Estados Unidos, o contingente passou de 1,7 milhão para 3,3 milhões nos mesmos períodos.²¹⁹

Assim, se a internacionalização da produção representava um desafio à regulação estatal keynesiana por parte do capital, a ofensiva operária do final da década de 1960 representou um desafio ao compromisso fordista-keynesiano por parte da classe trabalhadora, que, segundo Negri, fez ruir o frágil equilíbrio de forças sociais sobre o qual se assentava o Estado como planejador do desenvolvimento econômico:

O Estado como planejador, com base numa dinâmica controlada proporcionalmente, se desfez em face de uma massificação sem precedentes das lutas, uma enorme abrangência das reivindicações salariais, o que confrontou o Estado com a unificação do trabalho abstrato em um movimento coletivo, empurrando para cima o valor do trabalho necessário. Isso produziu uma desproporção crescente entre trabalho necessário e excedente que, traduzido em termos de valor de troca, é chamado de inflação. Com a inflação, a crise de acumulação torna-se, antes de mais nada, uma crise do Estado. Uma vez que a forma estatal keynesiana tem o papel hegemônico chave na cadeia ou sequência que vai da empresa para o plano e para o Estado, equilibrando e promovendo o desenvolvimento, isso dificilmente poderia ter sido de outra forma. A fábrica era subordinada ao Estado, o que garantiu as condições básicas para o funcionamento do sistema – do próprio sistema de fábrica em primeira instância. Através da ação do Estado, o valor de troca foi garantido em sua operação como a lei geral que rege a reprodução do sistema produtivo. Mas esse mecanismo não foi capaz de funcionar. Foi quebrado; a partir da fábrica em si e se estendendo até as condições de reprodução na sociedade em geral, o valor de troca apoiado pelo Estado como seu garante foi tornado inoperante.²²⁰

²¹⁹ MANDEL, 1990, p. 223.

²²⁰ NEGRI, 1988, p. 120-121. Tradução de Dafne Melo.

A partir da metade da década de 1960, portanto, foi ficando cada vez mais clara a crise do compromisso fordista-keynesiano e sua incapacidade de fazer frente às contradições do capitalismo nos países avançados:

De modo mais geral, o período de 1965 a 1973 tornou cada vez mais evidente a incapacidade do fordismo e do keynesianismo de conter as contradições inerentes ao capitalismo. Na superfície, essas dificuldades podem ser melhor apreendidas por uma palavra: rigidez. Havia problemas com a rigidez dos investimentos de capital fixo de larga escala e de longo prazo em sistemas de produção em massa que impediam muita flexibilidade de planejamento e presumiam crescimento estável em mercados de consumo invariantes. Havia problemas de rigidez nos mercados, na alocação e nos contratos de trabalho (especialmente no chamado setor “monopolista”). E toda tentativa de superar esses problemas de rigidez encontrava a força aparentemente invencível do poder profundamente entrincheirado da classe trabalhadora – o que explica as ondas de greve e os problemas trabalhistas do período 1968-1972. A rigidez dos compromissos do Estado foi se intensificando à medida que programas de assistência (seguridade social, direitos de pensão, etc.) aumentavam sob pressão para manter a legitimidade num momento em que a rigidez na produção restringia expansões da base fiscal para gastos públicos. [...] Por trás de toda rigidez específica de cada área estava uma configuração indomável e aparentemente fixa do poder político e relações recíprocas que unia o grande trabalho, o grande capital e o grande governo no que parecia cada vez mais uma defesa disfuncional de interesses escusos definidos de maneira tão estreita que solapavam, em vez de garantir, a acumulação de capital.²²¹

Diante dessa proliferação de problemas, o pacto fordista-keynesiano começou a desmoronar em 1971, quando o governo norte-americano anunciou o fim da conversibilidade do dólar em ouro, ferindo de morte o acordo de Bretton Woods, que foi definitivamente sepultado pelo fim do regime de taxas de câmbio fixas e pela crise do petróleo de 1973. O aumento radical e repentino dos preços dos insumos de energia em meio a um cenário geral de concorrência acirrada e aumento de salários deu o tiro de misericórdia na longa fase de expansão capitalista iniciada na década de 1940. “Entre 1974 e 1975, a economia capitalista internacional conheceu a sua primeira recessão generalizada desde a II Guerra Mundial, sendo a única, até então, a golpear todas as grandes potências imperialistas”, afirma Mandel.²²²

Segundo este autor, as principais expressões da amplitude da recessão de 1974-1975 foram a queda na produção industrial e o aumento do desemprego nos países mais ricos e industrializados, além da contração do comércio mundial. Entre 1973 e 1975, a produção industrial chegou a cair 19,8% no Japão; 15,5% na Itália; 14,4% nos Estados Unidos; 13,6% na França; 11,8% na Alemanha Ocidental; 10,1% na Grã-Bretanha; e 6,9% no Canadá.²²³ Entre 1965 e 1975, as taxas de desemprego dobraram, tanto nos Estados Unidos quanto no conjunto dos países europeus, passando de 4% para 8% nos Estados Unidos e de 2% para 4%

²²¹ HARVEY, 2012a, p. 135-136.

²²² MANDEL, 1990, p. 9.

²²³ Ibid., p. 15.

na Europa.²²⁴ Entre 1974 e 1975, o desemprego atingiu a casa dos 7,9 milhões de trabalhadores nos Estados Unidos; 1,3 milhão na Grã-Bretanha; 1,2 milhão no Japão; 1,1 milhão na Itália e na Alemanha Ocidental; 1 milhão na França e 724 mil no Canadá.²²⁵

A queda das exportações de cada país não foi tão impressionante, sendo que alguns até aumentaram suas vendas para o exterior entre 1974 e 1975,²²⁶ mas o efeito agregado foi um recuo do comércio mundial:

Durante vinte anos, as exportações dos países capitalistas tinham crescido mais rapidamente do que a produção industrial. Esta tendência foi particularmente viva nos países capitalistas propriamente ditos. De 1953 a 1963, o volume da produção industrial dos países capitalistas cresceu 62%, enquanto suas exportações aumentaram 82%. De 1963 a 1972, sua produção industrial cresceu 65%, enquanto suas exportações aumentaram 111%. Mas em 1975, pela primeira vez desde o começo da longa fase de expansão econômica do pós-guerra, o volume das exportações diminuiu. A OCDE avalia esse recuo em 7% para o conjunto do comércio mundial (inclusive o dos países não-capitalistas).²²⁷

A crise revelou uma grande capacidade produtiva excedente nas indústrias dos países avançados e mostrou que, ao contrário das grandes recessões do passado, a inflação continuou aumentando por um tempo mesmo com a queda nas vendas. No intervalo de apenas um ano, a taxa de utilização da indústria nos Estados Unidos despencou de mais de 85% em 1973 para menos de 70% em 1974.²²⁸ Ao mesmo tempo, a inflação disparou, pulando de 4% em 1973 para 8% em 1974.²²⁹ Com isso, a taxa de acumulação do capital teve uma queda abrupta, passando de mais de 5% em 1973 para cerca de 3,5% em 1976.²³⁰

3.4 A resposta capitalista à crise: reestruturação produtiva e acumulação flexível

O quadro generalizado de queda nos lucros, capacidade de produção excedente e intensificação da competição obrigou as corporações capitalistas de todos os países avançados a entrarem em um período de racionalização, reestruturação e intensificação do controle do trabalho.

A mudança tecnológica, a automação, a busca de novas linhas de produtos e nichos de mercado, a dispersão geográfica para zonas de controle do trabalho mais fácil, as fusões e medidas para acelerar o tempo de giro do capital passaram ao primeiro plano das estratégias corporativas de sobrevivência em condições gerais de deflação.

²²⁴ HARVEY, 2012a, p. 141.

²²⁵ MANDEL, 1990, p. 16.

²²⁶ MANDEL, 1990, p. 19.

²²⁷ Ibid., idem.

²²⁸ HARVEY, 2012a, p. 140.

²²⁹ Ibid., p. 141.

²³⁰ Ibid., p. 137.

[...] Em consequência, as décadas de 70 e 80 foram um conturbado período de reestruturação econômica e de reajustamento político e social.²³¹

A grande motivação por trás da reestruturação capitalista iniciada na década de 1970, afirma Negri, foi a necessidade de quebrar o nível de composição de classe atingido pelo operário-massa nos anos 1960, cujas lutas provocaram uma crise da dominação do capital sobre o trabalho. De acordo com o autor, o operário-massa introduziu quatro novos elementos na subjetividade operária que se revelaram extremamente subversivos.

1) *Versatilidade e tendência à unificação das lutas.* Ao transformar o trabalho na fábrica em uma sequência de movimentos padronizados, o fordismo levou o trabalho ao seu nível máximo de abstração, e o operário-massa demonstrou um alto grau de consciência disso, o que fez dele um trabalhador extremamente versátil, podendo atuar nas mais variadas funções. Aparentemente, isso era bom para o capital, mas produziu um efeito colateral extremamente perigoso para o sistema: a grande mobilidade entre as diversas funções levou o operário-massa a questionar as divisões de sexo, idade e cultura, entre outras, que costumavam segmentar a classe operária em diferentes grupos. Essa versatilidade criou as condições para uma crescente unificação dos diversos tipos de lutas políticas do proletariado.²³²

2) *Questionamento das hierarquias no local de trabalho.* Os vários segmentos da classe trabalhadora passaram a reivindicar condições salariais e de trabalho paritárias, independentemente de sua posição hierárquica ou do setor onde trabalhavam. Esse impulso igualitário produziu uma rigidez e homogeneização de reivindicações que criou sérias dificuldades para o capital recorrer às tradicionais estratégias de divisão dos trabalhadores:

Movimentos em direção ao igualitarismo serviram para reforçar essa rigidez: vimos o colapso de todo – ou quase todo – o arsenal de segregação na fábrica (remuneração por peça; controle unilateral dos tempos, por parte dos empregadores, do processo de trabalho, mobilidade interna etc) e da hierarquia que controla o processo de trabalho e organização da produção.²³³

Ao mesmo tempo, essa atitude criou um importante senso de solidariedade que contribuiu para a organização de lutas tanto por maiores salários quanto pela redução do tempo de trabalho:

Além disso, a rigidez global da classe provocou uma redução no tempo de trabalho efetivo; também forneceu defesa e apoio para experiências individuais de resistência ou recusa ao trabalho. A luta salarial, tanto em seus aspectos qualitativos quanto

²³¹ Ibid., p. 139-140.

²³² NEGRI, 1988, p. 207.

²³³ Ibid., p. 208. Tradução de Dafne Melo.

quantitativos, tornou-se uma variável independente poderosa de desenvolvimento: uma espécie de dualidade de poder econômico-político que passou a existir.²³⁴

3) *Questionamento da divisão entre trabalho produtivo e reprodutivo.* O operário-massa começou a levar as lutas da classe trabalhadora para fora da fábrica, incorporando às suas reivindicações questões relativas à esfera da reprodução da força de trabalho. Dessa forma, passou a reivindicar formas de salário para remunerar atividades que não eram consideradas produtivas, como o trabalho doméstico.

Embora não tenha chegado ao ponto de contestar diretamente o “salário de Édipo” (em outras palavras, o salário pago pela dominação do trabalhador masculino sobre sua família), o operário-massa induziu uma consciência da necessidade urgente de novas formas de salários na gestão e desenvolvimento da esfera social – novas formas de salário que pudessem ter um efeito decisivo e dissolver o salário familiar unificado, além de liberar nova força de trabalho a um nível extremamente elevado de necessidades. [...] Como tal, o operário-massa induziu efeitos subversivos em uma sociedade que tendia a negar a divisão entre trabalho produtivo e reprodutivo, e também contribuiu para alterar a proporção estabelecida entre eles.²³⁵

4) *Novos valores e novas formas de organização política.* Ainda que de modo incipiente, o operário-massa começou a expressar novos valores no interior do movimento operário, iniciando um questionamento das estruturas políticas rigidamente hierarquizadas e valorizando a liberdade de organização e as experiências comunitárias:

Podemos ver que um quadro de novos valores estava começando a tomar forma – ideias de liberdade para coincidir com o fato da mobilidade; ideias de comunidade, como um aspecto da rigidez mencionada acima; ideias de uma nova vida e universalidade, como uma síntese da relação das pessoas com a reprodução e o tempo livre. Esse quadro de novos valores era incipiente, ainda estava no amanhecer, mas mesmo assim foi eficaz, porque ele existia em um nível de massas.²³⁶

O objetivo da reestruturação iniciada nos anos 1970 foi, portanto, eliminar, um a um, esses elementos subversivos no interior da classe trabalhadora. E o capital utilizou diferentes estratégias para combater cada um deles. Para fazer frente à tendência à unificação das lutas, o capital recorreu a estratégias de segmentação da força de trabalho e *job design*:

O capital não se mobiliza contra o trabalho abstrato e a dimensão social que esse assume, mas contra a unificação política que ocorre a esse nível. O capital assume a subsunção do trabalho (abstração e socialização) como um algo dado. Experimentos em *job design*, segmentação do mercado de trabalho, políticas de reclassificação, reformas de metodologias de comando no âmbito da cooperação produtiva etc – tudo isso tornou-se fundamental. Um processo intenso e prático de tentativa e erro foi posto em movimento, destinado a destruir qualquer possibilidade de unificação do proletariado. [...] Todas as intervenções em termos de reorganização da força de trabalho e *job design* devem ser entendidas como políticas que aprendem com o

²³⁴ Ibid., idem. Tradução de Dafne Melo.

²³⁵ NEGRI, 1988, p. 208. Tradução de Dafne Melo.

²³⁶ Ibid., p. 209. Tradução de Dafne Melo.

progresso do trabalho abstrato no sentido da sua unificação social: intervir para bloquear o desenvolvimento do seu potencial subversivo.²³⁷

Para acabar com o questionamento das hierarquias no local de trabalho e com as reivindicações paritárias de salários e condições de trabalho, a saída foi lançar mão de chantagens, marginalizar certos grupos ou incentivar posturas corporativistas:

Políticas destinadas à segmentação do mercado de trabalho [...] tendem a produzir uma balcanização do mercado de trabalho e, acima de tudo, novos e importantes efeitos de marginalização. Marginalização na forma de chantagem política, repressão e degeneração de valores – muito mais do que a tradicional chantagem da pobreza. Eu disse que a rigidez nas formas de comportamento do operário-massa (em especial na frente de luta salarial) expressa uma essência que era qualitativa – um complexo de necessidades que se consolidou como poder. O problema do capital era como desarmar esse poder, quantitativa e qualitativamente. Assim, por um lado, vimos a promoção de diversas formas de *trabalho difuso* – ou seja, o deslocamento consciente das funções produtivas não ligadas a graus extremamente elevados de composição orgânica do capital para as periferias das regiões metropolitanas: esta é a resposta quantitativa, em termos de escala e tamanho. (A escala desse projeto é multinacional e deve ser entendida no contexto da crise de energia). Por outro lado, o capital tem atacado o problema da rigidez qualitativa e tem apontado para uma de duas soluções: ele deve ser corporativizado ou guetizado. Isso significa um sistema de hierarquias de salários com base na *participação* simulada no desenvolvimento e/ou na *arregimentação* dentro do desenvolvimento, de um lado, e na exclusão e isolamento, de outro.²³⁸

Para evitar a articulação entre as lutas na esfera da produção e da reprodução, o capital pressionou os governos nacionais a adotarem políticas de austeridade baseadas no corte de gastos públicos com os programas de bem-estar social:

O “estado de bem-estar” é o nível de capital voltado para sincronizar essa relação. Os benefícios do Estado de bem-estar são o fruto de lutas, são contrapoder. Mas a aplicação específica da reestruturação visa a utilização do bem-estar para controlar e articular o comando via manobras orçamentárias. “Cortes de gastos públicos” não são uma negação do Estado de bem-estar; ao contrário, eles o reorganizam em termos de produtividade e/ou repressão. Se a ação proletária no interior dessa rede de controle continua a produzir colapsos e introduzir bloqueios e desproporções, então a insistência do capital em impor seu controle atinge o ponto máximo. A *transição para o estado de guerra interna representa a sobredeterminação correspondente da crise do Estado de bem-estar*.²³⁹

Finalmente, para fazer frente às novas formas de organização política que começavam a nascer no seio do movimento operário, o capital buscou agir diretamente sobre os hábitos e estilos de vida da classe trabalhadora, de modo a disciplinar o cotidiano do trabalhador para evitar o conflito de classe:

O capital se relaciona com a fase de subordinação real como o antagonismo ao mais alto nível. Análises capitalistas de comando se movem dessa consciência para desenvolver duas possíveis linhas de abordagem. A primeira, que eu chamaria *empírica*, considera a força de trabalho social como um assunto puramente econômico e, portanto, localiza as manobras orientadas para os controles necessários

²³⁷ Ibid. p. 210-211. Tradução de Dafne Melo.

²³⁸ NEGRI, 1988, p. 211. Tradução de Dafne Melo. Itálicos do autor.

²³⁹ Ibid., p. 212. Tradução de Dafne Melo. Itálicos do autor.

dentro de um processo de tentativa e erro contínuo de redistribuição e realocação de renda – por exemplo, os objetivos consumistas, medidas inflacionárias etc. A outra, que eu chamo *sistêmica*, é mais refinada. Isso pressupõe que as políticas empíricas levadas a cabo até agora não resolveram nada. Assim, a única forma de garantir o exercício efetivo do comando, com uma redução contínua da complexidade do conflito de classes, é manter o comando sobre informações sistêmicas e circulação; manter um mecanismo pré-ordenado de entradas e saídas de planejamento e balanceamento. A este nível, a ciência e a prática de comando do capital revelam-se como *um conjunto de técnicas para analisar a esfera social*.²⁴⁰

Harvey identificou nas várias inovações introduzidas no embate entre capital e trabalho os indícios do surgimento, na década de 1970, de um novo regime de acumulação que ele batizou de *acumulação flexível*:

Essas experiências podem representar os primeiros ímpetus da passagem para um regime de acumulação inteiramente novo, associado com um sistema de regulamentação política e social bem distinta. A *acumulação flexível*, como vou chamá-la, é marcada por um confronto direto com a rigidez do fordismo. Ela se apoia na flexibilidade dos processos de trabalho, dos mercados de trabalho, dos produtos e padrões de consumo. Caracteriza-se pelo surgimento de setores de produção inteiramente novos, novas maneiras de fornecimento de serviços financeiros, novos mercados e, sobretudo, taxas altamente intensificadas de inovação comercial, tecnológica e organizacional. A acumulação flexível envolve rápidas mudanças nos padrões do desenvolvimento desigual, tanto entre setores como entre regiões geográficas, criando, por exemplo, um vasto movimento no emprego do chamado “setor de serviços”, bem como conjuntos industriais completamente novos em regiões até então subdesenvolvidas (tais como a “Terceira Itália”, Flandres, os vários vales e gargantas do silício, para não falar da vasta profusão de atividades dos países recém-industrializados). Ela também envolve um novo movimento que chamarei de “compressão do espaço-tempo” [...] no mundo capitalista – os horizontes temporais da tomada de decisões privada e pública se estreitaram, enquanto a comunicação via satélite e a queda dos custos de transporte possibilitaram cada vez mais a difusão imediata dessas decisões num espaço cada vez mais amplo e variado.²⁴¹

Assim como o regime de acumulação surgido na década de 1910 tinha como modelo os métodos de organização da produção introduzidos por Ford em suas fábricas, o novo regime de acumulação surgido nos anos 1970 também tinha um modelo: as inovações produtivas e organizacionais adotadas nas fábricas da Toyota a partir do fim da Segunda Guerra Mundial. Da mesma forma que o fordismo não foi uma mera replicação do que acontecia nas fábricas da Ford para o resto do mundo, a acumulação flexível também não foi uma mera transposição das técnicas de gestão da Toyota para o conjunto do sistema capitalista global. Mas, como afirma Ricardo Antunes, o chamado “Toyotismo” – ou modelo japonês – ocupou um lugar de destaque entre os vários modelos alternativos ao binômio taylorismo/fordismo que surgiram a partir da década de 1970 para fazer frente à concorrência intercapitalista intensificada e controlar as lutas sociais oriundas do trabalho.²⁴²

²⁴⁰ Ibid., p. 212-213. Tradução de Dafne Melo. Itálicos do autor.

²⁴¹ HARVEY, 2012a, p. 140.

²⁴² ANTUNES, 2009, p. 49-50.

O toyotismo (ou *ohnismo*, de Ohno, engenheiro que o criou na fábrica Toyota), como *via japonesa de expansão e consolidação do capitalismo monopolista industrial*, é uma forma de organização do trabalho que nasce na Toyota, no Japão pós-1945, e que, muito rapidamente, se propaga para as grandes indústrias daquele país. Ele se diferencia do fordismo basicamente nos seguintes traços:

- 1) *é uma produção* muito vinculada à demanda, visando atender às exigências *individualizadas* do mercado consumidor, diferenciando-se da produção em série e de massa do taylorismo/fordismo. Por isso sua produção *é variada e bastante heterogênea*, ao contrário da homogeneidade fordista;
- 2) fundamenta-se no trabalho operário em *equipe*, com *multivariabilidade* de funções, rompendo com o caráter parcelar típico do fordismo;
- 3) a produção se estrutura num processo produtivo flexível, que possibilita ao operário operar *simultaneamente* várias máquinas (na Toyota, em média até 5 máquinas), alterando-se a relação *homem/máquina* na qual se baseava o taylorismo/fordismo;
- 4) tem como princípio o *just in time*, o melhor aproveitamento possível no tempo de produção;
- 5) funciona segundo o sistema de *kanban*, placas ou senhas de comando para reposição de peças e de estoque. No toyotismo, os estoques são mínimos quando comparados ao fordismo;
- 6) as empresas do complexo produtivo toyotista, inclusive as terceirizadas, têm uma estrutura horizontalizada, ao contrário da verticalidade fordista. Enquanto na fábrica fordista aproximadamente 75% da produção era realizada no seu interior, a fábrica toyotista é responsável por somente 25% da produção, tendência que vem se intensificando ainda mais. Essa última prioriza o que é central em sua especialidade no processo produtivo (a chamada “teoria do foco”) e transfere a “terceiros” grande parte do que antes era produzido dentro do seu espaço produtivo. Essa *horizontalização* estende-se às subcontratadas, às firmas “terceirizadas” *acarretando a expansão dos métodos e procedimentos para toda a rede de fornecedores*. Desse modo, flexibilização, terceirização, subcontratação, CCQ, controle de qualidade total, *kanban*, *just in time*, *kaizen*, *team work*, eliminação do desperdício, “gerência participativa”, sindicalismo de empresa, entre outros pontos, são levados para um espaço ampliado do processo produtivo;
- 7) organiza os Círculos de Controle de Qualidade (CCQ), constituindo grupos de trabalhadores que são instigados pelo capital a discutir seu trabalho e desempenho, com vistas a melhorar a produtividade das empresas, convertendo-se num importante instrumento para o capital apropriar-se do *savoir-faire* intelectual e cognitivo do trabalhador, que o fordismo desprezava;
- 8) o toyotismo implantou o “emprego vitalício” para uma parcela dos trabalhadores das grandes empresas (cerca de 25 a 30% da população trabalhadora, onde se presenciava a *exclusão* das mulheres), além de ganhos salariais intimamente vinculados ao aumento da produtividade.²⁴³

Como se vê, o toyotismo se enquadra perfeitamente nos princípios da acumulação flexível descritos por Harvey e também fornece as ferramentas necessárias para o enquadramento das características subversivas do operário-massa elencadas por Negri às necessidades da produção e acumulação de capital: a versatilidade, a mobilidade e a tendência à colaboração são cooptadas pelos novos esquemas produtivos para funcionarem a favor do capital, ao mesmo tempo em que os aspectos ameaçadores (unificação de reivindicações, questionamento das hierarquias, etc) são neutralizados por meio de mecanismos de segmentação do mercado de trabalho e dispersão da produção. Assim, por meio da

²⁴³ ANTUNES, 2009, p. 56-57. Itálicos do autor.

acumulação flexível, o capital conseguiu em grande medida conter os impulsos subversivos no seio da classe operária e restabelecer o controle sobre o trabalho.

Esses poderes aumentados de flexibilidade e mobilidade permitem que os empregadores exerçam pressões mais fortes de controle do trabalho sobre uma força de trabalho de qualquer maneira enfraquecida por dois surtos selvagens de deflação, força que viu o desemprego aumentar nos países capitalistas avançados (salvo, talvez, no Japão) para níveis sem precedentes no pós-guerra. O trabalho organizado foi solapado pela reconstrução de focos de acumulação flexível em regiões que careciam de tradições industriais anteriores e pela reimportação para os centros mais antigos das normas e práticas regressivas estabelecidas nessas novas áreas. A acumulação flexível parece implicar níveis relativamente altos de desemprego “estrutural” (em oposição a “friccional”), rápida destruição e reconstrução de habilidades, ganhos modestos (quando há) de salários reais [...] e o retrocesso do poder sindical – uma das colunas políticas do regime fordista.²⁴⁴

Os patrões tiraram proveito do enfraquecimento do poder sindical e da grande quantidade de mão de obra excedente para promover uma radical reestruturação do mercado de trabalho. Esse processo se baseou na imposição de regimes e contratos de trabalho flexíveis e na segmentação do mercado de trabalho em um pequeno núcleo de trabalhadores fixos e em tempo integral – que gozavam de todas as antigas garantias do período fordista –, e uma multidão de trabalhadores “periféricos” divididos em dois subgrupos – um primeiro formado por trabalhadores em tempo integral pouco qualificados, que podiam facilmente ser substituídos, e um segundo formado por trabalhadores em tempo parcial, temporários e precarizados.²⁴⁵

Essa nova estrutura do mercado de trabalho favoreceu a proliferação das subcontratações, por meio das quais as grandes corporações mantêm um reduzido contingente de trabalhadores “centrais”, contratados em tempo integral para realizar as atividades mais complexas, e transferem as atividades menos qualificadas para pequenas empresas que mantêm relações de trabalho precarizadas e instáveis com seus funcionários. As principais consequências dessa reestruturação foram o aumento da precarização do trabalho, o vertiginoso crescimento da participação das mulheres (que recebem salários mais baixos) em atividades menos qualificadas e a forte expansão do emprego no setor de serviços, já que muitas das pequenas empresas que passaram a participar das cadeias produtivas se tornaram prestadoras de serviços das grandes corporações.²⁴⁶

²⁴⁴ HARVEY, 2012a, p. 140-141.

²⁴⁵ Ibid., 143-144.

²⁴⁶ Ibid., p. 144-149.

3.5 A nova geografia histórica do capitalismo

Como acontece em qualquer reestruturação capitalista, o processo iniciado na década de 1970 não ficou restrito à reorganização interna da produção em cada fábrica. Ele foi acompanhado por uma grande onda de ajustes espaçotemporais que produziram uma profunda reconfiguração da geografia histórica do capitalismo mundial. Essa reconfiguração se deu por meio de uma nova etapa no processo de internacionalização da produção. Segundo Michalet, as primeiras multinacionais que abriram filiais no exterior nas décadas de 1950 e 1960 seguiam uma estratégia que ele chama de “comercial”, pois se baseia essencialmente na expansão do mercado consumidor, substituindo a exportação pela produção *in loco*.

O objetivo é a conquista ou defesa de mercados por uma outra via que não a (tradicional) das exportações. A influência, efetiva ou potencial, de barreiras protecionistas, de custos de transporte, de modelos diferenciados de consumo e da concorrência exige que a firma crie unidades produtivas no exterior, substituindo ou suplementando as exportações. [...] Os mercados estrangeiros se fecham às exportações, quer pela vontade de certos Estados em favorecer uma indústria nacional nascente – segundo o clássico modelo de substituição de importações –, quer porque as condições da concorrência internacional se tenham exacerbado. O meio de compensar os efeitos negativos de tais medidas sobre o volume dos negócios e o montante dos lucros consiste então em criar filiais de produção no país importador. [...] [A]s filiais de produção instaladas em diferentes países têm como objetivo principal o atendimento dos mercados locais. [...] Assim, as vendas dessas filiais dependem basicamente do tamanho do mercado de implantação. [...] Uma vez que as filiais correspondentes a esta estratégia constituem uma espécie de representação da matriz ou do grupo, e que sua instalação se situa a meio caminho entre a exportação e a internacionalização da produção, propomos designá-las pelo nome de “filiais-substitutas”.²⁴⁷

Essa foi a lógica que orientou as implantações das filiais de empresas norte-americanas na Europa Ocidental e, inicialmente, também na América Latina. Com o aumento dos salários na Europa Ocidental a partir da metade da década de 1960, no entanto, essa estratégia começou a se revelar insuficiente, pois o investimento no exterior não compensava mais a diferença dos custos de produção. Foi nesse momento que as multinacionais – primeiro as norte-americanas, mas agora também as europeias e japonesas – passaram a também adotar uma nova estratégia, que Michalet chamou de “produtiva”. Essa nova estratégia visava aproveitar exclusivamente os baixos salários nos países do Terceiro Mundo, e não mais as oportunidades de venda em mercados locais. Agora, as multinacionais abriam unidades em países que apresentavam baixos custos de produção apenas para realizar determinadas etapas mais simples da fabricação de um produto, que em seguida era reexportado para a matriz para ser vendido nos grandes mercados consumidores da América do Norte e da Europa Ocidental.

²⁴⁷ MICHALET, 1983, p. 167-168.

Por estratégia produtiva entendemos o processo de multinacionalização conduzido pela preocupação em tirar partido da desigualdade dos custos de produção entre uma região e outra. [...] As disparidades de salário parecem constituir o elemento preponderante na escolha de uma nova localização das unidades produtivas. De acordo com tal raciocínio, a implantação de uma filial já não será determinada pela avaliação das possibilidades do mercado de implantação, mas pela dotação do fator trabalho. Idealmente, a totalidade da produção dessas filiais será reexportada para o país de origem ou para outros países. Esta hipótese se concretiza quando a filial se acha estreitamente especializada na fabricação de uma parte do produto final. A multinacionalização se acompanha então da internacionalização do próprio processo de produção. O que nós propomos chamar de “filiais-atelier” é uma unidade produtiva que não pode funcionar isoladamente. Está ligada ao grupo por relações horizontais e verticais. O que revigora o comércio internacional. De qualquer forma, na economia mundial, os fluxos de intercâmbio são fortemente “internacionalizados” dentro do próprio espaço da firma. [...] Agora, já não se trata mais de maximizar a margem de lucro do grupo mediante a soma dos resultados obtidos por cada filial-substituta; a estratégia passa a ser a atuação direta sobre a taxa global de lucro. Com efeito, as filiais-ateliers não comercializam sua produção. Esta é cedida, com base numa avaliação do custo marginal, a outras unidades produtivas do grupo. É somente no final da cadeia, quando já se tem o produto acabado, que o intercâmbio reaparece, realizando a mais-valia incorporada em cada uma das fases de elaboração do processo internacionalizado da produção.²⁴⁸

A estratégia produtiva não substituiu a estratégia comercial, o que aconteceu foi que as diferentes estratégias passaram a ser utilizadas em diferentes lugares: a comercial passou a predominar nos países avançados e a produtiva se tornou a tônica no Terceiro Mundo. Os dois tipos de estratégias se revelaram importantes instrumentos de ajuste espaçotemporal, pois nos dois casos forneciam mecanismos para fazer frente à sobreacumulação de capital nos países de origem das empresas. No caso da estratégia comercial, o principal instrumento era a diminuição da concorrência por meio de uma intensificação da concentração e da centralização do capital via aquisição de rivais em outros países.²⁴⁹ No caso da estratégia produtiva, o objetivo não era se apossar de uma fatia maior da mais-valia já produzida, mas sim aumentar a taxa de mais-valia:

As coisas se passam de outra maneira no caso da estratégia produtiva. A finalidade aqui não é mais o controle e repatriamento da maior massa possível de mais-valia, mas fundamentalmente o crescimento da taxa de mais-valia. Trata-se pois de criar um valor suplementar fora do país de origem. Neste, o nível de produtividade já alcançou um alto ponto. As técnicas de produção são altamente capital-intensivas e qualquer nova intensificação implica uma baixa na rentabilidade do capital. Assim, dado o elevado valor da força de trabalho e do nível de composição orgânica do capital, uma transferência do capital produtivo para formações sociais menos desenvolvidas aparece como solução à superacumulação. [...] Assim, por meio das filiais-ateliers, a internacionalização se traduz numa alta da taxa de mais-valia. De fato, ela se faz com base em uma composição orgânica do capital idêntica àquela que prevalece nas economias mais desenvolvidas, mas utilizando uma força de trabalho de menor valor.²⁵⁰

²⁴⁸ MICHALET, 1983, p. 169-170.

²⁴⁹ Ibid., 174-175.

²⁵⁰ Ibid., 175-176.

Os grandes símbolos da internacionalização da produção via estratégia produtiva foram as filiais de empresas norte-americanas que começaram a proliferar a partir da metade dos anos 1960 no Sul e no Leste da Ásia, em pequenos países que eram aliados estratégicos dos Estados Unidos na luta contra o comunismo: Coreia do Sul, Taiwan, Hong Kong e Cingapura – que mais tarde ficariam conhecidos como os quatro “Tigres Asiáticos”. Os dois primeiros eram frutos da cisão da Coreia e da China em partes comunistas e capitalistas ao fim da Segunda Guerra Mundial e recebiam ajuda militar direta dos Estados Unidos. Os dois outros eram antigos entrepostos do imperialismo britânico na região, totalmente alinhados com os interesses ocidentais. De um modo ou de outro, eram enclaves do capitalismo de livre-comércio em meio a um mar de regimes comunistas e nacionalistas que proliferaram na região na esteira dos movimentos de descolonização e das lutas de libertação nacional.

Ao contrário da maioria dos países do Terceiro Mundo, que na época adotavam políticas de substituição de importações como forma de estimular a industrialização nacional, esses quatro pequenos países adotaram uma estratégia diferente, que Jeffry Frieden chama de “Industrialização Orientada para Exportação”.²⁵¹ Assim como acontecia nos países que seguiam a linha da substituição de importações, os governos desses países intervinham pesadamente na economia, mas nestes casos para estimular as exportações por meio de benefícios e subsídios às importações, créditos para a exportação e redução nos impostos sobre os lucros obtidos com vendas internacionais.

Enquanto o resto do Terceiro Mundo fez com que a indústria se voltasse para dentro do país, as nações que se industrializaram com base nas exportações focaram no exterior. Em geral, essas indústrias dependiam dos voláteis mercados internacionais, mas tinham a vantagem de forçar os fabricantes nacionais a seguirem rigorosos padrões de qualidade, tecnologia e preços.²⁵²

A estratégia produtiva de internacionalização da produção alterou profundamente a dinâmica da indústria no mundo inteiro, pois a partir de então a fabricação de um produto deixou de ser uma atividade local e se transformou em um processo genuinamente global, em que as grandes corporações instaladas nos países centrais passavam a deslocar parte do processo produtivo para suas fábricas no Terceiro Mundo ou subcontratavam pequenas empresas locais para realizar essas tarefas. A dispersão geográfica, no entanto, foi acompanhada por uma crescente concentração do poder corporativo.

O incremento da capacidade de dispersão geográfica de produção em pequena escala e de busca de mercados de perfil específico não levou, necessariamente, no entanto, à diminuição do poder corporativo. Com efeito, na medida em que a informação e a

²⁵¹ FRIEDEN, Jeffry A. **Capitalismo global**: história política e econômica do século XX. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2008, p. 342.

²⁵² Ibid., idem.

capacidade de tomar decisões rápidas num ambiente deveras incerto, efêmero e competitivo se tornaram cruciais para os lucros, a corporação bem organizada tem evidentes vantagens competitivas sobre os pequenos negócios. A “desregulamentação” (outro slogan político da era da acumulação flexível) significou muitas vezes um aumento da monopolização (passada uma fase de competição intensificada) em setores como empresas de aviação, energia e serviços financeiros. Num dos extremos da escala de negócios, a acumulação flexível levou a maciças fusões e diversificações corporativas. [...] No outro extremo da escala, os pequenos negócios, as estruturas organizacionais patriarcais e artesanais também floresceram. [...] Novos sistemas de coordenação foram implantados, quer por meio de uma complexa variedade de arranjos de subcontratação (que ligam pequenas firmas a operações de larga escala, com frequência multinacionais), através da formação de novos conjuntos produtivos em que as economias de aglomeração assumem crescente importância, quer por intermédio do domínio e da integração de pequenos negócios sob a égide de poderosas organizações financeiras ou de marketing.²⁵³

3.6 Revolução da informação e financeirização

O duplo movimento de concentração/centralização do capital e dispersão da produção foi impulsionado por dois fenômenos que se desenvolveram paralelamente à reestruturação produtiva: a revolução das tecnologias da informação e a reorganização do sistema financeiro global. O fim da década de 1960 foi o ponto culminante de uma revolução tecnológica iniciada durante a Segunda Guerra Mundial, quando Alan Turing desenvolveu o modelo do que seriam os modernos computadores, que começaram a ser comercializados na década de 1950. Um novo passo foi dado em 1962, com a entrada em órbita do primeiro satélite de comunicações comercial. Finalmente, em 1969, entrou em operação a primeira rede informática de comunicações, a ARPANET, que foi o embrião da Internet.

A “revolução da informação”, como ficou conhecido esse processo, complementou a revolução da indústria dos transportes iniciada na década de 1950, e deu um impulso ainda maior para a reconfiguração geográfica do capitalismo.

A importância de tudo isso fica ainda mais clara diante do contexto da rápida redução de custos de transporte em jumbos de carga e pelas comunicações via satélite, que permitiu a comunicação instantânea, para qualquer parte do mundo, de instruções de projeto e de produção. A indústria, que tradicionalmente dependia de restrições locais no tocante a fontes de matérias-primas e a mercados, pôde se tornar muito mais independente.²⁵⁴

Além disso, as novas tecnologias da informação se revelaram uma ferramenta fundamental para as empresas na era da acumulação flexível, pois a informação e o conhecimento científico se tornaram ativos fundamentais a partir dos anos 1970.

O acesso à informação, bem como o seu controle, aliados a uma forte capacidade de análise instantânea de dados, tornaram-se essenciais à coordenação centralizada de interesses corporativos descentralizados. A capacidade de resposta instantânea a

²⁵³ HARVEY, 2012a, p. 149-150.

²⁵⁴ HARVEY, 2012a, p. 156.

variações das taxas de câmbio, mudanças das modas e dos gostos e iniciativas dos competidores tem hoje um caráter mais crucial para a sobrevivência corporativa do que sobre o fordismo. [...] O acesso ao conhecimento científico e técnico sempre teve importância na luta competitiva; mas, também aqui, podemos ver uma renovação de interesse e de ênfase, já que, num mundo de rápidas mudanças de gostos e necessidades e de sistemas de produção flexíveis (em oposição ao mundo relativamente estável do fordismo padronizado) o conhecimento da última técnica, do mais novo produto, da mais recente descoberta científica, implica a possibilidade de alcançar uma importante vantagem competitiva. O próprio saber se torna uma mercadoria-chave, a ser produzida e vendida a quem pagar mais, sob condições que são elas mesmas cada vez mais organizadas em bases competitivas. [...] O controle do fluxo de informações e dos veículos de propagação do gosto e da cultura populares também se converteu em arma vital na batalha competitiva. A espantosa concentração de poder econômico na edição de livros (onde 2% dos editores controlam 75% dos livros publicados nos Estados Unidos), na mídia e na imprensa não pode ser explicada tão-somente em termos de condições de produção propícias a fusões nesses campos. Ela tem muita relação com o poder de outras grandes corporações manifesto no controle destas sobre os mecanismos de distribuição e as despesas de publicidade.²⁵⁵

O segundo fenômeno que acompanhou e impulsionou a reestruturação produtiva a partir dos anos 1970 foi a profunda reorganização do sistema financeiro global que se seguiu ao colapso do acordo de Bretton Woods, em 1971. Durante 27 anos, o sistema monetário internacional se baseou na força do dólar norte-americano como moeda de reserva internacional, pois como os Estados Unidos saíram da Segunda Guerra Mundial como uma superpotência ao mesmo tempo econômica, política e militar, o valor de sua moeda nacional teria a estabilidade necessária para servir como equivalente de troca universal pelo ouro, mercadoria que lastreava os valores das moedas nacionais. Dessa forma, todo o sistema se apoiava sobre o estabelecimento de um preço fixo do ouro em dólares, e a partir dessa relação a cotação de cada moeda nacional em relação ao dólar era definida também por uma taxa de câmbio fixa.

O resultado dessa arquitetura financeira foi um sistema monetário internacional basicamente regulado pelos governos e pelas instituições supranacionais criadas em Bretton Woods para supervisionar o sistema e para resolver eventuais conflitos entre Estados. Cada país definia sua política monetária de maneira razoavelmente autônoma e impunha restrições às transações financeiras internacionais por meio de sistemas de controle de capitais.

Como já vimos, toda essa engrenagem funcionou bem enquanto a indústria norte-americana foi a mais avançada e competitiva do mundo, mas com a recuperação dos demais países capitalistas na década de 1960 e a perda de competitividade da indústria norte-americana, a balança comercial da maior potência capitalista começou a apresentar

²⁵⁵ HARVEY, 2012a, p. 151-152. Para uma análise detalhada da importância da publicidade e da comunicação corporativa em geral no capitalismo contemporâneo, ver KLEIN, Naomi. **Sem logo: a tirania das marcas em um planeta vendido**. 4. ed. Rio de Janeiro: Record, 2004.

problemas. Ao mesmo tempo, o crescimento dos gastos militares e sociais em um contexto de queda da demanda e da taxa de lucro passou a gerar seguidos déficits. A saída temporária que o governo norte-americano encontrou foi expandir o crédito, o que provocou aumento da inflação, minando a capacidade de preservar o valor do dólar.

Todo o sistema de regulamentação econômica de pós-guerra estava baseado na hegemonia político-militar do imperialismo americano, que também era o carro-chefe do desenvolvimento econômico. O papel político mundial dos EUA está cada vez mais em contradição com o seu declínio econômico, que concentra todos os traços do processo de decomposição capitalista.²⁵⁶

A crescente tensão atingiu um ponto de ruptura em agosto de 1971, quando o governo dos Estados Unidos anunciou a desvalorização do dólar e a decisão unilateral de acabar com a conversibilidade do dólar em ouro. Na prática, essa decisão significou o fim do acordo de Bretton Woods, que foi definitivamente sepultado em 1973, quando o antigo sistema de taxas fixas de câmbio foi substituído por um novo sistema de taxas de câmbio flutuantes. A partir desse momento, os valores das moedas não eram mais definidos pelos governos nacionais, mas sim pelo mercado financeiro internacional.

A ruptura, em 1971, do acordo de Bretton Woods – de fixação do preço do ouro e da convertibilidade do dólar – foi um reconhecimento de que os Estados Unidos já não tinham condições de controlar sozinhos a política fiscal e monetária do mundo. A adoção de um sistema de taxa de câmbio flexível em 1973 (em reação às maciças variações especulativas das moedas com relação ao dólar) assinalou a completa abolição de Bretton Woods. Desde aquela época, todas as nações-Estado dependem do disciplinamento financeiro, realizado graças aos efeitos do fluxo de capital ou de medidas institucionais diretas.²⁵⁷

A adoção do sistema de taxas de câmbio flutuantes foi o reconhecimento oficial de uma situação que já se apresentava na prática desde a metade da década de 1960, quando uma quantidade crescente de dólares começou a ser negociada nas praças financeiras europeias sem nenhuma regulação governamental. Mais até do que a degradação da balança comercial dos Estados Unidos, o mercado do “eurodólar” foi o grande fator que levou ao colapso do acordo de Bretton Woods.

Os persistentes e crescentes déficits americanos haviam minado o sistema durante duas décadas, particularmente nos cinco ou seis anos anteriores ao seu fim. Mas não foram os déficits comerciais como tais que precipitaram o seu fim, mas os vastos movimentos de capital a curto-prazo entre nações. Em 1971, o déficit americano básico era de pouco mais de nove bilhões de dólares, a quantia mais elevada do pós-guerra, mas menos do que um terço do déficit total dos Estados Unidos de 29,8 bilhões de dólares. Foi essa grande cascata de dólares espalhando-se pelo resto do mundo e, em especial, pelos países de moeda forte que rompeu o sistema. [...] Além dos fluxos de dentro dos Estados Unidos, existem vastas quantidades de dinheiro fora de seus países de origem que se chamam *euromonedas*. Estas podem ser

²⁵⁶ COGGIOLA, Osvaldo; MARTINS, José. **Dinâmica da globalização: mercado mundial e ciclos econômicos** (1970-2005). São Paulo: Instituto Rosa Luxemburgo, 2006, p. 95.

²⁵⁷ HARVEY, 2012a, p. 155-156.

enviadas de um país para outro com grande velocidade; são tão móveis quanto um telefonema ou uma mensagem de telex. Além disso, esses fundos não estão sujeitos a qualquer autoridade monetária supranacional, já que não há nenhuma.²⁵⁸

Segundo Coggiola e Martins, esse mercado era a própria “forma protozoária” de um “novo sistema financeiro mundial que nascia e que iria comandar doravante o comércio e os investimentos internacionais”.²⁵⁹

Desde seu início, esse novo sistema monetário internacional – e seu corolário, o sistema de taxas cambiais flutuantes – já exprimia claramente as contradições de uma gigantesca internacionalização do capital industrial dos Estados Unidos nos anos 1960 e as tentativas vacilantes e ineficazes dos diversos governos nacionais para defender sua autonomia de ação frente aquele embrionário processo de globalização. Na origem dessa transição de um sistema monetário internacional para outro, portanto, desenrolava-se uma transição ainda mais fundamental das condições produtivas de capital no mercado mundial. As instabilidades e descontroles a que se assistia nos mercados monetários e financeiros internacionais eram antes de tudo manifestações de novas condições da produção e da acumulação do capital global. Eram geradas pela adaptação das formas mais superficiais do mercado capitalista às necessidades de valorização e reprodução ampliada da produção de mais-valia.²⁶⁰

O novo sistema financeiro que nasceu em 1973 foi um elemento central para o aumento da mobilidade internacional tanto dos fluxos financeiros quanto da produção. O fim das taxas de câmbio fixas foi acompanhado por uma onda de medidas de desregulamentação dos sistemas financeiros nacionais iniciada nos Estados Unidos no começo dos anos 1970 e que foi se espalhando pelo mundo ao longo das duas décadas seguintes. Essas medidas acabaram com os antigos controles de capitais e libertaram os fluxos financeiros de boa parte das regulações antes impostas pelos Estados nacionais, de modo que esses fluxos se transformaram em poderosos instrumentos de coordenação da atividade econômica cada vez mais internacionalizada. Com a disseminação do uso das novas tecnologias da informação, como computadores e redes de comunicação informáticas e via satélite, investidores de todas as partes do planeta passaram a realizar transações entre os mais diferentes países em minutos ou até segundos, criando um mercado financeiro genuinamente global.

A formação de um mercado de ações global, de mercados futuros de mercadorias (e até de divisas) globais, de acordos de compensação recíproca de taxas de juros e moedas, ao lado da acelerada mobilidade geográfica de fundos, significou, pela primeira vez, a criação de um único mercado mundial de dinheiro e de crédito.²⁶¹

Esse sistema financeiro global ofereceu as condições ideais para o desenvolvimento de um regime de acumulação flexível baseado em uma profunda reconfiguração geográfica do capitalismo mundial:

²⁵⁸ ROLF e BURTLE, 1975 apud COGGIOLA e MARTINS, 2006, p. 110.

²⁵⁹ COGGIOLA e MARTINS, 2006, p. 110.

²⁶⁰ COGGIOLA e MARTINS, 2006, p. 110-111.

²⁶¹ HARVEY, 2012a, p. 152.

Boa parte da fluidez, da instabilidade e do frenesi pode ser atribuída diretamente ao aumento da capacidade de dirigir os fluxos de capital para lá e para cá de maneiras que quase parecem desprezar as restrições de tempo e de espaço que costumam ter efeito sobre as atividades materiais de produção e consumo.²⁶²

3.7 Globalização, oligopólio mundial e produção em rede

A partir do início da década de 1980, essas transformações da economia mundial capitalista começaram a ser teorizadas pelos pesquisadores da administração de empresas como uma passagem para uma nova etapa de concorrência *global* entre as corporações capitalistas. Segundo Chesnais,

O adjetivo “global” surgiu no começo dos anos 80, nas grandes escolas americanas de administração de empresas, as célebres “*business management schools*” de Harvard, Columbia, Stanford etc. Foi popularizado nas obras e artigos dos mais célebres consultores de estratégia e marketing, formados nessas escolas – o japonês K. Ohmae [...], o americano M.E. Porter – ou em estreito contato com elas. [...] Em matéria de administração de empresas, o termo era utilizado tendo como destinatários os grandes grupos, para passar a seguinte mensagem: em todo lugar onde se possa gerar lucros, os obstáculos à expansão das atividades de vocês foram levantados, graças à liberalização e à desregulamentação; a telemática e os satélites de comunicações colocam em suas mãos formidáveis instrumentos de comunicação e controle; reorganizem-se e reformulem, em consequência, suas estratégias internacionais.²⁶³

Um dos pioneiros desse discurso foi o norte-americano Michael Eugene Porter, que em 1980 publicou *Estratégia competitiva*, livro que até hoje é uma referência no estudo das estratégias competitivas das empresas. Porter dedica um capítulo inteiro da obra à análise da concorrência em indústrias globais. Segundo ele, a partir da década de 1970, um número crescente de indústrias deixou de competir apenas em âmbito nacional ou internacional (apenas em alguns países) para se tornar indústrias *globais*, que produzem com base em um sistema de fabricação coordenada em nível mundial. Este seria, de acordo com Porter, o “movimento para a globalização”.²⁶⁴

A partir dessa literatura especializada, explica Chesnais, o termo “globalização” foi rapidamente disseminado mundialmente pela imprensa econômica e financeira de língua inglesa como um poderoso discurso ideológico que em pouco tempo invadiu o discurso político, passando a ser utilizado para descrever um mundo sem fronteiras no qual o poder dos Estados nacionais estaria sendo suplantado pelas grandes empresas multinacionais.²⁶⁵

²⁶² Ibid., p. 155.

²⁶³ CHESNAIS, François. **A mundialização do capital**. São Paulo: Xamã, 1996, p. 23.

²⁶⁴ PORTER, Michael E. **Estratégia competitiva**. 2. ed. Rio de Janeiro: Campus; Elsevier, 2004, p. 286-287.

²⁶⁵ CHESNAIS, 1996, p. 23. Para um exemplo desse tipo de discurso, ver OHMAE, Kenichi. **O fim do estado-nação: a ascensão das economias regionais**. Rio de Janeiro: Campus, 1996.

Ainda que a tese da crise terminal dos Estados nacionais seja uma falácia, como veremos adiante, o enorme crescimento das dimensões e do poder das empresas multinacionais foi, de fato, um elemento fundamental da economia mundial a partir da década de 1980, como mostra Chesnais. A reestruturação produtiva iniciada na década de 1970 foi acompanhada por uma forte onda de concentração e centralização do capital em nível mundial. A partir da constatação da existência nos países centrais de uma grande capacidade produtiva excedente escancarada pela recessão de 1974-1975, os novos investimentos passaram a se direcionar cada vez mais para aquisições de empresas concorrentes ou fusões entre rivais do que para a criação de novas capacidades produtivas.²⁶⁶

A centralização do capital foi uma forma de fazer frente à intensificação da concorrência por meio da redução do número de competidores, de forma que as empresas mais fracas foram absorvidas pelas mais fortes. Esse movimento foi possibilitado pelos novos instrumentos financeiros criados pela globalização dos mercados de capitais e pela redução das barreiras aos investimentos externos em diversos países.

Tudo isso convergiu, a partir de fins da década de 1970, para detonar um grande movimento de investimento internacional cruzado, dominado pelas aquisições/fusões. Uma vez iniciado esse movimento, e com ele o processo de concentração/centralização, tornou-se inevitável sua amplificação e aceleração.²⁶⁷

A recuperação das indústrias da Europa Ocidental e do Japão, nos anos 1960, havia reconfigurado a geopolítica econômica do capitalismo mundial, que passou a contar, a partir de então, com três polos de desenvolvimento: Estados Unidos, Europa Ocidental e Japão. Em 1985, o consultor de empresas japonês Kenichi Ohmae apresentou um modelo teórico que se tornou célebre para descrever a paisagem geográfica da competição em âmbito mundial. Partindo do mesmo pressuposto que Porter, Ohmae afirmou que a partir dos anos 1970 a concorrência entre as empresas passou a se dar em âmbito global, e os vários grupos rivais eram provenientes desses três polos de desenvolvimento econômico. Por isso, ele cunhou o termo “Tríade” para descrever a estrutura da competição global.²⁶⁸

Com a intensificação da competição entre as empresas dos três polos da Tríade, os fluxos do investimento externo direto dos países capitalistas mais avançados – reunidos na OCDE – foram redirecionados. Depois de uma onda de investimento nos países do Terceiro Mundo a partir da metade da década de 1960, as capitalistas dos países centrais passaram a mirar seus próprios pares, pois os grupos industriais de um país passaram a buscar adquirir ou

²⁶⁶ CHESNAIS, 1996, p. 63.

²⁶⁷ Ibid., p. 64.

²⁶⁸ OHMAE, Kenichi. **Poder da Tríade**: a emergência da concorrência global. São Paulo: Livraria Pioneira Editora, 1989.

se fundir com antigos concorrentes de outros países avançados para criar grupos cada vez mais poderosos em nível mundial. Com isso, o investimento dos países avançados adquiriu um caráter “essencialmente ‘intratriádico’ [...], que, ao longo da década de 1980, se concentrou em mais de 80%, dentro da área da OCDE”.²⁶⁹

Essa onda de fusões e aquisições foi uma resposta à intensificação da concorrência intercapitalista detonada pela crise de acumulação dos anos 1970 e resultou no surgimento de gigantescos conglomerados transnacionais, que muitas vezes passaram a deter ativos em valor muito superior ao PIB de diversos países.

As dimensões dos grandes grupos, cuja fisionomia começamos a perceber, aumentaram substancialmente ao longo da década de 80. [...] A crise poupou os grandes grupos; pelo contrário, eles experimentaram um crescimento sustentado. Este foi marcado ou, mais exatamente, foi proporcionado pelo reflorescimento de sua expansão internacional e pela forma assumida por essa expansão.²⁷⁰

A partir desse momento, a escala geográfica da competição entre os grandes grupos capitalistas se transformou. Durante o período fordista-keynesiano, a concorrência se dava basicamente em âmbito nacional. Mesmo com o processo de internacionalização dos anos 1950 e 1960, os grandes grupos competiam entre si em diversos países, mas a concorrência se dava essencialmente no interior de cada mercado nacional. Por isso, os oligopólios dessa época eram nacionais, protegidos tanto por tarifas comerciais quanto por controles de capitais. A onda de liberalização a partir dos anos 1970 mudou radicalmente esse quadro e os antigos oligopólios nacionais foram abertos para a concorrência internacional. Inicialmente, a competição em cada mercado nacional considerado separadamente realmente aumentou, mas como esse processo foi acompanhado pela onda de aquisições e fusões em nível global, o resultado foi a formação de um oligopólio mundial.²⁷¹

[D]efinimos o oligopólio mundial como um “espaço de rivalidade”, delimitado pelas relações de dependência mútua de mercado, que interligam o pequeno número de grandes grupos que, numa dada indústria (ou num conjunto de indústrias de tecnologia genérica comum), chegam a adquirir e conservar a posição de concorrente efetivo no plano mundial. O oligopólio é um lugar de concorrência encarniçada, mas também de colaboração entre grupos. Estes reconhecem sua “mútua dependência de mercado” (Caves, 1974), de modo que as relações que constituem o monopólio são, em si mesmas e de forma inerente, um importante fator de barreira à entrada de outros, sobre o qual virão depois se desenvolver outros elementos.²⁷²

²⁶⁹ CHESNAIS, 1996, p. 63.

²⁷⁰ CHESNAIS, 1996, p. 91.

²⁷¹ Ibid., p. 96.

²⁷² Ibid., p. 93.

Na verdade, como lembra o próprio Chesnais, “formas muito concentradas de produção e de comercialização em escala internacional não são novidade nenhuma”.²⁷³ Em sua obra clássica sobre o imperialismo, Lenin já menciona a “partilha do mundo” por associações capitalistas em diferentes ramos da indústria, como o elétrico, o petroleiro e o metalúrgico.²⁷⁴ Segundo Chesnais, a novidade da etapa de centralização internacional do capital iniciada na década de 1980 foi a formação de oligopólios globais na indústria de bens de consumo, ao contrário dos oligopólios globais tradicionais, que se formaram no século XIX em ramos da indústria de bens de capital e de matérias-primas.²⁷⁵

Assim nasceram as gigantescas corporações transnacionais, que passaram a ter um poder econômico e político cada vez maior nas décadas de 1980 e 1990. Ao reunir diversas empresas sob a administração central de uma *holding*, esses grupos inauguraram um novo estilo de gestão adaptado ao espírito do toyotismo, na medida em que as diversas etapas do processo produtivo puderam passar a ser desempenhadas por diferentes unidades produtivas tanto internas quanto externas ao grupo. O enorme poder econômico das transnacionais e os instrumentos de coordenação fornecidos pelas tecnologias de comunicação e de transporte permitiram que as grandes corporações estabelecessem os mais variados arranjos produtivos com empresas menores, que permaneciam formalmente autônomas, mas na prática se tornavam cada vez mais subordinadas às necessidades dos grandes grupos. Assim nasceu o que Chesnais chamou de “empresas-rede”.

A fusão das tecnologias de telecomunicações e de informática e o surgimento da teleinformática permitiram às grandes companhias gerenciar melhor as economias de custos de transação, obtidas pela integração, e reduzir os “custos burocráticos” associados a sua internalização. Essas novas tecnologias tornam possível também uma melhor gestão das numerosas “novas relações” [...] por meio das quais a grande companhia pode estabelecer um controle estrito sobre parte das operações de outra empresa, sem precisar absorvê-la. Essa é a originalidade das empresas-rede. [...] Nos últimos vinte anos, assistiu-se a uma extensão considerável da gama de meios que permitem à grande empresa reduzir seu recurso à integração direta e evitar ter de ampliar continuamente o seu mercado interno [...]. As modalidades de externalização utilizadas pelas grandes companhias não comportam nenhum questionamento das “hierarquias”. Pelo contrário, representam meios que permitem às companhias estabelecer relações assimétricas perante outras empresas e reforçar o seu próprio poder econômico.²⁷⁶

O processo de centralização do capital que deu origem às gigantescas corporações transnacionais ilustra bem o sentido da reestruturação capitalista a partir da década de 1970. Diante da crise mundial de superprodução, a estratégia de cada capitalista individual para

²⁷³ Ibid., p. 94.

²⁷⁴ LENIN, 2012, p. 99-108.

²⁷⁵ CHESNAIS, 1996, p. 94-95.

²⁷⁶ Ibid., p. 103-105.

manter a acumulação passou a se concentrar menos na geração de novas riquezas e mais na redistribuição da riqueza já existente. Por isso, Harvey afirma que a reestruturação capitalista a partir de 1973 se baseou fortemente em mecanismos de acumulação por espoliação, como veremos adiante, e em uma profunda transformação do equilíbrio de forças entre as classes em nível mundial. Sentindo-se ameaçada pela queda dos lucros, as classes dominantes partiram para a ofensiva.

Uma condição do acordo do pós-guerra em quase todos os países era que o poder econômico das classes altas fosse restrito e que o trabalho recebesse uma parcela bem mais ampla do bolo econômico. [...] Mas quando o crescimento entrou em colapso nos anos 1970, quando as taxas de juro reais ficaram negativas e a norma eram poucos dividendos e lucros, as classes altas em toda parte se sentiram ameaçadas. Nos Estados Unidos, o controle da riqueza (em oposição à renda) pelo 1% mais rico da população permaneceu mais ou menos estável por todo o século XX. Mas na década de 1970 sofreu uma acentuada queda [...] com o colapso do valor dos ativos (ações, imóveis, poupanças). As classes altas tinham de agir com mais vigor para se proteger da aniquilação política e econômica.²⁷⁷

Até aqui vimos como essa ofensiva se deu no campo econômico, mas ela também foi articulada nos campos da ideologia e da política.

3.8 A virada neoliberal

Assim como o keynesianismo foi a forma política encontrada pelo capital para reconfigurar as relações de poder diante do avanço da classe trabalhadora e das inovações produtivas introduzidas pelo fordismo e pelo taylorismo nas primeiras décadas do século XX, a acumulação flexível também encontrou um correlato político-ideológico na forma do neoliberalismo, uma doutrina econômica e política que começou a ser formulada por intelectuais de elite ao fim da Segunda Guerra Mundial para se opor ao que eles viam como uma grande ameaça à liberdade e à dignidade humanas representada pelo avanço generalizado de doutrinas intervencionistas como o comunismo, o socialismo e o keynesianismo.²⁷⁸

O neoliberalismo é em primeiro lugar uma teoria das práticas político-econômicas que propõe que o bem-estar humano pode ser melhor promovido liberando-se as liberdades e capacidades empreendedoras individuais no âmbito de uma estrutura institucional caracterizada por sólidos direitos a propriedade privada, livres mercados e livre comércio. O papel do Estado é criar e preservar uma estrutura institucional apropriada a essas práticas; o Estado tem de garantir, por exemplo, a qualidade e a integridade do dinheiro. Deve também estabelecer as estruturas e funções militares, de defesa, da polícia e legais requeridas para garantir direitos de propriedade individuais e para assegurar, se necessário pela força, o funcionamento apropriado dos mercados. Além disso, se não existirem mercados (em áreas como a terra, a água, a instrução, o cuidado de saúde, a segurança social ou a poluição ambiental), estes devem ser criados, se necessário pela ação do Estado. Mas o

²⁷⁷ HARVEY, David. **O neoliberalismo**: história e implicações. São Paulo: Loyola, 2008, p. 25.

²⁷⁸ Ibid., p. 29.

Estado não deve aventurar-se para além dessas tarefas. As intervenções do Estado nos mercados (uma vez criados) devem ser mantidas num nível mínimo, porque, de acordo com a teoria, o Estado possivelmente não possui informações suficientes para entender devidamente os sinais do mercado (preços) e porque poderosos grupos de interesse vão inevitavelmente distorcer e viciar as intervenções do Estado (particularmente nas democracias) em seu próprio benefício.²⁷⁹

Essa doutrina nasceu em 1947, com a fundação, em um spa nos Alpes Suíços, da Mont Pelerin Society, associação que reunia um grupo de pensadores cujos principais representantes eram três economistas: os austríacos Ludwig Von Mises e Friedrich Von Hayek e o norte-americano Milton Friedman.

Os membros do grupo se descreveram como “liberais” (no sentido europeu tradicional) devido ao seu compromisso fundamental com ideias de liberdade pessoal. O rótulo “neoliberal” marcava sua adesão aos princípios de livre mercado da economia neoclássica que emergira na segunda metade do século XIX (graças aos trabalhos de Alfred Marshall, William Stanley Jevons e Leon Walras) para substituir as teorias clássicas de Adam Smith, David Ricardo e, naturalmente, Karl Marx.²⁸⁰

Desde o começo, os neoliberais elegeram como principal alvo de suas críticas o intervencionismo estatal na economia defendido pelos keynesianos, que, a partir do fim da Segunda Guerra Mundial, passaram a ocupar posições de poder nos aparelhos de Estado de todos os países capitalistas avançados.

[Os neoliberais] alegavam que as decisões do Estado estavam fadadas à tendenciosidade política, que dependia da força dos grupos de interesse envolvidos (como os sindicatos, os ambientalistas ou os grupos de pressão corporativos). As decisões do Estado em questões de investimento e acumulação do capital estavam fadadas a ser erradas porque as informações à disposição do Estado não podiam rivalizar com as contidas nos sinais do mercado.²⁸¹

Devido à hegemonia do pensamento keynesiano nos países capitalistas avançados até o início da década de 1970, durante mais de 20 anos o neoliberalismo não passou de uma teoria excêntrica defendida por um pequeno grupo de intelectuais elitistas. No entanto, quando o regime de acumulação fordista-keynesiano entrou em crise, a crítica ao intervencionismo estatal subitamente ganhou força, e a teoria neoliberal adquiriu prestígio acadêmico quando dois de seus principais defensores ganharam o prêmio Nobel de economia: Hayek, em 1974, e Friedman, em 1976.

A partir desse momento, o neoliberalismo teve uma ascensão meteórica nos meios intelectuais e políticos e finalmente chegou ao poder com as eleições de Margaret Thatcher ao cargo de primeira-ministra do Reino Unido, em 1979, e de Ronald Reagan à presidência dos Estados Unidos, em 1980. Esse foi o momento da virada neoliberal, quando dois dos países

²⁷⁹ Ibid., p. 12.

²⁸⁰ HARVEY, 2008, p. 29-30.

²⁸¹ Ibid., p. 30.

mais avançados do capitalismo mundial abandonaram definitivamente a doutrina que sustentava o regime de acumulação fordista-keynesiano e abraçaram um novo ideário político e econômico que estabelecia o arcabouço institucional propício para o pleno desenvolvimento da globalização financeira e da acumulação flexível.

Thatcher foi eleita em maio de 1979, tendo como seu principal assessor o publicista Keith Joseph, fortemente vinculado ao neoliberal Institute of Economic Affairs. Nos Estados Unidos, a virada neoliberal começou em outubro de 1979 – antes mesmo da eleição de Reagan –, quando o presidente do Federal Reserve Bank, Paul Volcker, promoveu uma elevação radical da taxa de juros, optando por uma política de combate à inflação e valorização do dólar em detrimento da produção industrial e do emprego.

A taxa real de juro, que com frequência fora negativa durante o surto inflacionário de dois dígitos dos anos 1970, tornou-se positiva por ordem do Federal Reserve [...]. A taxa nominal de juro aumentou da noite para o dia, depois de algumas elevações e quedas, ficando em julho de 1981 perto dos 20%. Iniciou-se assim “uma duradoura recessão profunda que esvaziaria as fábricas e destruiria os sindicatos dos Estados Unidos, além de levar países devedores à beira da falência, dando início à longa era dos ajustes estruturais” [HENWOOD, 2003]. Essa, argumentou Volcker, era a única saída para a tenebrosa crise de estagflação que caracterizara os Estados Unidos e boa parcela da economia global por todos os anos 1970.²⁸²

O “Choque Volcker”, como ficaria conhecida a súbita elevação dos juros da economia norte-americana, marcou a adoção do monetarismo como pilar central da política econômica, uma característica central da aplicação do neoliberalismo às políticas públicas, mas este foi apenas um dos aspectos da transformação da teoria neoliberal em doutrina de Estado. Na prática, essa passagem se deu por meio de uma série de reformas que mudaram radicalmente as regras econômicas, políticas e sociais dos países em que foram implantadas, e que nem sempre estavam de pleno acordo com os princípios abstratos defendidos pelos pensadores neoliberais. Essas reformas moldaram um novo tipo de Estado, que Harvey chama de Estado neoliberal,²⁸³ e que teve como grandes modelos o Reino Unido durante os governos de Thatcher (1979-1990) e os Estados Unidos sob as administrações de Reagan (1981-1989).

As reformas implantadas por Thatcher e Reagan se concentraram nos seguintes pontos: aumento das taxas de juros para conter a inflação, privatizações, fortalecimento do setor financeiro, redução ou corte de impostos, cortes de gastos públicos e consequente restrição ou eliminação de políticas de bem-estar social, desregulamentação da atividade econômica, ataques ao sindicalismo e flexibilização dos contratos de trabalho.²⁸⁴

²⁸² HARVEY, 2008, p. 32-33.

²⁸³ Ibid., p. 75.

²⁸⁴ Ibid., 61-72.

Ao analisar os resultados das políticas implantadas por Thatcher e Reagan no Reino Unido e nos Estados Unidos – e que ao longo das décadas de 1980 e 1990 passaram a ser adotadas por um número crescente de países ao redor do mundo –, Harvey afirma que a eficácia dessas medidas na retomada do crescimento econômico é extremamente discutível. No entanto, esse conjunto de reformas contribuiu decisivamente para restaurar o poder das classes dominantes – ou criá-lo nos países que passaram por revoluções socialistas.

Podemos, portanto, interpretar a neoliberalização seja como um projeto *utópico* de realizar um plano teórico de reorganização do capitalismo internacional ou como um projeto *político* de restabelecimento das condições da acumulação do capital e de restauração do poder das elites econômicas. Defenderei a seguir a idéia de que o segundo desses objetivos na prática predominou. A neoliberalização não foi muito eficaz na revitalização da acumulação do capital global, mas teve notável sucesso na restauração ou, em alguns casos (a Rússia e a China, por exemplo) na criação do poder de uma elite econômica. O utopismo teórico de argumento neoliberal, em conclusão, funcionou primordialmente como um sistema de justificação e de legitimação do que quer que tenha sido necessário fazer para alcançar esse fim. Os dados sugerem além disso que, quando os princípios neoliberais conflitam com a necessidade de restaurar ou sustentar o poder da elite, esses princípios são ou abandonados ou tão distorcidos que se tornam irreconhecíveis.²⁸⁵

Por isso, ao contrário do que afirmam seus ideólogos, o neoliberalismo não reduz o poder do Estado, apenas muda sua lógica de funcionamento. O Estado neoliberal de fato restringe suas atividades em relação a tudo que diz respeito aos interesses das classes populares, mas passa a agir ativamente em todos os domínios de interesse das classes dominantes, de forma a deliberadamente criar as condições necessárias para a maior acumulação possível de capital, o que em muitos casos significa aumentar sensivelmente sua intervenção na dinâmica social para reprimir qualquer tipo de associação coletiva que coloque obstáculos à livre exploração do homem e da natureza.

Esse relato nos permite ver com clareza que o neoliberalismo, ao contrário do que dizem alguns comentadores da direita e da esquerda, não torna irrelevante o Estado nem instituições particulares do Estado (como os tribunais e as funções de polícia). Tem havido no entanto uma radical reconfiguração das instituições e práticas do Estado (em especial com respeito ao equilíbrio entre coerção e consentimento, entre os poderes do capital e os dos movimentos populares, e entre o poder executivo e o poder judiciário, de um lado, e os poderes da democracia representativa, de outro).²⁸⁶

Visto a partir de uma perspectiva de classe, portanto, o neoliberalismo se revela claramente um projeto de restauração ou criação do poder das classes dominantes. Como, então, ele se transformou na ideologia dominante em todo o mundo capitalista a partir da década de 1980? A resposta a essa pergunta se divide em duas partes. Nos países que deram

²⁸⁵ HARVEY, 2008, p. 27-28.

²⁸⁶ Ibid., p. 88-89.

início à virada neoliberal – Estados Unidos e Reino Unido – essa ascensão foi fruto de uma elaborada estratégia de construção do consentimento.

Fortes influências ideológicas circularam nas corporações, nos meios de comunicação e nas numerosas instituições que constituem a sociedade civil – universidades, escolas, Igrejas e associações profissionais. A "longa marcha" das idéias neoliberais nessas instituições, que Hayek concebera já em 1947, a organização de bancos de idéias (apoiados e financiados por corporações), a cooptação de certos setores dos meios de comunicação e a conversão de muitos intelectuais a maneiras neoliberais de pensar – tudo isso criou um clima de opinião favorável ao neoliberalismo como o garante exclusivo da liberdade. Esses movimentos mais tarde se consolidaram com o domínio dos partidos políticos e, em última análise, o poder do Estado. Em tudo isso, foi hegemônico o recurso a tradições e valores culturais. O projeto declarado de restauração do poder econômico a uma pequena elite provavelmente não teria muito apoio popular. Mas um esforço programático de defesa da causa das liberdades individuais poderia constituir um apelo a uma base popular, disfarçando assim o trabalho de restauração do poder de classe.²⁸⁷

Foi com base nessa estratégia que os propagandistas do neoliberalismo se aproveitaram das contradições surgidas no seio do fordismo-keynesianismo no final da década de 1960 para direcionar o descontentamento com o sistema a seu favor.

[T]emos de examinar [...] as qualidades da experiência cotidiana a fim de melhor identificar as bases materiais da construção do consentimento. E é nesse nível – a experiência da vida cotidiana sob o capitalismo na década de 1970 – que começamos a ver como o neoliberalismo penetrou nas compreensões do "senso comum". O efeito disso em muitas partes do mundo foi vê-lo cada vez mais como uma maneira necessária e até completamente "natural" de regular a ordem social. Todo movimento político que considera sacrossantas as liberdades individuais corre o risco de ser incorporado sob as asas neoliberais. Os levantes políticos mundiais de 1968, por exemplo, traziam uma forte inflexão do desejo de maiores liberdades pessoais. Isso certamente se aplicou aos estudantes, como aqueles estimulados pelo movimento da "livre expressão" surgido nos anos 1960 em Berkeley, ou os que tomaram as ruas de Paris, Berlim e Bancoc, ou os que foram impiedosamente alvejados na Cidade do México pouco antes dos jogos olímpicos de 1968. Esses estudantes exigiram liberdade de restrições parentais, educacionais, corporativas, burocráticas e do Estado.²⁸⁸

Foi a partir dessa brecha que o neoliberalismo começou a utilizar o discurso da defesa da liberdade para se apresentar para a opinião pública como uma alternativa promissora diante do excesso de rigidez do fordismo-keynesianismo em todas as esferas da vida. No entanto, para os movimentos de 1968, a defesa das liberdades individuais era inseparável da luta por justiça social, o que não se encaixava muito bem com o ideário neoliberal.

[O] movimento de 1968 também tinha a justiça social como objetivo político primordial. [...] No começo dos anos 1970, quem buscava liberdades individuais e justiça social podia fazer causa comum diante do que muitos viam como um inimigo comum. Considerava-se que poderosas corporações aliadas a um Estado intervencionista dirigiam o mundo de maneiras individualmente opressivas e socialmente injustas. A Guerra do Vietnã foi o mais óbvio catalisador do descontentamento, mas também havia um amplo ressentimento com respeito às

²⁸⁷ HARVEY, 2008, p. 49-50.

²⁸⁸ Ibid., 50-51.

destrutivas atividades das corporações e do Estado diante do ambiente, o impulso para o consumismo inconsciente, a incapacidade de resolver os problemas sociais e de responder adequadamente à diversidade, ao lado de intensas restrições a possibilidades individuais e comportamentos pessoais vindos tanto de controles "tradicionais" como dos implantados pelo Estado. Os direitos civis eram um problema, e as questões da sexualidade e dos direitos reprodutivos estavam na ordem do dia.²⁸⁹

A grande meta dos movimentos de 1968 foi vincular as lutas por liberdade e por igualdade em um questionamento comum de todo o sistema, mas, como afirma Harvey, existem tensões entre a busca por liberdade individual e a luta por justiça social,²⁹⁰ e foi justamente essa a contradição que os neoliberais exploraram para inserir uma cunha nos movimentos de contestação do fordismo-keynesianismo, separando as lutas por liberdade individual daquelas por justiça social, e colocando-se como legítimos representantes das primeiras.

Para quase todos os envolvidos no movimento de 1968, o Estado intrusivo era o inimigo e tinha de ser reformado. Quanto a isso os neoliberais concordavam facilmente. Mas as corporações capitalistas, os negócios e o sistema de mercado também eram considerados inimigos vitais que precisavam de alterações, se não de uma transformação revolucionária, o que representava uma ameaça para o poder da classe capitalista. Tomando ideais de liberdade individual e virando-os contra as práticas intervencionistas e regulatórias do Estado, os interesses da classe capitalista podiam alimentar a esperança de proteger e mesmo restaurar sua posição. O neoliberalismo era bem adequado a essa tarefa ideológica, precisando porém da sustentação de uma estratégia prática que enfatizasse a liberdade de escolha do consumidor, não só quanto a produtos particulares, mas também quanto a estilos de vida, formas de expressão e uma ampla gama de práticas culturais. A neoliberalização precisava, política e economicamente, da construção de uma cultura populista neoliberal fundada no mercado que promovesse o consumismo diferenciado e o libertarianismo individual. No tocante a isso, ela se mostrou mais que compatível com o impulso cultural chamado "pós-modernismo", que havia muito espreitava no ninho, mas agora podia surgir, emplumado, como dominante tanto cultural quanto intelectual.²⁹¹

Foi assim que os propagandistas do neoliberalismo sequestraram as lutas pelas liberdades civis, associando-as à defesa da liberdade econômica. Por meio de uma esperta jogada ideológica, vincularam o pensamento progressista no campo dos direitos civis à defesa do livre mercado no campo econômico. Dessa forma, conseguiram colar a pecha de retrógrado em qualquer um que defendesse a regulação da economia de livre mercado. Por meio desse truque, produziram um discurso progressista para promover a restauração de boa parte dos valores da burguesia do século XIX. Como no *moonwalk* de Michael Jackson, criaram a ilusão de estarem andando para frente enquanto faziam o mundo inteiro caminhar para trás.

²⁸⁹ Ibid., 51-52.

²⁹⁰ Ibid., p. 51.

²⁹¹ HARVEY, 2008, 52.

A construção do consentimento, no entanto, foi só uma parte da estratégia utilizada pelos neoliberais para conquistar a hegemonia ideológica ao redor do mundo. Se nos países avançados o discurso da defesa da liberdade contra a rigidez do fordismo-keynesianismo foi um instrumento poderoso e eficaz para tomar o poder com apoio popular, no Terceiro Mundo a história foi diferente. Apesar do descontentamento de parcelas das populações da periferia com os governos desenvolvimentistas, a promessa de progresso econômico induzido pelo Estado ainda era bastante popular no mundo em desenvolvimento no começo da década de 1980, e na maior parte desses países o neoliberalismo não conseguiria se impor pela simples exaltação de suas virtudes. Ali, a virada neoliberal foi, em grande parte, resultado da pressão externa exercida por meio de um novo tipo de imperialismo.

3.9 O novo imperialismo

Assim como o funcionamento do capitalismo industrial no interior de cada país passou por grandes transformações ao longo dos séculos XIX e XX, o imperialismo surgido na década de 1870 também não permaneceu o mesmo ao longo dos últimos 140 anos. Partindo de sua teoria da produção capitalista do espaço, Harvey afirma que o imperialismo passou por importantes transformações ao longo do século XX, pois em cada etapa do desenvolvimento histórico e geográfico do capitalismo as potências imperialistas deram mais ênfase a uma das duas estratégias que utilizam para impor seu poder ao resto do mundo.

Defino aqui a variedade especial dele [imperialismo] chamada “imperialismo capitalista” como uma fusão contraditória entre “a política do Estado e do império” (o imperialismo como projeto distintivamente político da parte de atores cujo poder se baseia no domínio de um território e numa capacidade de mobilizar os recursos naturais e humanos desse território para fins políticos, econômicos e militares) e “os processos moleculares de acumulação do capital no espaço e no tempo” (o imperialismo como um processo político-econômico difuso no espaço e no tempo no qual o domínio e o uso do capital assumem a primazia). Com a primeira expressão desejo acentuar as estratégias políticas, diplomáticas e militares invocadas e usadas por um Estado (ou por algum conjunto de Estados que funcionam como bloco de poder político) em sua luta para afirmar seus interesses e realizar suas metas no mundo mais amplo. Com esta última expressão, concentro-me nas maneiras pelas quais o fluxo do poder econômico atravessa e percorre um espaço contínuo, na direção de entidades territoriais (tais como Estados ou blocos regionais de poder) ou em afastamento delas mediante as práticas cotidianas da produção, da troca, do comércio, dos fluxos de capitais, das transferências monetárias, da migração do trabalho, da transferência de tecnologia, da especulação com moedas, dos fluxos de informação, dos impulsos culturais e assim por diante. Aquilo que Arrighi denomina lógica “territorial” do poder e lógica “capitalista” do poder são lógicas que diferem muito entre si.²⁹²

²⁹² HARVEY, 2013, p. 31-32.

Dessa forma, a alternância entre o predomínio da lógica territorial e da lógica propriamente capitalista permite identificar diferentes etapas do imperialismo ao longo do século XX.

Em todo momento histórico-geográfico dado, uma ou outra dessas lógicas deve predominar. A acumulação do controle sobre territórios como fim em si tem claramente consequências econômicas, que podem ser positivas ou negativas da perspectiva da extração de tributos, dos fluxos de capital, da força de trabalho, das mercadorias etc. Mas o quadro se altera substancialmente numa situação em que o controle territorial (que pode ou não envolver a apropriação e a administração concretas de território) é considerado um meio necessário da acumulação do capital. O que distingue o imperialismo capitalista de outras concepções do império é que nele predomina tipicamente a lógica capitalista, embora, como veremos, haja momentos em que a lógica territorial venha para o primeiro plano.²⁹³

Com base nesse pressuposto teórico, Harvey identifica três etapas do imperialismo a partir do fim do século XIX: a etapa dos imperialismos burgueses europeus, entre 1870 e 1945; a etapa da hegemonia norte-americana no pós-Segunda Guerra Mundial, de 1945 a 1970; e a hegemonia neoliberal, da década de 1970 até o início dos anos 2000.²⁹⁴ A primeira etapa, que Harvey chama de ascensão dos imperialismos burgueses e que Chesnais chama de imperialismo clássico, é aquela analisada pelas obras clássicas dos marxistas da Segunda Internacional, como Lenin, Rosa Luxemburgo, Hilferding e Bukharin. Segundo Harvey, a estratégia de poder característica dessa etapa foi resultado do esforço dos governos dos países imperialistas em resolver uma aparente contradição: conciliar a necessidade de criar novos espaços para o investimento do capital excedente acumulado na Europa Ocidental com a ideologia nacionalista que havia levado a burguesia ao poder no Velho Continente. A saída foi promover ajustes espaçotemporais baseados na projeção do poder de cada país sobre o resto do mundo.

Os capitais excedentes da Europa [...] foram levados à força para o exterior a fim de mergulhar o mundo numa imensa onda de investimento e comércio especulativos, em particular a partir de 1870 ou perto disso. [...] Mas a burguesia tinha recorrido à ideia de nação em sua ascensão ao poder. [...] Como poderia então o problema da sobreacumulação e da necessidade de uma ordenação espaçotemporal [...] encontrar uma resposta política adequada com base na nação-Estado? Essa resposta constituiu em mobilizar nacionalismo [...], patriotismo e, sobretudo, racismo para servir de base a um projeto imperial no qual os capitais nacionais [...] pudessem assumir a liderança.²⁹⁵

A estratégia de poder adotada pelas potências imperialistas europeias nessa etapa, portanto, se baseou fortemente no elemento territorial, implicando na “partilha do mundo”

²⁹³ HARVEY, 2013, p. 36.

²⁹⁴ Ibid., p. 43-67. Chesnais apresenta uma periodização semelhante do desenvolvimento capitalista a partir do fim do século XIX, segmentando-o igualmente em três etapas: o imperialismo clássico, de 1880 a 1913; os “trinta anos gloriosos”, de 1945 a 1975; e a “mundialização do capital”, iniciada em 1980. Cf. CHESNAIS, 1996, p. 14.

²⁹⁵ HARVEY, 2013, p. 44-45.

pelas associações e potências capitalistas, como diz Lenin. E esse foi, acrescenta Harvey, um período marcado pela intensa utilização de mecanismos de acumulação por espoliação pelas potências imperialistas.

Suas características essenciais envolveram a divisão forçosa do globo em terrenos definidos de posse colonial ou de influência exclusivista [...], a pilhagem de boa parte dos recursos do mundo pelas potências imperiais e a instauração disseminada de virulentas doutrinas de superioridade racial.²⁹⁶

Esse tipo de imperialismo baseado no domínio colonial foi utilizado basicamente pelas nações europeias mais avançadas, como Reino Unido, França, Alemanha, Bélgica e Holanda, mas na segunda metade do século XIX começava a entrar em cena uma nova potência capitalista, os Estados Unidos, que haviam sido a primeira colônia a se libertar do jugo do antigo colonialismo mercantilista. Logo, o imperialismo colonialista, baseado no domínio territorial, não combinava com a defesa da autodeterminação que era uma das marcas registradas da jovem nação norte-americana. Os norte-americanos também se viram, então, diante de um impasse, pois, assim como as demais potências capitalistas, no fim do século XIX os Estados Unidos foram obrigados a criar novas oportunidades para o investimento externo do capital sobreacumulado que já não encontrava aplicações rentáveis no interior de suas fronteiras. Para resolver essa contradição, os Estados Unidos recorreram a um tipo de imperialismo diferente daquele utilizado por seus rivais europeus.

No meio de tudo isso, os Estados Unidos iam desenvolvendo sua forma personalizada de imperialismo. [...] A partir do final do século XIX, os Estados Unidos aprenderam gradualmente a mascarar o caráter explícito das conquistas e ocupações territoriais sob a capa de uma universalização não espacial de seus próprios valores, enterrada numa retórica que acabaria por culminar, como assinala Neil Smith, no que veio a ser conhecido como “globalização”. [...] [Os Estados Unidos] viram-se portanto forçados a elaborar formas de dominação imperial que, respeitando nominalmente a independência desses países, os dominasse por meio de alguma combinação de relações comerciais privilegiadas, patronato, clientelismo e coerção encoberta.²⁹⁷

A nova modalidade de imperialismo desenvolvida pelos Estados Unidos ganhou força a partir do fim da Segunda Guerra Mundial, quando o modelo clássico europeu foi derrotado pelas lutas de descolonização na Ásia e na África. Tendo saído do conflito como a única grande potência capitalista, os Estados Unidos consolidaram sua hegemonia mundial apresentando-se como o defensor das classes dominantes no mundo inteiro contra a ameaça representada pelo comunismo internacional. No contexto da Guerra Fria, o imperialismo norte-americano não se apresentava como o poder de uma nação sobre as demais, mas como o defensor dos interesses comuns das classes dominantes em todo o planeta, o que gerou uma

²⁹⁶ Ibid., p. 46.

²⁹⁷ HARVEY, 2013, p. 47.

espécie de relação de vassalagem das elites de todos os países capitalistas em relação aos Estados Unidos.

Nos assuntos externos, os Estados Unidos se apresentaram como o principal defensor da liberdade (entendida em termos de livres mercados) e dos direitos à propriedade privada. O país proporcionava proteção econômica e militar às classes proprietárias ou às elites políticas/militares onde quer que elas se encontrassem. Em troca, essas classes e elites se centravam tipicamente numa política pró-americana em todo país em que estivessem. Isso implicava a contenção militar, política e econômica da esfera de influência da União Soviética. [...] No âmbito do “mundo livre”, os Estados Unidos buscaram construir uma ordem internacional aberta ao comércio e ao desenvolvimento econômico, bem como à rápida acumulação do capital em termos capitalistas. Isso exigiu o desmantelamento dos antigos impérios baseados na nação-Estado. [...] [No âmbito do sistema de Bretton Woods], os Estados Unidos eram não só dominantes como hegemônicos, no sentido de sua posição como Estado superimperialista basear-se na liderança em favor das classes proprietárias e das elites dominantes onde quer que existissem. Na verdade, os Estados Unidos estimularam ativamente a formação e assunção de poder dessas elites e classes por todo o mundo: o país se tornou o principal protagonista da projeção do poder burguês por todo o globo.²⁹⁸

A ordem mundial do mundo capitalista no pós-Segunda Guerra Mundial se baseou, portanto, na criação de um sistema de comércio internacional sob a hegemonia dos Estados Unidos. Ao contrário da etapa do imperialismo clássico europeu, a tônica agora não era mais nos processos de acumulação por espoliação, mas no estímulo aos processos de reprodução ampliada do capital.²⁹⁹ Isso não significou, necessariamente, uma diminuição da violência das intervenções imperialistas. Muito pelo contrário. O apoio ou a participação direta dos Estados Unidos em golpes de Estado em todo o Terceiro Mundo na segunda metade do século XX mostram claramente que a truculência imperialista continuava muito viva. Mas o objetivo agora era outro: durante o período de forte expansão da economia capitalista mundial, entre o fim da década de 1940 e o fim da década de 1960, o objetivo dos Estados Unidos era manter o maior número possível de mercados nacionais abertos para os produtos de sua indústria e para o investimento externo direto de suas empresas.

Dessa forma, durante mais de duas décadas após o fim da Segunda Guerra Mundial, a concorrência interimperialista que havia resultado nos dois conflitos globais foi substituída por um acordo tácito entre as elites de todo o mundo, que aceitaram a liderança dos Estados Unidos como uma forma de proteger seus interesses coletivos diante da ameaça da revolução global.

[Entre 1945 e 1970] estabeleceu-se um coeso grupo global tácito envolvendo todas as grandes potências capitalistas, com os Estados Unidos num claro papel de liderança, a fim de evitar guerras intestinas e partilhar os benefícios de uma intensificação de um capitalismo integrado nas regiões nucleares. A expansão

²⁹⁸ HARVEY, 2013, p. 50-53.

²⁹⁹ Ibid., p. 54.

geográfica da acumulação do capital foi garantida mediante a descolonização e o “desenvolvimentismo” como meta generalizada para o resto do mundo.³⁰⁰

No entanto, como já vimos, esse papel de liderança dos Estados Unidos começou a ser questionado no fim da década de 1960, quando a recuperação das indústrias europeias e japonesas começaram a minar as bases da hegemonia econômica norte-americana. A desvalorização unilateral do dólar e o colapso do acordo de Bretton Woods, em 1971, simbolizaram o reconhecimento por parte do governo dos Estados Unidos de que o país já não tinha condições de garantir a estabilidade do sistema monetário internacional.

Durante parte da década de 1970, a hegemonia norte-americana foi questionada nos planos econômico, político e militar. No âmbito econômico, Alemanha Ocidental e Japão despontaram como potências industriais em ascensão. No plano político, o grande símbolo do questionamento da hegemonia norte-americana foi a convocação pelo presidente francês Valéry Giscard d’Estaing, em 1975, de uma reunião de cúpula dos chefes de Estado dos seis países mais industrializados do mundo – Estados Unidos, Alemanha Ocidental, Japão, Reino Unido, França e Itália – para buscar coletivamente soluções para os problemas que ameaçavam todos eles. No ano seguinte, o Canadá foi incorporado a essa articulação, dando origem ao Grupo dos Sete (G-7). Finalmente, no mesmo ano de 1975, a retirada das tropas norte-americanas do Vietnã, após a derrota para a guerrilha comunista no país, representou um pesado golpe para a hegemonia norte-americana na esfera militar.

A elite norte-americana, porém, não estava disposta a abrir mão de sua posição privilegiada na ordem internacional capitalista. Por isso, diante da perda de competitividade da indústria, ela se voltou para outro instrumento de poder econômico: os bancos. Se a crise do petróleo de 1973 foi o marco simbólico do fim da hegemonia norte-americana baseada no poder de sua indústria, ela inaugurou, ao mesmo tempo, o início da hegemonia norte-americana no campo das finanças.

A elevação de preços pela OPEP, que veio com o embargo do petróleo de 1973, colocou vastas parcelas de poder financeiro à disposição de países produtores de petróleo como a Arábia Saudita, o Kuwait e Abu Dhabi. Sabemos hoje, a partir de relatórios das agências de informação britânica, que os Estados Unidos estavam se preparando para invadir esses países em 1973 para restaurar o fluxo do petróleo e baixar os preços. Também sabemos que os sauditas concordaram na época, presumivelmente sob pressão militar, se não ameaça aberta, dos Estados Unidos, em reciclar todos os seus petrodólares por meio dos bancos de investimento de Nova York. Estes últimos viram-se de repente com amplos recursos para os quais precisavam encontrar aplicações lucrativas. As opções dos Estados Unidos, dadas as condições econômicas de depressão e as baixas taxas de retorno na metade dos anos 1970, não eram boas. Era necessário buscar no exterior oportunidades mais vantajosas. Os governos pareciam ser a aposta mais segura, porque, na célebre afirmação de Walter Wriston, presidente do Citibank, os governos não podem se

³⁰⁰ Ibid., p. 55.

mudar nem desaparecer. E muitos governos no mundo em desenvolvimento, até então desesperados por recursos, estavam ansiosos o bastante para se endividar. Mas, para que isso ocorresse, era preciso haver liberdade de ação e condições razoavelmente seguras para emprestar. Os bancos de investimento de Nova York contavam com a tradição imperial norte-americana tanto para manter abertas novas oportunidades de investimento como para proteger suas operações externas.³⁰¹

A partir desse momento, o governo norte-americano mudou sua estratégia imperialista, de forma a usar seu poder não mais para promover os interesses da indústria, mas sim das instituições financeiras. Nesse contexto, a virada neoliberal iniciada pelo “Choque Volcker”, em 1979, não pode ser entendida apenas como uma mera medida de política econômica interna. A súbita guinada da taxa de juros foi o marco simbólico do início de uma nova etapa do imperialismo norte-americano, que agora passava a se basear em um novo tipo de hegemonia, que Harvey chama de hegemonia neoliberal.

Surgiu então um novo tipo de sistema, em larga medida sob tutela norte-americana. [...] Os bancos norte-americanos (em vez do FMI, que era o agente preferido das outras potências capitalistas) obtiveram o privilégio monopolista de reciclar petrodólares na economia mundial, trazendo de volta para casa o mercado do eurodólar. Nova York tornou-se o centro financeiro da economia global [...] Ameaçados no campo da produção, os Estados Unidos reagiram afirmando sua hegemonia por meio das finanças. Porém, o funcionamento eficaz desse sistema exigia que se forçasse os mercados em geral e os mercados de capital em particular a se abrir ao comércio internacional (um processo lento que requereu uma implacável pressão norte-americana sustentada no uso de alavancas internacionais como o FMI, e um compromisso igualmente implacável com o neoliberalismo na qualidade de nova ortodoxia econômica). [...] Em suma, o capital financeiro passou ao centro do palco nessa fase da hegemonia norte-americana, tendo podido exercer certo poder disciplinar tanto sobre os movimentos da classe operária como sobre as ações do Estado, em particular quando e onde o Estado assumiu dívidas de monta.³⁰²

Um dos principais instrumentos utilizados pela burguesia norte-americana para impor sua nova hegemonia financeira ao resto do mundo foi a disseminação global do neoliberalismo. Se nos Estados Unidos e no Reino Unido a ascensão dessa ideologia havia sido fruto de estratégias de construção do consentimento, em boa parte do planeta ela foi imposta à força, pelos mecanismos coercitivos criados pelo novo imperialismo norte-americano ao converter as instituições criadas em Bretton Woods em correias de transmissão da nova ideologia. Se entre as décadas de 1940 e 1970 o FMI e o Banco Mundial haviam sido bastiões do keynesianismo, no início da década de 1980 as duas instituições foram tomadas de assalto pelos neoliberais e se tornaram os principais instrumentos de disseminação das políticas de liberalização radical da economia.

Essa tendência foi institucionalizada em 1982, quando o FMI e o Banco Mundial foram designados como autoridade central capaz de exercer o poder coletivo das nações-Estado capitalistas sobre as negociações financeiras internacionais. Esse

³⁰¹ HARVEY, 2008, p. 35-36.

³⁰² HARVEY, 2013, p. 58-59.

poder costuma ser empregado para forçar reduções de gastos públicos, cortes de salários reais e austeridade nas políticas fiscal e monetária.³⁰³

O pretexto para a imposição do neoliberalismo no Terceiro Mundo foi a crise da dívida externa dos países em desenvolvimento, que eclodiu no início da década de 1980, quando o súbito aumento da taxa de juros nos Estados Unidos inviabilizou o pagamento dos empréstimos tomados pelos governos desses países na década de 1970.

Ávidos por crédito, os países em desenvolvimento foram estimulados a se endividar pesadamente, com taxas vantajosas para os banqueiros de Nova York. Mas, como os empréstimos eram em dólares norte-americanos, todo aumento modesto, para não falar dos acentuados, nas taxas de juro nos Estados Unidos podia facilmente levar países vulneráveis à inadimplência, expondo os bancos de investimento de Nova York a sérias perdas. O primeiro grande teste disso veio na esteira do choque Volcker, que levou o México à moratória em 1982-84. O governo Reagan, que pensara seriamente em retirar o apoio ao FMI no primeiro ano de mandato, descobriu uma maneira de unir os poderes do Tesouro norte-americano e do FMI para resolver a dificuldade rolando a dívida, mas exigiu em troca reformas neoliberais. Esse tratamento se tornou o padrão depois daquilo que Stiglitz chamou de "expurgo" de todas as influências keynesianas do FMI em 1982. O FMI e o Banco Mundial se tornaram a partir de então centros de propagação e implantação do "fundamentalismo do livre mercado" e da ortodoxia neoliberal. Em troca do reescalamento da dívida, os países endividados tiveram de implementar reformas institucionais como cortes nos gastos sociais, leis do mercado de trabalho mais flexíveis e privatização. Foi inventado assim o "ajuste estrutural". O México foi um dos primeiros Estados recrutados para aquilo que iria se tornar uma crescente coluna de aparelhos neoliberais de Estado em todo o mundo. [...] Um dos efeitos disso, como demonstram Duménil e Lévy, foi permitir aos proprietários de capital norte-americanos a extração de altas taxas de retorno do resto do mundo ao longo das décadas de 1980 e 1990 [...]. A restauração do poder a uma elite econômica ou classe alta nos Estados Unidos e em outros países capitalistas avançados apoiou-se pesadamente em mais-valia extraída do resto do mundo por meio de fluxos internacionais e práticas de ajuste estrutural.³⁰⁴

O processo de imposição do neoliberalismo aos países do Terceiro Mundo revela uma característica central do novo imperialismo: uma vigorosa retomada das práticas de acumulação por espoliação. O retorno dessas práticas, explica Harvey, foi uma forma de compensar os problemas crônicos de sobreacumulação que surgiram na esfera da reprodução ampliada do capital a partir de 1973.³⁰⁵ Assim, a neoliberalização criou as condições necessárias para a utilização de diferentes mecanismos para abrir novos campos de investimento lucrativo para o capital e promover uma grande redistribuição de riqueza e renda em favor das classes dominantes em nível global:

1. *Privatização e mercadificação.* A corporatização, a mercadificação e a privatização de ativos até então públicos têm sido uma marca registrada do projeto neoliberal. Seu objetivo primordial tem sido abrir à acumulação do capital novos campos até então considerados fora do alcance do cálculo de lucratividade. Todo tipo de utilidade pública (água, telecomunicações, transporte), de benefícios sociais (habitação social, educação,

³⁰³ HARVEY, 2012a, p. 159-160.

³⁰⁴ HARVEY, 2008, p. 37-38.

³⁰⁵ HARVEY, 2013, p. 129.

assistência à saúde, pensões), de instituições públicas (universidades, laboratórios de pesquisa, presídios) e mesmo operações de guerra (como o ilustra o "exército" de contratantes privados que operam ao lado das forças armadas no Iraque) foi privatizado em alguma medida por todo o mundo capitalista e para além dele (na China, por exemplo). Os direitos de propriedade intelectual estabelecidos pelo chamado Acordo TRIPS (sobre os aspectos comerciais desses direitos), firmado no âmbito da OMC define materiais genéticos, o plasma e todo tipo de outros produtos como propriedade privada. A partir disso, é possível extrair renda por seu uso de populações cujas práticas tiveram um papel crucial no desenvolvimento desses mesmos materiais genéticos. A biopirataria avança e a pilhagem do estoque mundial de recursos genéticos se consolida em benefício de umas poucas grandes empresas farmacêuticas. A crescente dilapidação dos bens comuns ambientais globais (terra, ar, água) e a proliferação de formas de degradação dos habitats que impedem tudo exceto formas capital-intensivas de produção agrícola também são um resultado da total mercadificação da natureza em todas as suas modalidades. A mercadificação (via turismo) de formas culturais, de histórias e da criatividade intelectual envolve espoliações absolutas (a indústria da música é notória pela apropriação e pela exploração da cultura e da criatividade das comunidades). Tal como no passado, o poder do Estado é empregado com frequência para impor esses processos mesmo contra a vontade das populações. A reversão de quadros regulatórios destinados a proteger o trabalho e o ambiente da degradação tem implicado a perda de direitos. A passagem de direitos de propriedade comum, obtidos ao longo de anos de dura luta de classes (o direito à assistência estatal à aposentadoria, ao bem-estar social, a um sistema nacional de saúde) ao domínio privado tem sido uma das mais egrégias políticas de espoliação, com frequência imposta contrariando a ampla vontade política da população. Todos esses processos equivalem à transferência de ativos do domínio público e popular aos domínios privados e de privilégio de classe.

2. *Financiarização.* A forte onda de financiarização que se instaurou a partir de 1980 tem sido marcada por um estilo especulativo e predatório. O volume diário total de transações financeiras nos mercados internacionais, que alcançava 2,3 bilhões em 1983, elevou-se a 130 bilhões por volta de 2001. O volume anual dessas transações em 2001 foi de 40 trilhões de dólares, em comparação com a estimativa de 800 bilhões que seriam necessários para apoiar o comércio internacional e os fluxos de investimentos produtivos. A desregulação permitiu que o sistema financeiro se tornasse um dos principais centros de atividade redistributiva por meio da especulação, da predação, da fraude e da roubalheira. Operações fraudulentas com ações, esquemas Ponzi, a destruição planejada de ativos por meio da inflação; a dilapidação de ativos por meio de fusões e aquisições agressivas, a promoção de níveis de endividamento que reduziram populações inteiras, mesmo em países capitalistas avançados, à escravidão creditícia, para não falar das fraudes corporativas, da espoliação de ativos (o assalto aos fundos de pensão e sua dizimação pelo colapso do valor de títulos e ações e de corporações inteiras) por manipuladores de crédito e de títulos e ações – tudo isso constitui a verdadeira natureza do atual sistema financeiro capitalista. [...]
3. *Administração e manipulação de crises.* Para além das bolhas especulativas e muitas vezes fraudulentas que caracterizam boa parte da manipulação financeira neoliberal, há um processo mais profundo que envolve lançar "a rede da dívida" como recurso primordial de acumulação por espoliação. A criação, a administração e a manipulação de crises no cenário mundial evoluíram para uma sofisticada arte de redistribuição deliberada de riqueza de países pobres para países ricos. Já documentei o impacto sobre o México do aumento da taxa de juro por Volcker. Enquanto proclamavam seu papel de nobre líder que organiza "resgates" para manter nos trilhos a acumulação global do capital, os Estados Unidos abriram o caminho à pilhagem da economia mexicana. Foi nisso que se especializou em fazer em toda parte o complexo Tesouro dos Estados Unidos-Wall Street-FMI. Greenspan, no Banco Central norte-americano, usou várias vezes a mesma tática de Volcker nos anos 1990. Crises da dívida em países isolados, incomuns na década de 1960, tornaram-se frequentes nas de 1980 e 1990. Raríssimos foram os países não atingidos, e em alguns casos, como na América Latina, as crises assumiram um caráter endêmico. Trata-se de crises orquestradas, administradas e controladas tanto para racionalizar o sistema como para redistribuir ativos. Calcula-se

que, a partir de 1980, "mais de cinquenta Planos Marshall (mais de 4,6 trilhões de dólares) foram remetidos pelos povos da Periferia aos seus credores do Centro". [...] É exata a analogia com a criação deliberada de desemprego a fim de criar um excedente de trabalho conveniente a uma maior acumulação do capital. Valiosos ativos são retirados de uso e perdem seu valor ficando adormecidos até que capitalistas com liquidez resolvem infundir-lhes um novo alento. [...]

4. *Redistribuições via Estado.* O Estado, uma vez neoliberalizado, passa a ser o principal agente de políticas redistributivas revertendo o fluxo que vai das classes altas para as baixas, presente na era do liberalismo embutido. Ele o faz antes de tudo promovendo esquemas de privatização e cortes de gastos públicos que sustentam o salário social. [...] O Estado neoliberal também redistribui renda e riqueza por meio de revisões dos códigos tributários a fim de beneficiar antes os retornos sobre o investimento do que a renda e os salários, a promoção de elementos regressivos nos códigos tributários (como impostos sobre o consumo), a imposição de taxas de uso (ora disseminadas nas regiões rurais da China) e o oferecimento de uma vasta gama de subsídios e isenções fiscais a pessoas jurídicas. O nível de impostos incidentes sobre corporações tem se reduzido sem parar nos Estados Unidos, e a reeleição de Bush foi recebida com sorrisos pelos líderes corporativos, que antecipavam cortes ainda maiores em suas obrigações tributárias. Os programas de bem-estar corporativo hoje existentes nos Estados Unidos nos níveis federal, estadual e municipal equivalem a um amplo redirecionamento de verbas públicas em benefício das corporações (diretamente, no caso dos subsídios ao agronegócio, e indiretamente no caso do setor industrial-militar), mais ou menos da mesma maneira como a redução das taxas de juro sobre hipotecas funciona nos Estados Unidos como subsídios a proprietários de imóveis de alta renda e à indústria de construção. O aumento da vigilância e do policiamento e, no caso norte-americano, do encarceramento de elementos recalcitrantes da população indica uma tendência mais sinistra de intenso controle social. O complexo prisional-industrial é um setor florescente (ao lado dos serviços de segurança pessoal) na economia estadunidense. Nos países desenvolvidos, em que a oposição à acumulação por espoliação pode ser maior, o papel do Estado neoliberal assume rapidamente o da repressão ativa, que chega mesmo a uma guerra limitada a movimentos de oposição [...].³⁰⁶

Esses mecanismos de acumulação por espoliação formam o núcleo das práticas do novo imperialismo que emergiu a partir do início da década de 1980 por iniciativa do governo norte-americano. No entanto, seria um erro ver essa nova ordem mundial apenas como uma expressão de um suposto imperialismo norte-americano, nos mesmos moldes dos imperialismos nacionalistas europeus do início do século XX. Apesar de liderado pelos Estados Unidos, esse novo imperialismo surgiu como a expressão de uma rede de poder que articula os interesses de uma burguesia transnacional formada na esteira da onda de fusões e aquisições de empresas multinacionais dos três polos da tríade.

Embora centrado no complexo Wall Street-Tesouro norte-americano, o sistema apresentava inúmeros aspectos multilaterais. Os centros financeiros de Tóquio, Londres, Frankfurt e muitos outros lugares se encarregaram de parte da ação à medida que a “financeirização” lançava sua rede por todo o mundo, concentrando-se num conjunto hierarquicamente organizado de centros financeiros e numa elite transnacional de banqueiros, corretores de ações e financistas. Isso estava associado à emergência de corporações capitalistas transnacionais que, ainda que pudessem ter sua base em uma ou outra nação-Estado, se disseminaram pelo mapa do mundo de maneiras impensáveis em fases anteriores do imperialismo.³⁰⁷

³⁰⁶ HARVEY, 2008, p. 172-178.

³⁰⁷ HARVEY, 2013, p. 62.

A cooperação, no entanto, nunca eliminou a concorrência entre os capitalistas da América do Norte, da Europa e do Leste Asiático. Por isso, como já afirmava Kenichi Ohmae em meados da década 1980,³⁰⁸ o multilateralismo sobre o qual se apoia a concorrência global passou a se articular cada vez mais em torno da formação de blocos regionais de poder político e econômico.

O multilateralismo se organizou cada vez mais ao redor de uma regionalização da economia global governada por uma estrutura triádica formada pela América do Norte (NAFTA – Associação de Livre Comércio da América do Norte), pela Europa (a União Europeia) e pela confederação mais frouxa de interesses construída ao redor de relações comerciais no Leste e Sudeste asiáticos. [...] No âmbito dessa estrutura triádica, parecia contudo claro que os Estados Unidos ainda mantinham as principais cartas em virtude de seu imenso mercado consumidor, seu poder financeiro avassalador e sua reserva de força militar inconteste.³⁰⁹

Assim, na primeira metade da década de 1990, a hegemonia neoliberal parecia finalmente consolidada em todo o planeta, codificada na forma do “Consenso de Washington” e sacramentada pela criação, em 1995, da Organização Mundial do Comércio.

Todos esses fios convergiram para a formação do chamado “Consenso de Washington”, da metade dos anos 1990. Os modelos norte-americano e inglês de neoliberalismo foram ali definidos como a solução para os problemas globais. Fizeram-se fortes pressões inclusive sobre o Japão e a Europa (para não falar do resto do mundo) a seguir a rota neoliberal. A formação da Organização Mundial do Comércio (OMC) foi o ponto alto desse ímpeto institucional (embora a criação do NAFTA [...] e os acordos de Maastrich firmados antes na Europa tenham sido importantes arranjos institucionais regionais). Em termos programáticos, a OMC estabeleceu padrões e normas neoliberais de interação na economia global. Sua meta primordial, contudo, era abrir ao máximo o mundo ao livre fluxo de capital (ainda que sempre com a cláusula de proteção de “interesses nacionais” essenciais), pois esse era o fundamento da capacidade do poder financeiro norte-americano, bem como europeu e japonês, de extrair tributos do resto do mundo.³¹⁰

Nessa época, o triunfo do capitalismo de livre mercado parecia incontestável diante do desmoronamento do bloco socialista iniciado pela queda do Muro de Berlim, em 1989, e sacramentado pelo fim da União Soviética, em 1991. Foi nesse ambiente que a estapafúrdia tese do “fim da história”, de Francis Fukuyama,³¹¹ ganhou ares de análise científica séria e convenceu muita gente de que, com o fim do comunismo de estilo soviético, o anticapitalismo estava definitivamente sepultado. O que a elite mundial não desconfiava era que, sob os escombros do “socialismo real” se desenvolvia uma nova forma de anticapitalismo que incorporou várias das inovações da reestruturação produtiva iniciada nos anos 1970 e, a partir da segunda metade da década de 1990, passaria a voltar essas novas armas contra o próprio sistema.

³⁰⁸ OHMAE, 1989, p. XVIII-XIX.

³⁰⁹ HARVEY, 2013, p. 62.

³¹⁰ HARVEY, 2008, p. 102-103.

³¹¹ FUKUYAMA, 1992.

CAPÍTULO 4

O zapatismo e a articulação da resistência à globalização neoliberal

A reestruturação capitalista iniciada na década de 1970 promoveu uma profunda transformação da classe trabalhadora em âmbito mundial, o que teve um forte impacto nas lutas de classes. A reorganização das técnicas de produção e a reconfiguração espacial do capitalismo operaram uma decomposição da classe trabalhadora que barrou a ofensiva do operário-massa e transformou profundamente tanto a forma de ser da classe quanto suas formas de luta política, como afirma Ricardo Antunes:

A década de 1980 presenciou, nos países de capitalismo avançado, profundas transformações no mundo do trabalho, nas suas formas de inserção na estrutura produtiva, nas formas de representação sindical e política. Foram tão intensas as modificações, que se pode mesmo afirmar que a *classe-que-vive-do-trabalho* sofreu a mais aguda crise deste século, que atingiu não só a sua *materialidade*, mas teve profundas repercussões na sua *subjetividade* e, no íntimo inter-relacionamento destes níveis, afetou a sua *forma de ser*.³¹²

Antunes resume da seguinte maneira as transformações pelas quais passaram as classes trabalhadoras dos países avançados e de alguns países do Terceiro Mundo que haviam atingido um nível razoável de industrialização, como Brasil e México: 1) sensível diminuição da proporção de trabalhadores industriais no total da força de trabalho; 2) crescimento significativo da proporção de assalariados no setor de serviços; 3) aumento do trabalho feminino; 4) aumento da subproletarização (expansão do trabalho parcial, temporário precário, subcontratado, “terceirizado”, do contingente de trabalhadores imigrantes); e 5) aumento do desemprego estrutural.³¹³

É importante lembrar, no entanto, que o declínio do peso dos trabalhadores industriais nos centros capitalistas mais tradicionais foi acompanhado por um crescimento do operariado fabril em novos centros industriais, o que provocou um paradoxo exposto por Harvey: o proletariado global nunca foi tão grande, mas, ao mesmo tempo, nunca foi tão difícil organizá-lo em um movimento trabalhista unificado.

A força de trabalho assalariada global mais que duplicou nos últimos vinte anos [...]. Isso ocorreu em parte como decorrência do rápido crescimento populacional, mas também pela inclusão de uma parcela sempre crescente da população mundial (particularmente das mulheres) na força de trabalho assalariada em Bangladesh, na Coreia do Sul, em Taiwan e na África, bem como, ultimamente, no ex-bloco soviético e na China, por exemplo. O proletariado global alcança hoje números inéditos (o que sem dúvida acendeu uma forte centelha de esperança em todo olhar socialista). Mas passou por uma radical feminização, além de ter se tornado

³¹² ANTUNES, Ricardo. **Adeus ao trabalho?** : ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. 15. ed. São Paulo: Cortez, 2011, p. 23. Itálicos do autor.

³¹³ Ibid., p. 47.

geograficamente disperso, culturalmente heterogêneo e, portanto, bem mais difícil de organizar num movimento trabalhista unificado [...]. Não obstante, o proletariado global também está vivendo em condições de exploração bem maior, no agregado, do que ocorria há vinte anos.³¹⁴

Todas essas mudanças produziram um intenso processo de heterogeneização, fragmentação e complexificação da classe trabalhadora em nível mundial. Como não poderia deixar de ser, essas metamorfoses na composição de classe tiveram profundas implicações nas formas de luta da classe trabalhadora, produzindo a mais grave crise da história do movimento sindical:

Esse quadro complexificado de múltiplas tendências e direções, afetou agudamente o movimento sindical, originando a *crise mais intensa* em toda a sua história, atingindo, especialmente na década de 1980, os países de capitalismo avançado, e posteriormente, dada a dimensão globalizada e mundializada dessas transformações, em fins daquela década e na viragem da década de 1990, também os países do Terceiro Mundo, particularmente aqueles dotados de uma industrialização significativa, como é o caso do Brasil, México, entre tantos outros.³¹⁵

A crise do sindicalismo abalou o paradigma clássico das lutas anticapitalistas surgido entre a segunda metade do século XIX e o começo do século XX. A partir da década de 1980, nos países com maior tradição de organização operária, as lutas anticapitalistas passaram a se dar cada vez menos no chão de fábrica.

Os sindicatos operaram um intenso caminho de institucionalização e de crescente distanciamento dos movimentos autônomos de classe. Distanciam-se da ação, desenvolvida pelo *sindicalismo classista* e pelos *movimentos sociais anticapitalistas*, que visavam o controle social da produção, ação esta tão intensa em décadas anteriores, e subordinam-se à participação dentro da ordem. Tramam seus movimentos dentro dos valores fornecidos pela socialidade do mercado e do capital. O mundo do trabalho não encontra, em suas tendências dominantes, especialmente nos seus órgãos de representação sindicais, disposição de luta com traços anticapitalistas.³¹⁶

Além disso, a queda do Muro de Berlim em 1989 e o fim da União Soviética em 1991, aprofundaram ainda mais a crise dos órgãos de representação da classe operária, acabando com o pouco de prestígio que ainda restava aos partidos comunistas: “A derrocada do Leste europeu, do (neo)stalinismo e da esquerda tradicional – que o ideário da ordem chamou de “fim do socialismo” – também tiveram forte repercussão nos organismos de representação dos trabalhadores, que se vêem ainda mais na defensiva”.³¹⁷

³¹⁴ HARVEY, 2012b, p. 93.

³¹⁵ ANTUNES, 2011, p. 68. Itálicos do autor.

³¹⁶ Ibid., p. 41.

³¹⁷ Ibid., idem.

O canto do cisne do sindicalismo foi a forte onda de militância operária nos países avançados na virada da década de 1970 para a de 1980. Mas, como afirma Harvey, olhando em retrospecto essas lutas foram muito mais defensivas do que ofensivas:

Uma onda de militância operária varreu o mundo capitalista avançado no final dos anos 1970 e nos anos 1980 (com os mineiros na proa tanto na Inglaterra como nos Estados Unidos), quando os movimentos da classe operária em todo o mundo se empenharam em preservar os ganhos obtidos nos anos 1960 e no começo dos anos 1970. Em retrospecto, podemos ver isso antes como uma ação de retaguarda destinada a preservar condições e privilégios obtidos no âmbito e na área de influência da reprodução expandida e do Estado de bem-estar social do que como um movimento progressista voltado para mudanças transformadoras. Essa ação de retaguarda em larga medida fracassou. A subsequente desvalorização do poder do trabalho e a consistente degradação relativa da condição da classe operária nos países capitalistas avançados tiveram então como paralelo a formação de um proletariado imenso, amorfo e desorganizado em boa parte do mundo em desenvolvimento. Isso gerou uma pressão descendente sobre as taxas de salário e as condições de trabalho em toda parte. Forças de trabalho de baixa remuneração facilmente exploradas associaram-se à crescente facilidade de mobilidade geográfica da produção na abertura de novas oportunidades de emprego lucrativo de capital excedente. Mas em pouco tempo isso exacerbou em todo o mundo o problema da produção de capital excedente. Mesmo assim, o desemprego se elevou e as taxas de salário e a militância da classe operária foram contidas.³¹⁸

A crise do movimento operário nas décadas de 1980 e 1990 foi tão profunda que alguns intelectuais chegaram a confundir o enfraquecimento relativo da classe operária e de suas organizações políticas tradicionais com o fim da própria classe trabalhadora.³¹⁹ Para combater essa corrente de pensamento, Ricardo Antunes reafirma a centralidade do trabalho na sociedade contemporânea ao propor uma noção ampliada de classe trabalhadora capaz de dar conta das metamorfoses do mundo do trabalho nas últimas décadas do século XX. O conceito de classe trabalhadora tal como formulado por Marx continua totalmente válido, afirma Antunes, mas para reconhecer essa validade no mundo contemporâneo é preciso romper com um vício de linguagem que se desenvolveu no interior do marxismo que entende “classe trabalhadora” como sinônimo de “classe operária”, focando apenas nos trabalhadores da indústria e negligenciando a importância dos outros segmentos daquilo que Antunes chama de *classe-que-vive-do-trabalho*.

Uma noção ampliada de classe trabalhadora inclui, então, todos aqueles e aquelas que *vendem sua força de trabalho em troca de salário*, incorporando, além do proletariado industrial, dos assalariados do setor de serviços, também o proletariado rural, que vende sua força de trabalho para o capital. Essa noção incorpora o *proletariado precarizado*, o *subproletariado moderno*, *part time*, o novo proletariado dos McDonald’s, os *trabalhadores hifenizados* de que falou Beynon, os trabalhadores terceirizados e precarizados das empresas *liofilizadas* de que falou Juan José Castillo, os trabalhadores *assalariados* da chamada “economia informal”, que muitas vezes são indiretamente subordinados ao capital, além dos trabalhadores desempregados,

³¹⁸ HARVEY, 2013, p. 59.

³¹⁹ GORZ, André. **Adeus ao proletariado**. Rio de Janeiro: Forense, 1982.

expulsos do processo produtivo e do mercado de trabalho pela reestruturação do capital e que hipertrofiaram o exército industrial de reserva, na fase de expansão do *desemprego estrutural*.³²⁰

A noção ampliada de classe trabalhadora formulada por Ricardo Antunes é fundamental para interpretar as transformações das lutas anticapitalistas nas últimas décadas do século XX em termos de lutas de classes, pois, da mesma forma que a própria classe se tornou cada vez mais heterogênea, as formas de luta contra os mecanismos de acumulação do capital também assumiram formas cada vez mais variadas. Na medida em que a fábrica deixou de ser o centro das lutas anticapitalistas, as formas mais radicais de enfrentamento passaram a se dar em outros âmbitos da vida social. Como a acumulação na esfera da reprodução ampliada do capital começou a enfrentar sérios obstáculos a partir da crise de 1973, houve um crescente deslocamento dos investimentos para a esfera da acumulação por espoliação, como notou Harvey.³²¹ E esse deslocamento foi acompanhado por um deslocamento do acirramento dos conflitos sociais nessa esfera.

A partir da década de 1970, e sobretudo nas décadas de 1980 e 1990, as lutas anticapitalistas mais radicais passaram a ser lutas contra a acumulação por espoliação, tanto no Norte quanto no Sul do planeta. Na Europa Ocidental e nos Estados Unidos, essas lutas foram travadas pelos movimentos autônomos e de ação direta surgidos nos anos 1970, que, em vez de se organizarem para tomar o poder de Estado, passaram a construir ou proteger espaços autônomos onde vigorassem relações sociais diferentes daquelas impostas pelo capitalismo, colocando-se, assim, na linha de frente contra os ataques ao Estado de bem-estar social e à degradação ambiental. Já na América Latina e em partes da Ásia e da África, as décadas de 1980 e 1990 viram um renascimento dos movimentos camponeses e indígenas (ou de grupos étnicos oprimidos) que lideraram a resistência à imposição das políticas neoliberais nessas regiões.³²²

Por muito tempo, no entanto, essas diversas lutas que emergiram em diferentes contextos nacionais, permaneceram isoladas, restritas a questões puramente locais. Foi só em 1994 que um acontecimento inesperado serviu de catalisador para que as várias resistências se articulassem em uma rede mundial de luta contra a globalização neoliberal. O ponto de partida desse processo de convergência foi um levante organizado por um até então desconhecido grupo guerrilheiro indígena no estado mais pobre do México: Chiapas.

³²⁰ ANTUNES, 2009, p. 103-104. Itálicos do autor.

³²¹ HARVEY, 2013, p. 129.

³²² As lutas dos movimentos contra a acumulação por espoliação nas décadas de 1980 e 1990 em diferentes partes do mundo serão tratadas em detalhe no próximo capítulo.

4.1 O “Já basta!” zapatista

O evento que desencadeou a formação da rede mundial de lutas contra a globalização neoliberal surpreendeu o mundo. O dia 1º de janeiro de 1994 era esperado pela elite mexicana como o momento que selaria a entrada do país no Primeiro Mundo. Depois de mais de uma década de ajustes estruturais para se adequar aos ditames do mercado mundial, o país finalmente entraria para o NAFTA, que transformaria o México em sócio preferencial de Estados Unidos e Canadá no segundo maior bloco comercial do planeta, atrás apenas do Mercado Comum Europeu.

No entanto, a euforia dos grandes empresários nativos, que se empolgavam com a possibilidade de acesso irrestrito ao maior mercado consumidor do mundo, não era compartilhada pelas camadas mais pobres da população, que sofriam cada vez mais com as medidas implementadas pelo governo mexicano para adequar a economia nacional às regras de livre comércio que o país precisava cumprir para integrar o bloco. Um grupo, em particular, sentia de forma mais aguda os efeitos das medidas econômicas: os pequenos camponeses indígenas do estado de Chiapas, no sudeste do país. Atacados ou esquecidos pelos sucessivos governos que exerceram o poder no México desde a conquista espanhola, no século XVI, os indígenas chiapanecos formavam um dos grupos mais pobres e excluídos da sociedade nacional mexicana,³²³ mas até o início da década de 1990 conseguiram, a duras penas, preservar a atividade que por milênios foi a base de sua subsistência e de sua cultura: o cultivo de milho em terras comunais. A assinatura do NAFTA, no entanto, ameaçava acabar com essa tradição milenar.

Uma das condições para a entrada do México na área de livre comércio foi a revogação do artigo 27 da Constituição do país, que reconhecia a posse coletiva de terras comunais. Como essa legislação representava um obstáculo para a livre negociação de terras agrícolas no interior do bloco, ela precisava ser eliminada, e foi o que o governo mexicano fez em 1992. Além disso, o NAFTA previa a eliminação de todas as tarifas alfandegárias entre os países do bloco. Como o cultivo de milho nos Estados Unidos é altamente produtivo e subsidiado pelo governo, isso significava que, com a entrada em vigor do acordo, o cereal produzido no país vizinho passaria a ser vendido em Chiapas por um preço muito mais baixo do que o produzido na região, o que levaria os produtores locais à falência.

³²³ EZLN. Chiapas: El sureste en dos vientos, una tormenta y una profecía. 1994c. Disponível em: http://www.palabra.ezln.org.mx/comunicados/1994/1994_01_27.htm. Acesso em: 29 mar. 2015.

O que o governo mexicano não imaginava era que, ao revogar o artigo 27 da Constituição, ele assinava, sem saber, uma declaração de guerra contra um movimento guerrilheiro que vinha se organizando desde 1984 nas montanhas e florestas de Chiapas.³²⁴ Naquele ano, um pequeno grupo de militantes marxistas vindos da Cidade do México havia chegado à região para instalar um foco de luta armada nos moldes de outras guerrilhas latino-americanas. Inspirados na figura de Emiliano Zapata, grande herói popular da Revolução Mexicana, os militantes da capital batizaram o movimento de Exército Zapatista de Libertação Nacional (EZLN) e começaram o trabalho de recrutamento entre a população indígena da região.³²⁵

Baseado na ideologia marxista-leninista tradicional, o núcleo guerrilheiro original se via como uma vanguarda que deveria fazer um trabalho de formação política entre a população local para criar quadros para a construção de uma organização político-militar hierarquizada e centralizada. Para sua surpresa, não foi isso que aconteceu. Ao chegar a Chiapas, os guerrilheiros encontraram uma cultura de organização política rebelde já muito desenvolvida entre os indígenas da região, forjada ao longo de séculos de luta primeiro contra os colonizadores europeus e na sequência contra as elites locais e nacionais.

Assim, o jogo se inverteu e os poucos militantes da capital foram aprendendo uma nova cultura política de luta com os indígenas locais, de forma que, no começo dos anos 1990, o EZLN já havia se transformado em um exército rebelde indígena que contava com a participação de alguns poucos não indígenas. Entre eles estava aquele que se tornaria o personagem mais célebre do movimento: o Subcomandante Marcos. Integrante do grupo original de militantes de formação marxista-leninista vindos da capital, ele se tornou a maior expressão desse encontro de culturas políticas rebeldes que deu origem ao EZLN por se apresentar como o porta-voz de um movimento indígena perante a cultura dominante ocidental e fazer o trabalho de “tradução” do pensamento rebelde indígena em termos compreensíveis para a cultura política ocidental tradicional. Dessa forma, seria através da voz de Marcos que o EZLN passaria a falar com o México e com o mundo a partir da primeira aparição pública do movimento, em janeiro de 1994.

Marcos também foi escolhido para comandar o levante armado que os indígenas chiapanecos decidiram lançar contra o governo mexicano depois que este revogou o artigo 27 da Constituição, em 1992. Na época, o México era governado pelo mesmo grupo político que

³²⁴ Ibid.

³²⁵ EZLN. Intervención de Marcos en la mesa 1 del Encuentro Intercontinental. 1996c. Disponível em: http://www.palabra.ezln.org.mx/comunicados/1996/1996_07_30.htm. Acesso em: 1 jul. 2014.

havia assumido o poder ao fim da Revolução Mexicana, em 1917, e fundado o Partido Revolucionário Institucional (PRI). Assim, apesar de ser formalmente uma democracia, com eleições para as diversas instâncias de poder, o sistema político mexicano era, na prática, um sistema de partido único, pois durante mais de 70 anos o PRI se perpetuou no poder.

Como o então presidente Carlos Salinas de Gortari havia chegado ao poder por meio de uma notória fraude eleitoral no pleito de 1988,³²⁶ os integrantes do EZLN chegaram à conclusão de que a via eleitoral não era mais um caminho viável para mudar a política mexicana. E, dado que o NAFTA significava uma “sentença de morte” para os indígenas chiapanecos, como afirmaria mais tarde o Subcomandante Marcos,³²⁷ só havia restado um caminho: a luta armada.

Depois de anos de preparação, o EZLN finalmente partiu para a ação, surpreendendo o mundo ao ocupar sete municípios de Chiapas e declarar guerra ao governo de Carlos Salinas de Gortari na madrugada do dia 1º de janeiro de 1994. Da sacada da prefeitura de cada um dos sete municípios ocupados, representantes do EZLN leram a “Primeira Declaração da Selva Lacandona”, na qual os zapatistas anunciavam o início da guerra contra o governo mexicano e reivindicavam que o EZLN fosse reconhecido como força beligerante nos termos da Convenção de Genebra.

No documento, os zapatistas se apresentavam como produto de 500 anos de lutas do povo mexicano contra seus opressores, traçando uma linha de continuidade entre as revoltas contra a escravidão indígena no período colonial, a participação dos povos indígenas na Guerra de Independência contra a Espanha, a resistência aos expansionismos norte-americano e francês no século XIX e a vertente da Revolução Mexicana liderada por Pancho Villa e Emiliano Zapata, de quem se reivindicavam herdeiros diretos e com quem se comparavam:

[H]omens pobres como nós, aos quais foi negada a preparação mais elementar para assim poderem nos usar como bucha de canhão e saquear as riquezas de nossa pátria sem se importarem que estamos morrendo de fome e de doenças curáveis, sem se importarem que não temos nada, absolutamente nada, nem um teto digno, nem terra, nem trabalho, nem saúde, nem alimentação, nem educação, sem ter direito a eleger livre e democraticamente nossas autoridades, sem independência dos estrangeiros, sem paz nem justiça para nós e para nossos filhos.³²⁸

Diante dessa situação calamitosa, os zapatistas apresentavam seu levante armado como um grito de “Já basta!”:

³²⁶ ARAUJO, Otavio Rodríguez. De la Madrid y el fraude de 1988, **La Jornada**, Cidade do México, 5 abr. 2012. Disponível em: <http://www.jornada.unam.mx/2012/04/05/opinion/016a1pol>. Acesso em: 29 mar. 2015.

³²⁷ EZLN. **Zapatistas!** : documents of the new Mexican Revolution. Nova York: Autonomedia, 1994b, p. 55.

³²⁸ EZLN. Primera Declaración de la Selva Lacandona. 1994a. disponível em: <http://www.palabra.ezln.org.mx/comunicados/1994/1993.htm>. Acesso em: 29 mar. 2015. Tradução minha.

Mas hoje nós dizemos basta! Somos os herdeiros dos verdadeiros forjadores de nossa nacionalidade, nós, os deserdados, somos milhões e convocamos a todos os nossos irmãos para que se somem a este chamado como o único caminho para não morrer de fome diante da ambição insaciável de uma ditadura de mais de 70 anos encabeçada por uma camarilha de traidores que representam os grupos mais conservadores e entreguistas.³²⁹

Assim, o EZLN define como inimigo “a ditadura que nos é imposta, monopolizada pelo partido no poder e encabeçada pelo Executivo Federal, hoje governado por seu chefe máximo e ilegítimo, Caros Salinas de Gortari” e declara guerra ao governo mexicano, exigindo a destituição de Gortari com base no artigo 39 da Constituição do país, que diz: “A soberania nacional reside essencial e originalmente no povo. Todo o poder público emana do povo e se institui em benefício deste. O povo tem, a qualquer momento, o inalienável direito de alterar ou modificar a forma de seu governo”.

Depois de se apresentar publicamente e dizer a que veio, o EZLN expõe os próximos passos de sua luta:

Primeiro: avançar rumo à capital do país, derrotando o exército federal mexicano, protegendo em seu avanço libertador a população civil e permitindo às cidades libertadas eleger, livre e democraticamente, suas próprias autoridades administrativas.

Segundo: respeitar a vida dos prisioneiros e entregar os feridos à Cruz Vermelha Internacional para que recebam cuidados médicos.

Terceiro: iniciar julgamentos sumários contra os soldados do exército federal mexicano e a polícia política que tenham sido treinados, assessorados ou pagos por estrangeiros, seja dentro de nossa nação ou fora dela, acusados de traição à Pátria, e contra todos aqueles que reprimam e maltratem a população civil e roubem ou atentem contra os bens do povo.

Quarto: formar novas fileiras com todos os mexicanos que manifestem interesse em se somar à nossa luta justa, incluindo aqueles que, sendo soldados inimigos, se entreguem sem combater às nossas forças e jurem responder às ordens deste Comando Geral do Exército Zapatista de Libertação Nacional.

Quinto: pedir a rendição incondicional dos quartéis inimigos antes de iniciar os combates.

Sexto: suspender o saque de nossas riquezas naturais nos lugares controlados pelo EZLN.³³⁰

Por fim, os zapatistas pedem a participação decidida de todos os mexicanos em apoio à sua luta por trabalho, terra, teto, alimentação, saúde, educação, independência, liberdade, democracia, justiça e paz. E declaram: “não deixaremos de lutar até conseguir o cumprimento

³²⁹ Ibid. Tradução minha.

³³⁰ EZLN, 1994a. Tradução minha.

dessas demandas básicas de nosso povo, formando um governo livre e democrático em nosso país”.

A declaração de guerra do EZLN pegou o governo mexicano de surpresa, mas este não demorou para responder. Na tarde do dia 2 de janeiro de 1994, as tropas do exército mexicano começaram a chegar a San Cristóbal de las Casas, o mais importante dos municípios ocupados, e os zapatistas deram início a uma retirada rumo às montanhas. Para cobrir a retirada de seus companheiros, soldados do EZLN atacaram o Quartel de Rancho Nuevo, sede da 31ª Zona Militar do país, localizado perto de San Cristóbal.³³¹

No segundo dia de vigência do NAFTA, o México estava em guerra. De um lado, o exército mexicano fortemente armado com equipamentos militares de última geração; de outro, uma guerrilha indígena pobremente armada. O confronto, completamente assimétrico, anunciava um massacre das forças indígenas quando um personagem totalmente inesperado entrou em cena: a sociedade civil.

A partir do dia 3 de janeiro começaram a chegar a Chiapas enviados dos grandes veículos de comunicação do México e do mundo e as imagens e relatos da guerra logo passaram a circular pelo planeta. Nesse momento, os zapatistas demonstraram grande habilidade em lidar com os meios de comunicação de massa, explorando o interesse jornalístico despertado pelo caráter totalmente inesperado do levante para divulgar suas próprias declarações e comunicados, enviando-os por fax às redações de vários veículos de imprensa.³³² Com isso, o EZLN venceu a primeira batalha na guerra contra o governo mexicano: a opinião pública nacional e internacional estava ao seu lado.

Junto com os jornalistas, chegaram à zona de conflito ONGs que prestavam assistência à população local e pediam o fim do conflito. O bispo de San Cristóbal de Las Casas, Samuel Ruíz García, se apresentou, então, como mediador e encabeçou um movimento da sociedade civil mexicana que pedia o fim das hostilidades em Chiapas.³³³

Nesse momento, o EZLN se viu diante de uma situação para a qual não havia se preparado: os mexicanos apoiavam suas reivindicações, mas reprovavam seus métodos. A maior parte da população do país queria uma solução para os problemas dos indígenas chiapanecos, mas não apoiava a luta armada. Além disso, com a rápida difusão das notícias do levante por todo o mundo, a sociedade civil de vários países se mobilizou em apoio à luta

³³¹ RAMÍREZ, Gloria Muñoz. *EZLN: 20 y 10, el fuego y la palabra*. México D.F.: Revista Rebeldia/La Jornada Ediciones, 2003.

³³² CLEAVER, Harry. *The Chiapas uprising and the future of class struggle in the New World Order*. 1994. Disponível em: <http://la.utexas.edu/users/hcleaver/kcchiapasuprising.html>. Acesso em: 13 mar. 2015.

³³³ RAMÍREZ, 2003, p. 89.

daquela pequena guerrilha nas profundezas de um México desconhecido. Assim começou a solidariedade nacional e internacional com o EZLN.

Nos primeiros dias de janeiro de 1994, manifestações pedindo o fim dos enfrentamentos foram organizadas não só no México como nos Estados Unidos, no Canadá e na Espanha. Toda essa mobilização culminou na convocação de um enorme ato no dia 12 de janeiro na Cidade do México para pedir que o presidente decretasse um cessar-fogo e iniciasse um diálogo com os indígenas rebeldes. Diante do clamor da sociedade mexicana e internacional, Carlos Salinas de Gortari anunciou o cessar-fogo horas antes do ato. Mesmo assim, mais de 100 mil pessoas se reuniram no Zócalo, a praça central da Cidade do México, para pedir o fim da guerra em Chiapas. O EZLN aceitou o cessar-fogo proposto pelo governo e o conflito se deslocou do campo militar para o político. A partir desse momento, apoiadores do EZLN no México e no resto do mundo começaram a formar uma rede transnacional de solidariedade com os zapatistas que mais tarde daria origem à Ação Global dos Povos.

4.2 O surgimento da rede transnacional de solidariedade ao zapatismo

O EZLN poderia ter entrado para a história como apenas mais um movimento insurgente latino-americano que, na tentativa, de transformar o sistema político de seu país por meio da luta armada, acabou derrotado pela superioridade bélica do exército nacional. Mas não foi isso que aconteceu. A verdadeira força dos zapatistas se manifestou justamente no momento em que os enfrentamentos armados cessaram. Se no campo militar o EZLN não era páreo para o exército mexicano, logo ficou claro que no campo da disputa político-ideológica o governo mexicano não tinha a menor condição de fazer frente aos zapatistas. Desde os primeiros dias do conflito, o EZLN desenvolveu uma hábil estratégia de divulgação dos comunicados redigidos pelo Subcomandante Marcos, e assim conseguiu furar o bloqueio informacional que o governo mexicano tentou impor ao conflito em Chiapas, fazendo suas mensagens e versões dos acontecimentos chegarem não só a todo o México como a várias outras partes do mundo.

Os comunicados do EZLN sensibilizaram milhares de pessoas em todo o planeta devido à capacidade do movimento de projetar sua luta para além do âmbito particular em que ela se dava, permitindo que pessoas vivendo em contextos políticos, econômicos e culturais muito distintos se identificassem com a sua mensagem. Segundo Thomas Olesen,³³⁴ os

³³⁴ OLESEN, Thomas. **International zapatismo**: the construction of solidarity in the age of globalization. London; New York: Zed Books, 2005.

zapatistas conseguiram isso graças a três componentes de seu discurso: o apelo a uma consciência global, a defesa de uma nova forma de fazer política e a definição de um inimigo comum a toda a humanidade – o neoliberalismo.

O EZLN invoca um tipo de consciência global que permite às pessoas reconhecerem situações comuns em cenários fisicamente, culturalmente e socialmente distantes. A visão de transformação social do EZLN rejeita um papel de vanguarda. A sociedade civil deve ser o motor da transformação, e o papel do EZLN se restringe a ‘abrir espaços e reunir atores’ [...] O EZLN é normalmente reconhecido por ter ajudado a redefinir o inimigo [...] em um momento em que a esquerda se encontrava em uma crise de identidade [...] e [esse aspecto] é normalmente enfatizado em tentativas de explicar por que o EZLN chamou tanto a atenção fora do México.³³⁵

Inspirados pela mensagem de rebeldia do EZLN, grupos e indivíduos que apoiavam a luta zapatista começaram a construir uma rede de comunicação alternativa para divulgar informações sobre Chiapas sem precisar passar pelos filtros da mídia corporativa. A iniciativa foi viabilizada graças às possibilidades abertas pela Internet, que na época começava a se popularizar, e em 1994 essa rede já se espalhava por toda a América do Norte e por outras partes do mundo, com destaque para a Europa Ocidental. Por meio de um trabalho colaborativo e militante, pessoas espalhadas pelo planeta faziam as informações sobre o conflito em Chiapas viajarem pelas redes de comunicação informáticas e chegarem a leitores interessados em qualquer parte do mundo.³³⁶ Essa rede de comunicação foi um dos pilares da rede transnacional de solidariedade com os zapatistas que se formou a partir de 1994.

Esse circuito informacional era formado por cinco níveis. O primeiro era composto pelo próprio EZLN e pelas comunidades indígenas de Chiapas. O segundo, por organizações e indivíduos que apoiavam o EZLN e atuavam diretamente em Chiapas ou em outras partes do México. Essas organizações eram as responsáveis por receber as informações passadas pelos zapatistas e transmiti-las, já por meios eletrônicos, para o terceiro nível da rede: centros de difusão situados em outras partes do México e do mundo, como jornais e administradores de listas de e-mail. A partir desses centros de difusão, as informações eram enviadas para o quarto nível da rede, formado por pessoas e grupos regularmente envolvidos em ações de solidariedade com os zapatistas, mas que dependiam de outros grupos para conseguirem informação sobre Chiapas. Finalmente, um quinto nível da rede era formado por pessoas envolvidas apenas esporadicamente com a luta do EZLN e que dependiam de outros atores para ter acesso a informações sobre o assunto.³³⁷

³³⁵ Ibid., p. 9-10. Tradução minha.

³³⁶ CLEAVER, 1994.

³³⁷ OLESEN, 2005, p. 67-69

Os agentes envolvidos nesse circuito de transmissão de informações apresentavam diferentes graus de institucionalização, abrangendo desde iniciativas pessoais de indivíduos simpáticos à luta zapatista até ONGs bem estruturadas e jornais de grande circulação. Envolvido desde o início na construção da rede transnacional de solidariedade com os zapatistas, o professor Harry Cleaver, do Departamento de Economia da Universidade do Texas em Austin, Estados Unidos, explica que esse circuito informacional se apoiou, inicialmente, em redes de comunicação pré-existentes, como a formada por organizações, indivíduos e instituições mexicanas, norte-americanas e canadenses envolvidas na luta contra o NAFTA.³³⁸

Assim, organizações envolvidas na campanha anti-NAFTA no México, como a Rede Mexicana de Ação contra o Livre Comércio, por exemplo, foram algumas das primeiras a transmitir informações diretamente de Chiapas para centros de difusão em outros países, que organizavam esse material e o redistribuíam para pessoas interessadas em várias partes do mundo. Grupos de discussão na Internet sobre temas ligados à luta anti-NAFTA, como o grupo “Desenvolvimento Rural no México”, foram alguns dos primeiros canais de divulgação de documentos do EZLN e informações sobre Chiapas. Por meio desses grupos ou de listas de e-mails e de discussão, o material coletado no México era enviado, por exemplo, para institutos de pesquisa e universidades norte-americanas que organizavam compêndios de informações sobre Chiapas. Em fevereiro de 1994, esse trabalho já era realizado pelo Banco de Dados Latino-Americano da Universidade do Novo México em Albuquerque, pelo Instituto de Agricultura e Política Comercial dos Estados Unidos e pelo Instituto de Estudos Latino-Americanos da Universidade do Texas em Austin.

Além de instituições acadêmicas, ONGs e veículos de comunicação de massa também desempenharam papéis importantes nos primórdios da rede transnacional de solidariedade ao zapatismo. O Centro de Direitos Humanos Frei Bartolomé de Las Casas, organização civil sem fins lucrativos fundada em San Cristóbal de Las Casas pelo bispo Samuel Ruiz García, foi outro importante polo irradiador de informações sobre Chiapas desde os primeiros dias da rebelião zapatista.³³⁹ O mesmo se aplica ao jornal mexicano *La Jornada*, que a partir do levante de 1º de janeiro de 1994 passou a publicar na íntegra os comunicados do EZLN e desde então se tornou uma das principais fontes de informação sobre os zapatistas.

Finalmente, outro elemento importante nos primórdios da rede transnacional de solidariedade ao zapatismo foi a articulação do movimento indígena em escala continental nas

³³⁸ CLEAVER, 1994.

³³⁹ OLESEN, 2005, p. 56.

Américas. Em 1990, o Primeiro Encontro Continental dos Povos Indígenas reuniu mais de 200 nações indígenas de todo o continente americano em Quito, no Equador, e levou à criação de uma rede de organizações de todo o continente. Uma delas era a Frente Independente de Povos Indígenas (FIPI) do México, que tinha entre seus filiados a Coordenadora de Organizações em Luta do Povo Maia para sua Libertação (COLPUMALI), reunião de 11 organizações maias de três regiões de Chiapas onde aconteceram os mais violentos combates entre o EZLN e o exército mexicano. Assim, quando os enfrentamentos começaram, a FIPI pediu que outros membros da rede continental fossem a Chiapas para ajudar a conter a violência governamental. O pedido foi atendido prontamente, e delegações de povos indígenas de outras partes do continente viajaram para a zona de conflito, onde foram recebidas pelo Conselho Estatal de Organizações Indígenas e Camponesas, formado por 280 organizações indígenas e camponesas de todo o México.³⁴⁰

Esse processo de criação de alianças entre grupos e indivíduos situados em lugares distantes, mas conectados por meio de uma rede de troca de informações, deu origem a uma nova forma de organização, na qual vários grupos autônomos, ligados de forma rizomática, passaram a colaborar entre si conectando diversos tipos de lutas até então isoladas. Esse modelo, segundo Cleaver, começou a ser construído durante a campanha anti-NAFTA, que envolveu não só os grupos que seriam diretamente afetados pelo tratado (trabalhadores norte-americanos que perderiam seus empregos quando as fábricas fossem transferidas para o México ou mexicanos preocupados com a invasão do capital norte-americano), como muitos outros segmentos sociais que identificavam ameaças indiretas nessa reorientação das relações comerciais, como ambientalistas, feministas, organizações de direitos humanos e organizações indígenas de toda a América do Norte. “A luta anti-NAFTA provou ser tanto um catalisador quanto um veículo para superar a separação e o isolamento que até então tinham enfraquecido todos os grupos que a compunham”.³⁴¹ Assim, no momento do levante zapatista de 1º de janeiro de 1994, muitos daqueles que de alguma forma já estavam envolvidos com a luta anti-NAFTA foram os primeiros a receber as notícias de Chiapas e os primeiros a se mobilizar em solidariedade aos zapatistas.

³⁴⁰ CLEAVER, 1994.

³⁴¹ CLEAVER, 1994.

4.3 A dimensão global de um conflito local

Essa rede de troca de informações e solidariedade que começou a se formar na América do Norte logo se estendeu para outras partes do mundo e criou importantes ramificações na Europa Ocidental, ganhando uma dimensão intercontinental. Inicialmente, a rede não tinha uma infraestrutura própria e as ações de apoio ao EZLN estavam vinculadas a iniciativas de outras redes e movimentos pré-existentes,³⁴² mas no começo de 1995 um acontecimento dramático expôs a dimensão global do conflito em Chiapas e levou a solidariedade internacional com o zapatismo a dar um salto organizativo.

No dia 13 de janeiro de 1995, o banco de investimentos norte-americano Chase Manhattan divulgou um memorando com uma análise da situação política no México feita por Riordan Roett, diretor de Estudos Latino-Americanos da Escola de Estudos Internacionais Avançados da Universidade Johns Hopkins que na época trabalhava como consultor do Grupo de Mercados Emergentes do banco. No documento, Roett avaliava os impactos políticos e sociais da crise econômica desencadeada pela desvalorização do peso mexicano em 20 de dezembro de 1994, semanas após a posse do novo presidente mexicano, Ernesto Zedillo, sucessor de Carlos Salinas de Gortari na dinastia do PRI. No memorando, Roett afirmava que a crise econômica ameaçava a estabilidade política do México em três áreas, sendo que a primeira era o conflito em Chiapas. Diante dessa constatação, o consultor do Chase Manhattan sugeria uma solução rápida para o conflito para acalmar os investidores internacionais:

A alternativa é uma ofensiva militar para derrotar a insurgência que poderia gerar uma comoção internacional por causa do uso da violência e da supressão de direitos indígenas. Apesar de, na nossa opinião, Chiapas não representar uma ameaça fundamental à estabilidade política do México, o conflito é visto dessa maneira por muitos na comunidade de investidores. O governo vai precisar eliminar os zapatistas para demonstrar que tem controle efetivo do território e da política de segurança.³⁴³

Menos de um mês depois da publicação do memorando, no dia 9 de fevereiro de 1995, o governo mexicano rompeu as negociações que vinha mantendo com o EZLN desde o ano anterior e lançou uma grande ofensiva militar contra as comunidades zapatistas, no intuito de acabar, de uma vez por todas, com o movimento rebelde. Novamente, a sociedade civil

³⁴² OLESEN, 2005, p. 59-60.

³⁴³ ROETT, Riordan. Mexico-Political Update: Chase Manhattan's Emerging Markets Group Memo. 1994. Disponível em:

<https://web.archive.org/web/20000819151853/http://www.mexicosolidarity.org/resource/roett.html>. Acesso em: 27 mar. 2015. Tradução minha.

mexicana e internacional se mobilizou para deter a guerra e exigir a retomada do diálogo,³⁴⁴ mas desta vez havia um elemento novo em relação às mobilizações de janeiro de 1994.

Graças a uma reportagem publicada na edição de fevereiro de 1995 da revista norte-americana de jornalismo investigativo *Counterpunch*, o memorando do Chase Manhattan veio a público. O documento foi passado por um funcionário do banco aos repórteres Ken Silverstein e Alexander Cockburn, que revelam na matéria as profundas conexões entre a política do governo mexicano no conflito em Chiapas e os interesses dos mercados financeiros internacionais.

Investidores norte-americanos e estrategistas políticos agora temem que um governo mexicano comandado pelo novato Ernesto Zedillo – em vez de um agente de confiança de Washington, como o ex-presidente Carlos Salinas – vacile, contemporize com os zapatistas e busque aplacar o descontentamento interno. Mas qualquer apaziguamento da fúria popular virá às custas dos investidores estrangeiros, cuja segurança no México era o propósito fundamental do NAFTA. Daí a necessidade de acabar com o Subcomandante Marcos e com seus camaradas.³⁴⁵

As informações reveladas pela *Counterpunch* imediatamente circularam o mundo graças ao trabalho dos grupos de solidariedade com o zapatismo, que prontamente estabeleceram uma conexão entre o memorando do Chase Manhattan e a ofensiva do exército mexicano em Chiapas.³⁴⁶ Graças aos esforços da rede de solidariedade internacional, manifestações contra o ataque militar foram realizadas em frente às principais embaixadas do México no mundo, pressionando o governo mexicano a retomar o diálogo com os zapatistas. Finalmente, em 11 de março de 1995 o Congresso mexicano aprovou a Lei para o Diálogo, a Conciliação e a Paz Digna em Chiapas, e no dia 21 o diálogo entre o governo e o EZLN foi oficialmente retomado.³⁴⁷

O período que se seguiu à ofensiva do exército e o memorando do Chase, em fevereiro de 1995, foi o mais intenso até aquele ponto em termos de atividades da rede, e foi um momento definidor na formação da rede de solidariedade com os zapatistas. O grau de atenção despertado pelo incidente do Chase levou o banco a se dissociar do memorando e acabar demitindo Roett [...]. Este desfecho, junto com a decisão do governo mexicano de suspender as ações armadas em Chiapas, foi visto pelos ativistas da rede como uma importante vitória e um resultado da pressão exercida por ativistas dentro e fora do México.³⁴⁸

³⁴⁴ RAMÍREZ, 2003, p. 107.

³⁴⁵ SILVERSTEIN, Ken; COCKBURN, Alexander. Major U.S. bank urges zapatista wipeout: 'A litmus test for Mexico's stability'. 1995. Disponível em: http://www.glovesoff.org/web_archives/counterpunch_chasememo.html. Acesso em: 27 mar. 2015. Tradução minha.

³⁴⁶ OLESEN, 2005, p. 86.

³⁴⁷ RAMÍREZ, 2003, p. 108.

³⁴⁸ OLESEN, 2005, p. 86. Tradução minha.

A sensação entre os integrantes da rede de solidariedade foi a de que o apoio dos ativistas transnacionais ajudou a manter o EZLN vivo. Esta visão foi reforçada pelos próprios zapatistas, que muitas vezes se referiram à presença internacional como uma proteção para o EZLN e para as comunidades indígenas. Essa percepção deu impulso a uma forma de solidariedade que passou a aprofundar cada vez mais os contatos entre os zapatistas e seus apoiadores de outros países: a presença de observadores de direitos humanos internacionais nas comunidades rebeldes de Chiapas.

A necessidade da presença de observadores estrangeiros em Chiapas aumentou com a ofensiva do exército mexicano em fevereiro de 1995. A partir desse momento, inúmeros estrangeiros e mexicanos permaneceram em comunidades indígenas em Chiapas por variados períodos.³⁴⁹

Muitos desses observadores internacionais de direitos humanos que visitaram Chiapas a partir de 1995 pertenciam a plataformas de solidariedade com o EZLN surgidas na Europa e na América do Norte a partir do levante do ano anterior, como a Ação Zapatista de Austin, nos Estados Unidos; a Aliança Canadense de Solidariedade com os Zapatistas; o Coletivo de Solidariedade com a Rebelião Zapatista de Barcelona e a Plataforma de Solidariedade com Chiapas de Madri, na Espanha; o Comitê Chiapas de Turim, na Itália; o Comitê de Solidariedade com os Povos de Chiapas em Luta, na França; o Grupo B.A.S.T.A., na Alemanha; e o Grupo Irlanda-México, entre muitas outras.

Muitos desses grupos organizavam delegações de voluntários que eram recebidos em Chiapas por entidades locais de apoio ao EZLN, como o Centro de Direitos Humanos Frei Bartolomé de Las Casas, que era a principal instituição responsável por coordenar o trabalho dos observadores de direitos humanos na região e encaminhá-los às comunidades zapatistas. Durante um certo período, esses voluntários moravam nas comunidades acompanhando e documentando a movimentação do exército mexicano nas redondezas. Ao final da estadia, os voluntários reportavam a situação à equipe do Centro de Direitos Humanos Frei Bartolomé de Las Casas e retornavam aos seus países de origem para divulgar a luta dos zapatistas junto à comunidade local.

Inspirados pelas palavras do Subcomandante Marcos, que dizia que o zapatismo era apenas uma ponte para conectar aqueles que lutavam por dignidade em qualquer lugar do mundo, esses grupos de solidariedade estabeleceram com o EZLN uma relação de reciprocidade, em que os enfrentamentos em Chiapas eram vistos como parte de uma mesma luta que se expressava de diferentes formas em todo o mundo.

³⁴⁹ Ibid., p. 80. Tradução minha.

[Os zapatistas] deram início a uma discussão mundial sobre o estado atual da luta de classes e a uma mobilização mundial que busca descobrir formas novas e mais efetivas de interligar tanto a oposição ao capitalismo quanto a ajuda mútua na elaboração de alternativas. E eles fizeram isso não só através do espaço, mas através de uma ampla variedade de lutas.³⁵⁰

Como o vazamento do memorando do Chase Manhattan escancarou, a luta que os zapatistas travavam em Chiapas era parte de um embate muito maior: a guerra da humanidade contra o neoliberalismo.

4.4 A humanidade contra o neoliberalismo

Os contatos cada vez mais intensos e frequentes entre os zapatistas e seus apoiadores de outros países levaram o EZLN a lançar uma iniciativa que daria um alcance político muito mais amplo à rede transnacional de solidariedade com o movimento a partir de 1996. No dia 1º de janeiro daquele ano, enquanto comemoravam o segundo aniversário do levante contra o governo mexicano, os zapatistas divulgaram a “Primeira Declaração de La Realidad contra o Neoliberalismo e pela Humanidade”, convidando todos aqueles que lutavam contra o neoliberalismo no mundo inteiro a participar de um encontro em Chiapas com o objetivo de articular essas várias rebeldias locais em uma rede global de resistência.

No documento, os zapatistas definem o neoliberalismo como a fase atual do capitalismo, caracterizada pela ofensiva dos donos do dinheiro e do poder contra toda a humanidade.

Durante os últimos anos, o poder do dinheiro vem apresentando uma nova máscara sobre seu rosto criminoso. Por cima de fronteiras, sem se importar com raças ou cores, o Poder do dinheiro humilha dignidades, insulta honestidades e assassina esperanças. Renomeado como “Neoliberalismo”, o crime histórico da concentração de privilégios, riquezas e impunidades democratiza a miséria e a desesperança.³⁵¹

O neoliberalismo é apresentado como uma ofensiva global do capital, por cima das fronteiras dos Estados nacionais, visando todo o planeta. Por isso, mais do que simplesmente falar em “neoliberalismo”, a leitura do EZLN permite falar em uma “globalização neoliberal”, que é vista pelos zapatistas como uma nova guerra mundial promovida pelo capital contra toda a humanidade.

³⁵⁰ CLEAVER, Harry. The zapatistas and the international circulation of struggle: lessons suggested and problems raised. 1998. Disponível em: <http://la.utexas.edu/users/hcleaver/lessons.html>. Acesso em: 16 mar. 2015. Tradução minha.

³⁵¹ EZLN. Primera Declaración de La Realidad contra el Neoliberalismo y por la Humanidad. 1996a. http://www.palabra.ezln.org.mx/comunicados/1996/1996_01_01_b.htm. Acesso em: 1 jul. 2014. Tradução minha.

Uma nova guerra mundial é travada, mas agora contra a humanidade inteira. Como em todas as guerras mundiais, o que se busca é uma nova partilha do mundo. Com o nome de “globalização” chamam esta guerra moderna que assassina e esquece. A nova partilha do mundo consiste em concentrar poder no poder e miséria na miséria. A nova partilha do mundo exclui as “minorias”. Indígenas, jovens, mulheres, homossexuais, lésbicas, pessoas de cores, imigrantes, operários, camponeses; as maiorias que formam os sôtãos mundiais se apresentam, para o poder, como minorias prescindíveis. A nova partilha do mundo exclui as maiorias. O moderno exército de capital financeiro e governos corruptos avança conquistando da única forma que é capaz: destruindo. A nova partilha do mundo destrói a humanidade.³⁵²

Assim, o EZLN apresenta a fase atual do capitalismo como uma guerra que opõe duas forças bem definidas, porém assimétricas: de um lado, a humanidade, o conjunto de todos aqueles que são explorados ou sofrem as injustiças do sistema; de outro, o neoliberalismo, o conjunto das instâncias de poder dominadas pela elite mundial e por seus agentes, responsáveis por realizar uma guerra de rapina contra toda a humanidade, tirando recursos da maioria para concentrá-los nas mãos de uma minoria.

Em boa medida, o grande mérito do EZLN foi reacender as esperanças da esquerda mundial. Em uma época de profunda desorientação ideológica provocada pela queda do Muro de Berlim e pela ruína do “socialismo real” no Leste Europeu, os zapatistas mostraram que a luta contra o capitalismo não havia terminado, apenas havia entrado em uma nova fase.

Uma nova mentira nos é vendida como história. A mentira da derrota da esperança, a mentira da derrota da dignidade, a mentira da derrota da humanidade. O espelho do poder nos oferece um equilíbrio para a balança: a mentira da vitória do cinismo, a mentira da vitória do servilismo, a mentira da vitória do neoliberalismo.³⁵³

Assim, em uma linguagem simples, acessível e, ao mesmo tempo, repleta de significado, os zapatistas apresentam a nova fase da luta contra o capitalismo de forma clara e compreensível: em oposição a uma “internacional do terror”, representada pela globalização neoliberal, o EZLN convoca os lutadores sociais de todo o mundo a construir uma “internacional da esperança”: “Contra a internacional do terror, que representa o neoliberalismo, devemos construir a internacional da esperança. A unidade, por cima de fronteiras, idiomas, cores, culturas, sexos, estratégias e pensamentos, de todos aqueles que preferem a humanidade viva”.³⁵⁴

O chamado do EZLN, no entanto, não era simplesmente para a formação de uma nova internacional nos moldes das anteriores. Para os zapatistas, a luta contra o capitalismo contemporâneo não podia repetir os erros de iniciativas anticapitalistas do passado cuja rebeldia degenerou em burocracia e novas formas de opressão.

³⁵² Ibid. Tradução minha.

³⁵³ EZLN, 1996a. Tradução minha.

³⁵⁴ Ibid. Tradução minha.

A internacional da esperança. Não a burocracia da esperança, não a imagem inversa e, portanto, semelhante ao que nos aniquila. Não o poder com novos símbolos e novas roupagens. Um alento assim, o alento da dignidade. Uma flor sim, a flor da esperança. Um canto sim, o canto da vida.³⁵⁵

Identificado o inimigo comum, os zapatistas lançam uma ampla convocatória dirigida a todos aqueles que se sentem de alguma forma ameaçados ou afetados pela “internacional do terror”. Aqui, mais uma vez, eles se diferenciam das correntes dominantes do pensamento anticapitalista no século XX ao se dirigirem não a uma parcela específica dos grupos espoliados pelo capital, mas a todos eles de uma vez só. Por isso, o sujeito revolucionário que o EZLN busca construir não se restringe a um grupo social específico. O chamado para a construção da “internacional da esperança” é amplo e irrestrito:

O Exército Zapatista de Libertação Nacional fala a todos os que lutam pelos valores humanos de democracia, liberdade e justiça. A todos os que se esforçam para resistir ao crime mundial chamado “Neoliberalismo” e aspiram que a humanidade e a esperança de serem melhores sejam sinônimos de futuro. A todos os indivíduos, grupos, coletivos, movimentos, organizações sociais, cidadãos e políticas, aos sindicatos, às associações de bairro, cooperativas, todas as esquerdas havidas e por haver; organizações não governamentais, grupos de solidariedade com as lutas dos povos do mundo, bandas, tribos, intelectuais, indígenas, estudantes, músicos, operários, artistas, professores, camponeses, grupos culturais, movimentos juvenis, homossexuais, feministas, pacifistas. A todos os seres humanos sem casa, sem terra, sem trabalho, sem alimentos, sem saúde, sem educação, sem liberdade, sem justiça, sem independência, sem democracia, sem paz, sem pátria, sem amanhã. A todos os que, sem importar cores, raças ou fronteiras, fazem da esperança uma arma e um escudo.³⁵⁶

O EZLN convida esse conjunto amplo e heterogêneo de grupos e indivíduos a participar do Primeiro Encontro Intercontinental pela Humanidade e contra o Neoliberalismo, a ser realizado entre os dias 27 de julho e 3 de agosto de 1996 nos cinco “Aguascalientes”³⁵⁷ construídos nas comunidades zapatistas de Oventic, La Realidad, Roberto Barrios, Morelia e La Garrucha, em Chiapas. A reunião deveria ser precedida por cinco encontros preparatórios a serem realizados entre abril e maio nos cinco continentes, nas seguintes sedes: encontro americano – comunidade zapatista de La Realidad, Chiapas, México; encontro europeu – Berlim, Alemanha; encontro asiático – Tóquio, Japão; encontro oceânico – Sydney, Austrália; encontro africano – a definir.

A resposta ao convite do EZLN foi surpreendente. Os próprios zapatistas estavam relutantes ao lançarem a iniciativa, pois acreditavam que apenas alguns poucos grupos responderiam ao chamado, mas a reação à convocatória superou qualquer expectativa.

³⁵⁵ Ibid. Tradução minha.

³⁵⁶ EZLN, 1996a. Tradução minha.

³⁵⁷ Espaços de reunião construídos nas comunidades zapatistas cujo nome remete à cidade de Aguascalientes, onde em 1914 foi realizada a convenção na qual Emiliano Zapata e Pancho Villa decidiram unir forças durante a Revolução Mexicana.

De fato, o Chamado Zapatista – que foi divulgado com alguma hesitação, grandes esperanças, mas baixas expectativas – gerou uma mobilização de uma dimensão e profundidade que nenhum outro grupo sozinho foi capaz de fazer na história recente. Milhares de pessoas não só responderam entusiasmadas ao convite, como rapidamente começaram a organizar uma série de encontros continentais.³⁵⁸

Os encontros preparatórios continentais, no entanto, refletiram a concentração geográfica da rede de solidariedade com os zapatistas. Enquanto os encontros americano e europeu reuniram muitos grupos e indivíduos de vários países e produziram importantes discussões posteriormente levadas ao encontro intercontinental, os encontros asiático, oceânico e africano não aconteceram.

Após a realização dessas reuniões preparatórias, os zapatistas divulgaram, no fim de maio de 1996, a convocatória para o encontro intercontinental, marcado para o fim de julho. No documento, eles voltam a afirmar a necessidade de combater o neoliberalismo em escala mundial e chamam a atenção para a importância de nomear o inimigo:

Agora vemos que o Poder se nega a que seu rumo seja nomeado. Para o Poder, os que padecem dele não têm direito de saber qual é seu destino, nem de nomear o passo mortal que os conduz. O Poder pensa que, se for nomeado, a letargia que oferece como presente se tornará ineficaz. O poder tem seus magos sábios, seus séquitos cerebrais, para escamotear nomeações. Se é nomeado, então os crimes têm responsáveis e deixam de ser um mero acidente histórico.³⁵⁹

Além disso, reafirmam a necessidade de criar novas formas de resistência e combate ao capitalismo, já que, segundo eles, os representantes do poder incentivam as forças opositoras a repetirem as mesmas estratégias do passado para que repitam os mesmos fracassos. Por isso, defende o EZLN, é preciso criar uma nova cultura política, e o zapatismo é apenas um instrumento para a construção de uma alternativa plural à ordem social dominante:

É necessário construir uma nova cultura política. Esta nova cultura política pode surgir de uma nova forma de ver o poder. Não se trata de tomar o poder, mas de revolucionar sua relação com aqueles que o exercem e com aqueles que o padecem. O zapatismo não é uma nova ideologia política ou um refogado de velhas ideologias. O zapatismo não é, não existe. Só serve, como servem as pontes, para cruzar de um lado a outro. Portanto, no zapatismo cabem todos, todos os que queiram cruzar de um lado a outro. Cada um tem dois lados. Não há receitas, linhas, estratégias, táticas, leis, regulamentos ou palavras de ordem universais. Só há um desejo: construir um mundo melhor, ou seja, novo.³⁶⁰

³⁵⁸ CLEAVER, 1998. Tradução minha.

³⁵⁹ EZLN. Invitación al Encuentro Intercontinental por la Humanidad y contra el Neoliberalismo. 1996b. Disponível em: http://www.palabra.ezln.org.mx/comunicados/1996/1996_06_09.htm. Acesso em: 1 jul. 2014. Tradução minha.

³⁶⁰ Ibid. Tradução minha.

Nesse espírito, os zapatistas convidam todos os interessados em combater a nova ordem mundial a participar do Primeiro Encontro Intercontinental pela Humanidade e contra o Neoliberalismo. E deixam claro que este “não é um encontro só de zapatistas ou simpatizantes do zapatismo. É um encontro entre os que dizem ou querem dizer seu respectivo ‘Já basta!’ para seu respectivo pesadelo”.³⁶¹

No mesmo documento, o EZLN detalha a dinâmica de funcionamento do encontro, explicando que os participantes deveriam se distribuir em cinco mesas de discussão, cada uma dedicada ao debate e formulação de propostas relativas a um aspecto da globalização neoliberal: a mesa 1 trataria da política; a mesa 2, da economia; a mesa 3, da cultura; a mesa 4, das questões sociais; e a mesa 5, de temas relativos à diversidade de povos e culturas.

Assim, no fim de julho de 1996 começaram a chegar a Chiapas pessoas vindas do mundo inteiro para participar do Primeiro Encontro Intercontinental pela Humanidade e contra o Neoliberalismo. No total, a reunião contou com mais de 3 mil participantes – uma multidão formada por uma maioria de mexicanos e por cerca de 1.600 estrangeiros³⁶² vindos de 42 países dos cinco continentes mais quatro delegações de povos que reivindicam Estados não reconhecidos pela ONU.³⁶³

Os países da Europa e das Américas compareceram em peso. O Velho Continente enviou representantes de 15 países – França, Itália, Espanha, Alemanha, Grécia, Irlanda, Grã-Bretanha, Áustria, Bélgica, Dinamarca, Suécia, Noruega, Holanda, Suíça e Portugal – e de três regiões que reivindicam autonomia – Catalunha, País Basco e Ilhas Canárias.

Com exceção das Guianas e do Suriname, todos os países da América do Sul estavam representados – Brasil, Argentina, Uruguai, Paraguai, Chile, Peru, Bolívia, Equador, Colômbia e Venezuela. Os três países da América do Norte – México, Estados Unidos e Canadá – também enviaram importantes delegações. E seis países da América Central e do Caribe marcaram presença – Cuba, Nicarágua, Guatemala, Costa Rica, Haiti e Porto Rico.

Em compensação, a presença de países da Ásia, da África e da Oceania foi bastante modesta. Da Ásia participaram representantes de quatro países – Japão, Filipinas, Irã e Turquia – e de uma região que luta por autonomia – o Curdistão. A África enviou delegações de três países – Zaire (atual República Democrática do Congo), África do Sul e Mauritânia. Finalmente, a única delegação vinda da Oceania foi a australiana.

³⁶¹ Ibid. Tradução minha.

³⁶² BELLINGHAUSEN, Hermann. En Oventic, ultras y reformistas nacionalistas y internacionalistas. **La Jornada**, Cidade do México, 27 jul. 1996. Disponível em: <http://www.jornada.unam.mx/1996/07/27/HERMAN00-2607.html>. Acesso em: 1 jul. 2014.

³⁶³ RAMÍREZ, 2003, p. 124-125.

No dia 27 de julho, essa verdadeira Torre de Babel moderna se reuniu na comunidade zapatista de Oventic para participar da plenária de abertura do Primeiro Encontro Intercontinental. A partir do dia seguinte, cada grupo partiu para as comunidades onde aconteceriam as diferentes mesas de discussão: mesa 1, sobre política, em La Realidad; mesa 2, sobre economia, em Roberto Barrios; mesa 3, sobre cultura, em Morelia; mesa 4, sobre sociedade, na própria comunidade de Oventic; e mesa 5, sobre diversidade, em La Garrucha.

A tarefa iniciada pelos zapatistas de analisar a atual etapa do desenvolvimento capitalista e identificar os males comuns que a globalização neoliberal impõe aos povos de todo o planeta foi aprofundada pelos participantes da mesa 2 reunidos na comunidade de Roberto Barrios. A discussão sobre os aspectos econômicos da nova ordem mundial foi dividida em quatro submesas, que trataram dos seguintes temas:

- a) mesa 2a: Neoliberalismo: o poder financeiro e seus sicários. Os indicadores macroeconômicos, formas de perverter a realidade;
- b) mesa 2b: É possível uma alternativa a este sistema?;
- c) mesa 2c: O progresso: a especulação como desenvolvimento; o negócio da guerra, do narcotráfico, da saúde;
- d) mesa 2d: Trabalho, ditadura do livre mercado, dívida, pobreza.

Ao final das discussões, os participantes da mesa 2 do Encontro Intercontinental apresentaram uma leitura do funcionamento da globalização neoliberal e da resistência a esse sistema que inspirou a formação e orientou as iniciativas da AGP. De acordo com essa leitura, o neoliberalismo é apenas a fase atual do capitalismo e, por isso, a luta contra ele “implica, necessariamente, uma luta contra o próprio capitalismo como sistema de exploração e dominação social”.³⁶⁴

Partindo dessa premissa, o neoliberalismo é visto como a nova forma que a dominação capitalista assume para enfrentar a profunda crise de acumulação iniciada na década de 1970.

A prolongada crise capitalista iniciada na década de setenta, que alguns atribuem à queda da taxa de lucro e outros à força das lutas sociais que conseguiram derrotar o keynesianismo-fordismo, é a origem da nova forma que assume a dominação capitalista. Encoberto sob o nome de neoliberalismo, o capitalismo contemporâneo desenvolve novas modalidades de subordinação da vida social à lógica da valorização [...].³⁶⁵

Entendido dessa maneira, o neoliberalismo pode ser visto, ao mesmo tempo, como uma ideologia, uma estratégia de organização da produção e da vida social e um conjunto de

³⁶⁴ CRÓNICAS intergalácticas EZLN, 1997, p. 77. Tradução minha.

³⁶⁵ Ibid., p. 79. Tradução minha.

políticas econômicas adotadas por um número crescente de países em todo o mundo a partir do fim da década de 1970.

Enquanto ideologia, o neoliberalismo representa uma ofensiva do capital para justificar a incorporação de todos os aspectos da vida social à lógica do mercado e da competição, e, portanto, a própria negação da humanidade:

O neoliberalismo subordina todas as relações sociais à lógica do mercado, fazendo com que este apareça como a forma natural da organização social e convertendo-o assim em uma arma ideológica contra a esperança. [...] Assim, nosso reconhecimento social, de acordo com a lógica do mercado, só é possível sob a forma de mercadorias, e não de seres humanos. O neoliberalismo privilegia a dinâmica da competição, que supõe, por definição, que para ganhar é necessário que o outro perca; supõe, portanto, uma negação de tudo o que não possa ser apropriado, incorporado e submetido. [...] O outro é sempre a negação do eu, e por isso não pode ser tolerado, por isso é necessário impedir seu desenvolvimento, por isso é preciso destruí-lo. [...] A submissão do outro, sua destruição, sua humilhação, seu aniquilamento, inevitáveis na lógica da competição, constituem a negação da humanidade.³⁶⁶

Enquanto estratégia de organização da produção e da vida social, o neoliberalismo é entendido como uma nova etapa do desenvolvimento capitalista que aprofunda uma tendência imanente a esse modo de produção: “sua expansão através do mundo, não só por meio do comércio, mas também por meio da subordinação da população de muitas regiões em redes industriais e comerciais [...]”.³⁶⁷ Assim, neoliberalismo e globalização se apresentam como dois processos indissociáveis, que levam às últimas consequências a expansão planetária do capital, dando continuidade à integração da economia mundial iniciada pelo colonialismo e pelo neocolonialismo. “Com o neoliberalismo, a globalização de tais redes chegou a ser integral e tenta estabelecer um vínculo mais intenso de todos os elementos da vida social em todas as regiões do mundo”.³⁶⁸

Os principais agentes dessa internacionalização radical da produção e do comércio são as empresas transnacionais e os operadores do mercado financeiro apoiados pelos organismos internacionais que ditam as regras da economia mundial.

O neoliberalismo, enquanto estratégia do capitalismo, se caracteriza pela internacionalização de uma política econômica baseada na exploração extrema do ser humano, exploração que é realizada principalmente por empresas transnacionais e pelo controle do sistema financeiro internacional através de organismos internacionais como o Fundo Monetário Internacional e o Banco Mundial.³⁶⁹

³⁶⁶ Ibid., p. 77. Tradução minha.

³⁶⁷ CRÓNICAS intergalácticas EZLN, 1997, p. 78. Tradução minha.

³⁶⁸ Ibid., idem. Tradução minha.

³⁶⁹ Ibid., p. 95. Tradução minha.

Por meio dessa internacionalização da produção, as grandes empresas conseguiram impor uma nova divisão internacional do trabalho. Esta promove a fragmentação e o enfraquecimento do poder de organização da classe trabalhadora graças à exploração cada vez maior de grupos sociais vulneráveis, como imigrantes, mulheres e crianças, e da disseminação de práticas como o emprego temporário e em domicílio e o aumento das horas extras não remuneradas.³⁷⁰

Com base em uma nova medida dos capitais, novas tecnologias e uma nova maneira de centralizar o capital, as empresas estabelecem uma nova maneira de controlar diferentes setores da divisão do trabalho [...]. Assim, o capital adquire uma capacidade inédita de movimento por todo o planeta, realizando uma nova partilha dos territórios que contêm recursos naturais estratégicos e força de trabalho explorável.³⁷¹

Essa capacidade inédita do capital de se movimentar por todo o planeta é garantida pelos mercados financeiros cada vez mais integrados em nível mundial, que estabelecem um novo tipo de subordinação tanto no interior de cada país como entre os diferentes países: “O poderio do capital financeiro lhe permitiu subordinar países, produtores e consumidores”.³⁷²

Com a eliminação, a partir da década de 1970, dos controles sobre movimentação de capitais que existiam na maioria dos países, instituições financeiras e investidores privados passaram a emprestar dinheiro para empresas e governos cada vez mais carentes de recursos devido à crise mundial de acumulação. Esses investidores foram aos poucos se tornando os financiadores da economia mundial e, como tais, passaram a ditar as regras do jogo. Logo, se tornaram não só acionistas de grandes empresas como os principais detentores de títulos da dívida pública de vários países ao redor do mundo. Nessa posição, começaram a impor a esses países a adoção de determinadas políticas econômicas que garantissem a remuneração de seus investimentos em detrimento das necessidades das populações – as políticas neoliberais.

A renegociação da dívida e a outorga de novos empréstimos são condicionadas à aplicação dos assim chamados programas de ajuste, que exigem uniformemente os órgãos financeiros internacionais, e que implicam o corte de gastos sociais, a abertura das economias à concorrência externa e a privatização de serviços e empresas públicas.³⁷³

Chegamos, assim, à terceira dimensão do neoliberalismo, entendido como um conjunto de políticas adotadas por um número crescente de países a partir do fim da década de 1970: corte do orçamento social do Estado e privatização dos serviços sociais públicos;

³⁷⁰ Ibid., idem. Tradução minha.

³⁷¹ Ibid., p. 80. Tradução minha.

³⁷² Ibid., p. 96. Tradução minha.

³⁷³ CRÓNICAS intergalácticas EZLN, 1997, p. 96. Tradução minha.

privatização de empresas públicas; privatização das terras comunais; reformas trabalhistas prejudiciais aos trabalhadores; adoção ou endurecimento de leis contra os direitos dos imigrantes; adoção de políticas culturais, educacionais e de comunicação subordinadas à lógica do mercado; assinatura de tratados de livre comércio e criação de blocos econômicos; abertura das economias à concorrência externa; aumento dos gastos militares e dos investimentos em policiamento.

Todas essas políticas vieram na esteira de uma série de novas dinâmicas e fenômenos econômicos desencadeados pela crise dos anos 1970, como o crescimento dos mercados financeiros privados e dos fluxos transnacionais de dinheiro especulativo; a concentração do capital em poucas mãos; a monopolização da produção e o fortalecimento das empresas transnacionais; a crescente subordinação das políticas econômicas dos Estados nacionais às exigências de instituições financeiras e investidores internacionais em decorrência das obrigações geradas pelo pagamento de pesadas dívidas externas ou por meio da criação de blocos econômicos e assinaturas de tratados de livre comércio.

No entanto, ao contrário do discurso oficial dos ideólogos do neoliberalismo, essas políticas não visam diminuir o papel do Estado na economia, mas apenas reorientá-lo em favor dos interesses do capital.

Mesmo que o neoliberalismo supostamente tente uma restrição do Estado, na realidade ele só restringe os programas e serviços que protegem o trabalho contra os males do capitalismo enquanto expande os subsídios ao capital (por exemplo, financiando a superestrada da informação, coluna vertebral das indústrias informáticas) e a repressão às lutas dos trabalhadores urbanos e rurais.³⁷⁴

Por isso, as consequências econômicas, sociais e políticas provocadas pelas políticas neoliberais foram desastrosas para as classes populares em todos os lugares onde foram adotadas – como constataram os participantes da mesa 2 do Primeiro Encontro Intercontinental.

Em primeiro lugar, essas políticas representaram um ataque a todas as formas de organização da classe trabalhadora e a consequente piora das condições de vida deste grupo social. Depois de décadas de avanço da organização política da classe trabalhadora por meio da construção de partidos e sindicatos fortes – sobretudo na Europa Ocidental e na América do Norte – as políticas neoliberais promoveram uma recomposição dos mecanismos de submissão do trabalho mediante uma série de mecanismos: fragmentação, desregulamentação, precarização e aumento da informalidade no mercado de trabalho; perda do poder aquisitivo

³⁷⁴ CRÓNICAS intergalácticas EZLN, 1997, p. 79. Tradução minha.

dos salários; crescimento do desemprego e aumento da competição entre os trabalhadores; aumento do emprego temporário, do trabalho infantil, das horas extras não remuneradas e do trabalho em domicílio.

O aumento do desemprego e da pobreza em nível mundial também aprofundou outras formas de opressão que não se resumem às relações de produção. A repressão, a exploração e a vulnerabilidade dos imigrantes foram intensificadas por meio de legislações cada vez mais persecutórias. A exploração da mulher foi ampliada por meio de sua incorporação maciça ao mercado de trabalho como mão de obra barata ao mesmo tempo em que foi reforçado seu papel como responsável pelo trabalho doméstico não remunerado. A polarização social se tornou mais aguda devido ao crescimento de preconceitos baseados em diferenças ou particularidades culturais de gênero, origem étnica, preferência sexual, nacionalidade ou cor de pele, que estimulam a competição social e diferentes tipos de fanatismo: racista, sexista, religioso, etc. Aspectos da vida até então pouco ou nada subordinados à lógica de mercado (dependendo do país), como educação, saúde, cultura, lazer e comunicação, passaram por um violento processo de mercantilização na esteira das privatizações e da redução da atuação do Estado nessas áreas.

As consequências da neoliberalização também foram particularmente perversas para o meio ambiente e para os grupos que dependem diretamente da natureza. No mundo inteiro, houve um aumento da exploração dos recursos naturais, que passaram por um intenso processo de mercantilização e foram reduzidos à condição de simples matérias-primas para o processo de produção, elevando a degradação ambiental. Por meio da biotecnologia, empresas e laboratórios passaram a se apropriar dos bancos de genes de plantas e de animais existentes no entorno das comunidades rurais. A abertura da economia, associada à restrição do crédito e à privatização das terras comunais, colocou em risco a economia camponesa e os produtores indígenas, obrigando boa parte da população rural a abandonar o campo.

Todos esses grupos sociais afetados pelas políticas neoliberais, no entanto, não ficaram passivos diante dos ataques a seus direitos. Como lembraram os participantes da mesa 2 do Primeiro Encontro Intercontinental, a luta contra o neoliberalismo começou já na década de 1980, quando rebeliões contra os programas de ajuste do FMI se espalharam por países do Terceiro Mundo:

Greves, motins, manifestações e uma variedade de formas informais de luta confrontaram os planos de elevação de preços, quedas de salários, cortes nos serviços sociais e demissões em massa. Foi o caso dos países produtores de petróleo na África, América Latina e Oriente Médio (Argélia, Jordânia, Gabão, Nigéria, Marrocos, Trinidad e Tobago), onde a classe trabalhadora suportou uma drástica

queda em seu nível de vida ao mesmo tempo em que era duramente golpeada entre 1988 e 1990, quando se amotinava contra essas políticas de austeridade.³⁷⁵

Esta primeira onda de insurreições populares contra o neoliberalismo se deu nas cidades de vários países do Terceiro Mundo. A partir do começo dos anos 1990, os enfrentamentos se deslocaram para o meio rural do Sul global, e passaram a ser protagonizados principalmente por movimentos camponeses e indígenas:

Desde então, o neoliberalismo avança destruindo, entre outros, as condições de vida das comunidades indígenas, arrebatando-lhes o direito à terra, e a luta tendeu a deslocar-se para as áreas rurais (Equador: 1992, Nigéria: 1993, México: 1994, Índia: 1994, Nova Guiné: 1995, Paraguai e Brasil: 1996) contra a privatização da terra e a produção agropecuária imposta pelas políticas neoliberais.³⁷⁶

Finalmente, a partir da metade dos anos 1990, a luta contra o neoliberalismo chega ao Primeiro Mundo na forma de grandes greves e manifestações contra cortes de direitos trabalhistas e sociais, como os motins contra os cortes das aposentadorias na Itália em 1994 e as greves dos trabalhadores dos transportes na França e dos estivadores na Inglaterra a partir de 1995.

Como as crescentes revoltas populares ameaçavam os interesses das elites globais que impunham as políticas de austeridade aos governos do mundo, o discurso oficial de liberdade econômica e política pregado pelos ideólogos do neoliberalismo foi acompanhado por um outro lado da moeda, bastante sombrio: a expansão dos gastos militares e dos investimentos em policiamento, o fortalecimento da indústria armamentista e o crescimento do poder do narcotráfico e do tráfico de armas, que se tornaram importantes fontes de acumulação de riquezas, intensificando a especulação financeira.

Em nenhuma outra área o paradoxo de um discurso liberal e uma prática repressiva ficou tão visível quanto no âmbito da mobilidade internacional. Por um lado, as políticas neoliberais facilitavam a transnacionalização de capitais e a destruição da planta produtiva dos países menos desenvolvidos, fomentando as migrações dos trabalhadores para os países centrais; por outro, perseguiram os imigrantes que se mudavam para outros países em busca de emprego.

Todas essas contradições levaram à proliferação de lutas contra as políticas neoliberais ao redor do mundo entre a segunda metade da década de 1980 e o início dos anos 1990. Mas, até então, essas lutas se davam de forma isolada em cada país, sem uma articulação capaz de fazer com que os protagonistas dos vários enfrentamentos locais se dessem conta de que

³⁷⁵ CRÓNICAS intergalácticas EZLN, 1997, p. 81. Tradução minha.

³⁷⁶ Ibid., pp.81-82. Tradução minha.

combatiam um inimigo comum e que essas várias batalhas pontuais eram parte de uma guerra mais ampla, de dimensões globais. Foi justamente essa consciência das conexões globais entre as várias lutas particulares que começou a ser forjada no Primeiro Encontro Intercontinental.

4.5 Mudar o mundo sem tomar o poder

Se a mesa 2 definiu o inimigo comum e identificou os principais pontos a serem enfrentados na luta contra o neoliberalismo, coube aos participantes da mesa 1, sobre política, expor os princípios que deveriam nortear essa luta. Apesar de ter contado com contribuições de várias organizações e intelectuais renomados, a mesa 1 se diferenciou das demais, pois foi a única em que o EZLN participou diretamente das discussões. Em um texto preparado especialmente para a mesa, o Subcomandante Marcos apresentou uma síntese da trajetória do movimento e da proposta política defendida pelos zapatistas. Por isso, as discussões da mesa 1 em grande medida giraram em torno da intervenção do EZLN.

Assim como os documentos finais da mesa 2 sintetizam a leitura da economia mundial que nortearia o movimento contra a globalização neoliberal nos anos seguintes, a intervenção de Marcos na mesa 1 do Primeiro Encontro Intercontinental apresenta um resumo da nova cultura política proposta pelos zapatistas que serviria de inspiração para a AGP.

Essa nova visão de como lutar para mudar o mundo foi um dos elementos que, desde o levante de janeiro de 1994, mais atraíram os simpatizantes da causa zapatista. Isto se deu pois o discurso e a prática dos zapatistas representam, por um lado, uma crítica profunda a formas de organização e práticas que dominaram a política moderna e que hoje estão cada vez mais desacreditadas, e, por outro, oferecem o exemplo de um outro caminho a ser construído.³⁷⁷ Em vez de reivindicar um espaço no cenário político estabelecido do México, os zapatistas apresentaram uma severa crítica da democracia representativa.

Os zapatistas foram muito além dos reformistas social-democratas mexicanos [...] e reivindicaram a eliminação da estrutura constitucional do Estado que buscava confinar a política ao espaço formal da arena eleitoral onde políticos profissionais encenam um simulacro de democracia enquanto perpetuam a brutal exploração e o genocídio de povos inteiros. [...] Esta rejeição das ilusões dominantes da democracia e a organização de alternativas criativas e viáveis fora e contra o Estado teve um enorme apelo não apenas em todo o México como em muitos outros países.³⁷⁸

³⁷⁷ CLEAVER, 1998.

³⁷⁸ Ibid. Tradução minha.

Ao mesmo tempo, os zapatistas também rejeitaram o projeto revolucionário dominante do século XX: a tomada do poder do Estado e sua consolidação nas mãos de uma elite revolucionária. Em vez disso, eles convidaram as pessoas “a se organizarem de forma autônoma em relação ao Estado, de maneiras que levassem não à sua tomada, mas ao seu eclipse e abolição”.³⁷⁹ Mudar o mundo sem tomar o poder, eis o projeto político dos zapatistas.

Todas essas ideias aparecem condensadas na intervenção de Marcos na mesa 1 do Primeiro Encontro Intercontinental:

Para que possamos construir isso [o projeto político do zapatismo] acreditamos que seria preciso reconsiderar o problema do poder, não repetir a fórmula que para mudar o mundo é necessário tomar o poder, e, uma vez no poder, então, sim, vamos organizá-lo como melhor convém ao mundo – isto é, como melhor convém a mim, que estou no poder. Achamos que se concebêssemos uma mudança de premissa ao ver o poder, o problema do poder, colocando que não queríamos tomá-lo, isso produziria outra forma de fazer política e outro tipo de político, outros seres humanos que fizessem uma política diferente daquela feita pelos políticos com os quais sofremos hoje em todo o espectro político: esquerda, centro, direita e os múltiplos que haja. Essa mudança de premissa [...] [aponta para a necessidade] de tirar a política da lógica do espectro geométrico que é a esquerda, o centro, a direita e suas divisões a respeito da tomada do poder, e propor o que queremos definir em linhas gerais: que o mundo não seja o mundo que nós queremos ou que o poder quer, mas sim que seja um mundo onde caibam todos os mundos, tantos mundos quantos sejam necessários para que cada homem e cada mulher tenha uma vida digna aonde quer que seja, e que cada um esteja satisfeito de acordo com o significado de seu próprio conceito de dignidade. Para que todos vivamos com dignidade: este é o mundo que nós, zapatistas, queremos. O preço da nossa vida não é uma prefeitura, um governo estadual, a presidência do México, a presidência da Organização das Nações Unidas ou qualquer equivalente. O preço da vida dos zapatistas é este: um mundo onde possam caber todos os mundos.³⁸⁰

4.6 Um mundo onde caibam todos os mundos

A autonomia frente ao Estado e a valorização da diversidade das lutas foram dois aspectos da estratégia política zapatista que marcaram profundamente a construção da rede mundial de luta contra a globalização neoliberal que daria origem à AGP. E essa valorização da diversidade se refletiu na própria composição da multidão que se reuniu em Chiapas entre 27 de julho e 3 de agosto de 1996.

Analisando os movimentos sociais e organizações políticas que participaram do Primeiro Encontro Intercontinental,³⁸¹ é possível identificar pelo menos quatro vertentes – ou tradições políticas – presentes nesses primórdios da rede global de resistência ao neoliberalismo. Uma primeira vertente é a dos movimentos camponeses e indígenas latino-

³⁷⁹ Ibid. Tradução minha.

³⁸⁰ EZLN, 1996c. Tradução minha.

³⁸¹ Ver lista de algumas organizações que participaram do Primeiro Encontro Intercontinental no Apêndice A.

americanos, cujos principais representantes eram o próprio EZLN e o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) brasileiro.

Uma segunda vertente, muito forte desde os primórdios da rede de solidariedade transnacional com os zapatistas, é a dos movimentos autônomos europeus. Estes grupos surgiram nos anos 1960 e 1970, a partir de uma profunda crítica do Estado e das instituições representativas tradicionais, como partidos e sindicatos. Por isso, se identificaram rapidamente com a proposta zapatista de construir espaços políticos autônomos em relação ao Estado. Não por acaso, boa parte dos comitês de solidariedade à rebelião zapatista na Europa era formada por militantes vindos dos movimentos autônomos, nos quais a filiação rígida a organizações ou entidades é mais rara do que em outros meios – daí a dificuldade de identificar a origem social de muitos participantes do evento. Mesmo assim, os documentos do encontro e relatos de participantes registram a participação de grupos claramente identificados com essas vertentes, como integrantes de movimentos autônomos urbanos de ocupação de imóveis para a criação de moradias coletivas e centros sociais autogestionários em países como França, Alemanha, Espanha e Itália. Estiveram presentes em Chiapas representantes de pelo menos três importantes centros sociais italianos: Leon Cavallo e Eteropia, de Milão; e Gramna, de Cosenza.

Outras correntes autonomistas também marcaram presença em Chiapas, como as militantes feministas; grupos de defesa dos direitos dos homossexuais; e grupos de defesa da diversidade étnica e cultural, incluídas aí nacionalidades não reconhecidas por alguns Estados. Em Chiapas, essa corrente marcou presença principalmente por meio dos nacionalistas catalães, bascos e canários.

Uma terceira vertente era formada pelas ONGs, representadas em Chiapas por importantes organizações norte-americanas, como Global Exchange e Food First Institute. Finalmente, uma quarta vertente compreendia as organizações da esquerda tradicional, como partidos e sindicatos. Importantes agremiações europeias e latino-americanas enviaram representantes ao encontro, como o Partido da Refundação Comunista (PRC) italiano, o Partido Comunista Francês (PCF), a Esquerda Unida espanhola (IU, na sigla em espanhol) e o Partido dos Trabalhadores (PT) brasileiro. Além disso, membros de outros partidos estiveram presentes no encontro, como um deputado do SPD alemão e uma deputada do Partido da Revolução Democrática (PRD) mexicano. Já as organizações sindicais estiveram representadas por centrais sindicais como a Central Única dos Trabalhadores (CUT) brasileira e a Frente Autêntica do Trabalho (FAT) mexicana.

É importante ressaltar, como já foi dito, que as quatro vertentes apresentadas acima têm valor apenas analítico. Uma das principais marcas do movimento de combate à globalização neoliberal foi justamente a atuação conjunta de grupos muito diferentes entre si, e tentativas de traçar fronteiras arbitrárias entre esses grupos podem criar uma separação artificial que não corresponde ao que acontecia na prática, como alerta Ortellado.³⁸²

Essa ressalva é importante na medida em que uma especificidade da articulação que começou a ser forjada no Primeiro Encontro Intercontinental foi a capacidade de criar unidade a partir da diversidade. Ao contrário de uma visão comum entre as organizações mais tradicionais de esquerda, os zapatistas não reduziam a luta contra a opressão à esfera da produção, mas a estendiam a todos os aspectos da vida, englobando diferentes frentes na luta pela dignidade. Ao mesmo tempo, não reduziam essas várias lutas a enfrentamentos que se encerravam em si mesmos, mas faziam questão de lembrar que todas elas eram frentes na batalha comum de toda a humanidade contra o neoliberalismo. Assim, eles foram capazes de rearticular diferentes lutas que haviam emergido como parte de um combate geral contra a organização social dominante nos anos 1960 e 1970, mas que tinham se fragmentado em uma miríade de pequenas lutas isoladas a partir dos anos 1980.

É possível notar nos documentos produzidos pelos participantes do Primeiro Encontro Intercontinental uma preocupação constante em analisar as especificidades de cada luta em articulação com o enfrentamento mais amplo de toda a humanidade contra um sistema social de dimensões globais – o neoliberalismo. Não surpreende que essa abordagem tenha aparecido nas mesas de política e economia, áreas em que as análises tradicionalmente remetem a visões mais universalizantes, mas ela está igualmente presente nos documentos finais da mesa 4 – dedicada à discussão sobre as diferentes formas de organização da sociedade civil – e da mesa 5 – dedicada à diversidade de povos e culturas –, que trataram de temas que a partir dos anos 1980 passaram a ser cada vez mais analisados a partir de perspectivas fragmentárias e particularistas. Dessa forma, a convergência de lutas que começou a se formar no Primeiro Encontro Intercontinental contribuiu para rearticular as várias tendências críticas surgidas nos anos 1960 e 1970 e reelaborar uma visão global do sistema de exploração respeitando, ao mesmo tempo, as particularidades de cada luta.

Depois de muitos anos em que as políticas de resistência e luta foram fragmentadas e enfraquecidas por certas tendências teóricas tão preocupadas com a rejeição das “grandes narrativas” que se tornaram cegas para perceber os esforços capitalistas para voltar a impor sua própria grande narrativa de exploração e alienação ao mundo inteiro, esse reconhecimento de um inimigo comum forneceu o elemento necessário para juntar lutas até então isoladas. Se as reivindicações zapatistas por autonomia

³⁸² ORTELLADO, 2002.

para os povos indígenas e para as mulheres e a rejeição de qualquer fórmula única para a organização política e social tornou sua luta atraente para muitos dos chamados “pós-modernos”, sua crítica ao neoliberalismo e ao capitalismo os conectou fortemente com a tradição marxista da busca pela superação revolucionária do capitalismo.³⁸³

A necessidade de articulação entre particularismo e universalismo ficou especialmente evidente no discurso das feministas, que reclamaram de sua luta ter sido confinada a uma submesa da mesa 4 dedicada à discussão da sociedade civil excluída, quando, defendiam elas, a perspectiva feminista deve ser incorporada a todos os campos da luta contra a opressão:

A situação das mulheres se encontra em um esquema muito complexo, pois não se pode falar delas como um grupo ou setor. São mais da metade da população mundial, e estão presentes em todos os grupos humanos. Falar dos problemas das mulheres é falar dos problemas do mundo inteiro, mas desde uma perspectiva de gênero.³⁸⁴

Partindo dessa perspectiva, as feministas presentes fizeram questão de demonstrar que o neoliberalismo produz efeitos específicos sobre a vida das mulheres, mas a preocupação em identificar essas particularidades não pode ser desvinculada dos efeitos que o neoliberalismo produz na vida de toda a classe trabalhadora, incluídos aí tanto homens quanto mulheres:

Na análise de como o neoliberalismo afeta as mulheres, isto é, de como as políticas neoliberais afetam as condições de vida das mulheres, não se pode deixar de considerar o trabalho reprodutivo que lhes é imposto. De fato, o acesso ao trabalho produtivo implicou uma dupla carga de trabalho, pois [as mulheres] têm que continuar realizando sozinhas o trabalho reprodutivo não remunerado além do trabalho produtivo. Há uma política de redução do orçamento para serviços sociais que afeta principalmente as mulheres, que têm um dia de trabalho muito mais comprido por causa da carga de trabalho que, outra vez, recai sobre elas. A nova organização do trabalho impõe aos trabalhadores de ambos os gêneros a máxima disponibilidade de tempo e de energia.³⁸⁵

O mesmo tipo de conexão entre lutas particulares e globais foi estabelecido pelos participantes da mesa 5, dedicada à análise das ameaças à diversidade de povos e culturas no mundo e à discussão sobre formas de enfrentá-las. O documento final da submesa 5a, da qual participaram tanto representantes de povos indígenas dos três países da América do Norte quanto de nacionalidades europeias não reconhecidas (bascos, catalães e canários), estabelece claramente as ligações entre racismo, discriminação étnica, militarismo e neoliberalismo:

As intervenções mostraram um rico mosaico de experiências muito diversas. Falou-se sobre como a etapa atual de desenvolvimento do neoliberalismo em nível mundial está ligada à militarização e à repressão das diferenças culturais e étnicas, das minorias e da dissidência. Foram apresentadas as formas adotadas pelas diferentes lutas para resistir à opressão, à desigualdade, à discriminação e à negação dos direitos dos povos. Estas lutas seguiram múltiplas trajetórias no mundo, desde a luta

³⁸³ CLEAVER, 1998. Tradução minha.

³⁸⁴ CRÓNICAS intergalácticas EZLN, 1997, p. 157. Tradução minha.

³⁸⁵ CRÓNICAS intergalácticas EZLN, 1997, p. 158. Tradução minha.

elementar pela sobrevivência e pela reprodução física e cultural até a luta pela autodeterminação, pela autonomia e pela democracia.³⁸⁶

Dito isto, os participantes da mesa 5 mostram como essa lógica manipula os conflitos étnicos e raciais em favor dos interesses dos poderosos:

A experiência mostra que o racismo se expressa de diversas maneiras nos diferentes níveis da sociedade, e que se fundamenta nas desigualdades econômicas. Não é a única ferramenta ideológica utilizada pelos que pretendem conquistar ou manter o poder, ou para justificar a morte do outro, mas é uma das mais usadas e eficientes. Por isso seria importante identificar os meios que os poderes utilizam para fomentar e manipular o racismo entre suas populações. [...] Foi feito um alerta contra os nacionalismos que adquirem tons de intolerância e xenofobia, convertendo-se assim em um perigo para a paz. Tais processos são alimentados por grupos de poder ligados à indústria da guerra e que têm interesse em fomentar os conflitos e o armamentismo em benefício próprio. [...] por isso recorrem à manipulação ideológica que fomenta o ódio por outra raça ou grupo étnico. Em síntese, o racismo e a xenofobia servem ao poder como ferramenta para mobilizar a população e transformá-la em executora de suas políticas genocidas.³⁸⁷

De acordo com essa análise, a discriminação étnica e racial deixa de ser vista como uma incompatibilidade de um grupo com uma determinada sociedade nacional e passa a ser encarada como resultado de relações criadas ou estimuladas por um sistema de poder que se expressa de modo semelhante em vários lugares. Ou seja: os conflitos étnicos e raciais deixam de ser uma especificidade cultural (ou até psicológica, de acordo com algumas interpretações) e passam a ser a expressão local de um conflito global.

Assim, a luta contra a opressão étnica e racial pode ser mobilizada como uma forma de resistência a um sistema de poder que oprime toda a população. No entanto, quando um grupo se mobiliza para resistir à opressão, os governos recorrem às mais eficientes táticas de repressão, hoje condensadas na estratégia de guerra de baixa intensidade:

Quando os povos opõem resistência às políticas que lhes oprimem e lhes marginalizam, os governos utilizam todo seu maquinário militar e policial contra a população. A nova modalidade de opressão e perseguição que visa o controle social e/ou o extermínio adota a forma da guerra de baixa intensidade. Trata-se da ciência repressiva – aperfeiçoada pelos Estados Unidos após a Guerra do Vietnã – utilizada contra os povos da América Central e agora aplicada a todos os conflitos.³⁸⁸

Assim, fecha-se o círculo da análise iniciada pelo EZLN na “Primeira Declaração de La Realidad contra o Neoliberalismo e pela Humanidade”. Se o neoliberalismo é um sistema mundial de poder que ataca os direitos da maior parte da população na maior parte do mundo, aprofundando as desigualdades econômicas, étnicas e de gênero, degradando o meio ambiente, promovendo a mercantilização massiva de todos os aspectos da vida e declarando

³⁸⁶ Ibid., p. 189. Tradução minha.

³⁸⁷ Ibid., pp. 189-190. Tradução minha.

³⁸⁸ CRÓNICAS intergalácticas EZLN, 1997, p. 191. Tradução minha.

guerra a todos aqueles que se opõem ou que buscam caminhos alternativos, só resta uma opção: construir a internacional da esperança para enfrentar a internacional do terror.

4.7 A internacional da esperança

A necessidade de se criar uma rede internacional de resistência ao neoliberalismo foi um consenso em todas as mesas do Primeiro Encontro Intercontinental. A partir dessa constatação, os participantes do evento expuseram uma das grandes contradições da globalização neoliberal que facilitava essa empreitada: o avanço das redes globais de dominação cria, ao mesmo tempo, as condições para o desenvolvimento de redes globais de resistência e luta.

Assim como os camponeses ingleses resistiram à expulsão de suas terras e à incorporação forçada às fábricas, e os africanos resistiram à escravidão e à incorporação forçada às plantações americanas, também os povos de hoje resistem aos esforços neoliberais para impor a lógica do capital, a lógica do mercado e a subordinação alienada da vida ao trabalho. E, da mesma maneira que os trabalhadores de então difundiram suas lutas pelo mundo através de navios comerciais e de prisioneiros, os trabalhadores de hoje também difundem suas lutas através do movimento transfronteiriço ou das comunicações e de solidariedade cada vez mais globalizadas. A dimensão universal dos intentos neoliberais de impor sua lógica por todo o mundo cria as possibilidades de difusão global das lutas e da emergência de motins e revoluções em todo o mundo. Além disso, a universalidade da estratégia neoliberal provoca uma universalidade da resistência: todos confrontamos o mesmo inimigo.³⁸⁹

Um slogan que se tornaria comum nas manifestações contra a globalização neoliberal na virada dos anos 1990 para os 2000 resume bem o espírito dessa consciência que começou a ser forjada em Chiapas: “Que a nossa resistência seja tão transnacional quanto o capital”.

No entanto, se a lógica da ofensiva neoliberal cria um inimigo comum, a oposição a esse inimigo deve se basear na diversidade das várias lutas particulares:

[E]nquanto a lógica é a mesma, suas formas e efeitos são distintos. Nem todos enfrentam o neoliberalismo da mesma maneira, questão que provoca um acirramento de conflitos e antagonismos como os que se manifestam entre trabalhadores nacionais e estrangeiros, homens e mulheres, jovens e idosos e entre grupos étnicos. Assim, embora enfrentemos um inimigo comum, as formas de luta variam de acordo com as circunstâncias particulares. Além disso, a resistência se sustenta no rechaço à homogeneização e na afirmação da autodeterminação que se constrói de tantas maneiras distintas quanto as demandem a diversidade das lutas, da imaginação e da vontade humanas.³⁹⁰

Além da diversidade, a luta contra o neoliberalismo se baseia na inovação. Ainda que formas mais tradicionais de ação política, como greves e manifestações, continuem sendo

³⁸⁹ CRÓNICAS intergalácticas EZLN, 1997, p. 78. Tradução minha.

³⁹⁰ Ibid., idem. Tradução minha.

extremamente importantes, as batalhas dos povos de todo o mundo contra as políticas de austeridade criaram novas formas de luta.

Na medida em que o neoliberalismo destrói as instâncias criadas pelos trabalhadores e trabalhadoras durante os últimos séculos para garantir sua reprodução (saúde, educação, moradia, etc), propicia igualmente outro tipo de respostas imediatas de resistência nas quais a população segregada e condenada à morte tende a assumir em suas próprias mãos a autogestão de um ou vários desses aspectos. E mesmo que tenham começado propondo só ações imediatas de resistência e sobrevivência, estas foram se transformando em ofensivas de luta mais amplas, que possibilitam um progressivo fortalecimento organizativo dos oprimidos.³⁹¹

Foi com esse espírito que a plenária de encerramento do Primeiro Encontro Intercontinental se reuniu na comunidade de La Realidad no dia 3 de agosto de 1996 e apresentou a resolução de criar uma rede mundial de resistência ao neoliberalismo. Durante o evento, os zapatistas leram a “Segunda Declaração de La Realidad pela Humanidade e Contra o Neoliberalismo”, na qual apresentavam um balanço do Primeiro Encontro Intercontinental e as resoluções finais tiradas das várias mesas de discussão. Antes de elencar as propostas concretas, no entanto, o texto redigido pelo Subcomandante Marcos trazia uma síntese do processo de articulação das várias lutas contra o neoliberalismo que começavam a convergir a partir daquele momento:

Por lutar por um mundo melhor todos nós estamos cercados, ameaçados de morte. O cerco se produz globalmente. Em cada continente, em cada país, em cada província, em cada cidade, em cada campo, em cada casa, o cerco de guerra do Poder se fecha contra os rebeldes aos quais a humanidade sempre agradece. Mas os cercos se rompem. Em cada casa, em cada campo, em cada cidade, em cada província, em cada país, em cada continente, os rebeldes que a história da humanidade repete ao longo de sua trajetória para assegurar a sobrevivência da esperança lutam e o cerco se rompe. Os rebeldes se buscam entre si. Caminham uns em direção aos outros. Encontram-se e, juntos, rompem outros cercos. No campo e na cidade, nas províncias, nas nações, nos continentes, os rebeldes começam a se reconhecer, a saber que são iguais e diferentes. Seguem em seu cansativo andar, caminham como é preciso caminhar agora, ou seja, lutando... Uma realidade então lhes falou. Rebeldes dos cinco continentes a escutaram e se puseram a andar. [...] Assim começou este encontro intercontinental. Começou em todos os continentes, em todos os países, em todos os lugares onde um homem ou uma mulher qualquer começou a dizer a si mesmo e aos outros “Já Basta!”. [...] Alguns dos melhores rebeldes dos cinco continentes chegaram às montanhas do sudeste mexicano. Todos trouxeram muitas coisas. Trouxeram palavras e ouvidos. Trouxeram suas ideias, seus corações, seus mundos. Ao se encontrarem com outras ideias, com outras razões, com outros mundos, assim chegaram à realidade. Um mundo feito de muitos mundos se encontrou nestes dias nas montanhas do sudeste mexicano. Um mundo feito de muitos mundos abriu espaço para si e conquistou seu direito a ser possível, levantou a bandeira de ser necessário, cravou-se no meio da realidade da Terra para anunciar um futuro melhor. Um mundo de todos os mundos que se rebelam e resistem ao Poder, um mundo de todos os mundos que habitam este mundo se opondo ao

³⁹¹ Ibid., p. 82. Tradução minha.

cinismo, um mundo que luta pela humanidade e contra o neoliberalismo. Este foi o mundo que vivemos nestes dias, este é o mundo que encontramos aqui.³⁹²

Depois de recapitular o processo que levou aqueles vários movimentos a se encontrarem em La Realidad, o texto explica o que significa lutar pela humanidade e contra o neoliberalismo. Começa detalhando o que significa ser contra o neoliberalismo:

Considerando que somos contra a internacional da morte, contra a globalização da guerra e dos armamentos. Contra a ditadura, contra o autoritarismo, contra a repressão. Contra as políticas de liberalização econômica, contra a fome, contra a pobreza, contra o roubo, contra a corrupção. Contra o patriarcado, contra a xenofobia, contra a discriminação, contra o racismo, contra o crime, contra a destruição do meio ambiente, contra o militarismo. Contra a estupidez, contra a mentira, contra a ignorância. Contra a escravidão, contra a intolerância, contra a injustiça, contra a marginalização, contra o esquecimento. Contra o neoliberalismo.³⁹³

Na sequência, esclarece qual é o sentido de lutar pela humanidade:

Considerando que lutamos pela internacional da esperança, da paz nova, justa e digna. Pela nova política, pela democracia, pelas liberdades políticas. Pela justiça, pela vida e pelo trabalho dignos. Pela sociedade civil, por plenos direitos para as mulheres em todos os aspectos, pelo respeito aos idosos, jovens e crianças, pela defesa e proteção do meio ambiente. Pela inteligência, pela cultura, pela educação, pela verdade. Pela liberdade, pela tolerância, pela inclusão, pela memória. Pela humanidade.³⁹⁴

Apresentado este “programa”, os zapatistas anunciam as duas grandes resoluções tiradas do Primeiro Encontro Intercontinental. A primeira é a criação de uma rede intercontinental de luta contra o neoliberalismo:

Declaramos [...] que faremos uma rede coletiva de todas as nossas lutas e resistências particulares. Uma rede intercontinental de resistência contra o neoliberalismo, uma rede intercontinental de resistência pela humanidade. Esta rede intercontinental de resistência buscará, reconhecendo diferenças e conhecendo semelhanças, encontrar-se com outras resistências em todo o mundo. Esta rede intercontinental de resistência será o meio que permitirá que as distintas resistências se apoiem umas às outras. Esta rede intercontinental de resistência não é uma estrutura organizativa, não tem centro diretor nem decisório, não tem comando central nem hierarquias. A rede somos todos os que resistimos.³⁹⁵

A segunda resolução é a criação de uma rede intercontinental de comunicação alternativa contra o neoliberalismo:

Declaramos [...] que faremos uma rede de comunicação entre todas as nossas lutas e resistências. Uma rede intercontinental de comunicação alternativa contra o neoliberalismo, uma rede intercontinental de comunicação alternativa pela humanidade. Esta rede intercontinental de comunicação alternativa buscará construir

³⁹² EZLN. Segunda Declaración de La Realidad por la Humanidad y contra el Neoliberalismo. 1996d. Disponível em: <http://www.palabra.ezln.org.mx/comunicados/1996/1996_08_03.htm>. Acesso em: 1 jul. 2014. Tradução minha.

³⁹³ Ibid. Tradução minha.

³⁹⁴ Ibid. Tradução minha.

³⁹⁵ EZLN, 1996d. Tradução minha.

canais para que a palavra caminhe por todos os caminhos que resistem. Esta rede intercontinental de comunicação alternativa será o meio para as distintas resistências se comuniquem entre si. Esta rede intercontinental de comunicação alternativa não é uma estrutura organizativa, não tem centro diretor nem decisório, não tem comando central nem hierarquias. A rede somos todos os que nos falamos e nos escutamos.³⁹⁶

Finalmente, os zapatistas propõem duas iniciativas para dar continuidade ao processo iniciado no Primeiro Encontro Intercontinental. A primeira é a realização de uma “Consulta Internacional pela Humanidade e Contra o Neoliberalismo”, a ser realizada nos cinco continentes na primeira quinzena de dezembro de 1996. Durante a consulta, a “Segunda Declaração de La Realidad pela Humanidade e contra o Neoliberalismo” seria distribuída pelo mundo inteiro e, pelo menos nos países que participaram do Primeiro Encontro Intercontinental, seria realizada uma consulta com a pergunta “Você concorda em subscrever a ‘Segunda Declaração de La Realidad pela Humanidade e contra o Neoliberalismo’?”.

A outra proposta é lançar, já naquele momento, a convocatória para a realização do Segundo Encontro Intercontinental pela Humanidade e contra o Neoliberalismo, a ser realizado na Europa na segunda metade de 1997.

Assim, os zapatistas e todos os demais participantes do Primeiro Encontro Intercontinental deram início ao processo de construção da rede que daria origem à Ação Global dos Povos.

³⁹⁶ Ibid. Tradução minha.

CAPÍTULO 5

A Ação Global dos Povos e a emergência das lutas anticapitalistas em rede

Ao abandonar a luta armada e passar a mobilizar uma rede de solidariedade descentralizada e sem estruturas fixas, o EZLN inaugurou um novo tipo de ativismo social batizado de “guerra em rede” por John Arquilla e David Ronfeldt,³⁹⁷ dois especialistas em estratégia militar e contrainsurgência da RAND Corporation, *think tank* vinculado ao Departamento de Defesa do governo dos Estados Unidos.

Para sermos precisos, o termo guerra em rede se refere a um modo de conflito (e crime) emergente em níveis sociais que não chega a ser um conflito militar tradicional, no qual os protagonistas usam formas de organização em rede e doutrinas, estratégias e tecnologias próprias da era da informação. Normalmente esses protagonistas são organizações dispersas, pequenos grupos e indivíduos que se comunicam, coordenam e conduzem suas campanhas de maneira interconectada, frequentemente sem um comando central preciso. Portanto, a guerra em rede se diferencia de modos de conflito e crime em que os protagonistas preferem desenvolver organizações, doutrinas e estratégias formais, autossuficientes e hierárquicas como em esforços passados, por exemplo, para construir movimentos centralizados de estilo leninista.³⁹⁸

Como explicam Arquilla e Ronfeldt, eles desenvolveram o conceito de guerra em rede no começo dos anos 1990 para descrever as estratégias adotadas por terroristas, criminosos e ativistas radicais que começavam a usar as novas tecnologias da informação como ferramentas de organização. Eles cunharam, então, o termo “guerra em rede” pois acreditavam que o uso dessas ferramentas favorecia as formas de organização em rede.

O termo cunhado foi guerra em rede [*netwar*] em grande medida porque ele refletia a certeza de que a revolução informacional favorecia a ascensão de formas de organização, doutrinas e estratégias em rede. Por meio da guerra em rede, vários pequenos grupos dispersos usando as mais modernas tecnologias de comunicação poderiam agir conjuntamente através de grandes distâncias.³⁹⁹

A emergência da “guerra social em rede” – que é o termo utilizado por Arquilla e Ronfeldt para descrever o tipo de ativismo inaugurado pelo EZLN – representa a apropriação por movimentos sociais de elementos do novo tipo de organização da produção capitalista surgido com a reestruturação dos anos 1970 e 1980. Assim, é possível traçar um paralelo entre as transformações do capitalismo e do anticapitalismo a partir da década de 1970. Por um lado, a crise do paradigma produtivo rigidamente centralizado e hierarquizado do fordismo-keynesianismo levou à crise das organizações operárias de inspiração leninista, também elas

³⁹⁷ O termo em inglês originalmente utilizado pelos autores é *netwar*. ARQUILLA, John; RONFELDT, David. The advent of netwar (revisited). In: ARQUILLA, John; RONFELDT, David (Eds.). **Networks and netwars: the future of terror, crime and militancy**. Santa Monica; Arlington; Pittsburgh: RAND, 2001.

³⁹⁸ Ibid. Tradução minha.

³⁹⁹ Ibid. Tradução minha.

rigidamente centralizadas e hierarquizadas. Por outro, o advento da acumulação flexível e da produção em rede abriu caminho para que os movimentos de oposição ao sistema também adotassem formas de organização mais fluidas e descentralizadas.

Por isso, Hardt e Negri afirmam que o advento das lutas em rede marca o início de um novo ciclo de lutas, distinto daquele que caracterizou as lutas sociais nos anos 1960 e 1970. Segundo esses autores, o modelo do ciclo de lutas dos anos 1960 e 1970 foi a guerra de guerrilha em suas vertentes rural e urbana, que inspirou tanto movimentos de base camponesa no Terceiro Mundo – como as várias guerrilhas latino-americanas, africanas e asiáticas –, quanto movimentos urbanos no Primeiro Mundo, como o Partido dos Panteras Negras nos Estados Unidos, a Fração do Exército Vermelho alemã (Grupo Baader-Meinhof) e as Brigadas vermelhas italianas.⁴⁰⁰ A partir da década de 1970, no entanto, a reorganização da produção capitalista impôs uma reorganização das formas de resistência, que fizeram a transição da “forma policêntrica do modelo guerrilheiro” para “uma forma em rede na qual não existe um centro”.

*A transformação mais profunda ocorre na relação entre a organização dos movimentos e a organização da produção econômica e social. Como já vimos, os exércitos de operários industriais organizados nas fábricas correspondem às formações militares centralizadas do exército popular, ao passo que as formas guerrilheiras de rebelião estão ligadas à produção camponesa, dispersada pelo campo em seu relativo isolamento. A partir da década de 1970, contudo as técnicas e as formas organizacionais da produção industrial transferiram-se para unidades de trabalho menores e mais móveis, assim como para estruturas de produção mais flexíveis, mudança frequentemente vista como uma transição da produção fordista para a produção pós-fordista. As pequenas unidades móveis e as estruturas flexíveis de produção pós-fordista correspondem em certa medida ao modelo policêntrico de guerrilha, mas o modelo guerrilheiro é imediatamente transformado pelas tecnologias do pós-fordismo. As redes de informação, comunicação e cooperação – os eixos fundamentais da produção pós-fordista – começam a definir os novos movimentos guerrilheiros. Não só esses movimentos utilizam tecnologias como a Internet como ferramentas de organização, como também começam a adotar tais tecnologias para suas próprias estruturas organizacionais. Em certa medida, esses movimentos pós-fordistas pós-modernos completam e solidificam a tendência policêntrica dos anteriores modelos de guerrilha. De acordo com a clássica formulação cubana do foquismo ou guevarismo, as forças guerrilheiras são policêntricas, compostas de numerosos focos relativamente independentes, mas essa pluralidade deve em algum momento ser reduzida a uma unidade, tornando-se as forças guerrilheiras um exército. A ordenação em rede, em contrapartida, baseia-se na pluralidade *contínua* de seus elementos e redes de comunicação, de tal maneira que a redução a uma estrutura de comando centralizada e unificada é impossível. A forma policêntrica do modelo guerrilheiro evolui assim para uma forma em rede na qual não existe um centro, apenas uma pluralidade irreduzível de nós em comunicação uns com os outros.*⁴⁰¹

Ou seja: as lutas em rede surgiram como uma resposta à emergência da produção em rede. Hardt e Negri citam a intifada palestina e a luta contra o *apartheid* na África do Sul

⁴⁰⁰ HARDT e NEGRI, 2005, p. 118-119.

⁴⁰¹ Ibid., p. 119-120. Itálicos dos autores.

como exemplos da transição do antigo modelo guerrilheiro para as novas formas de lutas em rede a partir da década de 1980, mas apontam o levante zapatista de 1994 como o ponto fundamental dessa transição:

O Exército Zapatista de Libertação Nacional (EZLN), que surgiu em Chiapas na década de 1990, representa um exemplo ainda mais claro dessa transformação: os zapatistas são o pivô entre o velho modelo guerrilheiro e o novo modelo de estruturas biopolíticas em rede. Também demonstram esplendidamente como a transição econômica do pós-fordismo pode funcionar igualmente em territórios urbanos e rurais, ligando experiências locais a lutas globais. Os zapatistas, que surgiram como um movimento camponês e nativo, e basicamente continuam a sê-lo, usam a Internet e as tecnologias de comunicação não apenas para distribuir seus comunicados para o mundo exterior como também, pelo menos em certa medida, como elemento estrutural dentro de sua organização, especialmente na medida em que ela se estende para fora do sul mexicano, alcançando os níveis nacional e global. A comunicação é um elemento central da concepção de revolução dos zapatistas, e eles estão constantemente enfatizando a necessidade de criar organizações horizontais em rede, em vez de estruturas verticais centralizadas.⁴⁰²

Apesar de as tecnologias da informação desempenharem um papel importante no surgimento e no desenvolvimento das lutas em rede, como ressaltam Hardt e Negri ao analisarem o zapatismo, é sempre bom lembrar que, assim como no caso da reestruturação capitalista, a emergência desse tipo de luta não foi uma simples consequência do avanço tecnológico. Como mostram Arquilla e Ronfeldt, apesar de as novas tecnologias da informação facilitarem o desenvolvimento de formas de organização em rede, a estratégia de guerra em rede não depende, necessariamente, dessas tecnologias. Os autores citam exemplos de organizações que adotaram esse tipo de estratégia sem sequer recorrer à informática. A guerra em rede, portanto, não é um simples fruto da Internet. Ela diz respeito mais a uma forma de organização do que à tecnologia utilizada.

A partir da análise da literatura da ciência de redes, Arquilla e Ronfeldt afirmam que essa forma de organização pode ser de três tipos: 1) a rede em linha, na qual as informações circulam como em uma linha de montagem, passando de um nó para o outro consecutivamente; 2) a rede em forma de estrela, na qual todos os nós da rede estão ligados a um nó central; 3) e a rede multicanal, na qual todos os nós da rede estão conectados uns aos outros simultaneamente, sem um nó central. É possível analisar a evolução da rede mundial de luta contra a globalização neoliberal a partir desse modelo.

A rede que começou a se formar em 1994 era basicamente uma rede em forma de estrela na medida em que todos os seus nós tinham como referência um nó central: o EZLN e as comunidades zapatistas de Chiapas. Ainda que houvesse intensa troca de informação entre os vários coletivos de solidariedade ao zapatismo espalhados pelo mundo, a rede operava em

⁴⁰² HARDT e NEGRI, 2005, p. 123.

grande medida em função do que acontecia no sul do México. Desse ponto de vista, o Primeiro Encontro Intercontinental pela Humanidade e contra o Neoliberalismo, em 1996, representou o início da passagem da forma de estrela para a rede multicanal, na medida em que a partir daquele momento os próprios zapatistas propuseram a criação de uma rede que não girasse mais em torno deles, mas que servisse como uma ferramenta de comunicação entre todos e todas que lutavam contra o neoliberalismo no mundo inteiro.

Esse processo de autonomização da rede em relação aos zapatistas se aprofundou durante o Segundo Encontro Intercontinental pela Humanidade e contra o Neoliberalismo, que foi realizado em 1997 na Espanha e de onde saiu a proposta de criação da Ação Global dos Povos. Assim como acontecera no Primeiro Encontro, a maior parte das organizações participantes eram grupos de solidariedade ao zapatismo, mas o Segundo Encontro contou com uma presença maior de organizações com histórias independentes, cujas lutas precediam o levante zapatista, e que estavam ali para construir uma articulação que incluía o zapatismo, mas que não se restringia mais a ele.

Essa rede que começa a ganhar corpo entre 1996 e 1997, no entanto, não representa uma inovação apenas em termos formais, mas também em termos de conteúdo. Ela não expressa apenas as possibilidades abertas pelas tecnologias da informação, ela também é produto de um novo ciclo de lutas que reflete uma nova composição de classe surgida da reestruturação capitalista iniciada na década de 1970.

5.1 A rede contra a globalização neoliberal como processo de recomposição de classe

Desse ponto de vista, é possível interpretar a construção da rede mundial de luta contra a globalização neoliberal como um processo de recomposição de classe, tal como sugere Monty Neill em uma reflexão originalmente apresentada durante o Segundo Encontro Intercontinental.⁴⁰³ Neill faz uma releitura do conceito de composição de classe elaborado pelos operaístas italianos para apresentar um modelo teórico que pretende dar conta das novas configurações das lutas anticapitalistas no fim do século XX. Para elaborar essa releitura, ele parte da análise da composição de classe na Itália no fim dos anos 1960 elaborada por Romano Alquati, um dos expoentes do operaísmo ao lado de Mario Tronti e Antonio Negri.

⁴⁰³ NEILL, Monty. Rethinking class composition analysis in light of the zapatistas. In: MIDNIGHT NOTES. **Auroras of the zapatistas: local and global struggles of the Fourth World War**. 2 ed. New York: Autonomedia, 2001.

Alquati afirma que as lutas de classes formam uma rede nos níveis regional, nacional e internacional. Essa rede apresenta articulações tanto verticais quanto horizontais. A articulação vertical situa o ponto em que uma determinada luta ocorre no interior do circuito capitalista de produção e reprodução. Já a articulação horizontal descreve a distribuição espacial e as conexões dessa luta com outros enfrentamentos.

Essa articulação combinada das lutas nos sentidos vertical e horizontal gira em torno de pontos decisivos de interconexão: os pontos nodais, que são hierarquizados estrategicamente e representam os pontos onde as lutas são mais massivas e intensas.⁴⁰⁴ Cada novo ciclo de luta transforma a rede de lutas tanto vertical quanto horizontalmente, promovendo um processo de recomposição de classe. Portanto, partindo da análise de Alquati, Neill define o processo de recomposição de classe como “o desenvolvimento dinâmico da classe por meio da luta diante das condições dadas ou em transformação da organização capitalista da força de trabalho”.⁴⁰⁵

O problema, segundo Neill, é que em sua análise da rede de lutas do fim dos anos 1960, Alquati estabelece uma hierarquia entre os diferentes enfrentamentos ao redor do mundo situando as lutas dos trabalhadores industriais nos países mais avançados no topo, as lutas nos países mais atrasados na base e excluindo as lutas que não se davam na esfera da produção, como as lutas das mulheres, dos negros, dos imigrantes e as lutas de libertação nacional no Terceiro Mundo. Neill critica, então, o esquema de Alquati afirmando que, nesse esquema, todas as lutas que se dão fora da fábrica são vistas como lutas externas às lutas da classe trabalhadora.

A partir dessa crítica, e tomando o levante zapatista como exemplo de uma luta externa à esfera da produção industrial, mas que gerou um profundo impacto nas lutas anticapitalistas em âmbito mundial, Neill propõe uma releitura do conceito de composição de classe de modo a incluir as lutas nas diversas esferas da vida social entre as lutas da classe trabalhadora. Não se trata, afirma Neill, de minimizar o papel das lutas no interior da fábrica, mas sim de reconhecer a importância dos demais enfrentamentos como lutas genuinamente anticapitalistas:

Deixe-me ser claro: eu não defendo que a “fábrica” e o “operário-massa” não são importantes. Eu defendo que ver outras lutas apenas pelo prisma da fábrica e das lutas na fábrica é deixar de ver o poder dessas outras lutas, que não são apenas adjuntas à fábrica. [...] O problema é ver a fábrica como o único nó fundamental da acumulação capitalista e do anticapitalismo. As lutas das mulheres revelaram que o lar e a esfera da reprodução também são fundamentais para a acumulação capitalista. A multiplicidade de lutas ao longo de décadas mostrou o quão poderosas são essas

⁴⁰⁴ ALQUATI apud NEILL, 2001, p. 121.

⁴⁰⁵ NEILL, 2001, p. 122. Tradução minha.

lutas naquilo que é chamado de “periferia” ou “Terceiro Mundo” – e o quão central para o capital é essa “periferia”. Nos dois casos, a organização da exploração e a resistência a ela não podem ser entendidas nos termos do – ou reduzidas ao – modelo da fábrica. Em outras palavras, a fábrica em suas várias manifestações é essencial e indispensável para entender o capital e a luta contra ele, mas não é a única coisa que é essencial e indispensável. Portanto, aqueles que buscam a revolução anticapitalista não devem usar antolhos que os impeçam de ver como o capitalismo funciona em nível planetário e como a revolução contra o capital emerge em diferentes formas e lugares.⁴⁰⁶

Ao fazer isso, Neill derruba as barreiras que por tanto tempo separaram as lutas na esfera da reprodução ampliada do capital daquelas travadas na esfera da acumulação por espoliação. No esquema proposto por ele, as lutas anticapitalistas se dão tanto nos combates contra a exploração no interior da fábrica quanto nos enfrentamentos contra a espoliação de espaços e relações não submetidos à lógica do capital. Partindo desse princípio ele apresenta a seguinte definição teórica de anticapitalismo:

Nós podemos visualizar o capital como uma rede elétrica cobrindo uma vasta nebulosa, que é a classe trabalhadora. Os trabalhadores são capturados – e de algumas maneiras definidos – pela rede, pelas múltiplas estruturas e processos de acumulação. Esta é a esfera da exploração. No entanto, a nebulosa é vida: o capital se alimenta dela e não pode sobreviver sem ela, mas os trabalhadores têm vida e podem sobreviver sem a rede. Esta é a esfera da vida cotidiana, mesmo que corrompida e influenciada pelo capital, que tenta controlá-la e sugar sua energia e criatividade. Mas não importa o quanto tente controlá-la, o capital não é a vida cotidiana, que, por isso, continua a ser um grande reservatório de energia contra o capital. [...] É o espaço fora do capital, o espaço da vida humana não definida pelo capital, mesmo que substancialmente controlada por ele, que é a fonte fundamental de poder contra o capital, assim como a fonte básica do próprio capital. Isto é, as lutas da classe trabalhadora necessariamente vêm também de fora da existência da classe trabalhadora como força de trabalho e se move não apenas no interior dos circuitos do capital, mas também amplia ou cria espaços fora desses circuitos.⁴⁰⁷

Isso significa que a luta contra o capital não pode se restringir a ações de oposição e resistência, ela também passa pela construção de espaços de autonomia em relação ao capital onde possam se desenvolver relações pós-capitalistas. Durante a maior parte do século XX, as formas de oposição e resistência ao capital se expressaram por meio da ação sindical do operariado e o esforço de construção do pós-capitalismo ficou restrito à estratégia da tomada do poder de Estado pelos partidos operários. No entanto, existe uma estratégia alternativa que combina resistência e criação: a construção ou preservação de espaços alternativos no interior da própria sociedade capitalista, espaços de autonomia em relação ao capital nos quais possam se desenvolver ou sobreviver relações sociais não submetidas a ele. Ao adotar essa perspectiva, Neill demonstra as conexões entre lutas aparentemente muito distintas, como as

⁴⁰⁶ NEILL, 2001, p. 125. Tradução minha.

⁴⁰⁷ Ibid., p. 129-130. Tradução minha.

lutas operárias por aumentos salariais nos anos 1960 e 1970 e a luta dos zapatistas por autonomia na década de 1990:

A classe trabalhadora precisa simultaneamente atacar o capital e criar sua(s) própria(s) sociedade(s). [...] No interior das estratégias do anticapitalismo baseado nas lutas salariais dos anos 1960 e 1970, havia uma compreensão de que conquistar um salário suficiente permitia não apenas uma resistência ampliada ao trabalho assalariado, mas também a possibilidade de construir relações sociais diferentes dentro do tempo e do espaço fornecidos por esse salário [...]. [Esse raciocínio] é análogo à ideia da zona liberada na qual novas relações sociais podem se desenvolver [...]. Os zapatistas também defendem essas zonas, as comunidades zapatistas, nas quais novas relações estão se desenvolvendo, relações que podem formar a base para fazer avançar a luta contra o capital e para aprofundar e ampliar a nova sociedade.⁴⁰⁸

Assim como Harvey, Neill também defende que os mecanismos de acumulação primitiva são uma característica intrínseca do capitalismo, e usa a imagem da luta contra os cercamentos das terras comunais como uma alegoria dessa luta constante entre as tentativas do capital de impor seu domínio, de um lado, e os esforços da classe trabalhadora em preservar ou ampliar seus espaços de autonomia, de outro:

O capital sempre buscou, desde o princípio, cercar os bens comuns. Da colonização à escravidão, do trabalho na fábrica ao trabalho doméstico, de qualquer atividade até os pensamentos e sentimentos mais profundos, a história do capital é a sua extensão a todos os bens comuns. Ao lutar contra o que foi chamado de “novos cercamentos” (Midnight Notes, 1990), a classe trabalhadora não está buscando apenas defender os bens comuns que ainda restam do passado ou o que as lutas dos trabalhadores pelos bens comuns criaram sob as variações do socialismo no século XX, mas também reafirmar, redefinir e ampliar o que são os bens comuns para criar uma multiplicidade de novos bens comuns que se apoiem mutuamente (ver Midnight Notes, 1997). Sob o capital, o trabalho, seja ele remunerado na fábrica ou no escritório, não remunerado em casa ou na escola ou na prisão, indiretamente remunerado na pequena agricultura comercial, é a antítese do que é comum, não importa quanto o capital incentive a cooperação para estimular a produção. As relações humanas se encontram dentro e fora desses circuitos, mas o capital as deforma e direciona. [...] A luta contra o trabalho, e, portanto, contra todas as formas de hierarquias de exploração no interior da classe, circula através de todos os circuitos da vida dentro e fora do capital, resistindo ao capital e criando novas formas sociais no interior do capital. É a luta pelos bens comuns.⁴⁰⁹

É possível observar empiricamente esse processo de recomposição de classe em torno das lutas em defesa dos bens comuns de que fala Neill ao vermos que a rede mundial de combate à globalização neoliberal colocou em contato novas formas de luta anticapitalistas que vinham se desenvolvendo paralelamente em diferentes partes do mundo ao longo das décadas de 1980 e 1990 e que se encontrariam a partir do Primeiro Encontro Intercontinental e que mais tarde dariam origem à AGP. Seguindo a mesma lógica de Neill, os membros do coletivo Notes From Nowhere comparam os mecanismos de espoliação do fim do século XX

⁴⁰⁸ NEILL, 2001, p. 133. Tradução minha.

⁴⁰⁹ Ibid., p. 135-136. Tradução minha.

com os cercamentos na Inglaterra no fim da Idade Média para mostrar o que há em comum entre as lutas dos vários movimentos envolvidos na rede mundial de luta contra a globalização neoliberal. Segundo eles, o grande símbolo de todas as lutas nas quais esses movimentos estão envolvidos são as cercas que, em todo mundo, separam ricos e pobres, impedem o acesso aos recursos naturais e mantêm os indivíduos isolados uns dos outros. As lutas de todos aqueles que enfrentam a globalização neoliberal são, portanto, lutas para romper as inúmeras cercas que o capital impõe a todas as esferas da vida e a todos os lugares.⁴¹⁰ E é isso que une as lutas no Sul e no Norte do planeta:

Movimentos sociais, camponeses e indígenas do Sul estão enfrentando algo parecido com a primeira onda de cercamento no campo inglês; eles estão sendo expulsos de suas terras e estão perdendo o acesso à água, à terra para plantar e criar gado, às florestas e às sementes. [...] Os primeiros focos de resistência ao capitalismo global foram criados por aqueles que ainda dependem diretamente dos recursos naturais para sua sobrevivência.

Enquanto isso, nas sociedades pós-industriais que passaram por esse processo há centenas de anos, hoje o neoliberalismo está penetrando o cotidiano, tendo que cercar novas áreas de nossas vidas, áreas antes inimagináveis: da invasão do tecido material da vida ao patenteamento de genes, da abertura dos mercados de saúde, assistência social e até educação até o estabelecimento de direitos de propriedade intelectual sobre medicamentos – tudo é afetado pela lógica do capital e pela elevação da mercadoria sobre todo o resto. Consequentemente, os rebeldes contra os cercamentos no Norte pós-industrial começaram como *culture jammers*, hackers de softwares, destruidores de transgênicos, ativistas anti-estradas. [...]

Esses dois grupos; os movimentos baseados na luta por recursos naturais – os indígenas, os agricultores – do Sul, e os marginalizados do Norte pós-industrial, reconheceram, de alguma forma, um inimigo comum – o capital global. [...] Juntos eles estão criando um movimento de movimentos que desafia classificações fáceis, uma rebelião caracterizada por um hibridismo anárquico, uma potente mistura entre o simbólico e o instrumental.⁴¹¹

Essa aliança entre movimentos camponeses e indígenas do Sul e movimentos autônomos e de ação direta do Norte formaria a espinha dorsal da AGP, como demonstra Lesley Wood com os dados coletados sobre os participantes e a estrutura da rede.⁴¹² Segundo ela, a rede foi mais forte na América Latina, na Ásia e na Europa.

Na América Latina, a AGP reuniu organizações como o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) do Brasil, a Confederação das Nacionalidades Indígenas do Equador (CONAIE) e o movimento indígena e camponês da Bolívia. Na Ásia, contou com a participação de grupos poderosos, como o Movimento dos Agricultores do Estado de Karnataka (KRRS), na Índia, e o também indiano Movimento Salve o Narmada (NBA), contra a construção de megabarragens no país. E na Europa reuniu uma miríade de

⁴¹⁰ NOTES FROM NOWHERE, 2003, p. 20-21

⁴¹¹ Ibid., p. 28. Tradução minha.

⁴¹² WOOD, Lesley J. Bridging the chasms: the case of Peoples' Global Action. In: BANDY, Joe; SMITH, Jackie. **Coalitions across borders**: transnational protest and the neoliberal order. Lanham; Boulder; New York; Toronto; Oxford: Rowman and Littlefield, 2005.

movimentos e coletivos autônomos e de ação direta, com destaque para o Reclaim the Streets britânico e a Associação Ya Basta! italiana.

5.2 Os movimentos autônomos e de ação direta do Norte

Apesar de terem entrado na luta contra o neoliberalismo mais tarde que os movimentos camponeses e indígenas do Sul, os movimentos autônomos e de ação direta do Norte são o elo de ligação com o operário-massa e com as novas formas de luta surgidas nos anos 1960. Por isso começo por eles. Foram eles os responsáveis pela criação de toda uma nova cultura política nos anos 1970 e 1980 que forneceu a infraestrutura e as inovações organizacionais que marcariam as lutas contra a globalização neoliberal na Europa e nos Estados Unidos a partir da década de 1990, e que contribuíram para a gênese do novo anticapitalismo surgido nas últimas décadas do século XX.

5.2.1 A *Autonomia italiana*

Assim como acontecera nos anos 1960, a Itália foi um importante laboratório das novas formas de luta anticapitalistas na década de 1970. A partir de 1973, a onda de lutas do operário-massa centradas na fábrica começou a declinar por três motivos: o “Compromisso Histórico” do Partido Comunista Italiano com o principal partido de centro-direita do país, a Democrazia Cristã, que acabou com as perspectivas de uma colaboração entre os grupos da esquerda parlamentar e extraparlamentar; a reestruturação produtiva, que quebrou a unidade entre os vários segmentos de trabalhadores nas fábricas; e a emergência de uma nova subjetividade entre os elementos mais combativos dos movimentos operário, feminista e estudantil, que passaram a rejeitar completamente as formas tradicionais de organização da classe operária.⁴¹³

Entre 1973 e 1975, as antigas organizações estudantis, operárias e feministas começaram a se fundir na chamada “área da autonomia”, uma nova cultura militante que reunia inúmeros coletivos espalhados pelo país sem lideranças claras, cada um com características próprias, mas que compartilhavam a ideia de substituir a luta pelo poder de Estado pela construção de espaços autônomos para o exercício imediato de um novo tipo de poder no interior da própria sociedade capitalista. Como afirma Negri, os movimentos

⁴¹³ NEGRI, 1988, p. 232-233.

autônomos italianos se formaram em oposição ao “Compromisso Histórico” do PCI, em resposta à crise dos grupos revolucionários do ciclo 1968-1973 e como uma análise e uma prática que buscavam ir além da perspectiva anterior centrada na fábrica.⁴¹⁴ Mas, acima de tudo, a *Autonomia* – como ficaria genericamente conhecido o movimento como um todo – expressava uma nova subjetividade anticapitalista que valorizava as singularidades de cada coletivo e rejeitava a política formal e os mecanismos de representação:

O poder agora era visto como uma força inimiga externa na sociedade, e era preciso se defender dele, e não “conquistá-lo”. A questão agora era reduzi-lo, mantê-lo distante. O caminho para esse novo cenário era a afirmação do movimento como uma “sociedade alternativa”, com a sua própria riqueza de comunicação, livre criatividade produtiva, sua própria força vital. O objetivo era conquistar e controlar “espaços” próprios – esta se tornou a forma de luta dominante dos novos “sujeitos sociais”. O trabalho assalariado não era mais visto como o terreno de socialização e o ponto de referência de massa. Agora ele era visto apenas em um sentido episódico, como algo negativo e de valor negativo.⁴¹⁵

A *Autonomia* incorporou ao repertório das lutas anticapitalistas uma série de novos valores e práticas desenvolvidos no seio dos movimentos contraculturais dos anos 1960, com especial destaque para a cultura política introduzida pelo movimento feminista:

O movimento feminista, com as suas práticas de comunalismo e separatismo, sua crítica à política e às articulações sociais de poder, sua profunda desconfiança em qualquer forma de “representação geral” de necessidades e desejos, seu amor pela diferença, deve ser visto como a mais clara forma arquetípica dessa nova fase do movimento. Ele forneceu a inspiração, explícita ou não, para os novos movimentos da juventude proletária em meados dos anos 1970.⁴¹⁶

Agora não se tratava mais de reivindicar melhores condições de vida para o Estado ou para os patrões, mas sim de criar essas condições por iniciativa própria, por meio da organização coletiva e à revelia das leis e das autoridades. Dessa forma, os coletivos autônomos reagiram às políticas de austeridade fiscal e cortes de gastos públicos que o governo italiano começou a adotar nos anos 1970 organizando campanhas para reduzir por conta própria as tarifas de transporte e os preços dos aluguéis, deixando de pagar ou pagando o que achavam justo por essas taxas.⁴¹⁷ No entanto, a principal prática de luta do movimento foi a ocupação de imóveis abandonados para criar residências coletivas ou centros sociais para a realização de atividades políticas e culturais. Estima-se que entre 1969 e 1975 cerca de 20 mil imóveis tenham sido ocupados na Itália.⁴¹⁸

⁴¹⁴ NEGRI, 1988, p. 234-235.

⁴¹⁵ Ibid., p. 233-234. Tradução minha.

⁴¹⁶ Ibid., 1988, p. 234. Tradução minha.

⁴¹⁷ Ibid., 1988, p. 235.

⁴¹⁸ KATSIAFICAS, 1997, p. 41.

A *Autonomia* atingiu o auge de sua força na Itália em 1977, ano em que coletivos autônomos ocuparam as universidades de Roma e Bolonha e organizaram gigantescas manifestações nestas e em outras cidades do país. A postura desses coletivos em relação às organizações tradicionais do movimento operário, no entanto, fez com que eles entrassem em conflito não apenas com as forças da ordem burguesa, mas também com a principal instituição histórica da classe trabalhadora local, o poderoso Partido Comunista Italiano, que na época apoiava o governo da Democracia Cristã. O embate entre os militantes autônomos e comunistas atingiu o ápice no dia 17 de fevereiro de 1977, quando Luciano Lama, secretário da central sindical comunista, a CGIL, foi ao campus da Universidade de Roma para exortar os coletivos autônomos a desocuparem o local. A postura intransigente de Lama, que não estava aberto para o diálogo, irritou profundamente os militantes autônomos, que acabaram expulsando o dirigente comunista do campus, em um episódio que marcou a ruptura definitiva da *Autonomia* com a esquerda tradicional italiana.⁴¹⁹

O PCI, no entanto, não era o único inimigo da *Autonomia*. Diante das crescentes mobilizações, o governo italiano respondeu com uma violenta repressão que levou os militantes autônomos a enveredarem pelo caminho da luta armada, engrossando as fileiras de grupos de guerrilha urbana como as Brigadas Vermelhas. Os grupos armados proletários, no entanto, não eram páreo para o poder de fogo do Estado italiano, e assim a *Autonomia* acabou engolida pelos “Anos de Chumbo” que abalaram a Itália no fim da década de 1970, culminando no assassinato do ex-primeiro-ministro Aldo Moro pelas Brigadas Vermelhas em 1978 e na implacável perseguição tanto dos grupos armados quanto dos coletivos autônomos.⁴²⁰

⁴¹⁹ Para um relato detalhado da expulsão de Lama da Universidade de Roma, ver BALESTRINI, Nanni; MORONI, Primo. **La horda de oro (1968-1977)**: la gran ola revolucionaria y creativa, política y existencial. Madrid: Traficantes de Sueños, 2006, p. 542-550. O episódio se tornou um símbolo da constante animosidade que desde então tem marcado a relação entre movimentos autônomos e organizações mais tradicionais da classe trabalhadora como partidos e sindicatos de esquerda. Uma prova da persistência dessa tensão é que ela voltou a aparecer no processo de construção da rede mundial de luta contra o neoliberalismo que daria origem à AGP, sobretudo entre os grupos europeus envolvidos na organização do Segundo Encontro Intercontinental pela Humanidade e contra o Neoliberalismo. Para um relato dos embates entre essas duas vertentes durante o processo de construção do encontro, ver ALBERTANI, Claudio; RANIERI, Paolo. **Percorsi di liberazione dalla Selva Lacandona all'Europa**. In: SIMONCINI, Alessandro (Org.). **Percorsi di liberazione dalla Selva Lacandona all'Europa**: itinerari documenti testimonianze dal Secondo Incontro Intercontinentale per l'Umanità e contro il Neoliberalismo di Madrid. Palermo: Edizioni Della Battaglia, 1998, p. 11-43.

⁴²⁰ NEGRI, 1988, p. 237-240; KATSIAFICAS, 1997, p. 55-65. A repressão foi tão generalizada que Antonio Negri acabou preso, acusado de ser um dos inspiradores do assassinato de Moro.

5.2.2 Os *Autonomen* na Alemanha Ocidental⁴²¹

O colapso da *Autonomia* italiana, no entanto, não representou o fim dessa cultura militante na Europa Ocidental. Muito pelo contrário. Durante a década de 1970, movimentos semelhantes haviam nascido e ganhado força em outros países do continente, sobretudo na Alemanha Ocidental, na Holanda e na Dinamarca, colocando a autonomia definitivamente no mapa político do Velho Continente. Após o declínio dos coletivos italianos, a Alemanha Ocidental despontou como o principal palco dos movimentos autônomos europeus com o aparecimento dos *Autonomen* (“autônomos”, em alemão), uma cultura militante que, assim como na Itália, nasceu como um repúdio de grupos contraculturais à adesão da esquerda parlamentar à coalizão governante.⁴²²

No caso alemão, os movimentos autônomos nasceram a partir da desagregação da Federação Alemã dos Estudantes Socialistas (SDS, na sigla em alemão). Inicialmente, a SDS era a ala jovem do clássico SPD, mas a entidade começou a se distanciar do partido em 1966, quando os socialistas entraram para um governo de coalizão encabeçado pelo principal partido de direita, a União Demócrata-Cristã (CDU, na sigla em alemão). Esse distanciamento levou a SDS a seguir uma linha cada vez mais autônoma, organizando crescentes manifestações contra o governo e a Guerra do Vietnã que culminaram na revolta estudantil de maio de 1968 na Alemanha Ocidental. Passado o clímax das manifestações, o aumento da repressão e divisões internas levaram à dissolução da SDS em 1970.

A “diáspora” da entidade deu origem a um movimento contracultural antiautoritário que, no início dos anos 1970, começou a promover ocupações de imóveis abandonados nas principais cidades da Alemanha Ocidental, como Munique, Frankfurt, Colônia, Hamburgo e Berlim. O movimento se tornou particularmente forte em Kreuzberg, bairro de Berlim com uma grande comunidade de imigrantes turcos.

Uma segunda vertente surgida da desagregação da SDS foi o movimento feminista. A partir da militância nos meios estudantis e influenciadas pelos debates internacionais, um grupo de mulheres se deu conta de que as situações de opressão vividas pelo sexo feminino não eram devidamente reconhecidas como um traço a ser combatido por seus colegas homens, e percebeu que era preciso abrir uma frente de luta especificamente pelos direitos da mulher.

⁴²¹ O conteúdo desta seção é uma versão ligeiramente modificada de um trecho publicado anteriormente em FIUZA, Bruno. Black blocs, uma história. In: FIUZA, Bruno; BORGES, Bruno; TOGNOLLI, Claudio et al. **Não é por centavos**: um retrato das manifestações no Brasil. Rio de Janeiro: Ed. Liga, 2014, p. 29-52.

⁴²² A reconstituição da trajetória dos movimentos autônomos alemães se baseia em KATSIAFICAS, 1997, p. 99-115.

Finalmente, uma terceira vertente da contracultura alemã começou a se formar em meados da década de 1970: o movimento contra a construção de usinas nucleares, que culminou na mobilização para impedir a construção de um depósito de lixo atômico no município de Gorleben, na região de Wendland, em 1980. No dia 3 de maio daquele ano, cerca de cinco mil ativistas começaram a construir um acampamento no local onde o depósito estava sendo construído. O canteiro logo se transformou em uma verdadeira cidade formada por casas feitas dos restos das árvores já derrubadas durante a obra e a área foi transformada na República Livre de Wendland, uma comunidade alternativa que durante um mês aboliu qualquer sistema de governo ou troca monetária. George Katsiaficas, sociólogo e ativista norte-americano que participou da República Livre de Wendland, descreve a experiência da seguinte maneira:

Os fazendeiros locais, 90% dos quais eram contra o depósito de lixo atômico, forneciam comida e outros materiais aos milhares de residentes-ativistas para ajudar a construir a 'república'. Passaportes foram expedidos com o nome da nova república, programas de rádio clandestinos eram transmitidos e jornais eram impressos e distribuídos por todo o país. Falando pessoalmente, Gorleben foi um dos poucos momentos em que me senti em casa na vida pública alemã. Ao contrário da vida cotidiana normal, eu não me senti um forasteiro. Ninguém me tratava como um turco ou me censurava por eu ser norte-americano. Na verdade, as identidades nacionais foram temporariamente suspensas, dado que todos éramos cidadão da República Livre de Wendland e não devíamos lealdade a nenhum governo. Nos tornamos seres humanos no mais profundo sentido do termo, dividindo comida e moradia fora do sistema de trocas monetárias. [...] Os wendlanders viviam juntos não só para construir uma forma de confrontação, mas também para criar um espaço autônomo de autogoverno por meio da discussão política.⁴²³

Finalmente, no dia 3 de junho de 1980, o maior contingente policial mobilizado na Alemanha desde os tempos de Hitler chegou a Gorleben para expulsar os ativistas. Cerca de 8 mil policiais atacaram violentamente ativistas que resistiam sentados pacificamente no canteiro de obras do depósito de lixo atômico. Por fim, o local foi evacuado, as casas da República Livre de Wendland, destruídas, e a área foi completamente cercada com arame farpado.

No entanto, as imagens da violência policial chocaram a Alemanha Ocidental e provocaram uma onda de solidariedade aos ativistas de Gorleben. Imediatamente, manifestações em apoio ao movimento pipocaram pelo país, e ao final de uma marcha em Berlim, representantes da República Livre de Wendland convocaram a população a ocupar parques e prédios vazios como forma de dar continuidade à luta.

A luta em Gorleben tinha criado um núcleo radical de resistência que contava com uma filiação nacional. Uma mistura heterogênea de ecologistas, feministas, estudantes, jovens e agricultores se fundiu em um movimento extraparlamentar de

⁴²³ KATSIAFICAS, 1997, p. 114. Tradução minha.

resistência político-cultural não só às usinas nucleares, mas a todo o sistema que estava por trás delas.⁴²⁴

Depois de Gorleben, o movimento autônomo na Alemanha Ocidental começou a se organizar cada vez mais internamente e a se preparar para enfrentar a polícia. Em 1980, já havia 165 imóveis ocupados em Berlim, a maioria deles no bairro de Kreuzberg. Em março daquele ano foi criado o conselho das ocupações da cidade para coordenar melhor as ações do movimento, e em dezembro a polícia lançou um violento ataque contra as ocupações de Berlim. Em uma única noite, 12 de dezembro de 1980, mais de 100 pessoas foram presas e mais de 200 foram feridas nos enfrentamentos e barricadas que tomaram as ruas da cidade.

Foi nesse contexto que surgiu a tática militante que ganharia as primeiras páginas dos jornais do mundo inteiro a partir de Seattle: os black blocs. Como qualquer fenômeno social não institucionalizado, é difícil situar com precisão o nascimento do black bloc. De acordo com um relato publicado em 2005 na revista eletrônica *Trend* por um anônimo que assina como “*sturm und drang*” (“tempestade e ímpeto” em alemão – referência ao movimento romântico germânico do século XVIII), a primeira vez que o termo “*schwarzer Block*” (“bloco negro” em alemão) foi usado para designar esse tipo de tática foi em uma convocatória lançada por um grupo anarquista de Frankfurt para a marcha de 1º de maio na cidade em 1980. Segundo o relato, a convocatória para participar do “*schwarzer Block*” foi lançada depois de um violento enfrentamento ocorrido no ano anterior entre a polícia e um grupo de militantes antifascistas que haviam impedido uma marcha anual de neonazistas. Esses militantes se vestiam de preto, usavam capacetes e carregavam bastões.⁴²⁵ A partir de então, tanto o uso da tática black bloc quanto o enfrentamento a grupos fascistas ou neonazistas se tornariam duas características marcantes dos movimentos autônomos europeus.

5.2.3 Movimentos autônomos em outros países europeus

Ao mesmo tempo em que a autonomia se desenvolvia na Alemanha Ocidental, movimentos semelhantes também surgiram na Holanda e na Dinamarca. No início da década de 1980, Amsterdã se tornou uma referência internacional para *squatters* (como eram chamados os ativistas que ocupavam imóveis abandonados para transformá-los em moradias coletivas ou centros sociais) de toda a Europa:

⁴²⁴ KATSIAFICAS, 1997, p. 115. Tradução minha.

⁴²⁵ RAHMANI, Sina. Macht kaputt was euch kaputt macht: on the history and the meaning of the Black Block. 2009. Disponível em: <http://www.politicsandculture.org/2009/11/09/macht-kaputt-was-euch-kaputt-macht-on-the-history-and-the-meaning-of-the-black-block/>. Acesso em: 26 fev. 2014.

No seu auge, no começo dos anos 1980, os *kraakers* [como eram chamados os *squatters* locais] de Amsterdã incendiaram a imaginação dos jovens de toda a Europa. Entre 1968 e 1981, mais de 10 mil casas e apartamentos foram ocupados em Amsterdã, e mais 15 mil imóveis foram tomados no resto da Holanda. Muitos desses *squatters* [...] estavam organizados em uma rede de resistência à polícia e ao governo. “Cozinhas Populares” ocupadas, bares e cafés serviam comida e bebida a preços acessíveis. Em prédios de escritório ocupados, comitês de quarteirão de cada bairro montavam centros de informação para lidar com reclamações contra a polícia e a brutalidade dos proprietários. Um conselho *kraaker* planejava a direção do movimento e uma rádio *kraaker* mantinham as pessoas informadas das novidades e de notícias de última hora.⁴²⁶

A outra grande referência era Copenhague, onde, em setembro de 1971, um grupo de 50 *squatters* ocupou uma antiga base militar na ilha de Christiania. O local se tornou o principal centro da contracultura local e em alguns anos passou a abrigar uma comunidade de cerca de mil habitantes que transformaram 156 antigas instalações militares em residências. Assim nasceu a República Livre de Christiania:

Na República Livre de Christiania, centenas de pessoas viviam ilegalmente em uma comunidade alternativa onde a única autoridade era o Ting, uma antiga forma dinamarquesa de tomada de decisão por consenso. Um dos prédios centrais é conhecido como “Tinghus” (casa do Ting). Sentado em círculo nas reuniões do Conselho Comunal, cada morador pode ir até o centro da roda e falar, e as decisões são tomadas quando se chega a um acordo por consenso e não pelo voto da maioria. A democracia direta não precisa ser explicada no interior do movimento dinamarquês – é quase uma segunda natureza – e nem é limitada a reuniões ocasionais de grupos políticos que a usam como um método formal de tomada de decisão. Em outras áreas livres perto de Christiania, o Ting tem sido o modo de vida para mais de mil pessoas desde 1971.⁴²⁷

Assim, a partir das experiências na Alemanha Ocidental, na Holanda e na Dinamarca, o movimento de ocupação de imóveis se tornou a face mais visível dos movimentos autônomos que surgiram em vários outros países europeus a partir dos anos 1980, como Suíça, Reino Unido, Espanha, Grécia, Áustria e Polônia, além de um ressurgimento do movimento na Itália na década de 1990.⁴²⁸ Aos poucos, essa rede de moradias coletivas e centros sociais se tornou a infraestrutura de toda uma nova geração de movimentos anticapitalistas surgidos na Europa nas últimas décadas do século XX que desempenhariam um papel central na articulação da rede mundial de luta contra o neoliberalismo.

Começando nos anos 1970, os *squatters* europeus lutaram por e conquistaram o controle de centenas de casas coletivas, onde eles viviam formas coletivas de vida que negavam a atomização da sociedade contemporânea; suas estruturas igualitárias e sem lideranças se colocavam fora das relações hierárquicas normais em vez de reproduzi-las; e campanhas e formas de produção determinadas de forma autônoma evitavam a alienação do trabalho determinado de forma heterônoma. Em seu

⁴²⁶ KATSIAFICAS, 1997, p. 178. Tradução minha.

⁴²⁷ Ibid., p. 182. Tradução minha.

⁴²⁸ VAN DER STEEN, Bart; KATZEFF, Ask; VAN HOOGENHUIJZE, Leendert. Squatting and autonomous action in Europe, 1980-2012. In: VAN DER STEEN, Bart; KATZEFF, Ask; VAN HOOGENHUIJZE, Leendert (Eds.). **The city is ours: squatting and autonomous movements in Europe from the 1970s to the present.** Oakland: PM Press, 2014.

cotidiano, os *squatters* viviam de forma diferente e provavam que a vida pode ser mais que consumir roupas e aparelhos eletrônicos sem fim. A ocupação dos espaços públicos promovida pelos *squatters* transformava a sobrevivência individual em êxtase comunal e autonomia coletiva. Ao conhecê-los, conseguimos entender como os *squatters* libertaram suas vidas cotidianas e trouxeram profundidade e continuidade para movimentos com focos mais restritos. [...] Conforme iniciativas cidadãs e novos movimentos sociais seguiram sua própria lógica interna, os ativistas autônomos radicais expressaram uma oposição fundamental ao sistema capitalista mundial. [...] Em meados dos anos 1980, conforme os ativistas consolidaram seus grupos, eles foram além de marchas ritualizadas em torno de campanhas monotemáticas e questões locais. Eles construíram bases urbanas que serviram de pontos focais para uma dualidade de poder autônoma.⁴²⁹

5.2.4 Os movimentos de ação direta nos Estados Unidos

Enquanto isso, do outro lado do Atlântico, um processo semelhante acontecia nos Estados Unidos. Depois do auge das mobilizações dos movimentos pelos direitos civis dos negros e contra a Guerra do Vietnã, na década de 1960, a chamada Nova Esquerda norte-americana se fragmentou em diversas correntes no início dos anos 1970. Por um lado, os grupos mais radicais dos movimentos estudantil, negro e contra a guerra abraçaram a luta armada por meio de organizações como os *Weathermen* e o Partido dos Panteras Negras. Por outro, os grupos mais moderados dos movimentos feminista, ambientalista e por direitos humanos canalizaram seus esforços para a via institucional, criando o que se tornariam as primeiras ONGs. Finalmente, uma terceira corrente, formada principalmente por grupos contraculturais, como hippies, anarquistas e ambientalistas radicais, começou a construir movimentos de ação direta não-violenta como uma forma de dar continuidade às lutas dos anos 1960 a partir de uma posição de autonomia radical em relação a partidos, grupos armados e organizações mais institucionalizadas. O “teatro de operações” dos movimentos norte-americanos, no entanto, foi diferente daquele escolhido pelos europeus. Nos Estados Unidos, a construção de espaços alternativos não se deu por meio da ocupação de imóveis urbanos, mas sim por meio de uma fuga para o campo.

No começo dos anos setenta, o foco da esquerda contracultural havia mudado para o campo. Muitas das pessoas que haviam formado a ala contracultural do movimento contra a guerra estavam se mudando para áreas rurais no norte da Nova Inglaterra, no norte da Califórnia e outras partes para construir comunidades onde elas esperavam viver de acordo com seus valores e talvez começar a construir um movimento que expressasse esses valores. A revolução não-violenta fazia sentido para muitos que estavam tentando construir comunidades democráticas e igualitárias no começo da década de setenta. Foi nas comunidades rurais da esquerda contracultural e de refugiados do movimento antiguerra que começou a emergir o

⁴²⁹ KATSIAFICAS, George. Preface. In: VAN DER STEEN, Bart; KATZEFF, Ask; VAN HOOGENHUIJZE, Leendert (Eds.). **The city is ours: squatting and autonomous movements in Europe from the 1970s to the present.** Oakland: PM Press, 2014. Tradução minha.

movimento de ação direta contra a energia nuclear em meados dos anos setenta. O conjunto de conceitos no qual o movimento se baseou – pequenas comunidades, democracia baseada no consenso, rejeição de todas as hierarquias, revolução não-violenta – tinha raízes no pacifismo, no anarquismo e na memória dos primórdios do movimento por direitos civis, mas estavam vinculados à experiência política de esquerda/contracultural do fim dos anos sessenta e à sua migração para o campo no início dos setenta.⁴³⁰

Assim como o movimento autônomo alemão, os movimentos de ação direta não-violenta norte-americanos se voltaram inicialmente para a luta contra a construção de usinas nucleares. O primeiro foi a Aliança Clamshell, fundada em 1976 para impedir a construção de uma usina nuclear na cidade de Seabrook, no litoral de New Hampshire. Quase ao mesmo tempo surgiu, do outro lado do país, a Aliança Abalone, para impedir a construção de uma usina nuclear no Canyon Diablo, perto da cidade de San Luis Obispo, no norte da Califórnia. Finalmente, no início da década de 1980 foi formado o Grupo de Ação Livermore (LAG, na sigla em inglês), para lutar pelo fechamento de um centro de pesquisas de armas nucleares vinculado à Universidade da Califórnia e localizado perto de Oakland, na Califórnia.

Foi no seio desses movimentos que surgiu uma cultura política de democracia direta baseada em grupos de afinidade e decisão por consenso que se disseminaria pelos movimentos autônomos ao redor do mundo durante as décadas de 1980 e 1990. A historiadora norte-americana Barbara Epstein, que participou do Grupo de Ação Livermore, conta como esse sistema funcionava ao descrever a organização do grupo durante o período em que vários integrantes foram presos após uma ação, em 1983:

Qualquer um que planejasse ser preso tinha que participar de um treinamento em não-violência, um workshop que durava um dia inteiro, no qual eram apresentados aos participantes o processo de tomada de decisão por consenso do movimento e respostas não-violentas a potenciais provocações. Nos workshops era dado um pequeno curso sobre os métodos e a linguagem do movimento para os membros inexperientes e estes podiam passar a fazer parte de um grupo de afinidade de dez a 15 pessoas, a unidade básica do movimento. A filiação a um grupo de afinidade era um pré-requisito para participar do bloqueio [...]. Na prisão, os grupos de afinidade eram organizados em conjuntos maiores. [...] Sempre que era preciso tomar uma decisão (o que frequentemente acontecia várias vezes no mesmo dia) os conjuntos de grupos se reuniam para discutir suas posições e chegar a um consenso. Qualquer um que discordasse fortemente de uma decisão coletiva tinha o direito de vetá-la, apesar de que se entendia que esse poder não deveria ser usado a não ser que uma questão moral fundamental estivesse em jogo. Cada conjunto de grupos enviava um porta-voz para um conselho de porta-vozes que se reunia com os conjuntos; eram enviadas pessoas que circulavam entre os conjuntos de grupos e o conselho de porta-vozes, levando questões para serem discutidas pelos conjuntos de grupos e levando de volta as decisões para o conselho de porta-vozes. Os porta-vozes eram trocados diariamente, de forma a desencorajar a emergência de um grupo dirigente. Mas apesar de não haver liderança formal, havia um grupo informal de pessoas que eram requisitadas a exercer papéis de liderança e que passavam um bom tempo se

⁴³⁰ EPSTEIN, 1991, p. 51. Tradução minha.

reunindo entre si e com outros, tentando evitar problemas e facilitar a operação daquilo que nós viríamos a chamar de campo de paz nas tendas.⁴³¹

5.3 Os movimentos camponeses e indígenas do Sul

No Sul global, a linha de frente da resistência ao capitalismo também se deslocou das cidades para o campo a partir de meados da década de 1980, mas de uma forma bem diferente do que aconteceu nos Estados Unidos. Nas últimas décadas do século XX, a América Latina e o sul da Ásia assistiram ao surgimento de uma nova geração de movimentos camponeses e indígenas que encabeçaram a resistência à globalização neoliberal.

Assim como nos países capitalistas mais avançados, a década de 1980 foi um período de forte recuo da classe operária que havia se formado nos países latino-americanos mais industrializados, o que provocou um enorme retrocesso econômico, com queda da produção industrial, aumento do desemprego e perda de força do movimento sindical e dos partidos tradicionais de esquerda. O declínio dessas forças na América Latina, no entanto, foi acompanhado pela ascensão do que Petras e Veltmeyer chamam de uma terceira onda de movimentos sociais contra o neoliberalismo na região.⁴³²

Segundo os autores, a primeira onda foi a das guerrilhas, partidos e movimentos das décadas de 1960 e 1970 que lutaram contra os primeiros experimentos neoliberais na região, como o Chile de Pinochet, e acabaram esmagados pelos regimes militares. Uma segunda onda surgiu nos anos finais das ditaduras e no início do período de redemocratização, entre meados da década de 1980 e o início da década de 1990, e foi a dos novos partidos de esquerda reunidos no Foro de São Paulo – como o PT brasileiro, a Frente Farabundo Martí de Libertação Nacional (FMLN) de El Salvador, o PRD mexicano, os Sandinistas da Nicarágua – que acabaram caindo nas armadilhas da lógica eleitoral e passaram a se acomodar às políticas neoliberais. Finalmente, a terceira onda, que surgiu mais ou menos na mesma época que a segunda, foi a dos movimentos sociais de base camponesa e indígena que rejeitavam tanto a estrutura extremamente verticalizada das guerrilhas da primeira onda quanto o foco prioritário na política eleitoral dos partidos da segunda onda.⁴³³

Assim como os movimentos autônomos do Norte, esses novos movimentos camponeses e indígenas latino-americanos também buscavam construir espaços políticos autônomos, longe da tutela dos partidos, mas se diferenciavam das organizações norte-

⁴³¹ EPSTEIN, 1991, p. 2-3. Tradução minha.

⁴³² PETRAS, James; VELTMEYER, Henry. **Social movements in Latin America: neoliberalism and popular resistance**. Houndmills, Basingstoke, Hampshire; New York: Palgrave Macmillan, 2011, p. 87.

⁴³³ PETRAS e VELTMEYER, 2011, p. 87-89.

americanas e europeias pelas suas dimensões. Os grupos autônomos do Norte eram basicamente pequenos coletivos que se articulavam em redes para lutar por determinadas causas. Já as organizações camponesas e indígenas latino-americanas eram movimentos de massas, que reuniam centenas de milhares de militantes em estruturas organizativas mais estáveis – e às vezes mais rígidas – que as do Norte.

De acordo com Petras e Veltmeyer, os principais representantes da terceira onda de movimentos antineoliberais na América Latina foram o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) no Brasil, o EZLN no México, a Confederação de Nacionalidades Indígenas do Equador (CONAIE), o movimento indígena e camponês na Bolívia e a Federação Nacional Camponesa (FNC) do Paraguai.⁴³⁴ Com exceção da FNC paraguaia, todos esses movimentos tiveram papel de destaque na rede mundial de lutas contra a globalização neoliberal.⁴³⁵

5.3.1 O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra no Brasil

O MST surgiu no começo dos anos 1980 como resultado dos esforços da Comissão Pastoral da Terra (CPT) para unificar as diversas ocupações de terra que vinham ocorrendo em diferentes regiões do Brasil desde o fim dos anos 1970. O marco simbólico do início do movimento foi a criação, em 1981, de um acampamento na Encruzilhada Natalino, no norte do Rio Grande do Sul. João Pedro Stédile, um dos fundadores e principais dirigentes do movimento, afirma que entre 1978 e 1983 houve uma série de ocupações de terra nas regiões Sul, Sudeste, Norte e Nordeste do país, mas que os vários grupos envolvidos nessas ações não tinham contato entre si. Nessa época, a CPT iniciou um trabalho de organização nacional dos vários grupos de luta pela terra, que culminou na fundação do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra em 1984.⁴³⁶

O MST é um típico representante da terceira onda de movimentos antineoliberais na América Latina por dois motivos: em primeiro, por causa da conjuntura em que surge; em segundo, por causa de sua filosofia organizacional. O movimento surgiu justamente no momento da crise do modelo desenvolvimentista, quando o Brasil, após quase uma década de forte crescimento econômico, entrou em uma profunda recessão, que levaria à crise da dívida

⁴³⁴ PETRAS e VELTMEYER, 2011, p. 89-113.

⁴³⁵ Os autores também citam as Mães da Praça de Maio, na Argentina, como um dos principais movimentos da terceira onda de resistência ao neoliberalismo, mas como não se trata de um movimento camponês ou indígena também não o analisarei nesta seção.

⁴³⁶ STÉDILE, João Pedro. Brazil's landless battalions. In: MERTES, Tom (Ed.). **A movement of movements: is another world really possible?** London; New York: Verso, 2004, p. 17-22.

externa nos anos 1980. Além disso, o movimento surge em um contexto de mecanização da agricultura brasileira, provocada pelas inovações da chamada Revolução Verde, que aumentou o volume de capital empregado na produção agrícola e provocou um processo de concentração de terras e de recursos nas mãos do nascente agronegócio e começou a expulsar os pequenos agricultores do campo, em um típico caso de acumulação por espoliação. Diante desse quadro, Stédile afirma que a gênese do MST foi determinada por vários fatores:

O principal deles foi o aspecto socioeconômico das transformações que a agricultura brasileira sofreu na década de 1970. Nessa década, houve um processo de desenvolvimento que José Graziano da Silva denominou de “modernização dolorosa”. Foi o período mais rápido e mais intenso da mecanização da lavoura brasileira. [...] A mecanização da lavoura e a introdução, digamos, de uma agricultura com características mais capitalistas expulsaram do campo, de uma maneira muito rápida, grandes contingentes populacionais naquela década. Eram famílias que viviam como arrendatárias, parceiras ou filhos de agricultores que recebiam um lote desmembrado da já pequena propriedade agrícola de seus pais. Foi um período em que a natureza principal da agricultura era o uso intensivo de mão-de-obra. [...] Com a entrada da mecanização, se liberou um enorme contingente de pessoas. Num primeiro momento, essa massa populacional migrou para as regiões de colonização, especialmente Rondônia, Pará e Mato Grosso. No entanto, logo começaram a vir notícias dessas regiões que os camponeses não conseguiam se reproduzir enquanto camponeses. [...] Havia também um contingente dessa população expulsa do campo que foi para a cidade, motivado pelo acelerado processo de industrialização. Era o período do chamado “milagre brasileiro”. No final dos anos 70, começam a aparecer os primeiros sinais da crise da indústria brasileira, que irá se prolongar por toda a década de 1980, conhecida como “a década perdida”. Do ponto de vista socioeconômico, os camponeses expulsos pela modernização da agricultura tiveram fechadas essas duas portas de saída – o êxodo para as cidades e para as fronteiras agrícolas. Isso obrigou-os a tomar duas decisões: tentar resistir no campo e buscar outras formas de luta pela terra nas próprias regiões onde viviam. É essa a base social que gerou o MST.⁴³⁷

Surgido no momento da crise do desenvolvimentismo no Brasil, o MST também acolheu vítimas dos processos de espoliação promovidos pelos próprios governos desenvolvimentistas, como parte das mais de 12 mil famílias de pequenos agricultores desalojadas pela construção da barragem da hidrelétrica de Itaipu, na década de 1970.⁴³⁸

Outra característica que faz do MST um típico movimento da terceira onda de resistência ao neoliberalismo, segundo a classificação de Petras e Veltmeyer, é sua filosofia organizacional. O movimento nasceu na mesma época que o Partido dos Trabalhadores, que representava um projeto político afinado com as bandeiras do MST, e desde o início esteve profundamente vinculado à Igreja Católica via CPT. No entanto, ao analisar a experiência de movimentos anteriores de luta pela terra no Brasil, os sem-terra decidiram criar um movimento autônomo de partidos e da Igreja, como afirma Stédile:

⁴³⁷ STÉDILE, João Pedro; FERNANDES, Bernardo Mançano. **Brava gente**: a trajetória do MST e a luta pela terra no Brasil. 3ª reimpressão. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2005, p. 15-17.

⁴³⁸ Ibid., p. 20-21.

Outra importante decisão que tomamos no Encontro Nacional [de fundação do movimento, em 1984] foi o de nos organizar como um movimento autônomo, independente de partidos políticos. Nossa análise dos movimentos de agricultores na América Latina e no Brasil nos ensinou que sempre que um movimento de massa se subordinou a um partido, ele foi enfraquecido pelos efeitos dos rachas internos e brigas entre facções. Não é que nós não valorizássemos os partidos, ou pensássemos que fosse errado se filiar a eles. Mas o movimento tinha que ser livre de direções políticas externas. Ele também tinha que ser independente da Igreja Católica.⁴³⁹

Além de autônomo, o MST utilizou, desde o começo, uma tática de ação direta para lutar pela terra: a ocupação de áreas rurais com status jurídico duvidoso para pressionar o governo a desapropriar o terreno e distribuir lotes para os camponeses. As ocupações, que como afirma Stédile começaram antes mesmo da fundação do movimento, se tornaram um instrumento ainda mais poderoso após a promulgação da Constituição brasileira de 1988, que determina que terras que não estejam sendo utilizadas para fins de interesse social podem ser destinadas à Reforma Agrária. Exercendo, assim, a desobediência civil para fazer valer a lei, o MST promoveu a desapropriação de 7,2 milhões de hectares de terras onde foram assentadas 139 mil famílias até o fim da década de 1990. Nos assentamentos do MST espalhados por todo o Brasil foram criadas 55 cooperativas de produção agrícola em 12 estados, além de 880 escolas.⁴⁴⁰ Essas conquistas fizeram do MST o movimento social mais organizado e efetivo do Brasil, se não da América Latina⁴⁴¹, nos anos 1990, o que lhe rendeu reconhecimento mundial e fez dele um dos articuladores da criação da AGP.

5.3.2 A Confederação de Nacionalidades Indígenas do Equador

A luta pela terra também foi o ponto de partida da Confederação de Nacionalidades Indígenas do Equador (CONAIE), organização fundada em 1986 e que se tornou o movimento indígena mais poderoso da América Latina na década de 1990.⁴⁴² Assim como o MST no Brasil, a CONAIE nasceu em meio à crise do desenvolvimentismo no Equador provocada pela crise da dívida externa do país.

Após viver um boom durante a década de 1970, causado pelo aumento dos preços internacionais do petróleo, a economia equatoriana entrou em uma prolongada recessão nos anos 1980, fenômeno que, combinado ao aumento dos juros internacionais, fez a proporção da dívida externa em relação ao PIB do país disparar a partir de meados da década. A partir de 1984 o governo equatoriano deu início a um programa de ajuste estrutural sob orientação do

⁴³⁹ STÉDILE, 2004, p. 21. Tradução minha.

⁴⁴⁰ PETRAS e VELTMEYER, 2011, p. 90.

⁴⁴¹ Ibid., p. 82.

⁴⁴² Ibid., p. 93.

FMI que resultou na adoção de pesadas políticas de austeridade e abertura indiscriminada da economia equatoriana. Os resultados sociais foram desastrosos. A renda da maioria dos equatorianos caiu 22% entre 1988 e 1992, enquanto a taxa de pobreza saltou de 31% da população em 1988 para 56% em 1995 (sendo 76% nas áreas rurais).⁴⁴³

Foi nesse contexto que, no final da década de 1980, grupos indígenas e camponeses começaram a organizar ocupações de terras para acelerar os processos de distribuição de terras por meio dos mecanismos de reforma agrária implantados no Equador a partir de 1964, culminando em um levante nacional indígena organizado pela CONAIE em 1990 para protestar contra as políticas neoliberais adotadas pelos governos dos presidentes León Febres Cordero (1984-1988) e Rodrigo Borja (1988-1992) e reivindicar a adoção de um modelo político, econômico e jurídico diferente, que respeitasse a visão de mundo indígena. A revolta colocou o movimento indígena no mapa político do Equador e pela primeira vez deu visibilidade ao programa político que os povos originários vinham desenvolvendo desde o início da década de 1980, e que já em 1983 foi exposto da seguinte maneira por Blanca Chancoso, uma das figuras históricas do movimento:

Nosso movimento vem da luta pela terra, mas como dissemos, a reivindicação do movimento frente à luta pela terra não é somente o aspecto econômico, para nós a terra tem o aspecto mais importante dentro da cultura, porque reivindicamos a terra na forma de comunidade, como base da nacionalidade.⁴⁴⁴

Para o movimento indígena, o Equador era um país que abrigava múltiplas nacionalidades, e essas diferentes nacionalidades deveriam ser respeitadas em sua diversidade. Partindo dessa premissa, em 1994 a CONAIE elaborou seu projeto político, no qual afirma que o modelo de Estado então vigente no Equador impedia a participação política dos indígenas e negava os direitos históricos individuais e coletivos desses povos. Diante dessa situação, o projeto propõe modificar a estrutura de poder do Estado equatoriano e estabelecer uma “Democracia Plurinacional Comunitária” que proteja os interesses de todas as nacionalidades que formam o Equador por meio do estabelecimento de uma democracia “anticolonialista, anticapitalista, anti-imperialista e antissegregacionista”.⁴⁴⁵ Impossível achar uma ilustração melhor do que essa do conceito de luta anticapitalista pelos bens comuns exposto por Neill.

A partir do levante de 1990, a CONAIE se tornou a principal força de oposição ao neoliberalismo no Equador e conseguiu barrar duas importantes reformas que o governo do

⁴⁴³ PETRAS e VELTMEYER, 2011, p. 98.

⁴⁴⁴ CHANCOSO apud PONCE, Javier. **Y la madrugada los sorprendió en el poder**. Quito: Planeta, 2000, p. 57. Tradução minha.

⁴⁴⁵ PONCE, 2000, p. 57-58. Tradução minha.

presidente Sixto Durán Ballén tentou aprovar em 1993 e 1994: o projeto de privatização da seguridade social e uma nova lei agrária nos moldes da implementada pelo governo mexicano em 1992, que visava pôr fim aos mecanismos de reforma agrária criados no Equador em 1964.⁴⁴⁶ Ao contrário do México, a tentativa do governo de reformar a legislação agrária não levou a um novo levante indígena no Equador, mas, assim como o EZLN, a CONAIE também passou a construir uma nova organização política a partir dessa experiência. A diferença é que no Equador essa organização assumiu a forma de um partido indígena, o Pachakutik, fundado em 1997.

5.3.3 O movimento indígena e camponês na Bolívia

Finalmente, o terceiro grande movimento sul-americano que participou da construção da rede mundial de luta contra a globalização neoliberal foi o movimento indígena e camponês boliviano que na década de 1990 se organizou principalmente por meio da Confederação Sindical Única de Trabalhadores Camponeses da Bolívia (CSUTCB).⁴⁴⁷ O caso boliviano é um ótimo exemplo de um processo de recomposição de classe em um país capitalista periférico. A Bolívia conta com uma longa tradição de lutas populares desde que os mineiros e camponeses organizados na Central Operária Boliviana (COB) impuseram a nacionalização de minas, fábricas e propriedades agrícolas durante a revolução de 1952. Pelo papel destacado desempenhado na revolução, os mineiros foram a principal força no interior da classe trabalhadora boliviana até a metade da década de 1980, quando os ventos neoliberais começaram a varrer a Bolívia, o que deu início a uma reconfiguração da classe trabalhadora do país andino.

Em 1985, o governo do presidente Jaime Paz Zamora, sob orientação do FMI, decidiu fechar a maioria das minas de estanho controladas pelo Estado, dando início a um processo de reestruturação do setor projetado pelo FMI e pelo Banco Mundial que resultou na demissão de mais de 50 mil mineiros. Ao perderem o emprego nas minas, cerca de 30 mil desses mineiros se tornaram camponeses, muitos deles juntando-se às populações indígenas que há séculos plantam coca na região de Chapare, no sul do país.

Ao se estabelecerem na região, os antigos mineiros logo se envolveram na nascente luta dos plantadores de coca locais contra as operações conjuntas dos governos boliviano e

⁴⁴⁶ PETRAS e VELTMEYER, 2011, p. 94.

⁴⁴⁷ A reconstituição histórica das lutas contra o neoliberalismo na Bolívia nos anos 1990 se baseia em PETRAS e VELTMEYER, 2011, p. 101-104.

norte-americano contra o cultivo da planta no país, que faziam parte das iniciativas lançadas pela agência norte-americana de combate às drogas (DEA) para reprimir a produção e o tráfico de drogas na América do Sul. Assim nasceu, no início da década de 1990, a Coordenadora das Seis Federações do Trópico de Cochabamba, organização filiada à CSUTCB que reuniu os vários sindicatos dos plantadores de coca da região de Chapare – os chamados *cocaleros*. Foi nesse contexto que líderes sindicais *cocaleros*, como Evo Morales, despontaram como dirigentes do movimento de oposição aos projetos dos governos boliviano e norte-americano na região.

A convivência entre ex-mineiros e as tradicionais famílias camponesas e indígenas da região do Chapare levou à fusão de duas culturas políticas distintas que marcaria profundamente as lutas contra o neoliberalismo na Bolívia nos anos 1990:

A fusão de duas culturas políticas distintas criou um movimento que combina formas de organização, táticas e estratégias de confrontação de setores avançados da classe operária com demandas por terra, autonomia cultural e respeito pelos valores espirituais tradicionais enraizados nas comunidades indígenas camponesas. Os movimentos camponeses, particularmente os plantadores de coca, se engajaram na maior e mais sustentada luta contra o regime neoliberal e seus supervisores norte-americanos. O resultado foi um aumento da consciência nacional na qual o conceito de uma nação (e de um Estado) de nacionalidades indígenas se tornou moeda corrente.⁴⁴⁸

A resistência às ações contra o cultivo da coca se intensificou a partir de maio de 1996, quando o governo boliviano anunciou um plano para erradicar toda a produção de coca no país que não fosse destinada a uso médico. O movimento camponês e indígena organizado na CSUTCB respondeu alertando o governo de que se o plano fosse colocado em prática os *cocaleros* recorreriam à luta armada para defender suas famílias, suas vidas e sua sobrevivência. A partir de então o movimento passou a combinar o uso de táticas de ação direta, como o bloqueio de estradas, com a construção de uma organização política independente, a Assembleia para a Soberania dos Povos (ASP), que foi fundada em 1995 sob a liderança de Alejo Véliz e Evo Morales. Em 1997, o grupo de Evo saiu da ASP e no ano seguinte fundou o Movimento ao Socialismo (MAS), partido que levaria Morales ao poder nos anos 2000.

De forma similar aos zapatistas mexicanos, o “novo movimento camponês” [na Bolívia] vinculou a luta por terra e autonomia cultural ao problema das incursões militares e políticas dos Estados Unidos. [...] A política dos plantadores de coca envolveu a vinculação de crenças espirituais ancestrais a modernas formas de lutas de classe e anti-imperialistas – análise de classes marxista ligada a valores pré-europeus. A cosmologia do passado, uma cosmovisão indígena, foi evocada como forma de ganhar a vida nos interstícios de um mundo dominado pelo capital multinacional e por bancos estrangeiros. Enquanto a questão da terra continua a ser importante para muitos plantadores de coca, a luta principal se deslocou do livre

⁴⁴⁸ PETRAS e VELTMEYER, 2011, p. 102. Tradução minha.

comércio para as tentativas de erradicação da produção de coca a mando dos Estados Unidos. A tradicional defesa da coca se baseava na reivindicação de uma nação indígena histórica, um conceito que subsume classe e nação.⁴⁴⁹

5.3.4 O Movimento Salve o Narmada na Índia

Apesar da distância geográfica e das diferenças culturais, o sul da Ásia também foi palco, a partir da década de 1980, de processos de acumulação por espoliação surpreendentemente semelhantes aos que ocorreram na América Latina e que deram origem a movimentos com muitas características parecidas nas duas regiões. O principal foco da luta contra o neoliberalismo no sul da Ásia foi a Índia, país que, assim como México e Brasil, foi um dos laboratórios da introdução da chamada Revolução Verde na periferia do capitalismo. Entre as décadas de 1950 e 1970 a Índia foi um dos bastiões do desenvolvimentismo no mundo, e a guinada rumo ao neoliberalismo – processo que se iniciou com algumas medidas parciais na década de 1980 e se consumou com a ampla abertura da economia do país no início dos anos 1990 – produziu profundos impactos sociais, que imediatamente despertaram fortes ondas de protesto a partir do fim da década de 1980.

Assim como aconteceu com o MST no Brasil, o primeiro grande movimento de oposição ao neoliberalismo na Índia surgiu em resposta a um mecanismo de acumulação por espoliação concebido ainda no período desenvolvimentista: o Projeto de Desenvolvimento do Vale do Narmada, iniciativa lançada em 1979 que previa a construção de mais de 160 barragens ao longo do Narmada, rio que corta três estados indianos – Gujarat, Maharashtra e Madhya Pradesh – e é considerado sagrado pelos milhões de camponeses, pescadores e indígenas que vivem há séculos em suas margens.⁴⁵⁰

O projeto original previa a construção de duas megabarragens – a de Sardar Sarovar, no estado de Gujarat, e a de Narmada Sagar, no estado de Madhya Pradesh –, 30 grandes barragens e 135 barragens médias ao longo do curso do rio, o que resultaria no deslocamento de centenas de milhares de moradores das comunidades ribeirinhas. Para compensar tamanho impacto social, o projeto previa o reassentamento desses grupos em lotes de terra equivalentes nas novas áreas irrigadas. No entanto, no início dos anos 1980, quando os primeiros grupos começaram a se mudar para a construção da mega-barragem de Sardar Sarovar ficou claro que não seria possível assentar os deslocados em condições equivalentes em outras regiões, o

⁴⁴⁹ PETRAS e VELTMEYER, 2011, p. 102-103. Tradução minha.

⁴⁵⁰ PALIT, Chitaroopa. Monsoon rising. In: MERTES, Tom (Ed.). **A movement of movements: is another world really possible?** London; New York: Verso, 2004, p. 73.

que gerou uma primeira onda de protestos.⁴⁵¹ A resistência inicial gerou dúvidas no governo central de Délhi em relação ao projeto, mas em 1985 o Banco Mundial ofereceu um financiamento de US\$ 450 milhões para custear as obras, que seguiram em frente.

As comunidades ribeirinhas, no entanto, continuaram a se organizar nos diversos estados afetados pelo projeto, e a partir de 1988 protestos massivos iniciados no estado de Maharashtra se espalharam pelo estado vizinho de Madhya Pradesh. Neste processo, várias organizações locais surgidas para fazer frente ao projeto se uniram no *Narmada Bachao Andolan* (Movimento Salve o Narmada, ou simplesmente NBA), que foi fundado oficialmente em 1989 e teve como principal liderança Medha Patkar, uma das organizadoras da resistência no estado de Maharashtra.

Chitaroopa Palit, uma das organizadoras da resistência no estado de Madhya Pradesh, afirma que a revolta popular a partir de 1988 foi motivada pelo descaso com as populações ribeirinhas e pela descoberta de que a água da represa de Sardar Sarovar seria usada para abastecer, sobretudo, grandes projetos corporativos em regiões já plenamente irrigadas do estado de Gujarat:

Havia uma raiva crescente em relação aos governos estadual e central que se negavam a fornecer informação aos moradores, combinada com uma crescente consciência da destruição ambiental que estava sendo planejada – e da existência de alternativas viáveis. [...] A maioria [da água de Sardar Sarovar] iria para áreas politicamente influentes e bem irrigadas do Gujarat central. Moinhos de cana já estavam sendo construídos para se antecipar às bem irrigadas plantações de cana [que surgiriam na região]. Parques aquáticos e resorts turísticos também haviam sido planejados; eles e os centros urbanos iriam receber a parte do leão das águas do Narmada.⁴⁵²

Graças à crescente mobilização a partir de 1988, o NBA conseguiu que o Banco Mundial retirasse seu apoio financeiro à construção da barragem de Sardar Sarovar em 1993, e no ano seguinte o governo do estado de Madhya Pradesh também anunciou o cancelamento das obras na região. A Suprema Corte indiana, então, ordenou a suspensão das obras nos três estados até o ano 2000 para julgar os pedidos de cancelamento definitivo, mas ao final decidiu a favor da continuidade do projeto. Apesar de não ter conseguido barrar definitivamente as obras no Vale do Narmada, o NBA entrou para a história por ter obrigado o Banco Mundial a voltar atrás e por ter promovido uma discussão em nível internacional sobre o modelo de desenvolvimento baseado em mega-projetos de infraestrutura que beneficiam empreendimentos corporativos às custas da deterioração das condições de vida das classes populares. Ou, como afirma Medha Patkar:

⁴⁵¹ PALIT, 2004, p. 75.

⁴⁵² Ibid., p. 75-76. Tradução minha.

Nós lutamos pelo verdadeiro desenvolvimento, que é justo e sustentável, e acreditamos muito fortemente que o Banco Mundial, o FMI, a OMC e as corporações multinacionais estão levando a sociedade para a direção exatamente oposta. Isto é, rumo a um mundo injusto e não sustentável. Nós sentimos que as corporações e seus tentáculos agora tomaram conta não apenas dos mercados, mas da vida do povo. O povo precisa resistir. O povo precisa dizer não – não apenas para as importações, mas também às imposições. Imposição da cultura, imposição do consumismo, imposição de uma nova forma de economia e de política baseadas no dinheiro e no mercado.⁴⁵³

5.3.5 A Associação dos Agricultores do Estado de Karnataka na Índia

A resistência ao neoliberalismo na Índia, no entanto, não ficou restrita à militância do NBA. Enquanto as populações do Vale do Narmada lutavam pelo seu direito de acesso à água e aos recursos naturais do entorno do rio, no início dos anos 1990 os pequenos agricultores do estado de Karnataka se insurgiram contra as empresas multinacionais de engenharia genética que, sob os auspícios do Acordo sobre Aspectos dos Direitos de Propriedade Intelectual Relacionados ao Comércio (TRIPs, na sigla em inglês) negociados no âmbito do GATT, começaram a patentear e monopolizar a produção de sementes geneticamente modificadas (transgênicas), tentando forçar os agricultores indianos a comprarem novas sementes a cada safra, uma prática que ia contra a tradição ancestral de reaproveitamento de sementes adotada pelos camponeses do país.⁴⁵⁴

Fundado em 1980, o *Karnataka Rajya Raitha Sangha* (Associação dos Agricultores do Estado de Karnataka, ou simplesmente KRRS) lutou desde o princípio contra a Revolução Verde na Índia,⁴⁵⁵ que, assim como no Brasil, levou a um aumento do volume de capital empregado na produção agrícola, abrindo mercado para as grandes empresas e investidores do agronegócio interessadas em produzir commodities para o mercado internacional. A partir do início dos anos 1990, quando o governo indiano aderiu definitivamente ao neoliberalismo, a abertura da economia atraiu empresas multinacionais e investidores do ramo do agronegócio ao país, além de acabar com muitas das barreiras comerciais que protegiam os pequenos agricultores, que formavam uma parte significativa da população indiana.

A neoliberalização promoveu uma série de mudanças que afetou profundamente os camponeses indianos: 1) liberação da importação de fertilizantes; 2) revogação da legislação que limitava a concentração da propriedade rural; 3) fim dos subsídios a irrigação, energia

⁴⁵³ PATKAR, Medha. A river come to Prague. In: NOTES FROM NOWHERE (Ed.). **We are everywhere: the irresistible rise of global anticapitalism**. London; New York: Verso, 2003, p. 297. Tradução minha.

⁴⁵⁴ RAMAKRISHMAN, A.K. Neoliberalism, globalization and resistance: the case of India. In: HOVDEN, E. **The globalization of liberalism**. Houndmills, Basingstoke, Hampshire; New York: Palgrave Macmillan, 2002, p. 247.

⁴⁵⁵ NOTES FROM NOWHERE, 2003, p. 157.

elétrica e crédito para produtores rurais; 4) desregulamentação da produção de trigo, arroz, cana de açúcar, algodão e óleos vegetais; 5) desmantelamento do sistema de segurança alimentar; 6) fim dos controles sobre o comércio; 7) abolição dos controles de estoque; 8) suspensão dos subsídios a cooperativas e 9) igualdade de tratamento às cooperativas de agricultores e às empresas do setor privado. O resultado dessas medidas foi transferir o controle sobre a agricultura do Estado para as grandes corporações transnacionais, como Cargill e Pepsico, que se tornaram os novos latifundiários na Índia.⁴⁵⁶

Foi nesse contexto que, em 1992, o KRRS iniciou sua campanha contra as multinacionais do setor de biotecnologia instaladas na Índia. O movimento, que declaradamente se inspira no pensamento político de Gandhi,⁴⁵⁷ aproveitou a data de aniversário do *mahatma*, 2 de outubro, para lançar uma “*Satyagraha* das sementes” em Bangalore, capital do estado de Karnataka. Em dezembro de 1992, um grupo de agricultores ligados ao KRRS invadiu o escritório da Cargill em Bangalore e notificou a empresa para que ela deixasse a Índia, emulando a campanha liderada por Gandhi no começo do século XX para que os colonizadores ingleses deixassem o país. Em julho de 1993, militantes do KRRS demoliram a unidade de produção de sementes da Cargill na cidade de Bellary, em Karnataka. Em outubro de 1993, cerca de 100 mil agricultores indianos organizaram uma enorme manifestação em Bangalore para protestar contra os acordos de liberalização do comércio e investimentos negociados no âmbito do GATT – que só se transformaria em OMC em 1995.⁴⁵⁸ Finalmente, em 1998, o KRRS lançou a Operação Creme a Monsanto, uma campanha de ação direta para queimar as plantações em que a multinacional norte-americana vinha testando secretamente na Índia uma nova semente de algodão geneticamente modificada. O lançamento da operação foi anunciado em uma carta aberta divulgada para a comunidade internacional pelo presidente do KRRS, professor Mahatantha Devaru Nanjundaswamy:

No sábado, 28 de novembro, ao meio-dia, milhares de agricultores irão ocupar e queimar os três campos [de teste da Monsanto] diante das câmeras, em uma ação de desobediência civil anunciada e aberta. Estas ações vão dar início a uma campanha contra a biotecnologia chamada Operação Creme a Monsanto, que não vai parar até que todos os assassinos corporativos, como Monsanto, Novartis, Pioneer etc, deixem o país. [...] A campanha vai ser realizada sob os seguintes slogans: “Parem a engenharia genética”, “Não às patentes sobre a vida”, “Creme a Monsanto”, “Enterre a OMC”, além de uma mensagem mais específica para todos aqueles que

⁴⁵⁶ RAMAKRISHMAN, 2002, p. 247.

⁴⁵⁷ NOTES FROM NOWHERE, 2003, p. 154.

⁴⁵⁸ RAMAKRISHMAN, 2002, p. 248-249.

investiram na Monsanto: “Vocês deveriam tirar seu dinheiro antes que nós o reduzamos a cinzas”.⁴⁵⁹

O KRRS foi um dos fundadores da AGP e um dos movimentos mais ativos na construção e no desenvolvimento da rede, por isso o professor Nanjundaswamy utilizou os canais de comunicação da AGP (fundada em fevereiro de 1998) para divulgar a mensagem e fez referência direta a ela em sua carta, lançando um chamado internacional de ação direta contra a Monsanto em nível global. A carta revela como, na concepção do KRRS, ações diretas coordenadas internacionalmente podem afetar concretamente multinacionais como a Monsanto:

Sabemos que parar a biotecnologia na Índia não vai nos ajudar muito se ela continuar em outros países, já que as ameaças que ela traz não param nas fronteiras. Também achamos que o tipo de ação que será realizada na Índia tem potencial não apenas de expulsar esses assassinos corporativos do nosso país: se jogarmos as cartas certas em nível global e coordenarmos nosso trabalho, essas ações também podem colocar um grande desafio para a sobrevivência dessas corporações nos mercados de ações. Quem quer investir em uma montanha de cinzas, em escritórios que estão constantemente sendo invadidos (e se necessário, até destruídos) por ativistas?⁴⁶⁰

O pensamento estratégico do KRRS se baseia no pensamento político e econômico de Gandhi, que norteia as ações do movimento. Para o líder da independência indiana, todo o sistema político de um país deveria se basear no autogoverno (*swaraj*) das comunidades, que, por sua vez, teria como ponto de partida a autossuficiência econômica:

A independência tem que começar de baixo. Assim, cada vila será uma república ou *panchayat* com plenos poderes. Cada vila, portanto, deve ser autossustentável e capaz de administrar seus negócios até o ponto de ser capaz de se defender contra o mundo inteiro. [...] Isso não exclui depender da e querer a ajuda dos vizinhos ou do mundo. Será um livre e voluntário jogo de forças mútuas. Uma sociedade assim é necessariamente muito culta e nela cada homem e cada mulher sabe o que ele ou ela quer e, o que é mais importante, sabe que ninguém deve querer nada que os outros não possam ter com o mesmo trabalho.⁴⁶¹

Assim, os integrantes do KRRS veem o movimento como parte de um longo processo de construção de uma nova sociedade, que deve partir de ações locais até atingir uma escala global, sempre se baseando na ideia gandhiana de que cada comunidade – vila, aldeia, cidade – deve ser uma república e se autogovernar.

Isso significa que o objetivo final do seu trabalho é a realização da Aldeia República, uma forma de organização social, política e econômica baseada na democracia direta, na autonomia política e econômica, na autossuficiência, na

⁴⁵⁹ NANJUNDASWAMY, Mahatantha Devaru. Cremating Monsanto: genetically modified fields on fire. In: NOTES FROM NOWHERE (Eds.). **We are everywhere: the irresistible rise of global anticapitalism**. London; New York: Verso, 2003, p. 152. Tradução minha.

⁴⁶⁰ NANJUNDASWAMY, 2003, p. 153. Tradução minha.

⁴⁶¹ GANDHI'S political vision: the pyramid vs the oceanic circle. In: GANDHI, M.K. **Hind swaraj and other writings**. Cambridge; New York; Melbourne: Cambridge University Press, 1997, p. 188-189.

participação de todos os membros da comunidade nos processos de decisão sobre os assuntos que os afetam e na criação de mecanismos que garantam que assuntos que afetam várias comunidades sejam decididos por meio de processos de consulta envolvendo todos os afetados.⁴⁶²

5.4 A fundação da AGP

Os Encontros Intercontinentais pela Humanidade e contra o Neoliberalismo reuniram todos esses movimentos que até então lutavam contra a globalização neoliberal em seus contextos locais, mas muitas vezes sem saber que outros movimentos, em outras partes do mundo, faziam o mesmo. A lista de organizações participantes do Segundo Encontro Intercontinental revela a presença de coletivos antifascistas autônomos alemães e suíços; coletivos de centros sociais italianos, espanhóis e holandeses; coletivos anarquistas gregos e norte-americanos; grupos ambientalistas radicais britânicos, ucranianos e russos; coletivos feministas de vários países do hemisfério Norte; movimentos camponeses e indígenas do Brasil (MST), do Equador (CONAIE), da Bolívia (CSUTCB) e do México (EZLN), além de uma série de outros movimentos sociais, partidos políticos, organizações sindicais e ONGs.⁴⁶³

A partir do chamado para a construção de uma rede intercontinental de resistência ao neoliberalismo lançado pelos zapatistas na Segunda Declaração de la Realidad, ao final do Primeiro Encontro Intercontinental, em 1996, os delegados do Segundo Encontro Intercontinental formularam uma proposta concreta de funcionamento da rede e a apresentaram no ato de encerramento do evento, realizado na ocupação rural de El Indiano, no sul da Espanha, no dia 2 de agosto de 1997. É interessante notar que os autores da proposta expõem consciente e explicitamente a relação entre a nova forma de organização do capitalismo no fim do século XX e as novas formas de luta e resistência que os movimentos precisam adotar diante do inimigo. Dessa perspectiva, a rede é considerada o novo paradigma das lutas contra o capitalismo:

Hoje, diante da fragmentação e do isolamento que as lutas sociais sempre apresentaram e ainda apresentam, o capitalismo neoliberal oferece um modelo global e coeso. Embora não centralizado, esse modelo tem uma tal versatilidade, adaptabilidade e resiliência que nos leva a pôr em prática novas formas de luta e de resistência. A rede parece ser o paradigma de uma nova forma de combater esse estado de coisas.⁴⁶⁴

⁴⁶² NOTES FROM NOWHERE, 2003, p. 155. Tradução minha.

⁴⁶³ Ver lista de algumas organizações que participaram do Segundo Encontro Intercontinental pela Humanidade e contra o Neoliberalismo no Apêndice B.

⁴⁶⁴ LA RETE. In: SIMONCINI, Alessandro (Org.). **Percorsi di liberazione dalla Selva Lacandona all'Europa: Itinerari documenti testimonianze dal Secondo Incontro Intercontinentale per l'Umanità e contro il Neoliberalismo di Madrid**. Palermo: Edizioni Della Battaglia, 1998, p. 156-157. Tradução minha.

O trecho acima mostra como a tese defendida por Hardt e Negri da correspondência entre as formas de luta e as formas dominantes de produção encontra respaldo no discurso dos movimentos sociais envolvidos na construção da rede mundial de luta contra a globalização neoliberal. Uma vez apresentada essa análise, a proposta passa a descrever as características e o funcionamento da rede intercontinental de resistência ao neoliberalismo:

Uma rede é por definição versátil e aberta e também envolve baixos custos de manutenção. Por rede entendemos um movimento de construção permanente de pessoas e organizações que se comunicam e coordenam lutas, resistências e ações. A rede é formada por nós, sujeitos organizados, individuais ou coletivos, ligados entre si, com uma estrutura horizontal e sem um centro específico. Os nós enviam e recebem informação e são capazes de organizar ações comuns utilizando todos os meios disponíveis e todas as formas possíveis de relações humanas e sociais. Como diz a Segunda Declaração de La Realidad: “A rede é formada por todos nós que falamos e escutamos... A rede somos todos nós que resistimos”. A rede se articula em dinâmicas locais, regionais, nacionais e internacionais, até construir a rede planetária pela humanidade e contra o neoliberalismo na qual os objetivos, as informações, os grupos e as pessoas se enriquecem mutuamente por meio de interações, uma rede na qual se propõe e não se impõe, uma rede, enfim, na qual o todo está nas partes e as partes, no todo. Propomos uma rede aberta, tecida de informações, conexões e apoio mútuo. Uma rede que tenha a organicidade de um ser vivo e que seja capaz de agir no momento oportuno. Ao mesmo tempo, pensamos em uma rede plural que se construa e se organize a partir de todos nós, da multiplicidade das nossas lutas, consciências e conhecimentos, diferentes, mas convergentes.⁴⁶⁵

Finalmente, a proposta expõe os objetivos da rede e os princípios que devem norteá-la. Neste ponto, o texto define uma característica fundamental dessa rede que no ano seguinte daria origem à AGP: a ausência de um núcleo de poder central e o respeito às várias formas particulares de organização de cada movimento:

A rede deve promover a participação de organizações, coletivos e indivíduos que lutam contra o neoliberalismo, a alienação e os sofrimentos da humanidade em uma base de igualdade absoluta, sem núcleo de poder central reforçando a autonomia de cada experiência criativa e organizativa. A rede se propõe a potencializar os contatos humanos e afetivos entre as pessoas envolvidas a fim de permitir o crescimento do tecido social das lutas e das resistências de maneira viva e contínua. O objetivo principal da rede é combater todas as formas de opressão, degradação e destruição das pessoas e dos povos e construir simultaneamente um mundo novo que possa abrigar muitos mundos: os de hoje e também os do futuro. A rede é:

- a) Uma rede de informações que configura um espaço de comunicação e de reflexão com um fluxo contínuo de dados, informações e denúncias a partir da prática cotidiana de todas as realidades envolvidas.
- b) Uma rede de prevenção e de ação que possa antecipar e resolver os problemas antes que seja tarde demais e, simultaneamente, multiplicar e combinar suas forças e sua diversidade.
- c) Uma rede de experiências, concepções, métodos, capacidades e relações pessoais que permita o encontro e o enriquecimento dos povos, das culturas, coletivas e individuais, assim como a descoberta de alternativas sociais e econômicas em harmonia com as pessoas e com o planeta que habitamos.⁴⁶⁶

⁴⁶⁵ SIMONCINI, 1998, p. 157. Tradução minha.

⁴⁶⁶ Ibid., p. 157-158. Tradução minha.

Depois de apresentar a proposta da rede intercontinental contra o neoliberalismo, os delegados presentes ao ato de encerramento do Segundo Encontro Intercontinental divulgaram um calendário de ações baseado nas discussões realizadas durante o evento:

- 1) Campanha contra a Organização Mundial do Comércio. Reunião alternativa no mês de março em Genebra e ações coordenadas de denúncia em todo o mundo da reunião de cúpula oficial da OMC em maio de 1998.
- 2) Apoio à campanha contra o NAFTA, Mercosul, APEC, etc.
- 3) Apoio às ações de denúncia das políticas neoliberais de Maastricht e da moeda única que serão realizadas em escala europeia durante a primeira semana de dezembro, de forma descentralizada e em diferentes países, como proposto pelo Fórum Alternativo de Amsterdã.
- 4) Manifestações entre os dias 8 e 12 de outubro para denunciar o imperialismo do Norte que oprime e explora os diversos povos do mundo e em coordenação com a corrente humana que vai partir da América Central e chegará a Nova York no dia 12 de outubro deste ano.
- 5) Boicote a companhias multinacionais que se distinguem por adotar práticas antissindicais, poluir o meio ambiente ou explorar povos indígenas. Em particular: Shell (recordemos a situação do povo Ogoni), Nestlé, Nike e Siemens.
- 6) Apoio às reuniões paralelas à Cúpula do Clima de Kyoto, em dezembro deste ano.
- 7) Denúncia da situação dos prisioneiros políticos no dia 19 de fevereiro de 1998.
- 8) Ações contra o patriarcado no dia 25 de novembro.
- 9) Ações em favor das mulheres no dia primeiro de janeiro de 1998, aniversário da insurreição zapatista (lei sobre a participação das mulheres).
- 10) Luta por uma alimentação saudável no dia 14 de dezembro.
- 11) Denúncia do Tratado de Schengen como proposto pela associação de emigrantes. Denúncia do centro de internamento e das zonas internacionais de segregação para os emigrantes.⁴⁶⁷

Após o ato de encerramento do Segundo Encontro Intercontinental, um grupo de delegados de diferentes movimentos do Sul e do Norte global se reuniu para começar a organizar as ações contra a segunda reunião de cúpula da OMC, programada para acontecer em Genebra em maio de 1998. Nesse encontro foi criado um comitê que ficaria responsável por convocar uma reunião de movimentos sociais em fevereiro de 1998, em Genebra, para planejar as ações contra a OMC.

O comitê foi formado por representantes da Central Sandinista de Trabalhadores (CST), à qual eram filiadas as trabalhadoras da indústria têxtil que tentavam organizar sindicatos nas fábricas de exportação (maquiladoras) que produziam peças para as grandes marcas de roupa internacionais na Nicarágua; da Frente Zapatista de Libertação Nacional (FZLN), do México; da Fundação por uma Aotearoa Independente, organização ligada ao movimento de luta pela autonomia do povo maori da Nova Zelândia; da Rede de Mulheres Indígenas da América do Norte e da Oceania; da Associação dos Agricultores do Estado de Karnataka (KRRS), da Índia; da coalizão de movimentos ambientalistas Mama 86, da

⁴⁶⁷ SIMONCINI, 1998, p. 160-161. Tradução minha.

Ucrânia; do Movimento pela Sobrevivência do Povo Ogoni (MOSOP, na sigla em inglês), organização de luta contra a atuação das petroleiras transnacionais no delta do rio Níger, na Nigéria; do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), do Brasil; do Movimento Camponês das Filipinas (KMP, na sigla em filipino); da rede europeia de luta contra o livre-comércio Play Fair Europe!; e do comitê local de organização do encontro em Genebra, formado por uma rede de coletivos autônomos da cidade suíça. Em dezembro de 1997, esse comitê lançou uma convocatória global para a reunião em Genebra a ser realizada em fevereiro de 1998, na qual seria lançada “uma coordenação mundial de resistência contra o mercado global, uma nova aliança de luta e suporte mútuo chamada *Ação Global dos Povos contra o ‘Livre’ Comércio e a Organização Mundial do Comércio (AGP)*”.⁴⁶⁸ Era a certidão de nascimento da AGP.

O texto da convocatória, que foi publicado como o boletim número 0 da AGP, descrevia a nova plataforma como “um instrumento global de comunicação e coordenação para todos aqueles que lutam contra a destruição da humanidade e do planeta pelo mercado global, construindo alternativas locais e poder popular”,⁴⁶⁹ e apresentava os quatro princípios que deveriam orientar a construção da plataforma:

- 1) Uma **rejeição** muito clara das instituições que as multinacionais e os especuladores construíram para tirar o poder do povo, como a Organização Mundial do Comércio (OMC) e outros acordos de livre-comércio (como APEC, UE, NAFTA, etc.)
- 2) Uma atitude de **confrontação**, já que não acreditamos que ações de lobby possam ter grande impacto sobre organizações tão viesadas e antidemocráticas, nas quais o capital transnacional é o único real legislador.
- 3) Um chamado para a **desobediência civil não-violenta** e para a construção de **alternativas locais** pelas populações locais, como respostas à ação de governos e corporações.
- 4) Uma filosofia organizacional baseada na **descentralização e na autonomia**.⁴⁷⁰

Fiel ao princípio da descentralização e da autonomia, o boletim explica que a AGP *não é uma organização*, mas sim um instrumento de coordenação. Por isso, não existe filiação à AGP e ela não tem e não terá personalidade jurídica. Assim como nenhuma pessoa ou organização representa a AGP, a AGP também não representa nenhuma pessoa ou organização.

Seus objetivos são inspirar o maior número possível de pessoas e organizações a agir contra o ‘livre’ comércio por meio da desobediência civil não-violenta e de iniciativas populares construtivas, oferecendo um instrumento de coordenação e

⁴⁶⁸ PEOPLES’ GLOBAL ACTION. PGA Bulletin 0. 1997. Disponível em: <http://www.nadir.org/nadir/initiativ/agp/en/pgainfos/bulletin0.htm>. Acesso em: 10 mai. 2015. Tradução minha. Itálico meu.

⁴⁶⁹ Ibid. Tradução minha.

⁴⁷⁰ Ibid. Tradução minha. Negritos no original.

apoio mútuo em nível global para aqueles que lutam contra o ‘livre’ comércio e dando maior projeção internacional às lutas contra o ‘livre’ comércio e a OMC.⁴⁷¹

O papel da AGP, esclarece o texto do boletim, é apenas facilitar a coordenação e o fluxo de informações entre os movimentos por meio de conferências e de instrumentos de informação como um boletim regular, uma página na Internet, listas de e-mails e outras publicações que devem ser produzidas voluntariamente e de maneira descentralizada e rotativa por organizações e indivíduos que apoiem os objetivos da AGP.

De acordo com o boletim, as conferências seriam realizadas aproximadamente a cada dois anos, cerca de três meses antes das reuniões ministeriais da OMC para coordenar ações descentralizadas paralelas à reunião da OMC. As reuniões da AGP seriam convocadas por um comitê formado por organizações e movimentos de todos os continentes representando diferentes setores da sociedade e pelos organizadores locais da reunião. O primeiro comitê de convocadores da AGP foi aquele criado ao final do Segundo Encontro Intercontinental pela Humanidade e contra o Neoliberalismo, e a cada conferência seria eleito um novo comitê de convocadores responsável por organizar a conferência seguinte.

Por fim, o texto do boletim afirma que a AGP não teria recursos próprios. “Os fundos necessários para o financiamento das reuniões e dos instrumentos de informação terão de ser levantados de forma descentralizada. Todos os fundos levantados para a reunião serão administrados pelo comitê [convocador]. As publicações serão autofinanciadas”.⁴⁷²

Ao adotar esses princípios, a AGP se apresenta como um tipo de iniciativa nova e difícil de enquadrar nos padrões tradicionais de organização da esquerda. Aliás, seus idealizadores fazem questão de frisar que não se trata sequer de uma organização. Então, o que seria, afinal, a AGP? Diante da novidade, Paul Routledge formulou o conceito de “espaço de convergência” para definir a iniciativa:

Um espaço de convergência implica uma afinidade heterogênea de valores compartilhados por vários movimentos sociais, iniciativas populares, ONGs e outras formações, em que certos interesses, objetivos, táticas e estratégias convergem. É um espaço de facilitação, solidariedade, comunicação, coordenação e troca de informação. Ele é tanto virtual – pois funciona através da Internet – quanto material, pois também se materializa em reuniões e vários tipos de ação direta, como manifestações e greves.⁴⁷³

A AGP cria, assim, uma nova geografia das lutas anticapitalistas:

O que caracteriza espaços de convergência como a AGP é uma geografia fragmentada, heterogênea e descontínua, onde a geografia virtual da Internet e de outros vetores de mídia se entrelaça com a materialidade do lugar, do saber local e

⁴⁷¹ PEOPLES’ GLOBAL ACTION, 1997. Tradução minha.

⁴⁷² Ibid. Tradução minha.

⁴⁷³ ROUTLEDGE, Paul. ‘Our resistance will be as transnational as capital’: convergence space strategy in globalizing resistance. *Geojournal*, Dordrecht, v. 52, n. 1, p. 25-33, 2000, p. 25. Tradução minha.

da ação concreta. É formada por uma miríade de lutas materiais baseadas em locais particulares e por uma rede globalizante de alianças que buscam compartilhar informações, apoiar e coordenar as várias lutas. Algumas dessas formas globalizantes de luta podem ser caracterizadas como 1) *ações locais globalizadas*, iniciativas política que acontecem em diferentes lugares ao redor do mundo – simultaneamente ou não –, em apoio a uma luta particular localizada (como as várias ações de solidariedade realizadas ao redor do mundo em apoio aos zapatistas e às lutas contra as barragens do Narmada) ou contra alvos particulares (como o dia de ação global em 18 de junho [de 1998]) e 2) *ações globais localizadas*, quando diferentes movimentos sociais e grupos de resistência coordenam suas ações em torno de uma questão específica ou evento realizado em um lugar específico, como o recente dia de ação global contra a OMC em Seattle. Iniciativas como a AGP representam um espaço de convergência onde diferentes iniciativas de resistência forjam redes globais de comunicação, solidariedade e informação.⁴⁷⁴

Foi para começar a construir esse novo instrumento de coordenação de lutas que 300 delegados vindos de 71 países de todos os continentes se reuniram em Genebra entre os dias 23 e 25 de fevereiro de 1998, onde iniciaram o planejamento de ações conjuntas contra a OMC, o “livre” comércio e o poder corporativo das multinacionais. A conferência de fundação da AGP foi realizada em diferentes casas ocupadas e centros sociais mantidos pelo movimento autônomo de Genebra,⁴⁷⁵ e recebeu movimentos sociais de várias partes do planeta, aprofundando a aliança entre os movimentos autônomos do Norte e os movimentos camponeses e indígenas do Sul que já vinha sendo construída nos Encontros Intercontinentais.⁴⁷⁶

Entre os movimentos autônomos do Norte estavam presentes, além dos integrantes do comitê organizador local de Genebra, delegados de duas outras organizações que teriam participação marcante na construção da AGP nos anos seguintes. Uma era o Reclaim the Streets!, rede ambientalista radical e anticapitalista britânica surgida em 1994 a partir da luta contra a construção de estradas no Reino Unido e que utilizava um tipo de ação direta que se tornaria muito popular nas manifestações contra a globalização neoliberal: festas de rua em que uma via pública era temporariamente ocupada e transformada em um grande carnaval. A outra era a Associação Ya Basta, coalizão de coletivos autônomos italianos surgida também em 1994 para organizar a solidariedade com o zapatismo na Itália a partir de uma rede de centros sociais tendo como ponto de partida o centro social Leon Cavallo, em Milão.

Entre os movimentos camponeses e indígenas do Sul estavam presentes delegados das organizações integrantes do primeiro comitê convocador da AGP – MST, KRRS, KMP, FZLN, MOSOP, Rede de Mulheres Indígenas e Fundação por uma Aotearoa Independente – e

⁴⁷⁴ ROUTLEDGE, 2000, p. 31. Tradução minha.

⁴⁷⁵ PEOPLES' GLOBAL ACTION. PGA Bulletin 1. 1998a. Disponível em: <http://www.nadir.org/nadir/initiativ/agp/en/pgainfos/bulletin1.html>. Acesso em: 10 mai. 2015.

⁴⁷⁶ Ver lista de algumas organizações que participaram da conferência de fundação da AGP no Apêndice C.

de uma série de outros movimentos, como a CONAIE, do Equador; a CSUTCB, da Bolívia; o Grupo de Defesa do Povo U'wa e o Processo de Comunidades Negras (PCN), da Colômbia; a Confederação Camponesa do Peru (CCP); a União Nacional de Agricultores e Criadores de Gado (UNAG), da Nicarágua; o Movimento Salve o Narmada (NBA), da Índia; a Federação Krishok de Bangladesh (BKF); a Organização Rural de Ajuda Mútua (ORAM), de Moçambique; e a Via Campesina, rede internacional que reúne os maiores movimentos camponeses do mundo. A presença camponesa na conferência de fundação da AGP, aliás, não se restringiu a movimentos do Sul. Também estiveram presentes organizações europeias como a *Confédération Paysanne* francesa, de José Bové; o Sindicato de Trabalhadores do Campo da Andaluzia, da Espanha (SOC, na sigla em espanhol); a União dos Camponeses Suíços (UPS, na sigla em francês); e o Sindicato dos Agricultores da Estônia.

Além dos movimentos autônomos, camponeses e indígenas, também participaram da fundação da AGP delegados de movimentos sindicais ou populares que na época estavam na linha de frente da luta contra os efeitos mais perversos da globalização neoliberal sobre o mundo do trabalho. Representantes da Central Sandinista de Trabalhadores (CST), da Comissão de Mulheres Trabalhadoras Salvadorenhas (COMUTRAS) e do Fórum de Unidade dos Trabalhadores da Indústria de Vestuário de Bangladesh estiveram presentes em Genebra para compartilhar suas histórias de luta na tentativa de criar organizações sindicais nas fábricas da América Central e do sul da Ásia onde as grandes marcas de roupa globais utilizam mão de obra semiescrava para produzir os produtos que vendem nos mercados dos países mais desenvolvidos. Ao mesmo tempo, representantes do Sindicato dos Trabalhadores Postais do Canadá (CUPW, na sigla em inglês) e da Confederação de Trabalhadores da Educação da República Argentina (CTERA) contaram suas histórias de resistência contra a privatização dos correios e da educação em seus países. Por fim, representantes do movimento de desempregados franceses mostraram como eles começaram a construir uma organização de novo tipo chamada *Agir Ensemble Contre le Chômage!* (Agir Junto Contra o Desemprego, ou simplesmente AC!), que tentava combinar a ação sindical dos trabalhadores empregados com as reivindicações dos desempregados, em um experimento pioneiro para romper o corporativismo das tradicionais organizações sindicais do movimento operário europeu.

Apesar de muito diferentes em diversos aspectos, os movimentos reunidos na conferência de fundação da AGP reconheciam um inimigo comum em suas lutas: o capital transnacional que assumia as mais diversas formas ao redor do mundo para tirar direitos, explorar e espoliar. Assim, como afirmam os membros do comitê organizador de Genebra, a

conferência serviu para mostrar que, apesar da grande disparidade de recursos, as lutas no Norte e no Sul tinham cada vez mais elementos em comum:

Apesar das enormes diferenças materiais, as lutas nas partes privilegiadas e desfavorecidas do império corporativo têm cada vez mais em comum, o que cria as condições para um tipo novo e mais forte de solidariedade. [...] Esta conferência mostrou a energia que essas diversas lutas podem liberar. As lutas devem sempre estar enraizadas no local e no particular. Ao mesmo tempo, há um problema mais geral, global. O simples ato de nos reunirmos e nomeá-lo dá a todos nós mais coragem para recusar as soluções “realistas”. As lutas são locais, mas juntas elas ganham um significado novo e mais profundo. Nós podemos – e devemos – mirar na cabeça do monstro.⁴⁷⁷

5.5 O novo anticapitalismo

Esse sentimento de que os movimentos reunidos em Genebra enfrentavam um mesmo inimigo que se apresentava de várias formas em cada parte do mundo se reflete no manifesto da AGP,⁴⁷⁸ que foi discutido e aprovado pelos participantes da conferência de fundação. Por sintetizar e sistematizar boa parte do discurso que ganharia visibilidade mundial a partir de Seattle, o manifesto da AGP é um documento histórico de grande importância, um registro da emergência de uma crítica à globalização neoliberal formulada por movimentos populares que inspiraria as grandes manifestações contra instituições multilaterais como o FMI, a OMC e o Banco Mundial entre o fim da década de 1990 e a primeira metade dos anos 2000.

O manifesto se divide em duas partes. A primeira faz uma análise da forma de organização contemporânea do capitalismo – a globalização neoliberal⁴⁷⁹ – mostrando como essa nova ordem mundial afeta diferentes âmbitos da vida social, como relações de trabalho, relações de gênero, identidades étnicas, relação homem-natureza, cultura, produção de conhecimento e tecnologia, militarização, migração e discriminação social. A segunda parte apresenta os princípios que deveriam orientar as lutas contra esse sistema.

O manifesto da AGP é uma importante sistematização do novo tipo de anticapitalismo que emergiu com as lutas contra a globalização neoliberal, tanto no que diz respeito à análise do sistema quanto das formas de organização que propõe para combatê-lo. Por isso, apresento a seguir uma síntese dos temas abordados no documento.

⁴⁷⁷ PEOPLES' GLOBAL ACTION, 1998. Tradução minha.

⁴⁷⁸ A versão original, em inglês, foi publicada no primeiro número do boletim da AGP.

⁴⁷⁹ O mesmo fenômeno é designado por expressões ligeiramente diferentes em diferentes partes do texto original do manifesto. Seus redatores usam os termos “globalização econômica”, “globalização neoliberal” e “globalização capitalista”, dependendo do trecho. Neste trabalho optei por usar o termo “globalização neoliberal” por ter sido a forma consagrada pela literatura crítica posterior sobre o tema.

5.5.1 A nova arquitetura de poder global

O manifesto começa com uma descrição da nova arquitetura de poder sobre a qual se apoia o capitalismo mundial no fim do século XX. De acordo com o documento, essa nova fase do desenvolvimento capitalista é caracterizada por uma ofensiva do capital que, com a ajuda de instituições multilaterais como o FMI, o Banco Mundial e a OMC, busca moldar as políticas nacionais para fortalecer seu controle global sobre a vida econômica, política e cultural dos vários países. A mais nova arma para atingir esse objetivo, afirma o documento, são os acordos de livre-comércio negociados no âmbito da OMC:

Hoje, o capital está desenvolvendo uma nova estratégia para afirmar seu poder e neutralizar a resistência dos povos. Seu nome é globalização econômica, e ela consiste no dismantelamento das limitações nacionais para o comércio e para o livre movimento do capital. Os efeitos da globalização econômica se expandem pelo tecido de sociedades e comunidades do mundo e integram os seus povos em um gigantesco sistema único, voltado à extração do lucro e ao controle dos povos e da natureza. [...] O mais novo e talvez o mais importante fenômeno no processo de globalização é o aparecimento de acordos de comércio como instrumentos-chave de acumulação e controle. A OMC é, sem dúvida, a instituição mais importante por fazer avançar e implementar estes acordos comerciais. Tornou-se o veículo preferido pelo capital transnacional para impor seu governo econômico global.⁴⁸⁰

Os acordos globais negociados no âmbito da OMC são complementados por acordos regionais, como o NAFTA, na América do Norte; o Tratado de Maastricht, na Europa; e a APEC, na Ásia e na região do Pacífico.

Todos estes acordos regionais consistem na transferência de poder de decisão do nível nacional para instituições regionais que são mais distantes das pessoas e menos democráticas até mesmo do que o Estado-nação. [...] Todas estas instituições e acordos compartilham as mesmas metas: garantir a mobilidade de bens, serviços e capitais, aumentando o controle do capital transnacional sobre os povos e a natureza, transferindo poder para instituições distantes e antidemocráticas, excluindo a possibilidade de um desenvolvimento baseado nas comunidades e em economias autossuficientes, e restringindo a liberdade dos povos para construir sociedades baseadas em valores humanos.

5.5.2 O neoliberalismo e a “corrida rumo ao fundo do poço”

Na sequência, o manifesto estabelece a relação entre essa nova arquitetura de poder e a imposição das políticas neoliberais e denuncia os impactos sociais dessas políticas. Por meio das instituições multilaterais e de poderosos lobbies, grandes investidores e corporações

⁴⁸⁰ PEOPPLES' GLOBAL ACTION, 1998. Existe uma versão do manifesto da AGP traduzido para o português disponível em <https://www.nadir.org/nadir/initiativ/agp/pt/manifesto.htm>. Procurei me basear nessa tradução para transcrever os trechos citados aqui, mas o texto apresenta erros de digitação e alguns problemas de tradução, por isso os trechos aqui citados não são uma reprodução exata dessa versão em português, mas sim adaptações com correções e intervenções minhas feitas a partir da comparação com o original em inglês. A não ser quando indicado, todas as citações desta seção são trechos adaptados desta versão em português do manifesto da AGP.

sugerem as políticas que os governos nacionais devem adotar. Os que se recusam entram na mira dos ataques especulativos desses mesmos grandes investidores, capazes de provocar a desvalorização das moedas nacionais. O resultado da adoção dessas políticas é uma “corrida rumo ao fundo do poço”⁴⁸¹ em termos de condições sociais e ambientais:

Estas políticas neoliberais estão criando tensões sociais em nível global semelhantes àquelas testemunhadas a nível nacional durante as primeiras fases da industrialização: enquanto o número de bilionários cresce, cada vez mais pessoas ao redor do mundo se veem inseridas em um sistema que não lhes oferece nenhum lugar na produção e nenhum acesso ao consumo. Este desespero, combinado com a livre mobilidade do capital, proporciona aos investidores transnacionais o melhor ambiente possível para colocar trabalhadores e governos uns contra os outros. O resultado é uma "corrida rumo ao fundo do poço" em termos de condições sociais e ambientais e o dismantelamento de políticas de redistribuição [de renda e poder] (taxação progressiva, sistemas de seguridade social, redução do tempo de trabalho etc). [...] Este processo de acumulação e exclusão em nível mundial equivale a um ataque global a direitos humanos básicos, com consequências muito visíveis: miséria, fome, aumento da população de rua, desemprego, deterioração das condições de saúde, populações expulsas de suas terras, analfabetismo, aprofundamento das desigualdades de gênero, crescimento explosivo do "setor informal" e da economia subterrânea (particularmente da produção e do comércio de drogas), destruição da vida em comunidade, cortes de serviços sociais e de direitos trabalhistas, violência crescente em todos os níveis da sociedade, destruição ambiental acelerada, crescente intolerância racial, étnica e religiosa, migração massiva (por razões econômicas, políticas e ambientais), maior controle militar e repressão, etc.

5.5.3 A luta pelo controle social da produção

Depois de descrever os mecanismos gerais de funcionamento da globalização neoliberal e expor seus impactos sociais mais gerais, o manifesto passa a analisar como a nova estratégia do capital afeta diferentes âmbitos da vida social. Começa tratando dos impactos sobre o mundo do trabalho, afirmando que a globalização do capital comprometeu a capacidade dos trabalhadores de negociar com o capital em nível nacional, levando as organizações sindicais tradicionais dos países avançados a abandonarem a perspectiva da luta internacional contra o capital por uma postura corporativista, enquanto os grupos de direita jogam a culpa dos problemas da classe trabalhadora desses países nos trabalhadores superexplorados dos países do Sul:

A globalização do capital em grande medida retirou dos trabalhadores a capacidade de enfrentar ou negociar com o capital em um contexto nacional. A maioria dos sindicatos convencionais (particularmente nos países privilegiados) aceitou a sua derrota pela economia global e tem abandonado voluntariamente as conquistas obtidas com sangue e lágrimas de gerações de trabalhadores. Conforme as exigências do capital, eles trocaram solidariedade por “competitividade internacional” e direitos trabalhistas por “flexibilidade do mercado de trabalho”. [...] Os grupos de direita nos países privilegiados frequentemente culpam o “dumping

⁴⁸¹ “*Race to the bottom*”, no original em inglês

social” dos países pobres pelo desemprego crescente e a deterioração das condições de trabalho em seus países. Eles dizem que os povos do Sul estão sequestrando o capital do Norte com os atrativos da força de trabalho barata, legislação trabalhista e ambiental fraca ou inexistente e impostos baixos, e que as exportações do Sul estão tirando os produtores do Norte do mercado.

Por outro lado, o manifesto também critica aqueles que, nos países subdesenvolvidos ou em desenvolvimento, veem na atração do capital estrangeiro uma possibilidade real de desenvolvimento para seus países.

Eles esquecem que o impacto social positivo dos investimentos estrangeiros está limitado por sua própria natureza, já que as corporações transnacionais manterão seu dinheiro em países desfavorecidos contanto que as políticas desses países lhes permitam continuar explorando a miséria e o desespero da população. Os mercados financeiros impõem castigos extremos para os países que ousam adotar qualquer política que possa resultar em melhoria nos padrões de vida [da população local].

Assim, em seu manifesto a AGP rejeita qualquer saída nacionalista ou fascista para o problema do aumento da exploração da classe trabalhadora em escala global, afirmando que a única saída é o controle social da produção pelos próprios trabalhadores, o que revela uma postura claramente anticapitalista:

Nós rejeitamos a ideia de que o "livre" comércio cria empregos e promove bem-estar e a suposição de que ele possa contribuir para a redução da pobreza. Mas nós também rejeitamos claramente a alternativa direitista de um capitalismo nacional mais forte, assim como a alternativa fascista de um estado autoritário que assuma o controle das corporações. Nossas lutas têm como objetivo retomar o controle dos meios de produção das mãos do capital – seja ele transnacional ou nacional –, para criar formas de vida livres, sustentáveis e controladas pelas comunidades, baseadas na solidariedade e na satisfação das necessidades dos povos, e não na exploração e na cobiça.

5.5.4 A luta contra a opressão de gênero

Na sequência, o manifesto chama a atenção para a especificidade da situação das mulheres no interior da classe trabalhadora mundial, mostrando como a globalização neoliberal aumenta a opressão de gênero ao aproveitar a vulnerabilidade social feminina para incorporar as mulheres ao mercado de trabalho nas funções com maiores níveis de exploração e ao mesmo tempo continuar a se aproveitar do trabalho doméstico não remunerado fundamental para a reprodução da força de trabalho:

A globalização e as políticas neoliberais partem das desigualdades existentes – incluindo a desigualdade de gênero – e as intensificam. O sistema de poder baseado nos papéis de gênero na economia globalizada, assim como a maioria dos sistemas tradicionais, estimula a exploração das mulheres como trabalhadoras, como mantenedoras da família e como objetos sexuais. As mulheres são responsáveis por criar, educar, alimentar, vestir, disciplinar e preparar seus filhos para que eles se tornem parte da força de trabalho global. Elas são usadas como força de trabalho barata e dócil nas mais exploradoras formas de emprego, como nas *maquilas* da indústria têxtil e na indústria microeletrônica. Expulsas de suas pátrias pela pobreza causada pela globalização, muitas mulheres buscam emprego em países estrangeiros, frequentemente como imigrantes ilegais, sujeitas a terríveis condições de trabalho e

insegurança. O comércio mundial de corpos femininos se tornou um elemento importante do comércio mundial e inclui crianças de até 10 anos. Elas são usadas pela economia global por meio de diversas formas de exploração e mercantilização.

Nesta seção o manifesto também estabelece vínculos entre o sistema patriarcal sobre o qual se assenta a superexploração das mulheres e a repressão às formas de expressão sexual que fogem à norma da heterossexualidade e conclui afirmando que as lutas contra o patriarcado e o capital são indissociáveis:

O patriarcado e o sistema de gêneros se assentam firmemente na ideia da naturalidade e exclusividade da heterossexualidade. A maioria dos sistemas e estruturas sociais rejeita violentamente qualquer outra forma de expressão ou atividade sexual, e esta limitação da liberdade é usada para perpetuar papéis de gênero patriarcais. A globalização, embora contribua indiretamente para as lutas das mulheres e por liberação sexual ao introduzir esses enfrentamentos em sociedades muito opressivas, também fortalece o patriarcado que está na raiz da violência contra as mulheres e contra os homossexuais, lésbicas e bissexuais. A eliminação do patriarcado e de todas as formas de discriminação de gênero requer um compromisso aberto [com as lutas] contra o mercado global. Da mesma forma, é vital que quem luta contra o capital global entenda e enfrente a exploração e marginalização de mulheres e participe da luta contra a homofobia. Nós precisamos desenvolver culturas novas que representam reais alternativas para estas formas velhas e novas de opressão.

5.5.5 As lutas dos povos indígenas e de outros grupos étnicos

Assim como as lutas contra o patriarcado, as lutas indígenas também são consideradas pelo manifesto da AGP como parte importante da luta contra o capitalismo global. O texto apresenta esses enfrentamentos claramente como formas de combate à acumulação por espoliação e os situam na longa tradição de combate dos povos originários contra a histórica violência do colonialismo:

Os povos e nacionalidades indígenas têm uma longa história de resistência contra a destruição provocada pelo capitalismo. Hoje, eles são confrontados com o projeto de globalização neoliberal como um instrumento do capital transnacional e financeiro para a neocolonização e o extermínio. As companhias transnacionais estão invadindo os últimos refúgios dos povos indígenas, violando os seus territórios, habitats e recursos, destruindo os seus modos de vida e frequentemente perpetrando o seu genocídio. [...] As corporações estão roubando o conhecimento ancestral [dos povos indígenas] e patenteando-o para o seu próprio benefício e lucro. [...] As lutas dos povos indígenas em defesa das suas terras (inclusive o subsolo) e de suas formas de vida estão conduzindo a uma repressão crescente contra eles e a uma militarização dos seus territórios, forçando-os a sacrificar suas vidas ou sua liberdade. Esta luta continuará até que o direito dos povos indígena à autonomia territorial seja completamente respeitado em todo o mundo.

A defesa das lutas indígenas se estende às lutas de todos os grupos étnicos reprimidos ou discriminados pelas sociedades e Estados nacionais onde vivem, como as comunidades negras nas Américas, os ciganos na Europa, os curdos no Oriente Médio, os saharauis na região do Saara Ocidental e tantos outros.

5.5.6 As lutas em defesa da natureza e da agricultura não capitalista

A denúncia das formas de acumulação por espoliação é aprofundada na seção do documento que analisa o impacto da globalização neoliberal sobre a natureza e a agricultura. Neste trecho, o manifesto da AGP mostra como funcionam na prática os “novos cercamentos” de que fala Neill:

A terra, a água, os bosques, a vida silvestre e aquática e os recursos minerais não são mercadorias, mas recursos indispensáveis à vida. Por décadas, os poderes que emergiram do dinheiro e do mercado têm aumentado seus lucros e intensificado seu controle sobre a política e a economia usurpando estes recursos, às custas das vidas e do sustento de vastas maiorias ao redor do mundo. Durante décadas, o Banco Mundial e o FMI, e agora a OMC, em aliança com os governos nacionais e poderes corporativos, facilitaram manipulações para a apropriação do meio ambiente. O resultado é a devastação ambiental, o trágico e inadministrável deslocamento social e o aniquilamento da diversidade cultural e biológica, boa parte da qual se perdeu irremediavelmente sem compensação para aqueles que dependiam dela. [...] As tecnologias não sustentáveis e capital-intensivas desempenharam um importante papel no massacre da natureza e da agricultura promovido pelas corporações. As tecnologias da Revolução Verde causaram estragos sociais e ambientais onde quer que tenham sido aplicadas, provocando exclusão e fome, em vez de eliminá-las. Hoje, a biotecnologia moderna está emergindo, junto com as patentes sobre a vida, como uma das mais poderosas e perigosas armas das corporações para se apropriar dos sistemas alimentares no mundo inteiro.

Diante desse quadro, o manifesto apresenta as lutas camponesas, indígenas e de outras populações tradicionais como uma forma de luta contra a acumulação por espoliação que traz em seu bojo um modelo de desenvolvimento econômico e social oposto ao modelo capitalista dominante, o que nos permite ver essas lutas como plenamente anticapitalistas:

Lutando contra o paradigma capitalista global, os desfavorecidos trabalham pela regeneração da nossa herança natural e pela reconstrução de comunidades integradas e igualitárias. Nossa visão é de uma economia e de uma política descentralizadas baseadas nos direitos das comunidades aos recursos naturais e a planejar o seu próprio desenvolvimento, com igualdade e autossuficiência como valores básicos. Em vez das prioridades distorcidas impostas pelos desígnios globais em setores como transporte, infraestrutura e energia, e tecnologias energo-intensivas, [as comunidades] afirmam seu direito à vida por meio da satisfação das necessidades básicas de todos, excluindo a ganância da minoria consumista. Respeitando o conhecimento tradicional e as culturas compatíveis com os valores de igualdade, justiça e sustentabilidade, nos comprometemos a desenvolver modos criativos de usar e distribuir de forma justa nossos recursos naturais.

5.5.7 As lutas em defesa da diversidade cultural, científica e tecnológica

Os “novos cercamentos”, no entanto, não se restringem aos bens materiais. Eles são tão importantes – ou mais – como instrumentos de apropriação de patrimônios imateriais, como saberes, técnicas, conhecimentos, estilos de vida e culturas. Por isso, o manifesto da

AGP dá igual importância às lutas pela defesa desses patrimônios imateriais contra as modernas formas de apropriação capitalista. A crescente mercantilização da cultura ao longo da segunda metade do século XX teve um profundo impacto sobre as lutas anticapitalistas na medida em que, por meio da utilização de instrumentos ideológicos, como os meios de comunicação, o capital passou a produzir não só mercadorias tangíveis, mas também estilos de vida compatíveis com suas necessidades. Por isso, a luta pela preservação de formas de cultura não dominadas pelo capital é fundamental:

A diversidade cultural não só tem um valor incomensurável por si mesma, como reflexo da criatividade e do potencial humanos; ela também é uma ferramenta fundamental para a resistência e a autossuficiência. Consequentemente, a homogeneização cultural tem sido uma das ferramentas mais importantes para o controle central desde o colonialismo. No passado, a eliminação da diversidade cultural era principalmente realizada pela Igreja e pela imposição dos idiomas coloniais. Hoje, os meios de comunicação de massa e a cultura consumista corporativa são os principais agentes de mercantilização e homogeneização da diversidade cultural. [...] O controle sobre a cultura deve ser arrancado das mãos das corporações e reivindicado pelas comunidades. Autossuficiência e liberdade só são possíveis a partir de uma viva diversidade cultural que permita aos povos determinarem de modo independente todo e qualquer aspecto das suas vidas.

A mesma lógica se aplica à ciência e à tecnologia, pois, como afirma o manifesto, elas não são neutras e o controle do capital está em parte baseado no controle sobre ambas. Por isso, apesar das contribuições que a ciência ocidental inegavelmente deu para a humanidade, ela não pode ser tomada como o único sistema de conhecimento válido em todo o mundo.

A ciência ocidental e a tecnologia deram contribuições muito importantes à humanidade, mas a sua dominação varreu sistemas de conhecimento muito diversos e valiosos e tecnologias baseadas em experiências seculares. A ciência ocidental se caracteriza pela produção de modelos simplificados da realidade para propósitos experimentais; consequentemente, o método científico reducionista tem uma capacidade extremamente limitada para produzir conhecimento útil sobre sistemas complexos e diversos como a agricultura. Os sistemas de conhecimento e os métodos de produção de conhecimento tradicionais são mais efetivos, já que eles estão baseados na observação direta de gerações e na interação com sistemas complexos não simplificados. As tecnologias baseadas na "ciência" e no uso intensivo de capital, invariavelmente não alcançam as suas metas em sistemas complexos, e muitas vezes provocam a desordem destes sistemas, como as tecnologias da Revolução Verde, as tecnologias modernas de represa hidráulica e muitos outros exemplos demonstram.

Diante dessa constatação, o manifesto da AGP propõe uma visão não utilitarista da ciência e da tecnologia, que submeta a produção e a aplicação do conhecimento às necessidades da maioria da população, e não aos interesses do capital:

A tecnologia capital-intensiva é projetada, promovida, comercializada e imposta para servir ao processo de globalização capitalista. Como o uso de tecnologias tem uma influência muito grande sobre a vida social e individual, os povos deveriam ter liberdade de escolha, acesso e controle sobre as tecnologias. Somente as tecnologias que possam ser administradas, operadas e controladas pelas populações locais deveriam ser consideradas válidas. Além disso, o controle sobre o modo como a tecnologia é projetada e produzida, seu escopo e suas finalidades deveriam ser

inspirados pelos princípios humanos de solidariedade, cooperação mútua e bom senso. Hoje, os princípios subjacentes à produção de tecnologias é exatamente o oposto: lucro, competição e a produção deliberada da obsolescência. O processo de empoderamento passa pelo controle popular sobre o uso e a produção de tecnologias.

A produção e a defesa de formas de cultura, ciência e tecnologia não dominadas pelo capital, no entanto, depende de um pré-requisito fundamental: a oferta de educação de qualidade para todos. Por isso, o manifesto da AGP inclui a luta contra a mercantilização e a instrumentalização da educação como uma de suas frentes de batalha:

O conteúdo do atual sistema de ensino é cada vez mais condicionado pelas demandas de produção ditadas pelas corporações. Os interesses e as exigências da globalização econômica estão levando a uma crescente mercantilização da educação. Os orçamentos públicos para educação em queda estão estimulando o desenvolvimento de escolas e universidades privadas, enquanto as condições de trabalho das pessoas que trabalham no setor público de educação estão sendo corroídas pela austeridade e pelos Programas de Ajuste Estruturais. Cada vez mais, aprender está se tornando um processo que intensifica as desigualdades sociais. Até o sistema de ensino público, e sobretudo as universidades, estão ficando inacessíveis para amplos setores das sociedades. O ensino de humanidades (história, filosofia, etc.) e o desenvolvimento do pensamento crítico estão sendo desencorajados em favor de uma educação subserviente aos interesses do processo de globalização, em que os valores competitivos são predominantes. Os estudantes passam cada vez mais tempo aprendendo a competir entre si do que aprimorando seu crescimento pessoal e desenvolvendo habilidades críticas e o potencial para transformar a sociedade. A educação, como uma ferramenta para a mudança social, requer educadores críticos e acadêmicos com capacidade de confrontação, em todos os sistemas educacionais.

5.5.8 Lutas contra a militarização e a discriminação social e a favor da migração

Finalmente, o manifesto da AGP relaciona o esgarçamento do tecido social produzido pelos efeitos negativos da globalização neoliberal com fenômenos que, de acordo com a teoria neoliberal, seriam contraditórios com o processo de liberalização econômica e aumento da interdependência entre as nações, mas que na prática são apenas o outro lado da moeda da promoção do livre mercado em escala global. Em um contexto de aumento das desigualdades sociais combinado com o crescimento dos intercâmbios econômicos e culturais ao redor do mundo, a intensificação da militarização, da repressão, do racismo, da xenofobia e do fanatismo religioso aparecem como a face obscura da “aldeia global” propagandeada pelo capital. Muito antes dos atentados de 11 de setembro de 2001 e da proclamação da Guerra ao Terror, o manifesto da AGP já alertava para a presença desses “filhos bastardos” da globalização neoliberal. Por um lado, chamava a atenção para a intensificação da militarização e da repressão para conter as crescentes tensões sociais e reivindicava o fim das armas de destruição em massa:

A globalização está agravando crises complexas e crescentes que provocam tensões e conflitos generalizados. A necessidade de lidar com essa desordem crescente está intensificando a militarização e a repressão (mais polícia, cárceres, prisões, prisioneiros) em nossas sociedades. Instituições militares, como a OTAN – que sob o domínio dos EUA organiza os outros poderes do Norte –, estão entre os principais instrumentos que mantêm esta ordem mundial desigual e injusta. [...] Ao mesmo tempo, o complexo industrial-militar, um dos principais pilares do sistema econômico global, é cada vez mais controlado pelas gigantescas corporações privadas. A OMC deixa formalmente as questões de defesa para os Estados nacionais, mas o setor militar também é afetado pela busca de lucro privado. Nós exigimos o desarmamento de armas nucleares e de todas as outras armas de destruição em massa.

Por outro lado, o manifesto mostra como o aumento da liberdade do capital é acompanhado pela restrição da liberdade da maioria da população e estimula a discriminação social e o preconceito, fazendo da luta em favor da livre circulação de seres humanos pelo planeta uma das grandes bandeiras da rede:

O regime neoliberal proporciona liberdade ao movimento do capital enquanto nega liberdade de movimento para os seres humanos. Barreiras legais à migração estão constantemente sendo reforçadas ao mesmo tempo em que a destruição massiva dos meios de vida e a concentração de riqueza nos países privilegiados desenraizam milhões de pessoas, forçando-as a buscar trabalho longe de casa. Os migrantes estão, assim, em situações cada vez mais precárias e frequentemente ilegais, [tornando-os] alvos ainda mais fáceis para os seus exploradores. Eles são transformados, então, em bodes expiatórios, contra os quais os políticos de direita estimulam a população local a descarregar suas frustrações. A solidariedade com os migrantes é mais importante do que nunca. Não há seres humanos ilegais, apenas leis desumanas. O racismo, a xenofobia, o sistema de castas e o fanatismo religioso são usados para nos dividir e devemos resistir a eles em todas as frentes. Nós celebramos nossa diversidade de culturas e comunidades, e não colocamos nenhum [ser humano] acima do outro.

5.5.9 Uma resistência tão transnacional quanto o capital

Depois de fazer uma análise da globalização neoliberal e de seus impactos sociais na primeira parte, o manifesto da AGP apresenta, na segunda parte, uma estratégia para enfrentar esse sistema de dominação mundial. Essa estratégia parte da constatação de que o capitalismo entrou em uma nova etapa no fim do século XX, em que o capital criou um novo sistema de regulação transnacional que lhe permitiu escapar dos frágeis controles nacionais impostos por mais de um século de lutas da classe trabalhadora. Nesse novo contexto, o capital mantém o Estado-nação vivo apenas para controlar e reprimir as populações locais, enquanto desenvolve novos mecanismos para operar em nível global. Diante dessa situação, argumenta o manifesto, os que se opõem ao capital não podem continuar a usar as antigas ferramentas moldadas para os contextos nacionais.

Nós não podemos enfrentar o capitalismo transnacional com as ferramentas tradicionais usadas no contexto nacional. Neste novo mundo globalizado nós precisamos inventar novas formas de luta e de solidariedade, novos objetivos e estratégias em nosso trabalho político. Nós temos que juntar nossas forças para criar

diversos espaços de cooperação, igualdade, dignidade, justiça e liberdade a uma escala humana, ao mesmo tempo em que atacamos o capital nacional e transnacional e os acordos e instituições que ele cria para afirmar seu poder.

Não é coincidência, portanto, que um dos principais slogans surgidos nas grandes manifestações contra a OMC, o FMI e o Banco Mundial tenha sido: “Que a nossa resistência seja tão transnacional quanto o capital”. Como se vê, esta palavra de ordem já estava presente no manifesto da AGP, ainda que não formulada explicitamente. A estratégia da AGP, no entanto, não se restringia à escala global. Como observa Routledge,⁴⁸² ela prevê a articulação da ação em diferentes escalas geográficas, fator que Harvey diz ser essencial para combater os “desenvolvimentos geográficos desiguais” promovidos pelo capital na era da globalização neoliberal.⁴⁸³

A estratégia parte da menor escala possível: o próprio indivíduo. “A um nível individual, nós precisamos transformar nossas vidas diárias e nos libertar das leis de mercado e da busca do lucro privado”. A partir da libertação individual passa-se para o primeiro nível de organização coletiva, que deve se dar na escala das comunidades locais: “Estas organizações têm que ser independentes das estruturas governamentais e dos poderes econômicos, e baseadas na democracia direta. Essas novas formas de organização autônoma deverão emergir de e se enraizar nas comunidades locais”.

É a partir do enraizamento nas comunidades locais que as lutas contra o capital podem então se projetar em escala global, por meio de instrumentos de coordenação como a AGP:

Estas ferramentas de coordenação e empoderamento proporcionam espaços para pôr em prática uma diversidade de estratégias locais e em pequena escala, desenvolvidas no mundo inteiro pelos povos nas últimas décadas com o objetivo de desconectar suas comunidades, bairros ou pequenos coletivos do mercado global. Vínculos diretos entre produtores e consumidores tanto em áreas rurais quanto urbanas, moedas locais, esquemas de crédito sem juros e instrumentos semelhantes são tijolos para a construção de economias locais, sustentáveis e autossuficientes, baseadas na cooperação e na solidariedade em vez da competição e do lucro. [...] Nossos meios e inspirações emanarão dos conhecimentos e das tecnologias populares, das casas e fazendas ocupadas, de uma viva e forte diversidade cultural e de uma determinação muito clara para desobedecer e desrespeitar ativamente todos os acordos e instituições que estão na raiz da miséria.

A AGP, portanto, aposta em uma aliança de movimentos populares cujas lutas estejam profundamente enraizadas em escala local e que sejam capazes de coordenar essas lutas em escala global para “desmontar o ilegítimo sistema de governo mundial que combina capital transnacional, Estados-nação, instituições financeiras internacionais e acordos de comércio” por meio da ação direta democrática e da desobediência civil não-violenta.

⁴⁸² ROUTLEDGE, Paul. Convergence space: process geographies of grassroots globalization networks.

Transactions of the Institute of British Geographers, London, v. 28, n. 3, p. 333-349, 2003.

⁴⁸³ HARVEY, 2012b, p. 107-118.

No contexto de governos que agem no mundo inteiro como criaturas e ferramentas dos poderes capitalistas implementando políticas neoliberais sem debate prévio entre suas próprias populações ou entre os representantes eleitos por elas, a única alternativa que resta para o povo é destruir estes acordos comerciais e restaurar por conta própria uma vida com democracia direta, livre de coerção, dominação e exploração. A ação direta democrática – que traz em si a essência da desobediência civil não-violenta aos sistemas injustos – é, portanto, o único meio possível para deter os desmandos do poder estatal corporativo. [...] Só uma aliança global de movimentos populares, que respeite a autonomia e facilite resistência baseada na ação, pode derrotar este monstro globalizado emergente. Se o empobrecimento das populações é o programa do neoliberalismo, o empoderamento direto dos povos por meio da ação direta construtiva e da desobediência civil serão o programa da Ação Global dos Povos contra o “Livre” Comércio e a OMC.

CONCLUSÃO

Este trabalho de pesquisa partiu de três hipóteses: 1) a de que as mobilizações surgidas nos anos 1990 podem ser entendidas como uma nova etapa das lutas anticapitalistas; 2) a de que a AGP teria sido a primeira articulação surgida após a queda do Muro de Berlim capaz de articular uma crítica global às condições de exploração que o regime capitalista impôs às classes trabalhadoras por meio das políticas de neoliberalização; e 3) a de que o novo tipo de organização em rede, descentralizada e flexível, adotada pela AGP, representa uma resposta das classes trabalhadoras à reorganização produtiva imposta pelo capital a partir da crise de acumulação surgida na década de 1970. Acredito que as evidências reunidas durante a pesquisa e apresentadas nos cinco capítulos que compõem essa dissertação permitem confirmar a primeira e a terceira hipóteses e desmentem a segunda hipótese.

Acredito que se tomarmos *Que fazer?* de Lenin e o manifesto da AGP como modelos, respectivamente, do paradigma tradicional das lutas anticapitalistas estabelecido pelo movimento operário europeu na virada do século XIX para o XX, de um lado, e do novo paradigma das lutas anticapitalistas contra a globalização neoliberal surgido nos anos 1990, a simples comparação entre os dois textos já é suficiente para identificar duas concepções estratégicas e visões de mundo sensivelmente diferentes. Enquanto Lenin defende a construção de uma organização rigidamente centralizada e hierarquizada que tem como objetivo a tomada do poder de Estado e a construção do socialismo em nível global a partir de experiências de transição em nível nacional, o manifesto da AGP defende uma organização em rede extremamente flexível e descentralizada que tem como objetivo a articulação em nível global de experiências de construção de relações não capitalistas no seio da própria sociedade capitalista no nível das comunidades locais.

A partir dessa primeira aproximação já é possível estabelecer algumas diferenças claras entre o paradigma leninista que inspirou a maior parte das lutas anticapitalistas ao longo do século XX e o novo paradigma que emerge das lutas contra a globalização neoliberal na década de 1990. A primeira diferença diz respeito à articulação entre as escalas geográficas em que operam os dois projetos.

O leninismo não nega a importância das organizações locais, mas apenas enquanto ponto de partida para a organização das lutas em escala nacional, pois é nesse nível que o poder capitalista se organiza inicialmente. A escala nacional é o ponto de partida para as lutas anticapitalistas de uma perspectiva leninista. É só por meio de organizações fortemente implantadas em seus países de origem que a luta dos trabalhadores pode se articular

internacionalmente no intuito de fazer a revolução mundial avançar, por meio do triunfo sucessivo em diferentes Estados nacionais.

Já a estratégia descrita no manifesto da AGP propõe uma articulação distinta entre as diferentes escalas geográficas. Para os integrantes da AGP, o Estado nacional não é uma mediação necessária entre as escalas local e global. Eles propõem uma espécie de “ligação direta” entre o local e o global que não passa pela conquista do poder do Estado nacional e sim aposta na construção alternativa de modos de vida e relações sociais que possam contornar – e em última análise suplantam – as estruturas de poder dos Estados nacionais por meio de uma solidariedade direta em nível global entre movimentos fortemente enraizados em suas comunidades locais.

Outra diferença evidente entre o paradigma leninista e o da AGP diz respeito à identificação do sujeito revolucionário. Formulada no seio das lutas operárias na Europa da virada do século XIX para o XX, a teoria revolucionária leninista é muito clara ao nomear o protagonista principal da revolução: trata-se do proletariado industrial. Seguindo fielmente o pensamento de Marx, Lenin acredita que pelo lugar estratégico que ocupam no conjunto da produção capitalista, apenas os operários reunidos nas grandes fábricas criadas pela passagem do capitalismo para a sua etapa monopolista seriam capazes de liderar o conjunto da classe trabalhadora em sua luta pela conquista do poder de Estado.

O manifesto da AGP, por sua vez, não atribui a nenhum segmento específico das classes populares a tarefa de conduzir a revolução, pois a própria ideia de tomada do poder está em grande medida excluída do projeto da AGP. Neste caso, a superação do capitalismo passa pela construção de espaços alternativos de vida onde seja possível desenvolver relações sociais pautadas por outros valores que não aqueles ditados pelo capital. Inspirada por uma cultura política que mistura elementos introduzidos pelo feminismo nas sociedades industriais modernas a partir da década de 1960 e tradições ancestrais indígenas, a política pregada pela AGP não é a da tomada do poder, mas a da construção de espaços de poder alternativos.

Essa concepção nega o papel de vanguarda atribuído pelo leninismo ao proletariado industrial e valoriza a diversidade das experiências locais e as singularidades dos diferentes grupos envolvidos na construção de alternativas ao capitalismo. Não é à toa, portanto, que o manifesto da AGP apresenta a luta contra a forma atual do capitalismo – a globalização neoliberal – como uma luta em diversas frentes, atribuindo igual importância a todas essas frentes, sem eleger um setor privilegiado responsável por liderar o conjunto do movimento.

Todas essas diferenças se refletem nas distintas concepções estratégicas defendidas por Lenin e pelos integrantes da AGP. Parafraseando Hardt e Negri, o modelo do paradigma

leninista é o exército popular, enquanto o modelo do paradigma da AGP é a rede. Acredito que essa breve análise das diferenças entre os dois paradigmas seja suficiente para demonstrar a validade da primeira hipótese de trabalho que orientou esta pesquisa: a do surgimento de um novo tipo de anticapitalismo no fim do século XX.

As imagens do exército e da rede também ajudam a demonstrar a validade da terceira hipótese: a de que esse novo anticapitalismo seria uma resposta da classe trabalhadora às transformações sofridas pelo modo de produção capitalista a partir da crise de acumulação da década de 1970. Por meio das teorias do antagonismo de classe dos operaístas e autonomistas italianos e da teoria dos ajustes espaçotemporais de Harvey, acredito ter conseguido demonstrar as relações entre as metamorfoses do capitalismo e do anticapitalismo ao longo dos séculos XIX e XX. Por tudo o que foi exposto nos capítulos 2, 3, 4 e 5 desta dissertação, creio que foi possível demonstrar como as lutas anticapitalistas forçam o sistema a promover reestruturações tanto organizacionais quanto temporais e geográficas que, por sua vez, acabam impactando profundamente as formas de organização dos trabalhadores e das populações afetadas pelos processos de acumulação, levando a reconfigurações das lutas contra o capital.

Pelo que foi mostrado nos capítulos 3, 4 e 5, acredito que não é difícil estabelecer os nexos entre a reestruturação produtiva e geográfica promovida pelo capital a partir da década de 1970 e a emergência de novas formas de lutas anticapitalistas a partir dessa época, e sobretudo ao longo das décadas de 1980 e 1990. O paradigma leninista baseado no modelo dos exércitos de trabalhadores industriais reunidos nas gigantescas fábricas surgidas no período do imperialismo clássico entrou em crise no momento em que a concentração e a centralização do capital em nível global deixaram de ser acompanhadas por uma correspondente concentração da produção e passaram a se apoiar em novas formas de produção e coordenação de investimentos em rede.

A reestruturação produtiva e geográfica que teve seu reflexo superestrutural na emergência das formas de regulação características da globalização neoliberal operaram uma profunda transformação da composição da classe trabalhadora em escala global. A classe operária dos países centrais, que esteve na vanguarda das lutas anticapitalistas nas primeiras décadas do século XX e voltou a ocupar essa posição em países como França e Itália no final dos anos 1960, teve seu peso político, econômico e demográfico reduzido pelas várias ondas de demissões e transferências de indústrias para países periféricos com pouca tradição de organização sindical. O resultado desse processo foi uma fragmentação e uma heterogeneização inéditas da classe trabalhadora em nível mundial. O proletariado industrial,

como fazem questão de lembrar todos os marxistas contemporâneos, não diminuiu. Muito pelo contrário. Ele é maior hoje do que em qualquer outro período da história, como afirma Harvey.⁴⁸⁴ O problema é que hoje ele se concentra, sobretudo, em países que há menos de 50 anos ainda eram basicamente rurais, e que, portanto, veem o crescimento da indústria como um brilhante sinal de progresso, independentemente do grau de exploração que isso possa significar para os trabalhadores. Além disso, os sistemas de produção em rede permitem distribuir a produção por regiões com níveis de desenvolvimento extremamente desiguais, o que faz com que a produção industrial já não seja, necessariamente, sinônimo de progresso econômico e social.

O outro lado dessa moeda são os brutais processos de acumulação por espoliação necessários para criar as condições necessárias para a produção industrial em lugares sem a infraestrutura necessária. Novos polos industriais surgem da noite para o dia, reproduzindo em alguns poucos anos processos que levaram décadas ou séculos nas regiões pioneiras do capitalismo industrial. É nesse contexto que formas de resistência aparentemente arcaicas ressurgem com uma nova roupagem e novos valores, criando a possibilidade de movimentos indígenas e camponeses aparecerem na linha de frente da luta contra a globalização neoliberal, articulando suas lutas com as mais modernas formas de resistência colocadas em prática pelos movimentos autônomos e de ação direta dos países centrais por meio de tecnologias de ponta que são colocadas a serviço da rebelião, em uma imagem invertida das mais sofisticadas formas de organização em rede da produção capitalista globalizada. A tese da correspondência entre as formas dominantes de produção e as formas mais eficazes de resistência, formulada por Hardt e Negri, me parece claramente demonstrada.

Finalmente, a análise histórica que confirma a primeira e a terceira hipótese deste projeto de pesquisa demonstrou, por outro lado, que a segunda hipótese estava claramente equivocada. Atribuir a emergência do novo anticapitalismo à criação da AGP é um equívoco. A fundação da rede, em 1998 é muito menos um ponto de partida do que um ponto de chegada.

Na verdade, ao conhecer as histórias dos vários movimentos que participaram da criação da AGP, fica evidente que as inovações políticas que ganharam visibilidade a partir de Seattle não foram invenções do “movimento antiglobalização”, mas sim um conjunto de novas práticas que surgiram e foram se desenvolvendo lentamente, longe dos holofotes da mídia, ao longo das décadas de 1970, 1980 e 1990. Nesse sentido, é interessante ver que

⁴⁸⁴ HARVEY, 2012b, p. 93.

fenômenos apresentados como grandes novidades na cobertura das grandes manifestações contra a OMC, o FMI, o Banco Mundial e o G8 – como ações sem um comando central baseadas em grupos de afinidade e black blocs – já aparecem descritos em detalhes em textos do começo da década de 1980.

O que ficou claro durante a pesquisa foi que as lutas contra a globalização neoliberal colocaram em contato e deram projeção a uma miríade de novas lutas anticapitalistas que até o início dos anos 1990 vinham se desenvolvendo isoladas umas das outras, e que convergiram em uma rede global graças ao efeito catalisador do levante zapatista e da capacidade dos rebeldes de Chiapas de formular um idioma comum no qual essas diversas lutas puderam passar a dialogar.

A hipótese anticapitalista

Apesar de as evidências respaldarem as teses centrais que orientaram esta pesquisa, é preciso encarar essa constatação com cautela. O que realizei foi basicamente uma pesquisa a partir de algumas fontes documentais, o que significa que a minha análise focou muito mais em declarações do que em realizações concretas. Na prática, isso significa que as evidências empíricas reunidas nesta pesquisa permitem falar de um novo anticapitalismo enquanto *discurso*, e não, necessariamente, enquanto *prática*. Creio que os textos que analisei revelam claramente a emergência de um novo discurso anticapitalista, articulado em torno de um conjunto de ideias registradas nos documentos que utilizei como fontes primárias. Mas é sempre importante lembrar que teoria e prática não são, necessariamente, a mesma coisa.

Seria preciso fazer uma nova pesquisa, conversando com os integrantes dos movimentos que participaram da construção da AGP, para saber de que forma os princípios e estratégias enunciados nos documentos de fundação da rede de fato eram adotados, seguidos ou mesmo compartilhados por cada movimento envolvido. Outra questão em aberto é até que ponto essas ideias foram de fato colocadas em prática e se a articulação global entre experiências locais cotidianas realmente aconteceu ou foi apenas um projeto. Tudo indica que a AGP funcionou muito bem para articular os grandes protestos contra as instituições multilaterais entre 1998 e 2001, mas, aparentemente, quando a rede tentou se voltar para a coordenação das atividades cotidianas dos movimentos, para além das mobilizações em torno de eventos específicos, a conexão se perdeu, transformando a AGP em um fenômeno exclusivamente europeu após a realização da terceira e última conferência global, em 2001.

Por enquanto, essas são hipóteses que apenas uma pesquisa de história oral seria capaz de confirmar ou refutar. Felizmente, essa pesquisa já está em curso. Trata-se do projeto Peoples' Global Action Oral History Project,⁴⁸⁵ que vai certamente fornecer um material extremamente valioso para os futuros pesquisadores interessados em continuar juntando os fios da história, ainda um tanto truncada, da evolução da subjetividade anticapitalista na segunda metade do século XX.

No momento, o máximo que podemos dizer é que tanto os zapatistas quanto os demais movimentos que participaram da construção da AGP deram uma enorme contribuição para a renovação do discurso anticapitalista em um momento em que os donos do poder tentavam convencer a humanidade de que a história havia acabado e que o capitalismo havia vencido definitivamente.

O fato de esse discurso ainda não ter produzido resultados práticos, no entanto, não deve minimizar a sua importância. Alguns setores da esquerda mais tradicional criticam esses novos movimentos, acusando-os de não contarem com organizações fortes como o Partido Bolchevique russo no início do século XX. Diante dessa crítica, David Harvey pondera que é preciso dar tempo para as ideias se consolidarem e para a construção de um movimento mais amplo:

Eu acho que nós estamos no estágio de nascimento desse movimento mais amplo. Lembre-se que o *Manifesto comunista* foi publicado em 1848 e a Revolução Russa só aconteceu em 1917. E as pessoas só começaram a ler de fato o *Manifesto comunista* partir da segunda edição, que saiu na época da Comuna de Paris, em 1871. Então leva tempo para as ideias se consolidarem, e acho que hoje estamos em uma etapa diferente, porque a luta não é mais contra o capitalismo industrial em sua forma clássica.⁴⁸⁶

E se o ciclo de lutas da segunda metade da década de 1990 e começo dos anos 2000 tiver sido apenas o primeiro ato de uma nova era de lutas anticapitalistas? Em *A hipótese comunista*,⁴⁸⁷ Alain Badiou apresenta uma tese instigante: em vez de tomar o fracasso do socialismo de estilo soviético como o fracasso da própria ideia de comunismo, por que não encaramos essa experiência histórica apenas como uma tentativa mal-sucedida de comprovar uma hipótese? Desse ponto de vista, o problema não seria o comunismo enquanto hipótese de que o ser humano é capaz de criar uma organização social mais justa e igualitária, mas apenas dos métodos utilizados para comprovar essa hipótese. A falha na demonstração não anula a hipótese.

⁴⁸⁵ <http://pgaoralhistory.net/>. Acesso em 25 out. 2016.

⁴⁸⁶ FIUZA, Bruno. Entrevista com David Harvey: “A crise não surgiu do nada”. **História Viva**, São Paulo, n. 102, p. 16-19, mar. 2012.

⁴⁸⁷ BADIOU, Alain. **A hipótese comunista**. São Paulo: Boitempo, 2012.

Se seguirmos o raciocínio de Badiou, podemos encarar o que chamo aqui de novo anticapitalismo como uma nova tentativa de comprovar a hipótese formulada por Marx e Engels no *Manifesto comunista*. Desse ponto de vista, não deixa de ser simbólico o fato de o manifesto da AGP ter sido finalizado exatamente na semana em que se comemorava o aniversário de 150 anos de publicação do outro manifesto, em 1848. O espírito continua rondando, e agora não mais apenas a Europa.

REFERÊNCIAS

AGUITON, Christophe. **O mundo nos pertence**. São Paulo: Viramundo, 2002.

ALBERTANI, Claudio; RANIERI, Paolo. Percorsi di liberazione dalla Selva Lacandona all'Europa. In: SIMONCINI, Alessandro (Org.). **Percorsi di liberazione dalla Selva Lacandona all'Europa**: itinerari documenti testimonianze dal Secondo Incontro Intercontinentale per l'Umanità e contro il Neoliberismo di Madrid. Palermo: Edizioni Della Battaglia, 1998, p. 11-43.

ALTAMIRA, César. **Os marxismos do novo século**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

ANDERSON, Jon Lee. **Che Guevara**: uma biografia. 2 ed. Rio de Janeiro: Objetiva, 2012.

ANTUNES, Ricardo. **Os sentidos do trabalho**: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. 2 ed. São Paulo: Boitempo, 2009.

_____. **Adeus ao trabalho?** : ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. 15 ed. São Paulo: Cortez, 2011.

ARAUJO, Otavio Rodríguez. De la Madrid y el fraude de 1988. **La Jornada**, Cidade do México, 5 abr. 2012. Disponível em:
<http://www.jornada.unam.mx/2012/04/05/opinion/016a1pol>. Acesso em: 29 mar. 2015.

ARQUILLA, John; RONFELDT, David (Eds.). **Networks and netwars**: the future of terror, crime and militancy. Santa Monica; Arlington; Pittsburgh: RAND, 2001.

AZZI, Diego. **Sujeitos e utopias nos movimentos antiglobalização**. São Paulo: Hucitec, 2011.

BADIOU, Alain. **A hipótese comunista**. São Paulo: Boitempo, 2012.

BALESTRINI, Nanni; MORONI, Primo. **La horda de oro (1968-1977)**: la gran ola revolucionaria y creativa, política y existencial. Madri: Traficantes de Sueños, 2006.

BANDY, Joe; SMITH, Jackie. **Coalitions across borders**: transnational protest and the neoliberal order. Lanham; Boulder; New York; Toronto; Oxford: Rowman and Littlefield, 2005.

BEAUD, Michel. **História do capitalismo**: de 1500 até nossos dias. 4 ed. São Paulo: Brasiliense, 1999.

BELLINGHAUSEN, Hermann. En Oventic, ultras y reformistas nacionalistas y internacionalistas. **La Jornada**, Cidade do México, 27 jul. 1996. Disponível em:
<http://www.jornada.unam.mx/1996/07/27/HERMAN00-2607.html>. Acesso em: 1 jul. 2014.

BERGEL, Martín; ORTELLADO, Pablo. AGP (Ação Global dos Povos). In: NOBILE, Rodrigo; SADER, Emir; MARTINS, Carlos Eduardo (Orgs.). **Latinoamericana**: enciclopédia contemporânea da América Latina e do Caribe. São Paulo: Boitempo, 2006.

BORDET, Gaston. Proudhon et ses cinq piliers. **Historia Thématique**, Paris, n. 118, p. 18-19, mar.-avr. 2009.

BORON, Atílio A. Estudo introdutório: atualidade de *Que fazer?* In: LENIN, Vladimir Ilich. **Que fazer?** : a organização como sujeito político. São Paulo: Martins, 2006.

CGT. **La charte D'Amiens**. Disponível em: http://www.ihs.cgt.fr/IMG/pdf_Charte_d_amiens.pdf. Acesso em: 1 out. 2016.

CHESNAIS, François. **A mundialização do capital**. São Paulo: Xamã, 1996.

CHIAPAS para el mundo, por la Humanidad y contra el Neoliberalismo. Disponível em: <http://gatitonegro.fortunecity.ws/EncuentroIntercontinental/ChiapMunIng/invitado.html>. Acesso em 3 out. 2016.

CHRISPINIANO, José. **A guerrilha surreal**. São Paulo: Conrad; Com-Arte, 2002.

CLEAVER, Harry. The Chiapas uprising and the future of class struggle in the New World Order. 1994. Disponível em: <http://la.utexas.edu/users/hcleaver/kcchiapasuprising.html>. Acesso em: 13 mar. 2015.

_____. The zapatistas and the international circulation of struggle: lessons suggested and problems raised. 1998. Disponível em: <http://la.utexas.edu/users/hcleaver/lessons.html>. Acesso em: 16 mar. 2015.

_____. **Reading Capital Politically**. 2 ed. Oakland: AK Press, 2000.

COGGIOLA, Osvaldo. **História do capitalismo**: das origens até a Primeira Guerra Mundial. Porto Alegre: Pradense, 2016.

COGGIOLA, Osvaldo; MARTINS, José. **Dinâmica da globalização**: mercado mundial e ciclos econômicos (1970-2005). São Paulo: Instituto Rosa Luxemburgo, 2006.

COLOMBO, Eduardo et al. **História do movimento operário revolucionário**. São Paulo: Imaginário; São Caetano do Sul: IMES, Observatório de Políticas Sociais, 2004.

COMMUNIST INTERNATIONAL. Theses on the conditions of admission to the Communist International. 1920. Disponível em: <https://www.marxists.org/history/international/comintern/2nd-congress/index.htm>. Acesso em: 21 abr. 2017.

_____. Theses on the national and colonial question. 1920. Disponível em: <https://www.marxists.org/history/international/comintern/2nd-congress/index.htm>. Acesso em: 31 ago. 2016.

CORRÊA, Felipe. **Bandeira negra**: rediscutindo o anarquismo. Curitiba: Prismas, 2015.

CRÓNICAS intergalácticas EZLN: Primer Encuentro Intercontinental por la Humanidad y contra el Neoliberalismo. 2 ed. Barcelona: Collectiu de Solidaritat amb la Rebellio Zapatista, 1997.

DELLA PORTA, Donatella. **O movimento por uma nova globalização**. São Paulo: Loyola, 2007.

DELLA PORTA, Donatella (Ed.). **The global justice movement**: cross-national and transnational perspectives. Boulder; London: Paradigm Publishers, 2007.

DE MARCELLUS, Olivier. Peoples' Global Action: the grassroots go global. In: NOTES FROM NOWHERE (Ed.). **We are everywhere**: the irresistible rise of global anticapitalism. London; New York: Verso, 2003, p. 96-101.

DI GIOVANNI, Julia Ruiz. **Seattle, Praga, Gênova**: política anti-globalização pela experiência da ação de rua. 2007. 149 f. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.

ENCKELL, Marianne. A A.I.T.: a aprendizagem do sindicalismo e da política. In: COLOMBO, Eduardo et al. **História do movimento operário revolucionário**. São Paulo: Imaginário; São Caetano do Sul: IMES, Observatório de Políticas Sociais, 2004.

EPSTEIN, Barbara. **Political protest and cultural revolution**: nonviolent direct action in the 1970s and 1980s. Berkeley; Los Angeles; London: University of California Press, 1991.

EZLN. Primera declaración de la Selva Lacandona. 1994a. Disponível em: <http://www.palabra.ezln.org.mx/comunicados/1994/1993.htm>. Acesso em: 29 mar. 2015.

_____. **Zapatistas!** : documents of the new mexican revolution. New York: Autonomedia, 1994b.

_____. Chiapas: el sureste en dos vientos, una tormenta y una profecía. 1994c. Disponível em: http://www.palabra.ezln.org.mx/comunicados/1994/1994_01_27.htm. Acesso em: 29 mar. 2015.

_____. Primera declaración de La Realidad contra el neoliberalismo y por la humanidad. 1996a. Disponível em: http://www.palabra.ezln.org.mx/comunicados/1996/1996_01_01_b.htm. Acesso em: 1 jul. 2014.

_____. Invitación al Encuentro Intercontinental por la Humanidad y contra el Neoliberalismo. 1996b. Disponível em: http://www.palabra.ezln.org.mx/comunicados/1996/1996_06_09.htm. Acesso em: 1 jul. 2014.

_____. Intervención de Marcos en la mesa 1 del Encuentro Intercontinental. 1996c. Disponível em: http://www.palabra.ezln.org.mx/comunicados/1996/1996_07_30.htm. Acesso em: 1 jul. 2014.

_____. Segunda declaración de La Realidad por la humanidad y contra el neoliberalismo. 1996d. Disponível em: http://www.palabra.ezln.org.mx/comunicados/1996/1996_08_03.htm. Acesso em: 1 jul. 2014.

FIUZA, Bruno. Entrevista com David Harvey: “A crise não surgiu do nada”. **História Viva**, São Paulo, n. 102, p. 16-19, mar. 2012.

_____. Black blocs, uma história. In: FIUZA, Bruno et al. **Não é por centavos**: um retrato das manifestações no Brasil. Rio de Janeiro: Ed. Liga, 2014, p. 29-52.

FIUZA, Bruno et al. **Não é por centavos**: um retrato das manifestações no Brasil. Rio de Janeiro: Ed. Liga, 2014.

FIUZA DE MELLO, Alex. **Marx e a globalização do capitalismo**. 1998. 351 f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1998.

FRIEDEN, Jeffry A. **Capitalismo global**: história política e econômica do século XX. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2008.

FUKUYAMA, Francis. **O fim da história e o último homem**. Rio de Janeiro: Rocco, 1992.

GANDHI, M.K. **Hind swaraj and other writings**. Cambridge; New York; Melbourne: Cambridge University Press, 1997.

GORZ, André. **Adeus ao proletariado**. Rio de Janeiro: Forense, 1982.

HARDT, Michael; NEGRI, Antonio. **Império**. Rio de Janeiro; São Paulo: Record, 2001.

_____. **Multidão**: guerra e democracia na era do Império. Rio de Janeiro: Record, 2005.

HARVEY, David. **O neoliberalismo**: história e implicações. São Paulo: Loyola, 2008.

_____. **Condição pós-moderna**: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural. 22 ed. São Paulo: Loyola, 2012a.

_____. **Espaços de esperança**. 5 ed. São Paulo: Loyola, 2012b.

_____. **O novo imperialismo**. 7 ed. São Paulo: Edições Loyola, 2013.

HOBBSBAWM, Eric. **Era dos extremos**: o breve século XX (1914-1991). 2 ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

_____. **A era do capital (1848-1875)**. 24 ed. São Paulo: Paz e Terra, 2016.

IANNI, Octavio. **A sociedade global**. 14 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.

KATSIAFICAS, George. **The subversion of politics**: European autonomous movements and the decolonization of everyday life. Atlantic Highlands: Humanities Press International, 1997.

_____. Preface. In: VAN DER STEEN, Bart; KATZEFF, Ask; VAN HOOGENHUIJZE, Leendert (Eds.). **The city is ours**: squatting and autonomous movements in Europe from the 1970s to the present. Oakland: PM Press, 2014.

KLEIN, Naomi. **Sem logo**: a tirania das marcas em um planeta vendido. 4 ed. Rio de Janeiro: Record, 2004.

LE BLANC, Paul. **Marx, Lenin, and the revolutionary experience**: studies of communism and radicalism in the age of globalization. New York; London: Routledge, 2014.

LENIN, Vladimir Ilich. **Que fazer?** : a organização como sujeito político. São Paulo: Martins, 2006.

_____. **Imperialismo, estágio superior do capitalismo**: ensaio popular. São Paulo: Expressão Popular, 2012.

LIBERATO, Leo Vinicius Maia. **Expressões contemporâneas de rebeldia**: poder e fazer da juventude autonomista. 2006. 270 f. Tese (Doutorado em Sociologia Política) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2006.

LUDD, Ned (Org.). **Urgência das ruas**: black block, reclaim the streets e os dias de ação global. São Paulo: Conrad, 2002.

MANDEL, Ernest. **A crise do capital**: os fatos e sua interpretação marxista. São Paulo: Ensaio; Campinas, SP: Editora da Universidade Estadual de Campinas, 1990.

MARX, Karl. **As lutas de classes em França**. Lisboa; Moscou: Edições Progresso, 1984.

_____. **O capital**: crítica da economia política. Livro III: o processo global da produção capitalista. Tomo I. 2 ed. São Paulo: Nova Cultural, 1986.

_____. **A guerra civil na França**. São Paulo: Boitempo, 2011.

_____. **Crítica do programa de Gotha**. São Paulo: Boitempo, 2012.

_____. **O capital**: crítica da economia política. Livro I: o processo de produção do capital. São Paulo: Boitempo, 2013.

_____. **O capital**: crítica da economia política. Livro II: o processo de circulação do capital. São Paulo: Boitempo, 2014.

MERTES, Tom (Ed.). **A movement of movements**: is another world really possible? London; New York: Verso, 2004.

MICHALET, Charles-Albert. **O capitalismo mundial**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

_____. **O que é a mundialização?** : pequeno tratado para uso dos que ainda não sabem se devem ser a favor ou contra. São Paulo: Loyola, 2003.

MIDNIGHT NOTES. **Auroras of the zapatistas**: local and global struggles of the Fourth World War. 2 ed. New York: Autonomedia, 2001.

MOTTA, Sara C.; NILSEN, Alf Gunvald. Social Movements and/in the Postcolonial: Dispossession, Development and Resistance in the Global South. In: _____ (Eds.). **Social movements in the Global South: dispossession, development and resistance**. Houndmills, Basingstoke, Hampshire; Nova York: Palgrave Macmillan, 2011.

MOTTA, Sara C.; NILSEN, Alf Gunvald (Eds.). **Social movements in the Global South: dispossession, development and resistance**. Houndmills, Basingstoke, Hampshire; New York: Palgrave Macmillan, 2011.

NANJUNDASWAMY, Mahatantha Devaru. Cremating Monsanto: genetically modified fields on fire. In: NOTES FROM NOWHERE (Ed.). **We are everywhere: the irresistible rise of global anticapitalism**. London; New York: Verso, 2003, p. 152-154.

NEGRI, Toni. **Revolution retrieved: writings on Marx, Keynes, capitalist crisis and new social subjects**. London: Red Notes, 1988.

NEILL, Monty. Rethinking class composition analysis in light of the zapatistas. In: MIDNIGHT NOTES. **Auroras of the zapatistas: local and global struggles of the Fourth World War**. 2 ed. New York: Autonomedia, 2001.

NESS, Immanuel; COPE, Zak (Eds.). **The Palgrave Encyclopedia of Imperialism and Anti-Imperialism**. Houndmills, Basingstoke, Hampshire; New York: Palgrave Macmillan, 2016.

NOTES FROM NOWHERE (Ed.). **We are everywhere: the irresistible rise of global anticapitalism**. London; New York: Verso, 2003.

NOVAIS, Fernando A. **Portugal e Brasil na crise do Antigo Sistema Colonial (1777-1808)**. São Paulo: Hucitec, 1979.

OHMAE, Kenichi. **Poder da Tríade: a emergência da concorrência global**. São Paulo: Livraria Pioneira Editora, 1989.

_____. **O fim do estado-nação: a ascensão das economias regionais**. Rio de Janeiro: Campus, 1996.

OLESEN, Thomas. **International zapatismo: the construction of solidarity in the age of globalization**. London; New York: Zed Books, 2005.

ORTELLADO, Pablo. Aproximações ao movimento ‘anti-globalização’. 2002. Disponível em: http://arteeanarquia.xpg.uol.com.br/aproximacoes_ao_movimento_antiglobalizacao_pablo_ortellado.htm. Acesso em: 23 out. 2016.

PEOPLES’ GLOBAL ACTION. Hallmarks. Disponível em: <https://www.nadir.org/nadir/initiativ/agp/free/pga/hallm.htm>. Acesso em: 11 set. 2016.

_____. Organisational principles. Disponível em: <https://www.nadir.org/nadir/initiativ/agp/cocha/principles.htm>. Acesso em 23 out. 2016.

_____. PGA Bulletin 0. 1997. Disponível em:
<http://www.nadir.org/nadir/initiativ/agp/en/pgainfos/bulletin0.htm>. Acesso em: 10 mai. 2015.

_____. PGA Bulletin 1. 1998a. Disponível em:
<http://www.nadir.org/nadir/initiativ/agp/en/pgainfos/bulletin1.html>. Acesso em: 10 mai. 2015.

_____. PGA Bulletin 2. 1998b. Disponível em:
<http://www.nadir.org/nadir/initiativ/agp/en/pgainfos/bulletin2/bulletin2a.html>. Acesso em: 10 mai. 2015

_____. Second Conference of Peoples' Global Action against 'Free' Trade and the WTO (PGA). 1999. Disponível em:
<https://www.nadir.org/nadir/initiativ/agp/en/pgainfos/bangalore/booklet.html>. Acesso em: 7 mai. 2017.

_____. PGA Bulletin 6. 2001. Disponível em:
<https://www.nadir.org/nadir/initiativ/agp/free/bulletin.htm>. Acesso em 23 out. 2016.

_____. 4th Peoples' Global Action Conference in Europe. 2006. Disponível em:
<https://www.nadir.org/nadir/initiativ/agp/pgaeurope/pgaconference2006/index.html>. Acesso em 23 out. 2016.

PALIT, Chitaroopa. Monsoon rising. In: MERTES, Tom (Ed.). **A movement of movements: is another world really possible?** London; New York: Verso, 2004, p. 71-93.

PATKAR, Medha. A river come to Prague. In: NOTES FROM NOWHERE (Ed.). **We are everywhere: the irresistible rise of global anticapitalism.** London; New York: Verso, 2003, p. 296-297.

PETRAS, James; VELTMEYER, Henry. **Social movements in Latin America: neoliberalism and popular resistance.** Houndmills, Basingstoke, Hampshire; New York: Palgrave Macmillan, 2011.

PONCE, Javier. **Y la madrugada los sorprendió en el poder.** Quito: Planeta, 2000.

PONS, Silvio. **A revolução global: história do comunismo internacional (1917-1991).** Rio de Janeiro: Contraponto; Brasília: Fundação Astrojildo Pereira, 2014.

PORTER, Michael E. **Estratégia competitiva: técnicas para análise de indústrias e da concorrência.** 2 ed. Rio de Janeiro: Campus; Elsevier, 2004.

RAHMANI, Sina. Macht kaputt was euch kaputt macht: on the history and the meaning of the Black Block. 2009. Disponível em: <http://www.politicsandculture.org/2009/11/09/macht-kaputt-was-euch-kaputt-macht-on-the-history-and-the-meaning-of-the-black-block/>. Acesso em: 26 fev. 2014.

RAMÍREZ, Gloria Muñoz. **EZLN: 20 y 10, el fuego y la palabra.** México D.F.: Revista Rebeldia/La Jornada Ediciones, 2003.

RAMAKRISHMAN, A.K. Neoliberalism, globalization and resistance: the case of India. In: HOVDEN, E. **The globalization of liberalism**. Houndmills, Basingstoke, Hampshire; New York: Palgrave Macmillan, 2002, p. 242-262.

ROETT, Riordan. Mexico political update: Chase Manhattan's Emerging Markets Group memo. 1994. Disponível em: <https://web.archive.org/web/20000819151853/http://www.mexicosolidarity.org/resource/roett.html>. Acesso em: 27 mar. 2015.

ROUTLEDGE, Paul. 'Our resistance will be as transnational as capital': convergence space strategy in globalizing resistance. **Geojournal**, Dordrecht, v. 52, n. 1, p. 25-33, 2000.

_____. Convergence space: process geographies of grassroots globalization networks. **Transactions of the Institute of British Geographers**, London, v. 28, n. 3, p. 333-349, 2003.

RYOKI, André; ORTELLADO, Pablo. **Estamos vencendo**: resistência global no Brasil. São Paulo: Conrad, 2004.

SADER, Eder. A cultura de uma revolução. In: SADER, Eder (Org.). **Mao Tse-tung**. Coleção Grandes Cientistas Sociais. Volume 30. São Paulo: Ática, 1982.

SADER, Eder (Org.). **Mao Tse-tung**. Coleção Grandes Cientistas Sociais. Volume 30. São Paulo: Ática, 1982.

SEOANE, José; TADDEI, Emilio (Orgs.). **Resistências mundiais**: de Seattle a Porto Alegre. Petrópolis: Vozes, 2001.

SEWELL, Rob. **In the cause of labour**: a history of British trade unionism. Disponível em: https://www.marxist.com/hbtu/article_socapp.html. Acesso em: 4 ago. 2016.

SILVERSTEIN, Ken; COCKBURN, Alexander. Major U.S. bank urges zapatista wipeout: 'A litmus test for Mexico's stability'. 1995. Disponível em: http://www.glovesoff.org/web_archives/counterpunch_chasememo.html. Acesso em: 27 mar. 2015.

SIMONCINI, Alessandro (Org.). **Percorsi di liberazione dalla Selva Lacandona all'Europa**: itinerari documenti testimonianze dal Secondo Incontro Intercontinentale per l'Umanità e contro il Neoliberalismo di Madrid. Palermo: Edizioni Della Battaglia, 1998.

SOLNIT, David; SOLNIT, Rebecca. **The battle of the story of the Battle of Seattle**. Edinburgh; Oakland; Baltimore: AK Press, 2009.

STARR, Amory. **Global revolt**: a guide to the movements against globalization. London; New York: Zed Books, 2005.

STÉDILE, João Pedro. Brazil's Landless Battalions. In: MERTES, Tom (Ed.). **A movement of movements**: is another world really possible? London; New York: Verso, 2004, p. 17-48.

STÉDILE, João Pedro; FERNANDES, Bernardo Mançano. **Brava gente**: a trajetória do MST e a luta pela terra no Brasil. 3ª reimpressão. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2005.

THE MADDISON-PROJECT, 2013 version. Disponível em: <http://www.ggd.net/maddison/maddison-project/home.htm>. Acesso em: 16 set. 2016.

THOMPSON, E. P. **A formação da classe operária inglesa**. Volume 3: A força dos trabalhadores. 2 ed. São Paulo, Paz e Terra, 2012.

TOLEDO, Edilene. **Anarquismo e sindicalismo revolucionário**: trabalhadores e militantes em São Paulo na Primeira República. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2004.

TRONTI, Mario. **Obreros y capital**. Madri: Akal, 2001.

TSE-TUNG, Mao. Sobre a contradição. In: SADER, Eder (Org.). **Mao Tse-tung**. Coleção Grandes Cientistas Sociais. Volume 30. São Paulo: Ática, 1982.

VAN DER STEEN, Bart; KATZEFF, Ask; VAN HOOGENHUIJZE, Leendert. Squatting and Autonomous Action in Europe, 1980-2012. In: _____ (Eds.). **The city is ours**: squatting and autonomous movements in Europe from the 1970s to the present. Oakland: PM Press, 2014.

VAN DER STEEN, Bart; KATZEFF, Ask; VAN HOOGENHUIJZE, Leendert (Eds.). **The city is ours**: squatting and autonomous movements in Europe from the 1970s to the present. Oakland: PM Press, 2014.

VISENTINI, Paulo Fagundes. **A Revolução Vietnamita**. Coleção Revoluções do Século 20. São Paulo: Editora Unesp, 2007.

WALLACE, Aminah. Black Panthers. In: NESS, Immanuel; COPE, Zak (Eds.). **The Palgrave Encyclopedia of Imperialism and Anti-Imperialism**. Houndmills, Basingstoke, Hampshire; New York: Palgrave Macmillan, 2016, p. 817-827.

WOOD, Lesley J. Bridging the chasms: the case of Peoples' Global Action. In: BANDY, Joe; SMITH, Jackie. **Coalitions across borders**: transnational protest and the neoliberal order. Lanham; Boulder; New York; Toronto; Oxford: Rowman and Littlefield, 2005.

YUEN, Eddie; BURTON-ROSE, Daniel; KATSIAFICAS, George (Eds.). **Confronting capitalism**: dispatches from a global movement. New York: Soft Skull Press, 2004

APÊNDICE A

Algumas organizações que participaram do Primeiro Encontro Intercontinental pela Humanidade e contra o Neoliberalismo⁴⁸⁸

Nome da organização	Tipo de organização	País de origem
Partido Social Democrata Alemão (SPD)	Partidária	Alemanha
Aliança Chiapas de Hamburgo	Zapatista	Alemanha
Penumbra	Zapatista	Alemanha
Mães da Praça de Maio	Comunitária	Argentina
Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST)	Camponesa	Brasil
Partido dos Trabalhadores (PT)	Partidária	Brasil
Central Única dos Trabalhadores (CUT)	Sindical	Brasil
Rede Metropolitana de Toronto para a Justiça Social	ONG	Canadá
Rede de Solidariedade com o México de Montreal	Zapatista	Canadá
Sindicato dos Jornalistas	Sindical	Cuba
Solidariedade com Chiapas	Zapatista	Dinamarca
Esquerda Unida (IU)	Partidária	Espanha
Plataforma de Solidariedade com Chiapas de Madri	Zapatista	Espanha
Comitê Internacionalista do País Basco	Zapatista	Espanha
Assembleia de Solidariedade com os Povos do México	Zapatista	Espanha
Coletivo de Solidariedade com a Rebelião Zapatista	Zapatista	Espanha
Sindicato de Trabalhadores do Campo da Andaluzia (SOC)	Sindical	Espanha
Rede de Apoio Zapatista	Zapatista	Espanha
Food First Institute	ONG	EUA
Global Exchange	ONG	EUA
Coalizão de Solidariedade Zapatista	Zapatista	EUA
Comitê Emiliano Zapata da Califórnia	Zapatista	EUA
Rede de Ação por Chiapas de Vermont	Zapatista	EUA
Ação Zapatista de Austin	Zapatista	EUA
Comitê de Solidariedade com o Povo do México de Los Angeles	Zapatista	EUA
Solidariedade Zapatista Chicago	Zapatista	EUA
Comissão Nacional pela Democracia no México	Zapatista	EUA
Partido Comunista Francês (PCF)	Partidária	França
Comitê Chiapas de Marignane	Zapatista	França
Comitê Chiapas de Lyon	Zapatista	França

⁴⁸⁸ Fontes:

CRÓNICAS intergalácticas EZLN: Primer Encuentro Intercontinental por la Humanidad y contra el Neoliberalismo. 2 ed. Barcelona: Collectiu de Solidaritat amb la Rebellio Zapatista, 1997;

CHIAPAS para el mundo, por la humanidad y contra el neoliberalismo. Disponível em:

<http://gatitonegro.fortunecity.ws/EncuentroIntercontinental/ChiapMunIng/invitado.html>. Acesso em 3 out. 2016.

Coletivo Chiapas de Toulouse	Zapatista	França
Comitê de Solidariedade com os Povos de Chiapas em Luta de Paris	Zapatista	França
Iniciativa de Solidariedade com a Luta Zapatista	Zapatista	Grécia
Grupo Irlanda México	Zapatista	Irlanda
Centro Social Eteropia	Autônoma	Itália
Partido da Refundação Comunista (PRC)	Partidária	Itália
Comitê Chiapas de Turim	Zapatista	Itália
Centro Social Gramna	Autônoma	Itália
Centro Social Leon Cavallo	Autônoma	Itália
Consulado Rebelde do México em Brescia	Zapatista	Itália
Comitê Internacionalista Che Guevara	Zapatista	Itália
Rede Mexicana de Ação contra o Livre Comércio	Antineoliberal	México
Conselho Guerrerense 500 Anos de Resistência Indígena e Negra	Indígena/Étnica	México
Organização Xi Nich de Palenque, Chiapas	Indígena	México
Partido da Revolução Democrática (PRD)	Partidária	México
El Barzón de Anahuac	Comunitária	México
Frente Autêntica do Trabalho (FAT)	Sindical	México
Comitês civis de diálogo para a construção da Frente Zapatista de Libertação Nacional	Zapatista	México
Coordenadora Nacional de Organizações pela Paz	Zapatista	México
Caravana Mexicana para Todos Todo	Zapatista	México
Solidariedade Direta com Chiapas	Zapatista	Suíça

APÊNDICE B

Algumas organizações que participaram do Segundo Encontro Intercontinental pela Humanidade e contra o Neoliberalismo⁴⁸⁹

Nome da organização	Tipo de organização	País de origem
Play Fair Europe	Antineoliberal	Alemanha
Ação Antifascista (Antifa)	Autônoma	Alemanha
B.A.S.T.A.	Zapatista	Alemanha
Penumbra	Zapatista	Alemanha
Zapapress	Zapatista	Alemanha
Comitê de Solidariedade com a Rebelião Zapatista	Zapatista	Argentina
Coletivo de Solidariedade Zapatista de Melbourne	Zapatista	Austrália
Federação de Agricultores e Trabalhadores Rurais de Bangladesh (BAFLF)	Camponesa	Bangladesh
Comitê Chiapas de Tournai	Zapatista	Bélgica
Confederação Sindical Única de Trabalhadores Camponeses da Bolívia (CSUTCB)	Camponesa/Indígena	Bolívia
Mujeres Creando	Feminista	Bolívia
Central Operária Boliviana (COB)	Sindical	Bolívia
Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST)	Camponesa	Brasil
Rede de Resistência ao Neoliberalismo de Québec	Antineoliberal	Canadá
Rede de Solidariedade com o México	Zapatista	Canadá
Fórum Internacional	Zapatista	Dinamarca
Confederação de Nacionalidades Indígenas do Equador (CONAIE)	Indígena	Equador
Plataforma Anti-Maastricht	Antineoliberal	Espanha
Centro Social El Palomar	Autônoma	Espanha
Centro Social Ploma	Autônoma	Espanha
Coordenadora de Coletivos do Parque Alcosa	Autônoma	Espanha
Centro Social La Vakeria	Autônoma	Espanha
Sindicato de Trabalhadores do Campo da Andaluzia (SOC)	Camponesa	Espanha
Confederação Geral dos Trabalhadores (CGT)	Sindical	Espanha
Coletivo de Solidariedade com a Rebelião Zapatista	Zapatista	Espanha
Plataforma Basca de Solidariedade com Chiapas	Zapatista	Espanha
Rede de Apoio Zapatista	Zapatista	Espanha
Solidariedade para o Desenvolvimento e a Paz (SODEPAZ)	Zapatista	Espanha
Sindicato de Agricultores da Estônia	Camponesa	Estônia
Comissão Nacional para a Democracia no México	Zapatista	EUA
Movimento Camponês das Filipinas (KMP)	Camponesa	Filipinas
Confédération Paysane	Camponesa	França

⁴⁸⁹ Fontes:

Informações recebidas por e-mail de Lesley Wood (informação pessoal);
SIMONCINI, Alessandro (Org.). **Percorsi di liberazione dalla Selva Lacandona all'Europa**: itinerari documenti testimonianze dal Secondo Incontro Intercontinentale per l'Umanità e contro il Neoliberalismo di Madrid. Palermo: Edizioni Della Battaglia, 1998;
PEOPLES' GLOBAL ACTION. Second Conference of Peoples' Global Action against 'Free' Trade and the WTO (PGA). 1999. Disponível em:
<https://www.nadir.org/nadir/initiativ/agp/en/pgainfos/bangalore/booklet.html>. Acesso em: 7 mai. 2017.

Droits Devant	Comunitária	França
Agir Ensemble Contre le Chômage! (AC!)	Comunitária	França
Comitê Chiapas de Bordeaux	Zapatista	França
Comitê Chiapas de Lyon	Zapatista	França
Comitê Ya Basta	Zapatista	França
Centro Social Nautilus	Autônoma	Grécia
Comitê de Solidariedade com a Luta Zapatista de Tessalônica	Zapatista	Grécia
Centro Social Eurodusnie	Autônoma	Holanda
London Greenpeace	Autônoma/Ambientalista	Inglaterra
Associação dos Agricultores do Estado de Karnataka (KRRS)	Camponesa	Índia
Grupo Irlanda México	Zapatista	Irlanda
Centro Social Officina 99	Autônoma	Itália
Centro Social Garibaldi	Autônoma	Itália
Centro Social Gramna	Autônoma	Itália
Centro Social Belfagor	Autônoma	Itália
Centro Social Ex-Emerson	Autônoma	Itália
Centro Social Intifada	Autônoma	Itália
Centro Social Dordoni	Autônoma	Itália
Centro Social Kinesis	Autônoma	Itália
Centro Social Magazzino 47	Autônoma	Itália
Centro Social Pirateria	Autônoma	Itália
Centro Social Paci Paciana	Autônoma	Itália
Centro Social Oltrefrontiera	Autônoma	Itália
Centro Social Askatasuna	Autônoma	Itália
Centro Social Forte Prenestino	Autônoma	Itália
Centro Social La Torre	Autônoma	Itália
Centro Social Ex-Snia Viscosa	Autônoma	Itália
Partido da Refundação Comunista (PRC)	Partidária	Itália
União Sindical Italiana (USI)	Sindical	Itália
Sindicatos por Categorias dos Comitês de Base (SIN-COBAS)	Sindical	Itália
Associação Ya Basta	Zapatista	Itália
Comitê Chiapas de Turim	Zapatista	Itália
Consulado Rebelde do México em Brescia	Zapatista	Itália
Rede Mexicana de Ação Contra o Livre Comércio	Antineoliberal	México
Comitês promotores da Frente Zapatista de Libertação Nacional (FZLN)	Zapatista	México
Serviço Internacional pela Paz (SIPAZ)	Zapatista	México
Movimento pela Sobrevivência do Povo Ogoni (MOSOP)	Étnica	Nigéria
Central Sandinista de Trabalhadores (CST)	Sindical	Nicarágua
Confederação Camponesa do Peru (CCP)	Camponesa	Peru
Rainbow Keepers	Autônoma/Ambientalista	Rússia
Comitê Ya Basta de Gotemburgo	Zapatista	Suécia
Ação Antifascista (Antifa)	Autônoma	Suíça
Solidariedade Direta com Chiapas	Zapatista	Suíça

APÊNDICE C

Algumas organizações que participaram da conferência de fundação da Ação Global dos Povos⁴⁹⁰

Nome da organização	Tipo de organização	País/região de origem
Play Fair Europe	Antineoliberal	Alemanha
Rede de Mulheres Indígenas	Indígena	América do Norte/Oceania
Confederação de Trabalhadores da Educação da República Argentina (CTERA)	Sindical	Argentina
Federação de Agricultores e Trabalhadores Rurais de Bangladesh (BAFLF)	Camponesa	Bangladesh
Fórum de Unidade dos Trabalhadores da Indústria Têxtil	Sindical	Bangladesh
Confederação Sindical Única de Trabalhadores Camponeses da Bolívia (CSUTCB)	Camponesa	Bolívia
Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST)	Camponesa	Brasil
Sindicato dos Trabalhadores Postais do Canadá (CUPW)	Sindical	Canadá
Processo de Comunidades Negras (PCN)	Étnica	Colômbia
Grupo de Defesa do Povo U'wa	Indígena	Colômbia
Confederação de Sindicatos da Coreia do Sul (KCTU)	Sindical	Coreia do Sul
Comissão de Mulheres Trabalhadoras Salvadorenhas (COMUTRAS)	Sindical	El Salvador
Sindicato de Trabalhadores do Campo da Andaluzia (SOC)	Camponesa	Espanha
Sindicato de Agricultores da Estônia	Camponesa	Estônia
Movimento Camponês das Filipinas (KMP)	Camponesa	Filipinas
Confédération Paysanne	Camponesa	França
Agir Ensemble Contre le Chomage (AC!)	Comunitária	França
Via Campesina	Camponesa	Global
Associação de Agricultores do Estado de Karnataka (KRRS)	Camponesa	Índia
Movimento Salve o Narmada (NBA)	Camponesa	Índia
Sindicato dos Pescadores da Indonésia (SNI)	Pescadores	Indonésia
Frente Zapatista de Libertação Nacional (FZLN)	Zapatista	México
Organização Rural de Ajuda Mútua (ORAM)	Camponesa	Moçambique
Guises Montanha Experimental (GME)	Ambientalista	Nicarágua
União Nacional de Agricultores e Criadores de Gado (UNAG)	Camponesa	Nicarágua
Central Sandinista de Trabalhadores (CST)	Sindical	Nicarágua

⁴⁹⁰ Fontes:

PEOPLES' GLOBAL ACTION. PGA Bulletin 0. 1997. Disponível em:

<http://www.nadir.org/nadir/initiativ/agp/en/pgainfos/bulletin0.htm>. Acesso em: 10 mai. 2015;

PEOPLES' GLOBAL ACTION. PGA Bulletin 1. 1998a. Disponível em:

<http://www.nadir.org/nadir/initiativ/agp/en/pgainfos/bulletin1.html>. Acesso em: 10 mai. 2015;

PEOPLES' GLOBAL ACTION. PGA Bulletin 2. 1998b. Disponível em:

<http://www.nadir.org/nadir/initiativ/agp/en/pgainfos/bulletin2/bulletin2a.html>. Acesso em: 10 mai. 2015;

DE MARCELLUS, Olivier. Peoples' Global Action: the grassroots go global. In: NOTES FROM NOWHERE (Ed.). **We are everywhere**: the irresistible rise of global anticapitalism. London; New York: Verso, 2003, p. 96-101.

Movimento pela Sobrevivência do Povo Ogoni (MOSOP)	Étnica	Nigéria
Fundação para uma Aotearoa Independente	Indígena	Nova Zelândia
Confederação Camponesa do Peru (CCP)	Camponesa	Peru
Reclaim the Streets	Autônoma	Reino Unido
Comitê Organizador de Genebra	Autônoma	Suíça
União dos Camponeses Suíços (UPS)	Camponesa	Suíça
Mama 86	Ambientalista	Ucrânia